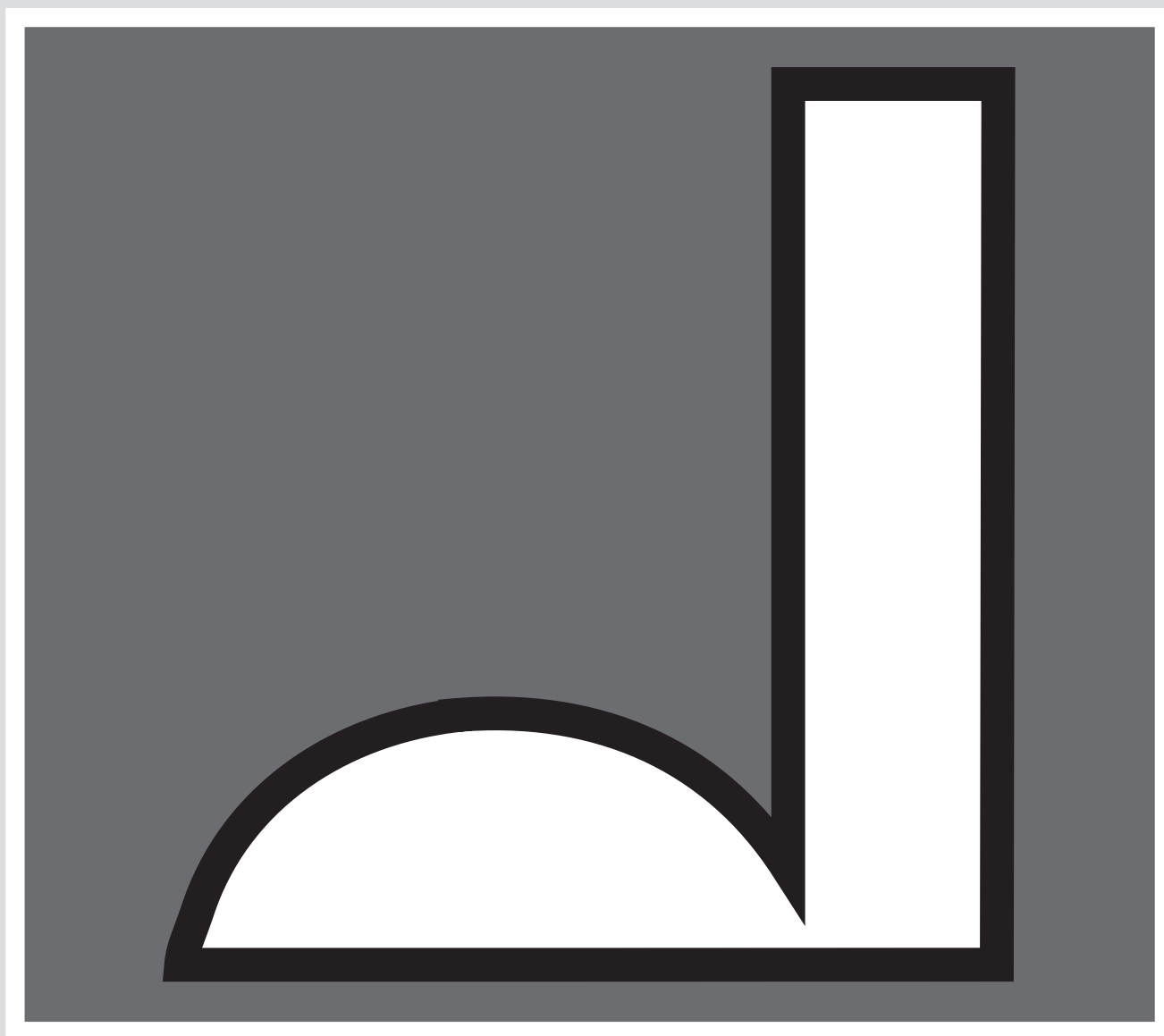




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 116 - SEXTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)

1º VICE-PRESIDENTE

Tião Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Alvaro Dias - (PSDB-PR)

1º SECRETÁRIO

Efraim Morais - (DEM-PB)

2º SECRETÁRIO

Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO

César Borges - (PR-BA) (1)

4º SECRETÁRIO

Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)

2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges ⁽¹⁾ Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽²⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu ⁽²⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ^(3,4) Maria do Carmo Alves ⁽⁵⁾ Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena ⁽⁶⁾
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
2. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
3. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
5. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 139ª SESSÃO ESPECIAL, EM 7 DE AGOSTO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Reverenciar a memória do médico e geógrafo Josué de Castro pelo transcurso do centenário de seu nascimento, de acordo com os Requerimentos nºs 321, 470 e 570, de 2008, dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Cristovam Buarque e outros senhores senadores..... 29533

1.2.1 – Oradores:

Senador Jarbas Vasconcelos..... 29533

Senador Cristovam Buarque..... 29536

Senador Geovani Borges..... 29538

Senador Marco Maciel..... 29539

Senadora Marina Silva..... 29540

Senador José Nery..... 29542

Senador Pedro Simon..... 29545

Senador Mão Santa..... 29548

Senador Flexa Ribeiro (art. 203 do Regimento Interno)..... 29550

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 140ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE AGOSTO DE 2008

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA MARISA SERRANO – Registro de visita do Governador de Mato Grosso do Sul, ao TSE, a fim de levar ao Ministro Gilmar Mendes as preocupações com relação a seis portarias da Funai, que constituíram grupos técnicos com o objetivo de identificar e delimitar as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios das diversas etnias do Estado. .. 29553

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Cumprimentos aos Ministros do STF pela ratificação do princípio da presunção de inocência dos candidatos a cargos eletivos. Apelo ao Presidente em exercício, José Alencar, no sentido de não vetar projeto de lei do Deputado Michel Temer, sobre a inviolabilidade dos escritórios de advocacia..... 29556

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA – Manifestação de tristeza pelo pronunciamento do Presidente

do IPHAN, sobre o patrimônio arquitetônico e histórico da cidade de São Luis, Maranhão, que corre o risco de perder o título de Patrimônio da Humanidade.... 29557

SENADOR GEOVANI BORGES – Balanço setorial positivo sobre os dez anos de privatização das telecomunicações em todo o País. 29559

SENADOR TIÃO VIANA – Cumprimentos ao presidente Lula e comemoração pelos últimos dados do IPEA, confirmando a redução da taxa de pobreza no Brasil..... 29560

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Homenagem ao Dr. Paulo Pimentel, ex-Governador do Paraná, no transcurso, hoje, de seu aniversário. Registro do lançamento do livro “**Paulo Pimentel: momentos decisivos**”, de autoria do jornalista Hugo Sant’Ana. 29562

SENADOR MARCO ANTÔNIO COSTA – Manifestação em defesa da Senadora Kátia Abreu, vítima de calúnias divulgadas pela mídia. Preocupação com a possibilidade de retorno da inflação à economia brasileira..... 29564

SENADOR MÁRIO COUTO – Comentários a respeito da diminuição da pobreza no País. Preocupação com a saúde no Estado do Pará e a situação da Santa Casa de Misericórdia. Manifestação em defesa dos aposentados e pensionistas. 29566

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Elogios à atuação do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do STF, no último debate feito pelo Grupo Estado..... 29568

SENADOR MÁRIO COUTO – Encaminhamento à Mesa de pronunciamento a respeito de reportagem publicada no jornal **O Liberal**, edição de hoje, sob o título “Quarta-Feira de Mortes”. 29569

SENADOR PEDRO SIMON – Reflexão sobre debates realizados na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional referência à possibilidade de ressurgir a Quarta Frota americana, destinada a fazer cobertura dos mares do Atlântico Sul. 29572

SENADOR RENAN CALHEIROS – Defesa do piso nacional de salários para os profissionais da educação. 29573

SENADOR MÃO SANTA – Manifestação de apoio ao Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes..... 29574

SENADOR JOÃO PEDRO – Homenagem ao médico e geólogo Josué de Castro pelo transcurso do centenário de seu nascimento..... 29575

SENADOR ALVARO DIAS – Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre o retorno da inflação no País e os perigos advindos da crise global. Registro nos Anais do artigo intitulado “Extravagâncias Monetárias”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de autoria de Paulo Nogueira Batista Júnior..... 29577

2.2.2 – Mensagens do Presidente da República

Nº 163, de 2008 (nº 566/2008, na origem), de 31 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2008 (nº 2.468/2007, na Casa de origem), que *autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008.*..... 29578

Nº 164, de 2008 (nº 567/2008, na origem), de 31 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 1991, que *dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo, sancionado e transformado na Lei nº 11.760, de 31 de julho de 2008.*..... 29578

Nº 165, de 2008 (nº 579/2008, na origem), de 31 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2007 (nº 5.334/2005, na Casa de origem), que *fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.762, de 1º de agosto de 2008.*..... 29578

Nº 166, de 2008 (nº 568/2008, na origem), de 31 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 7, de 2008–CN, que *abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$1.458.185.289,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e oito milhões, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.761, de 31 de julho de 2008.*..... 29579

2.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 944, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de aplauso ao Magnífico Reitor Paulo Speller e a todo o corpo Discente e Docente da Universidade Federal de Mato Grosso.*..... 29579

Nº 945, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros Senhores Senadores, *solicitando que o Período do Expediente da sessão do dia 17 de setembro seja destinado a homenagear*

o centésimo aniversário de nascimento de Salvador Allende, ex-presidente da República do Chile...... 29580

Nº 946, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 17 a 19 do corrente.*..... 29581

Nº 947, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 17 a 20 do corrente.*..... 29581

2.2.4 – Ofícios da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 67/2008, de 6 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007. *A matéria será incluída na pauta da próxima reunião da Comissão, para apreciação em turno suplementar, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.*..... 29582

Nº 68/2008, de 6 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2003. *A matéria será incluída na pauta da próxima reunião da Comissão, para apreciação em turno suplementar, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.*..... 29582

2.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 119/2008, de 6 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004. *A matéria será incluída na pauta da próxima reunião da Comissão, para apreciação em turno suplementar, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.*..... 29583

2.2.6 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 36, de 2008, tendo como primeiro signatário Senador Paulo Paim, que *estende o direito à paridade às pensões que se derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.*..... 29584

2.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que *obriga os estabelecimentos de locação de terminais de computadores a manterem cadastro de seus usuários.*..... 29589

2.2.8 – Avisos do Tribunal de Contas da União– Autuação

Nº 20, de 2008–CN (nº 852–Seses–TCU–Plenário/2008, na origem), do Ministro Benjamin Zymler, na presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 012.300/2008–5, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 23/07/2008..... 29592

Nº 21, de 2008–CN (nº 844–Seses–TCU–Plenário/2008, na origem), do Ministro Benjamin

Zymler, na presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.523/2008-5, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 23/07/2008..... 29592

Nº 22, de 2008-CN (nº 842-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), do Ministro Benjamin Zymler, na presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.073/2008-0, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 23/07/2008..... 29592

2.2.9 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 740/2008, de 16 de julho último, informando a fase atual dos processos decorrentes do Relatório Final nº 3, de 2006-SF, que versa sobre o contrato firmado entre a Gtech do Brasil Ltda., e a Caixa Econômica Federal..... 29593

2.2.10 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 43, de 2008, que *suspende a execução das expressões “mensal”, e “vedada, no caso de acumulação de férias, a dupla percepção da vantagem”, constantes, respectivamente, dos arts. 1º e 3º da Lei nº 8.874, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, e o art. 2º da mesma Lei*, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 29594

2.2.11 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008 (nº 520/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária “Liberta Bailique FM” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá..... 29594

Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2008 (nº 522/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia..... 29602

Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2008 (nº 528/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomazina, Estado do Paraná. 29610

Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2008 (nº 535/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná..... 29619

Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2008 (nº 554/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cristalina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná. 29627

Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2008 (nº 561/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sandro Peiter & Cia. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portão, Estado do Rio Grande do Sul..... 29634

Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2008 (nº 2.446/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural “Amigos de Piratuba” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina..... 29641

Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2008 (nº 367/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Antena Azul para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia. 29648

Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2008 (nº 670/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Magui – Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais..... 29653

Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2008 (nº 671/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Magui – Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais..... 29661

2.2.12 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 191 a 200, de 2008, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde serão apreciados terminativamente. 29668

2.2.13 – Ofício do Coordenador da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal

Nº 17/2008, de 5 do corrente, solicitando a republicação do “Regulamento Interno” daquela Comissão..... 29669

2.3 – ORDEM DO DIA

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica sobrestada, em virtude de não haver acordo das Lideranças para a apreciação da pauta:

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2008, que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; reestrutura a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; encerra o processo de liquidação e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT; altera as Leis nºs 9.060, de 14 de junho de 1995, 11.297, de 9 de maio de 2006, e 11.483, de 31 de maio de 2007; revoga a Lei nº 6.346, de 6 de julho de 1976, e o inciso I do caput do art. 1º da Lei nº 9.060, de 14 de junho de 1995; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 427, de 2008)..... 29671

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2008, que *altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.493, de 10 de setembro de 1997, 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 428, de 2008). 29671

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2008, que *autoriza a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN para a formação de seu patrimônio; altera as Leis nºs 9.365, de 16 de dezembro de 1996, 5.662, de 21 de junho de 1971, 9.019, de 30 de março de 1995, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 6.704, de 26 de outubro de 1979, e 9.818, de 23 de agosto de 1999; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 429, de 2008). 29671

Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*..... 29671

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos), que

aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2008..... 29672

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 780, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008*..... 22972

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 781, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2008*..... 29672

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*..... 29672

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*. 29672

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*. 29672

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*. 29672

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*. 29673

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. 29673

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*..... 29673

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*..... 29673

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*... 29673

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*..... 29674

Item 18 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*..... 29674

Item 19

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família*..... 29674

Item 20

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*..... 29674

Item 21

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº*

9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. ... 29674

Item 22

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que *modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais*..... 29674

Item 23

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e da outras providências*..... 29674

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)*... 29675

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*. 29675

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*. 29675

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*. ... 29675

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*. 29675

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aprovei-*

tamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)..... 29675

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). 29676

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)..... 29676

Item 32

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior). 29676

Item 33

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. 29676

Item 34

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. 29676

Item 35

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários..... 29676

Item 36

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos). 29676

Item 37

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos. 29677

Item 38

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro. 29677

Item 39

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo. 29677

Item 40 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços..... 29677

Item 41 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos. 29677

Item 42 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 29677

Item 43

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. 29677

Item 44 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. 29678

Item 45

Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil..... 29678

Item 46

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos..... 29678

Item 47

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). 29678

Item 48

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. 29678

Item 49

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. 29678

Item 50

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa. 29678

Item 51

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 29679

Item 52

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 29679

Item 53

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras..... 29679

Item 54 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC... 29679

Item 55

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão. 29679

2.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ADELMIR SANTANA – Preocupação com o alto índice de homicídios no Brasil... 29680

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Preocupação com o risco do impacto de urubus com aviões, em Teresina/PI. Discórdância com a proposta da Infraero e da ANAC de reforma do aeroporto de Teresina. O fracasso do *biodiesel* no Piauí. Apelo ao Ministro Edison Lobão no sentido de incluir o Piauí no programa Luz para Todos. Registro do artigo intitulado artigo “Entregaram o microfone ao Governador”, de autoria de Gustavo Said, jornalista e professor da Universidade Federal do Piauí..... 29682

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “Desrespeito à Nação”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 3 do corrente, de autoria de Paulo Skaf, presidente da Fiesp..... 29685

SENADOR JAYME CAMPOS – Satisfação pelo fato de que o curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso ter sido classificado como o melhor do País. 29687

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários sobre a matéria de autoria do jornalista Carlos Chagas, intitulada “Tiraram a bandeira bra-

sileira”, publicada no jornal **Tribuna da Imprensa**, sobre a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol... 29688

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Lamento pelas cenas de violência ocorridas no Município de Viseu, no Pará, onde um jovem foi assassinado. A situação caótica da segurança pública do Estado do Pará no Governo do PT. 29707

SENADOR **AUGUSTO BOTELHO** – Reflexões sobre a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, que constatou o aumento da população da classe média no País. Considerações sobre a lei de tolerância zero para o álcool no trânsito. Relato de pesquisa realizada pela Embrapa de Roraima. 29711

SENADOR **JEFFERSON PRAIA** – Comentários à matéria intitulada “Receita de empresas eleva arrecadação do FAT em 32%”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**. 29713

SENADOR **CRISTOVAM BUARQUE**, como Líder – A resistência de diversos prefeitos e governadores em relação ao piso salarial dos professores. Justificativas a projeto de autoria de S. Ex^a, que institui o 14^a salário ao professor. 29714

SENADORA **MARINA SILVA** – Manifestação pelo veto presidencial ao inciso IV da Lei nº 8.666/93. 29716

SENADOR **JOSÉ NERY**, como Líder – Associação ao pronunciamento da Senadora Marina Silva. Reflexões sobre o debate acerca do termo de revisão da Lei de Anistia. 29718

SENADOR **PAULO PAIM** – Homenagem ao médico e geólogo Josué de Castro, homenageado hoje em sessão especial do Senado. Reflexão sobre trabalho divulgado pelo Ipea e FGV, sobre a redução da pobreza no País. Destaque para a necessidade de se resolver a situação dos aposentados e pensionistas e o fim do fator previdenciário. Cumprimentos ao Ministério da Saúde pela Campanha Nacional de Vacinação Contra a Rubéola. 29721

2.3.2 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimento nº 934, de 2008, lido em sessão anterior. **Aprovado**. 29726

Requerimentos nºs 946 e 947, de 2008, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados**. ... 29726

2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Registro da matéria intitulada “Dieese diz que custo da cesta básica já avançou até 52% em 12 meses”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 25 de julho último. . 29726

SENADOR **SÉRGIO GUERRA** – Registro da matéria intitulada “Amorim, pede pra sair”, publicada na revista **Veja**, edição de 6 de agosto corrente. .. 29728

SENADOR **ALVARO DIAS** – Registro da matéria intitulada “O laranja da Bancoop”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 11 de junho último. 29729

SENADOR **JOÃO TENÓRIO** – Registro da matéria intitulada “PSDB vai ao Ministério Público contra Dilma e mais sete do Governo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 de maio último. . 29731

SENADOR **MÁRIO COUTO** – Registro da matéria intitulada “Futuro diretor da ANTT é alvo do TCU”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 de junho último. 29733

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro da matéria intitulada “Em relatório, Ministério Público aponta ‘graves crimes’ da cúpula da Bancoop”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 26 de junho último. 29734

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 7-8-2008

4 – ATA DE INSTALAÇÃO

Da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, em 9-7-2008. 29735

5 – EMENDAS

Nºs 1 a 54, apresentadas à Medida Provisória nº 437, de 2008. 29737

6 – TERMOS DE REUNIÃO

Referente às Medidas Provisórias nºs 437 e 438, de 2008. 29810

7 – TERMOS DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Nºs 1 e 2, de 2008. 29811

SENADO FEDERAL

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

14 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

15 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

16 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

18 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

19 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 139ª Sessão Especial, em 7 de agosto de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Cristovam Buarque e Jarbas Vasconcelos

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 35 minutos, e encerra-se às 13 horas e 59 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a reverenciar a memória do médico e geógrafo Josué de Castro pelo transcurso do centenário de seu nascimento, de acordo com os requerimentos dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com a decisão desta Presidência, usarão da palavra os Srs. Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

Convido, para compor a mesa, o Exm^o Sr. Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; a Sr^a Socióloga Anna Maria Castro, filha do homenageado; o Exm^o Sr. Senador Jarbas Vasconcelos, primeiro signatário da presente sessão; o Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque, também signatário do requerimento que originou a presente sessão; a Sr^a Tereza Sales, Presidente do Centro Josué de Castro; e o Sr. João Paulo Lima e Silva, Prefeito de Recife.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos, subscritor do requerimento.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves; Sr. Senador Cristovam Buarque; Sr^a Socióloga Anna Maria Castro, filha do homenageado, Josué de Castro; Sr. Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; Sr. Prefeito da cidade do Recife, João Paulo Lima e Silva; e Sr^a Tereza Sales, Presidente do Centro Josué de Castro. Ainda presentes à solenidade o Sr. José Arlindo Soares, Diretor-Técnico do Centro Josué de Castro; o Sr. Francisco de Assis Machado dos Santos, representante da Fundação Banco do Brasil;

Srs. Embaixadores e demais membros do Corpo Diplomático; Srs. Deputados Federais, representando

aqui a Câmara dos Deputados; Sr. Romero de Oliveira Andrade, Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, aqui representando aquela Corte; Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores convidados.

Quero, nestas minhas primeiras palavras, agradecer a presença de todos que deixaram os seus afazeres diários, para vir hoje ao Senado Federal e participar desta sessão solene em homenagem aos 100 anos de nascimento de Josué de Castro.

Trata-se de uma iniciativa conjunta do Senador Cristovam Buarque e deste orador, com o apoio de todos os que têm assento nesta Casa. Minha sincera gratidão a todos.

Lembrar a vida e a obra desse nobre pernambucano é manter acesa a chama da luta contra a pobreza e a fome, que infelizmente continuam manchando a agenda mundial em pleno século 21. No entanto, o tema não é mais um tabu como era na década de 1930, quando Josué de Castro iniciou sua cruzada para derubar preconceitos e idéias pré-concebidas.

Josué de Castro foi o primeiro cientista brasileiro a ter o reconhecimento internacional. Seu livro mais conhecido, **Geografia da Fome**, editado pela primeira vez em 1946, foi traduzido para 25 idiomas.

Nosso homenageado de hoje nasceu na cidade do Recife, em 1908. Vinte e um anos depois se formava em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Começava uma trajetória intelectual e acadêmica admirável, que abriria as portas para uma atuação política também referencial.

Josué foi Livre-Docente de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife, Professor Catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, Professor Catedrático de Antropologia da Universidade do Distrito Federal, Professor Catedrático de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Essa excelência científica, Sr. Presidente, levou Josué de Castro a expor suas idéias – para muitos perigosas – em dezenas de países, onde pregou contra a miséria, contra o subdesenvolvimento e suas con-

seqüências sobre as populações em todos os continentes.

Entre as décadas de 1930 a 1970, Josué de Castro teve uma ascendente atuação social e política, que o levou a exercer o mandato de Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, entre 1954 e 1962. Em seguida, foi Embaixador do Brasil na ONU em Genebra, de 1962 a 1964.

A trajetória de Josué, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi interrompida em consequência do Golpe Militar de 31 de março de 1964 que, por meio do Ato Institucional Nº 1, lhe cassou os direitos políticos, em 9 de abril do mesmo ano.

Enviado para o exílio pelo regime de exceção, como tantos outros brasileiros honrados, Josué de Castro viu crescer seu prestígio internacional durante a década de 1960, quando a política em todo o mundo viveu uma efervescência única, que viria a influenciar, de forma contundente as décadas seguintes. Nesse período, Josué foi integrante de várias Associações e Academias no Brasil e no exterior.

Josué de Castro fundou e presidiu o Centro Internacional para o Desenvolvimento, sediado em Paris. Também foi Presidente da Associação Médica Internacional para o Estudo e Condições de Vida e Saúde e Professor Estrangeiro Associado ao Centro Universitário Experimental de Vincennes, na Universidade de Paris, entre 1968 a 1973.

Exilado em Paris, França, o político e intelectual pernambucano veio a falecer em 24 de setembro de 1973.

Sr. Presidente, quantos intelectuais têm o privilégio de manter vivos os seus ideais, geração após geração? Muito poucos. Nesse grupo restrito está Josué de Castro. Além de ser uma referência para médicos, sociólogos, gestores e pensadores sociais, Josué foi uma das principais influências do Movimento Mangue, criado em Pernambuco em meados da década de 1990, com inspiração na música, na literatura, nas artes plásticas e na moda.

Josué também foi referência no trabalho de Herbert de Souza, Betinho, que fundou nos anos 90 a Ação da Cidadania. Um movimento que existe até hoje sob o preceito de que democracia e miséria são incompatíveis.

Em Pernambuco, temos o Centro Josué de Castro, que mantém viva a memória e os pensamentos de seu patrono, mas também atua em diversas parcerias com o setor público e a iniciativa privada para mudar a realidade dos setores menos favorecidos da sociedade.

O Centro é pioneiro no chamado Terceiro Setor do Brasil, pois foi criado ainda em 1979, em plena dita-

dura militar, por um grupo altruísta de pesquisadores, educadores e técnicos da área social.

A luta atual do Centro é para concluir a Biblioteca e o Memorial Josué de Castro que, quando concluídos, reunirão cerca de 15 mil livros e documentos inéditos, se constituindo num dos centros culturais e de pesquisa mais importantes do Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Josué de Castro se tornou ainda em vida um profeta do combate à fome, uma luta que classificou como “bastante delicada e perigosa”. Isso, no entanto, não impediu que ele dedicasse toda a sua vida, toda a sua trajetória pessoal, política e profissional à causa do combate à miséria.

Entre os méritos de Josué de Castro está o de apontar que “a fome é a expressão biológica de males sociológicos”. A partir dessa premissa, ele demoliu mitos que apenas justificavam a fome, como é o caso da superpopulação.

Outro aspecto fundamental do trabalho de Josué foi ter apontado como um fenômeno muito mais freqüente e mais grave a chamada “fome parcial” ou “fome oculta”, por meio da qual – com a falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais – grupos inteiros de populações morrem lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias.

E por que não lembrar as preocupações ambientais de Josué de Castro? Ele foi um dos primeiros pensadores contemporâneos a enxergar nosso Planeta Terra como um único ser vivo e não como um mero endereço residencial e comercial da espécie humana.

Disse Josué, de forma clara, transparente e com a contundência que é própria do raciocínio simples:

Vivemos atualmente num mundo que é um organismo vivo, unitário, onde todas as partes estão indissoluvelmente ligadas, o que significa que, desde que uma dessas partes sofra de fome e esteja ameaçada de morrer e apodrecer na miséria, todo o organismo está ameaçado pela mesma infecção.

Esse é um diagnóstico, Sr. Presidente, brilhante na sua clareza, exemplar no seu poder de sintetizar a necessidade do ser humano suprir suas necessidades, sem abusar dos recursos naturais e dos seus semelhantes. Não é uma concepção científica fria, laboratorial. Trata-se de uma avaliação humanista, superior, muito à frente de seu tempo.

Quem deseja mudar o mundo para melhor jamais pode abrir mão dos seus sonhos, recuando diante dos primeiros obstáculos. E Josué de Castro, apesar do reconhecimento internacional por seu trabalho, não teve vida fácil. Muito pelo contrário. O tema “delicado

e perigoso” não agradava os poderosos, para os quais a pobreza serve mais como um instrumento de manipulação política.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs. Convidados, a retomada da democracia no Brasil em meados da década de 1980 pôs de volta o tema do combate à fome e à miséria na agenda da nossa sociedade.

No entanto, só a partir dos anos de 1990 é que uma política consistente passou a ser implementada, principalmente com a criação do Programa Comunidade Solidária, comandado pela saudosa e admirável Ruth Cardoso, durante os oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002.

Programas como Bolsa Escola, criado a partir de uma iniciativa do então Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, que hoje honra o Senado da República, passaram a integrar administrações as mais variadas no espectro ideológico brasileiro. O combate à fome e à miséria, pelo menos no Brasil, deixou de ser uma bandeira apenas da esquerda. Transformou-se num programa de Estado e não deste ou daquele Governo, deste ou daquele partido.

No atual Governo, programas como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Vale Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tiveram seus cadastros unificados no âmbito do Bolsa Família, que hoje beneficia 11 milhões de famílias ou cerca de 45 milhões de pessoas.

O grande desafio é compreender que precisamos criar uma porta de saída para a política assistencial. E o caminho está na Educação e na Formação Profissional. Não há como alguém ser contra programas que visam a dar de comer a quem tem fome. E não se trata de oportunismo político, mas de solidariedade humana.

São princípios que estão presentes em todas as grandes religiões, de alimentar quem tem fome e saciar quem tem sede.

O que não podemos concordar – e para isso podemos nos lembrar das palavras de Josué de Castro – é com a manipulação e o uso político-partidário que se faz de um programa que é de Estado e não desse ou daquele governante em especial.

Atendendo em parte os objetivos preconizados por Josué de Castro, o combate à fome entrou na agenda política não apenas do Brasil, mas da própria comunidade internacional. A questão é que o avanço das novas tecnologias e o aprofundamento de alguns conflitos de ordem política e religiosa terminaram por criar novos e confusos muros, um preocupante e in-

cógnito cenário que alguém já ousou batizar como Choque de Civilizações.

Basta observar atentamente o que ocorre no Continente Africano, onde as riquezas naturais não só são insuficientes para financiar o combate à fome e à miséria, como também servem de pretexto para assassinatos e violações em massa de populações inocentes. Na maior parte do mundo, a riqueza e a desigualdade ainda caminham lado a lado. Enquanto essa perversa equação não for solucionada, veremos o ser humano submetido à miséria e à injustiça.

Alguém já afirmou certa vez que a melhor maneira de se tornar universal é não perder de vista o que acontece ao nosso redor. Pois foi assim, Sr. Presidente, que Josué construiu uma obra que ao escrever sobre problemas brasileiros terminou identificando as origens de um problema de escala planetária.

Gostaria agora de reproduzir parte de um texto que Josué de Castro escreveu em maio de 1953, especialmente para o prefácio da sua primeira edição popular do livro **Geografia da Fome**, a sua obra mais conhecida internacionalmente.

Enquanto alguns apregoam que para salvar o país se faz necessária a reeducação das elites, aparentemente tão desviadas de seus deveres cívicos, de dirigir a vida pública, eu sou daqueles que acreditam que a nossa salvação está muito mais na educação adequada das massas, no seio das quais se encontram enormes reservas humanas até hoje deixadas à margem da ação política e social pela falta de recursos educacionais adequados e melhor distribuídos.

Em pleno século 21, infelizmente, a fome à qual se referiu Josué de Castro ganhou atuais e desafiadores contornos. Ela hoje não é apenas a situação de míngua, a escassez de alimento, a penúria, a miséria – tão evidentes durante o conturbado século passado. O uso do advérbio se faz necessário porque a fome diagnosticada por Josué de Castro permanece manchando a civilização contemporânea como uma chaga, um câncer sem cura.

O mais grave, no entanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o avanço tecnológico e a era da informação tornaram mais dramática e premente a necessidade de se combater com fervor e consistência o abismo que separa os pobres e os ricos.

A complexidade, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, do problema alimentar, exposta com pioneira perspectiva por Josué de Castro, só se sofisticou nas últimas décadas. E esta diferença não se pode avaliar

apenas pelo aspecto do consumo, de quem compra mais ou menos.

Nos últimos anos, o quanto as famílias consomem passou a ser um referencial quase que mágico para muitos analistas – dentro e fora do Governo. A meu ver, este é um imenso e aterrador equívoco político.

Sou favorável à consolidação de um forte e importante mercado consumidor no Brasil, mas isso é insuficiente para se construir uma sociedade mais justa.

No Brasil de 2008, existe uma grande fome a ser combatida, a ser debelada definitivamente: é a fome do conhecimento, é a carência do saber. Não foi por outra razão que Josué de Castro dizia que a salvação da nossa civilização está em assegurar Educação de qualidade para o nosso povo.

Como afirmou a professora Anna Maria de Castro, filha de Josué, a vida deste pernambucano foi uma grande lição de engajamento em sua própria realidade, sua própria cultura. Josué tentou criar, Sr. Presidente, uma teoria explicativa para a triste realidade do subdesenvolvimento, da pobreza e da miséria. Tentou modificar a história de seu país.

Anna, quero assegurar que concordo plenamente com você: é este homem que o Brasil de hoje precisa deixar de ignorar. Viva Josué de Castro.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Ao agradecer a fala do Senador Jarbas Vasconcelos, convido-o a assumir a Presidência, solicitando, desde já, que, se estiver de acordo, conceda-me a palavra em seguida.

O Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jarbas Vasconcelos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Um bom dia a cada uma e a cada um de vocês!

Eu quero agradecer, como fez o Senador Jarbas, a presença de cada um que aqui está. Agradecer também a presença do Prefeito da minha cidade, meu amigo João Paulo. Não tenho a menor dúvida de que, se Josué não tivesse nascido naquela cidade, dificilmente ele teria tido a oportunidade da convivência com a realidade que fez a sua cabeça, obviamente, cabeça privilegiada.

Meus cumprimentos à Anna Maria. Gostaria de vê-la mais vezes por aqui e não passar tanto tempo sem vê-la.

Ao Presidente da Mesa, Jarbas, quero agradecer a amizade antiga e o fato de estarmos juntos nesta homenagem ao Josué de Castro.

Ao Ministro Patrus, quero cumprimentá-lo como aquele que dirige, obviamente sob a administração do Presidente Lula, o maior programa de luta contra a fome que há hoje no Planeta inteiro. Não há nenhuma outra experiência desse tamanho.

À Tereza, quero agradecer a presença, representando o Centro Josué de Castro, e, aproveitando – não tomem como fisiologismo –, cumprimentar uma pessoa que não está presente, que foi o fundador do Centro Josué de Castro, Sérgio Buarque, meu irmão.

Dos que aqui estão, quero escolher duas pessoas para cumprimentar: o representante do Patriarca da Igreja Ortodoxa, que nos honra com sua presença, e Dom Mauro Morelli, meu amigo antigo, que tem sido um símbolo da luta contra a fome no Brasil.

Feitos esses cumprimentos, quero dizer que, antes de subir aqui, caminhando com vocês, uma pessoa me disse: “Mas ele tinha uma cara muito boa”. Realmente, tinha uma cara boa. Realmente, era uma pessoa que a gente podia dizer boa. A foto reflete muito a alma quando é feita por um bom fotógrafo. Essa foto reflete a alma de uma pessoa chamada Josué de Castro. Um homem que conseguiu juntar três coisas que raramente a gente consegue ver em qualquer lugar do mundo. Em primeiro lugar, um intelecto privilegiado, capaz de ser respeitado universalmente. Isso é muito raro, mas existem alguns. Além disso, um intelectual que quis transformar a realidade e foi político de sucesso. Isso não é tão comum, mas existem outros. Agora, além disso, foi um homem que conseguiu um destaque internacional que raramente se consegue.

Agora, algo que é quase impossível e que a gente raramente vê é alguém que reúna essas três qualidades: um intelecto privilegiado, respeitado, uma atividade transformadora na política e um respeito em todas as áreas por onde passou. Josué de Castro foi uma dessas raras pessoas.

Mas há detalhes mais específicos. É que ele foi um intelectual e um transformador com características diferentes da maioria. Como intelectual brasileiro, Josué conseguiu pensar o Brasil com os olhos de brasileiro, numa época em que os pensadores seguiam uma ou outra fonte internacional. Ele era marxista. Os outros pensadores ou eram marxistas, ou pensavam pela ótica da emancipação cristã, ou eram socialistas democráticos; mas quase todos estavam afinados com uma linha de pensamento importada. Josué não importou; Josué criou. Josué formulou, com olhos de brasileiro, a realidade brasileira. Isso temos poucos. Temos até alguns que conseguiram ajustar as teorias externas

para o Brasil, para a realidade latino-americana, como quase todo o pensamento cepalino conseguiu. Não era exatamente uma importação do marxismo, mas também não estava livre dessas raízes.

Josué foi um pensamento brasileiro, como Bonfim e poucos outros no Brasil. Mas não só isso é uma especificidade. Foi um pensamento que teve não apenas a independência de ser brasileiro no mundo influenciado pela Europa, Estados Unidos ou a União Soviética, mas ele foi também o pensamento contra a corrente do seu tempo.

Isso se vê no discurso que o Senador Jarbas fez: Josué, na hora em que todos falavam em ferro, ele falava em pão. E ele disse: “Não se mata fome com ferro”, como todos acreditavam que o desenvolvimento econômico faria. Todos acreditavam que mais indústrias significava mais comida. Josué teve a capacidade de se antecipar à realidade do final do século, quando se percebeu que mais riqueza não significa menos pobreza; que mais riqueza pode conviver com a tragédia da fome. Ele teve essa capacidade de ver antes. Poucos viram isso em toda a América Latina e em todo o Terceiro Mundo.

Nós – não me coloco no ponto de vista da responsabilidade específica, porque não tinha idade –, mas nós, os pensadores brasileiros de então, pensávamos que a industrialização era a mãe de toda a Justiça, quando ela termina sendo a mãe de muitas injustiças. Josué previu isso, e essa frase que eu falei não é minha: “Não se mata a fome com ferro. Mata-se a fome com pão”. Essa frase é dele, em algum de seus trabalhos.

Mas não é só isso. Há outra coisa forte: Josué foi um homem que fez cabeças. Não era um desses intelectuais que apenas têm alguns discípulos. Ele chegava onde os discípulos não sabiam que eram discípulos. Isso é raro. Ele não tinha apenas alunos; ele teve discípulos no sentido de que ele fez cabeças, e a minha é uma delas.

Há pouco, por conta da Bienal do Livro que vai realizar-se na próxima semana, um grupo de editores decidiu me fazer uma pergunta: quais os livros que haviam me influenciado de zero a 10 anos, de 10 a 20, de 20 a 30, de 40 a 50? Queria saber um livro. Na linha de 10 a 20, eu coloquei **Geografia da Fome**. Pode ser que tenha tido outros, mas o que me veio à cabeça foi **Geografia da Fome**. Aquele livro certamente mudou o meu rumo, porque nós todos, a cada minuto, mudamos de rumo. Mudamos de rumo conforme um filme que vemos, uma conversa que temos, um livro que lemos ou até um susto que levamos. **Geografia da Fome** foi um livro que me assustou, que me deslumbrou, que me formou.

Esse era Josué no que se refere à sua parcela intelectual. Mas não foi só isso. Ele não se acomodou na cadeira de maestro, na cadeira de professor, na cadeira de intelectual. Ele foi às ruas ganhar os votos para mudar o País onde ele denunciava as injustiças. Esse é um lado que a gente tem de respeitar, tanto quanto o lado daqueles intelectuais que formam cabeças, que inventam teorias, que são capazes de abrir os olhos de quem tem acesso àquilo que ele deixa.

Josué, portanto, foi um homem que juntou a capacidade de pensar o novo de uma maneira diferente, de influenciar pessoas que pensavam de um jeito e descobriram que o mundo era diferente, e que quis mudar esse mundo. Mas, sobre essa área dele, o Senador Jarbas falou muito bem. Quero falar de uma outra que tive a oportunidade de vivenciar: a generosidade.

Josué foi um homem que, no esplendor de sua vida, respeitado internacionalmente, morando em um bellissimo apartamento na França, recebia para conversar a mim e à Gladys, minha mulher, dois estudantes, nos 20 anos ainda, morando em uma casa de estudante. Ele nos tirava do restaurante universitário para tomar uma sopinha feita ou servida por Dona Gláucia, sua esposa. E ele conversava. Eu não entendi nunca por que ele tomava o tempo dele para conversar com a gente, e falava coisas que para nós eram absolutamente intocáveis, inatingíveis, como, por exemplo, quando ele dizia: “Ontem me ligou U Thant, Secretário-Geral das Nações Unidas”; “Na próxima semana, eu vou ao Marrocos”. Lembro-me desse dia. “E o Rei descobriu que eu vou e quer falar comigo. Eu não gosto de conversar com o Rei”; “Eu estou indo, tenho um encontro com Mao Tse-Tung”.

Esse era o homem internacional que convivia com um casazinho de estudantes. Talvez assim fosse pelo fato de sermos pernambucanos, mas, de qualquer maneira, foi uma generosidade que eu não pude, obviamente, esquecer nunca na minha vida. E isso, claro, me marcou; esse cosmopolitismo de um continente meu marcou, obviamente, a minha formação. Mas era um cosmopolitismo com raízes profundas na cidade onde ele nasceu, no Estado onde ele nasceu, na região nordestina onde ele nasceu, no Brasil onde ele nasceu, na América Latina onde ele nasceu, com raízes muito fortes.

Josué de Castro tinha esse cosmopolitismo com apego ao local, como Jarbas Vasconcelos disse aqui, e tinha uma visão generosa, não apenas a generosidade da opção pelos pobres, quando o resto fazia opção pela riqueza; não apenas a visão de que a Economia não resolve o problema da pobreza, de que a Economia existe para ensinar como aumentar a riqueza, com a ilusão de que essa riqueza vai sempre, ao

crescer, se distribuir como se estivesse dentro de um copo onde a água, ao chegar ao limite do recipiente, se espalha para os que estão fora. Josué percebeu – talvez não tenha dito – que, quando a água alcança o limite do copo, os ricos fazem o copo crescer para que a água não se espalhe. Essa é a característica especialmente do regime atual, chamado neoliberal, em que intrinsecamente é impossível ser distribuído aquilo que é produzido apenas pelas regras de mercado e da Economia.

Nós estamos aqui hoje para comemorar o centésimo aniversário que ele faria dentro de alguns dias, e comemorando-o pelo que deixou, junto com os milhões que, sem saberem até que ele existiu, pensam conforme ele escreveu, conforme ele lutou para tornar diferente o país e o mundo.

Eu concluo apenas dizendo que a esta comemoração gostaria de agregar uma outra pessoa, que viveu quase exatamente o número de dias que viveu Josué, uma pessoa que nasceu alguns dias antes dele, em 26 de junho, e morreu poucos dias antes dele, no dia 11 de setembro. Refiro-me ao Presidente Salvador Allende. Eles viveram quase que exatamente o mesmo número de dias: nasceram quase no mesmo dia e morreram quase no mesmo dia.

E não foi por acaso que Josué morreu naquele dia. A meu ver, ele morreu, sobretudo, do mesmo mal que matou outras pessoas: a tristeza com o fim da experiência chilena, que era a esperança de um novo rumo, no qual poderiam se casar democracia e igualdade. A mesma doença que matou, quase que no mesmo dia em que morreu Josué, Pablo Neruda. Morreram de tristeza, mas deixaram a alegria daqueles que se alegram ao usar o intelecto e se alegram ao militar, caminhando nas ruas, para entender a realidade e mudá-la.

Esta é a grande lição de Josué: ele ajudou a entender a realidade e lutou para mudá-la. Que viva muitos anos, muitas décadas, muitos séculos! Que viva Josué e que sigamos o seu exemplo!

Muito obrigado pelo privilégio de estar aqui falando talvez do mais importante personagem que eu conheci na minha vida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. PMDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges pela Liderança do PMDB.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jarbas Vasconcelos, Presidente desta sessão especial do Senado Federal; nosso querido Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Patrus Ananias; Sr^a Socióloga Anna Maria Castro, filha do nosso homenageado; Senador Cristovam Buarque, que

acabou de deixar esta tribuna; nosso querido Senador Marco Maciel do Estado de Pernambuco; Sr^a Tereza Sales, Presidente do Centro Josué de Castro; nosso Prefeito de Recife João Paulo Lima e Silva, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, “Fome é expressão biológica de males sociais”. Com essa frase lapidar, o pernambucano médico, geógrafo, professor, escritor, sociólogo, intelectual e político, que faria cem anos no próximo dia cinco de setembro se vivo ainda estivesse, sintetizou “*Geografia da Fome*”, no seu livro de título homônimo.

Josué de Castro, o inconformado nordestino que chegou a embaixador do Brasil junto aos Órgãos das Nações Unidas, em Genebra, teve seus direitos políticos cassados em 1964.

Foi mais uma vítima da ditadura daqueles anos complicados que o País viveu, quando injustiças foram cometidas sem dó, vozes foram caladas na marra e talentos sucumbidos a baionetas.

A sua cassação, todavia, não tirou o brilho de sua cátedra, uma vez que foi um professor brilhante, nem apagou a sua notável passagem pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), oportunidades nas quais foi fiel ao tema que elegeu para lutar, destrichar, dissecar, radiografar e combater ao longo de toda a sua vida: a fome.

Esta sessão solene, Sr. Presidente, é especialmente oportuna porque o Brasil comemora, desde ontem, a augusta divulgação de estudos do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e da Fundação Getúlio Vargas, demonstrando que, em seis anos, três milhões de brasileiros entraram na classe média nas grandes capitais.

E tem mais: embora ainda haja desequilíbrio na distribuição de renda, a classe média já é maioria no País, e a pirâmide social brasileira começa a se inverter.

São números animadores, alvissareiros, porque, como dizia o nosso homenageado, “a fome é um flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”.

O livro de Josué de Castro **Geografia da Fome** foi lançado em 1946.

Já foi traduzido para 25 idiomas. Desta forma, e há mais de cinquenta anos passados, ele criava uma teoria explicativa para a fome como a triste perversidade do subdesenvolvimento, fruto do desrespeito do homem pelo homem, filha das distorções econômicas e irmã do descaso social e nefasto.

No seu romance **Homens e Caranguejos** há uma passagem impagável que descreve a fome e a forma como ela corrói a dignidade humana, até subtrair-nos a vida no sentido lato.

Diz assim:

(...) Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capiberibe, nos bairros miseráveis do Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi a minha Sorbonne. A lama dos mangues de Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo.

São seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo – este leite de lama –, se faziam irmãos de leite dos caranguejos.

Cedo me dei conta desse estranho mimetismo: os homens se assemelhando em tudo aos caranguejos. Arrastando-se, acachapando-se como caranguejos para poderem sobreviver.

A impressão que eu tinha era de que os habitantes dos mangues – homens e caranguejos nascidos à beira do rio – à medida que iam crescendo, iam cada vez se atolando mais na lama.

Foi assim que senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome. (...)

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqueles que já sentiram sabem que a fome dá a noção exata da nossa pequenez. Sacos vazios, de fato, não ficam em pé.

Outro dia lembrei aqui, nesta tribuna, a célebre frase do Ministro José Américo de Almeida. O parai-bano, que iniciou o gênero regionalista na literatura brasileira, deu um tiro certeiro de espingarda calibre 12 quando sentenciou que “meio-dia já é tarde para quem tem fome”.

Eu gostaria de encerrar, Sr. Presidente, lembrando uma frase do nosso homenageado, que mais do que um aforismo, é uma sentença de vida e morte: “No mangue, tudo é, foi ou será caranguejo, inclusive o homem e a lama.”

É para fazer pensar...

Parabéns ao Brasil, aos brasileiros, aos que trabalham, aos que dão emprego, aos que comem, aos que dão de comer, pela vitória que obtivemos nesse flagelo chamado fome!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. PMDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel pela Liderança do Democratas.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exm^o. Sr. Presidente da presente sessão, Senador Jarbas Vasconcelos, saúdo o Exm^o. Sr. Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a Socióloga Ana Maria Castro, filha do homenageado; a Sr^a Tereza Sales, Presidente do Centro Josué de Castro; o Exm^o Sr. João Paulo Lima e Silva, Prefeito da cidade do Recife; o Padre Emanuel Sofoulis, Patriarca Ecu- mênico da Arquidiocese Grega Ortodoxa de Buenos Aires e da América do Sul; Dom Mauro Morelli, que tem trabalhado na implementação dos programas de combate à fome em nosso País; os Membros do Corpo Diplomático presentes; o Dr. José Arlindo Soares, Diretor Técnico do Centro Josué de Castro e Secretário de Estado em Pernambuco; o Desembargador Romero de Oliveira Andrade, do Tribunal de Justiça de Pernambuco; a Sr^a Rosane Cunha, Secretária Nacional de Renda e Cidadania – MDS; e demais outras autoridades presentes ou representadas.

Senhoras e Senhores, desejo iniciar as minhas palavras cumprimentando os Senadores Jarbas Vasconcelos e Cristovam Buarque, sempre atentos às questões nordestinas e brasileiras, por haverem requerido essa sessão especial pela passagem dos cem anos do nascimento do médico, cientista e humanista Josué de Castro.

Josué de Castro foi, como sabemos, um dos intelectuais pernambucanos com reconhecimento internacional na linha de Oliveira Lima e Gilberto Freire. A marca diferencial de Josué de Castro está no fato de haver ele se destacado no combate ao problema ainda número 1 da humanidade, a fome, conforme os títulos de suas principais obras: **Geografia da Fome**, no Brasil, e mesmo **Geopolítica da Fome** em escala mundial. A americana Prêmio Nobel da Literatura, Pearl S. Buck e o inglês Lord John Boyd, Prêmio Nobel da Paz, prefaciaram muito elogiosamente o segundo livro dele, ambos traduzidos em vários idiomas.

Geografia da Fome, publicado em 1947, tem como subtítulo *O dilema brasileiro* e é dedicado a Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo, primeiros cientistas sociais brasileiros a se interessarem pela causa, pelo tema, assim como a Raquel de Queiroz e o José Américo de Almeida, entre tantos outros romancistas.

Alceu Amoroso Lima, grande expressão do pensamento social brasileiro, logo declarou ser o referido livro um dos clássicos do nosso País.

Em longas e largas pesquisas empíricas, Josué de Castro ali conseguiu subdividir as várias regiões brasileiras, conforme os seus índices de subnutrição.

Não podemos deixar de lembrar a contribuição do professor Nelson Chaves, também dedicado ao tema

e muito interessado, portanto, em políticas que pudessem minimizar as distâncias sociais no Brasil.

Josué de Castro conclui **Geografia da fome**, clamando: “A vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração” (e podemos estendê-la às seguintes) – “como um símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento.” Realmente, não há desenvolvimento social sem erradicação da fome, reduzido na prática a um mero e desigual crescimento econômico.

Geopolítica da fome apareceu em 1951 e também nasceu clássica. Para o cientista social Josué de Castro “geopolítica não é uma arte de ação política na luta entre os Estados, nem tampouco uma fórmula mágica de predizer a história”. Assim ele superava as vinculações negativas do conceito na época, definindo-o como “apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos em sua realidade espacial, com as suas raízes mergulhadas no solo ambiente. Poucos fenômenos têm interferido na conduta política dos povos, como o fenômeno alimentar”, “daí, a viva e crua realidade de uma geopolítica da fome”.

Na obra **Geografia da fome**, Josué de Castro pesquisou a fome por regiões brasileiras; em **Geopolítica da fome** o fez por continentes, desde a Ásia e a África ainda tão atingidas, à própria Europa onde ela voltara durante a Segunda Guerra Mundial, e às Américas, principalmente a do Sul, onde o problema também existe em grande escala.

Ele explica a questão como “fenômeno universal”, com “matizes” específicos na luta por “um mundo sem fome”, pois “a ciência abre novos caminhos” para a abundância alimentar pelas novas tecnologias agrícolas.

Sr. Presidente, coube a Josué de Castro – convém assinalar – o pioneirismo da vinculação entre política, economia e ciência agrária no estudo e na solução do problema alimentar em larga escala nacional, não somente brasileira, mas mundial. O seu nome permanecerá ligado a estas pesquisas e à luta pela solução da questão das carências alimentares. Daí, o merecido e justificado reconhecimento que ele logo recebeu.

A obra de Josué de Castro alcançou, assim, grande repercussão dentro e fora do Brasil. Poucos autores brasileiros obtiveram tanta projeção nas ciências sociais no exterior como Josué de Castro.

Por incrível que possa parecer, apesar das modernas tecnologias e consciência que a questão alimentar desperta, a fome continua afligindo as próprias raízes da humanidade. Ele conclui **Geopolítica da fome** com a exortação, infelizmente atual: “O caminho da sobrevivência ainda está ao alcance do homem e repousa na confiança que devemos depositar em nossas próprias forças”.

Josué de Castro percebeu o problema antes e melhor do que outros pensadores do seu tempo e dos anteriores. Os livros dele e sua profícua e longa atuação na FAO logo o projetaram.

Mesmo solicitado por muitos países, Josué de Castro se conservou concentrado nos trabalhos na sede da FAO em Roma e teve pleno testemunho de seu trabalho no Brasil, ao se eleger, em duas legislaturas, Deputado Federal por Pernambuco, graças, inclusive, aos seus recursos oratórios, e desempenhou com grande êxito os seus mandatos. Foi um homem do mundo, mas sempre fiel à sua terra natal.

É ao pernambucano cosmopolita e ilustre, ao médico social dedicado ao combate pela erradicação do problema internacional ainda número um, o da fome, ao cientista e humanista coerente com os seus ideais, por eles tanto sofrendo pessoalmente, que me associo em sincera homenagem. A sua vida foi uma permanente doação à causa do combate à fome e esta sessão do Senado Federal expressa – penso e tenho certeza – o sentimento de toda a Nação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. PMDB – PE) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – De acordo com o Regimento Interno, peço licença para falar sentada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. PMDB – PE) – Pois não.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar os proponentes desta sessão de homenagem pela iniciativa, mas também quero agradecer ao PT pela oportunidade de falar nesta sessão de homenagem, cumprimentando o Senador Jarbas Vasconcelos, que foi o primeiro signatário desse requerimento e preside os trabalhos; o Senador Cristovam Buarque, que também assina esta sessão de homenagem; o Exm^o Ministro de Estado Patrus Ananias, meu amigo e parceiro durante cinco anos de profícuo trabalho; a Sr^a socióloga Anna Maria Castro, filha do homenageado; o Sr. João Paulo Lima e Silva, prefeito de Recife; a Sr^a Tereza Sales, Presidente do Centro Josué de Castro; e todos os presentes nesta sessão solene.

Fica muito difícil dar prosseguimento às homenagens quando já foram feitas tantas manifestações colhendo os frutos e os louros da vida do homenageado. Mas como o nosso homenageado, Josué de Castro, tem muitos frutos, muitas raízes e muitas flores, sempre haverá espaço para que possamos colher dessa árvore frutífera uma parte para fazer a nossa manifestação.

E como alguém já disse no filme *O Carteiro e o Poeta*, a poesia não é de quem faz, mas de quem precisa, também o discurso não é de quem faz, mas de quem precisa. E sempre uso essas palavras para alimentar as minhas falas. Ouvi, aqui, várias manifestações homenageando a memória de Josué de Castro e achei muito interessante. E gostaria de repeti-las porque, talvez, elas digam aquilo que todos nós gostaríamos de dizer. Ele deu sua contribuição como filósofo, como geógrafo, como antropólogo, para esses ramos do conhecimento nos espaços acadêmicos em que atuou, para além dos inúmeros papéis que desempenhou, das funções importantes que ocupou, da forma como foi acolhido e reconhecido no cenário internacional pela sua produção intelectual, mas, sobretudo, pelo seu compromisso ético e moral, porque, às vezes, se pode produzir algo árido e, às vezes, produz-se algo que é muito fértil, porque essa fertilidade vem do compromisso e do coração. É isso que podemos identificar na sua vida e na sua obra.

Então, há uma frase do Betinho em que ele faz menção a algo que ele diz que foi Josué que disse. É o seguinte: “Não se morre só de enfarto ou de glomerulonefrite crônica. Morre-se também de saudade”. Acho que ele tem inteira razão, porque, além de morrer de fome, também morreremos de saudade, também morreremos pela falta de sentido, pela falta de compromisso.

E nunca me canso de citar, e acho bem interessante as coisas que escreve o psicanalista italiano Contardo Calligaris, que diz que a nossa sociedade, a nossa cultura, é adoecida por falta de significado e de significação. E quando não somos capazes de significar a nossa vida, o nosso compromisso, não somos capazes de dar sentido àquilo que vivemos, e aquilo que vivemos acaba se transformando num sintoma, e um dos piores sintomas que temos é o sintoma da fome, porque ele se manifesta em algo muito concreto, desconstituindo a cultura, desconstituindo os valores e desconstituindo a própria vida.

De sorte que tem inteira razão, morreremos de saudade e de outras coisas que não são, digamos assim, tão letais, mas que são responsáveis pela letalidade daquilo que leva à fome, ao descompromisso e ao não uso das forças e das energias que temos para aquilo que é ético, aquilo que é moral, aquilo que é constitutivo da vida, como diz o Frei Leonardo Boff.

E lembrando as palavras sempre corajosas do nosso querido Professor Darcy Ribeiro, ressalto que só ele poderia falar algo de uma pessoa com tanta sinceridade. E fico lembrando do Darcy aqui, neste plenário, dizendo as coisas. E sempre dizia: só o Darcy pode falar tantas vezes “povo brasileiro, povo brasileiro, povo brasileiro” sem parecer demagogia. O único

político do mundo que podia falar de boca cheia “povo brasileiro” é o Darcy Ribeiro. Qualquer um de nós que fique falando “povo brasileiro” faz parecer demagogia. E o nosso grande Senador Darcy Ribeiro e grande antropólogo e cientista disse o seguinte:

Josué era uma das pessoas que eu mais admirei. Eu digo mesmo que Josué é o homem mais inteligente e mais brilhante que eu conheci”. “[...] o diabo é que me dava uma inveja enorme – Josué era brilhante em todas as línguas... Incrível!” “[...] mas isso do intelectual mais eminente do País, a figura mais importante do território brasileiro, a mais visível [o que ele era]... esse, ser levado à morte em tristeza, querendo vir”. Darcy Ribeiro.

Quando ele disse que tinha inveja, isso é um dos maiores elogios, porque só dois gigantes podem sentir inveja um do outro sem que um não se sinta diminuído e sem que a gente possa acreditar que seja qualquer tipo de inveja mesquinha. Eu acho que todos nós aqui estamos fazendo esta homenagem porque estamos diante de um precursor.

O Senador Suplicy ontem fez uma homenagem ao filósofo Josué de Castro – vou tratá-lo assim – e ele me ligou, já com a porta do avião fechando, e eu ouvindo dizer que tinha que desligar o celular, mas, na persistência “suplicystica”, ele me dizia: “Marina, diga que eu não posso estar lá. Mas diga que, em 1956, Josué de Castro fez, na Câmara dos Deputados, a primeira manifestação sobre uma renda de cidadania para todos os brasileiros”.

Isso o Suplicy me disse ainda há pouco, antes de vir para cá.

Ouvindo lá, do meu gabinete, o Senador Cristovam dizendo que ele foi um dos intelectuais mais importantes na sua formação, fico imaginando quantos não foram alimentados por essas raízes, quantas pessoas não foram embevecidas pelo aroma dessa árvore frondosa. E eu fiquei pensando nas palavras do maior orador da cultura e da língua portuguesa, Padre Antônio Vieira, que disse que um pigmeu, nos ombros de um gigante, consegue ver mais além. E todos nós nos sentimos, às vezes, pigmeus nos ombros de determinados gigantes. E é incrível, ele diz aqui também, que eles viram antes de nós para que pudéssemos enxergar mais longe. Eles viram antes de nós, e aí se constitui o mérito, porque, por mais que possamos avançar nos conceitos, nas formulações, nas respostas e até na implementação das políticas sociais, eles serão sempre maiores, porque eles são o primeiro degrau. E o primeiro degrau é que é importante, porque o último degrau pode ser o menor, diz Antônio Vieira, mas sobre esse último degrau pode-

mos enxergar mais longe, porque o profeta da história é aquele que é capaz de confirmá-la na própria história, e foi isso que ele fez. Numa fala profética – que metaforicamente aqui uso porque ele fazia também ciência, mas uma ciência que tinha a competência de lidar, sobretudo, com o humano – dizer que a gente morre também de saudade é a maior radicalidade dessa fragilidade humana colocada a serviço da ética, da ética que o Senador Cristovam muitas vezes diz que está na pré-história da técnica. Porque nós temos tecnologia e conhecimento para produzir grãos – vou utilizar uma palavra bem nordestina e bem nortista – para empanzinar o planeta; no entanto, nós temos pessoas que passam fome. Nós temos tecnologia que nos levam à Lua, nos levam a lugares que nem imaginamos, mas nós temos pessoas que não têm sequer uma casa modesta para morar. Nós temos tecnologia para nos comunicar em tempo real, mas não temos a ética que nos faz sentir e agir em tempo real para diminuir a fome daqueles que, como diz Dom Mauro Morelli, não têm, não sabem e não podem. Não ousamos avançar na ética para que a nossa técnica possa ser colocada a serviço dos que não têm, não sabem e não podem para que um dia possam, saibam e tenham.

E eu fico muito feliz de ser um pigmeu que, inspirada nesses gigantes, propôs aqui a Comissão de Combate à Pobreza e que, junto com o então Governador Cristovam, tentamos criar um fundo nacional de combate à pobreza. E fico feliz que tenhamos agora resultados na agenda social de diminuição dos índices de pobreza. E aí, meu amigo Patrus Ananias, eu sei do seu esforço, da sua dificuldade para fazer as políticas sociais avançarem no sentido de uma inclusão produtiva, ainda que ela não aconteça da noite para o dia – e os índices que foram colocado aqui ainda há pouco pelo colega Senador que me antecedeu são animadores, mas nós sabemos, é apenas o começo.

Com certeza, aqueles que iniciaram antes de nós essa reflexão e que fizeram o mapa e a geografia da fome nos ajudam agora a fazer o mapa e a geografia do compromisso, do compromisso em fazer com que aquilo que dizemos tenha efetividade, para que não sejam consensos ociosos.

Então, só quero mesmo agradecer, como mulher de fé que sou, porque, graças a Deus, não depende de ter fé para ser iluminado.

Muito obrigada. Parabéns.

Não estou dizendo que ele não tinha fé, só estou dizendo que as coisas grandiosas tomam conta de todos os corações. Muitas vezes – repito – não somos nós que temos a causa, é a causa que nos tem. E eu acho que a causa da inclusão social, a causa do combate à pobreza, a causa da busca da dignidade da pessoa humana,

para que ela possa viver entendendo que combinar pão e verbo é fundamental para que se tenha uma vida fértil e, sobretudo, para que se tenha sentido, uma vida com significado, é fundamental. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. PMDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador José Nery, pela Liderança do PSOL.

Chamo a atenção da Casa no sentido de que existem apenas mais dois oradores inscritos: os Senadores Pedro Simon e Mão Santa.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Jarbas Vasconcelos, saúdo o Sr. Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias; saúdo a socióloga Anna Maria Castro, filha do homenageado; bem como o Senador Cristovam Buarque; a Srª Tereza Sales, Presidente do Centro Josué de Castro; o Sr. Prefeito de Recife, João Paulo Lima e Silva; saúdo também outras autoridades presentes: o Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Dr. Romero de Oliveira Andrade; Dom Mauro Morelli, a quem homenageio pela luta em defesa dos excluídos e de combate à fome em nosso país; o Patriarca da Igreja Ortodoxa; saúdo as senhoras e senhores membros e presidentes de organizações não-governamentais; a todos os Srs. Senadores e a todas as Srªs Senadoras e a todos os pernambucanos e pernambucanas que comparecem a esta sessão do Senado em homenagem a um grande brasileiro. Quero cumprimentar, com uma saudação especial, os Senadores Jarbas Vasconcelos e Cristovam Buarque, proponentes desta sessão especial a que, com certeza, todo o Senado Federal se associa.

Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, “um dos traços fundamentais de Josué de Castro era a sua clarividência. A clarividência é uma virtude que se adquire pela intuição, mas sobretudo pelo estudo. É tentar ver a parte do presente que se projeta no futuro”. Estas não são palavras minhas; elas pertencem ao também geógrafo Milton Santos.

É rica a biografia de Josué de Castro, já mencionada pelos oradores que me antecederam, mas não é demais repetir alguns feitos da extraordinária trajetória desse brasileiro que nasceu em Recife, em 1908. Formou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em 1929; foi Livre-docente em Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife, em 1932; professor catedrático de Geografia Humana na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, de 1933 a 1935; de Antropologia, na Universidade do Distrito Federal, de 1935 a 1938; e de Geografia Humana, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, de 1940 a 1964.

O médico, sociólogo, político e geógrafo Josué de Castro foi responsável pela colocação do tema “fome” na pauta acadêmica e política de nosso País e do mundo, e falou, com muita simplicidade, como teve contato com essa temática.

O próprio Josué de Castro revela que não foi na Sorbonne nem em qualquer outra universidade que travou conhecimento com o fenômeno da fome, mas na sua convivência, nos mangues, com os pobres, com os moradores dos bairros de Recife. Esses seres humanos, às vezes, até se pareciam, pensavam e se sentiam como caranguejos. E foi nessa realidade que ele conheceu e vivenciou o tema da fome.

Josué de Castro, em 1933, chefiou a Comissão que realizou o inquérito sobre as Condições de Vida das Classes Operárias do Recife, que foi o primeiro dessa natureza levado a efeito no País. Três anos mais tarde, foi membro da Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro, realizado pelo Departamento Nacional de Saúde. Dedicou sua vida ao estudo do fenômeno e ao combate à fome; foi idealizador, organizador e Diretor do Serviço Central de Alimentação, depois transformado no Serviço de Alimentação da Previdência Social, de 1939 a 1941; foi Presidente da Sociedade Brasileira de Alimentação, de 1942 a 1944; foi idealizador e Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil em 1946.

Em 1946, publicou o livro **Geografia da Fome**. Esta obra colocou a fome no panorama político. Na oportunidade, Josué de Castro buscava identificar os motivos de a fome aparecer como um verdadeiro tabu nos debates políticos e acadêmicos:

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro de seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública.

Em 1947, Josué de Castro foi Delegado do Brasil na Conferência de Alimentação e Agricultura nas Nações Unidas, convocado pela FAO. De 1952 a 1956, foi Presidente do Conselho da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. Foi Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, de 1954 a 1962. Em seguida, tornou-se Embaixador do Brasil na ONU.

Demitiu-se em virtude do golpe militar de 31 de março de 1964, que, através do Ato Institucional nº 1, cassaria seus direitos políticos em 9 de abril do mesmo ano.

Portanto, nada mais oportuno do que comemorar o centenário do nascimento de Josué de Castro no momento em que o mundo atravessa uma crise alimentar, crise esta que afeta diretamente o nosso País.

É uma oportunidade para registrar que o atual modelo agrícola privilegia o agronegócio, produzindo os desertos verdes das monoculturas de eucalipto, pinus, soja, cana-de-açúcar e algodão, a migração de milhares de assalariados superexplorados e o trabalho escravo; que o incentivo massivo ao biocombustível como uma das matrizes energéticas representa mais uma ameaça à soberania e à segurança alimentar, pois a tendência é a expansão dos monocultivos nos vários biomas; que a liberação dos transgênicos pelo Governo brasileiro negou o princípio da precaução e colocou em risco a saúde da população e o meio ambiente; que os grandes projetos de integração e infra-estrutura para a Amazônia e a América do Sul, conhecidos como IIRSA, e o Projeto de Transposição do rio São Francisco não garantem o acesso à água às populações mais vulneráveis, aprofundando a concentração de terras e provocando a expulsão das populações locais e tradicionais, colocando em risco a segurança alimentar e nutricional das famílias que vivem no entorno das áreas envolvidas com esses projetos.

Observei, quando o Senador Jarbas Vasconcelos fazia, aqui, o seu pronunciamento de homenagem, que S. Ex^a falou da fome do conhecimento, da fome da educação, por cuja erradicação é necessário e urgente trabalharmos. Eu diria que, igualmente, temos fome de justiça em nosso País: de justiça social, de igualdade, de respeito aos direitos fundamentais, diante de tantas tragédias, de tanta violência e insegurança, do desprezo aos direitos dos povos ancestrais e tradicionais. A violência é cometida todos os dias, todas as horas, por atos, por palavras, por medidas, muitas vezes por agentes do próprio Estado ou agentes do poder econômico que dominam a sociedade. Eu diria que há fome de justiça também pela punição daqueles que, em passado recente, no período do regime de exceção e da ditadura, promoveram atos de brutalidade, de tortura, de violência institucional, de cassação de direitos.

Josué de Castro foi uma das vítimas dessa violência do Estado brasileiro, no regime militar. Era representante do Brasil na ONU e cassaram seus direitos políticos.

Talvez alguém me pergunte: “Mas por que o senhor fala em fome de justiça?” Porque o Brasil, na verdade, tem fome de justiça para garantir a punição exemplar daqueles que cassaram, mataram e torturaram. Falo disto

porque, nesses dias, por iniciativa de dois Ministros da República, Tarso Genro e Paulo Vannuchi, veio à tona o tema da revisão da Lei da Anistia, que, perversamente, trata como crimes conexos aqueles praticados como atos de combate, de enfrentamento ao regime vigente à época, a ditadura, e daqueles que cometeram a violência da tortura sob todas as formas.

Ao trazer esse tema para o debate na sociedade brasileira, por meio de um seminário, percebemos, tristemente, que vários setores da sociedade brasileira – o que lamento – fazem reprimendas públicas, ou mesmo veladas, à iniciativa de tratar do assunto “punição dos torturadores”, seja ela tortura física ou psicológica, seja ela a tortura do exílio e da saudade, o que levou à morte Josué de Castro, em 23 de setembro de 1973. Com certeza, iniciativas dessa natureza devem merecer de toda a sociedade – do Parlamento, da imprensa, dos sindicatos, dos movimentos sociais –, enfim, dos que têm responsabilidade com a construção de um País mais justo, mais digno e verdadeiramente democrático, o mais veemente repúdio, para que não se deixe a história ser jogada debaixo do tapete. É preciso, verdadeiramente, passar o Brasil a limpo. Isto significa punir, com rigor, aqueles que, na ditadura, usando de todos os mecanismos possíveis para intimidar, caluniar, prender, cassar, torturar e assassinar, hoje, vivem por aí, livres, leves e soltos como a zombarem daqueles que perderam seus entes queridos, dos que foram vítimas de um dos períodos mais tristes da nossa história.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. convidados, ao homenagearmos Josué de Castro, que lutou e combateu a fome – a fome de alimentos, a fome da nutrição necessária à vida humana, a fome de conhecimento de que falava o nosso Senador pernambucano Jarbas Vasconcelos, a fome de educação – elenco mais uma: a fome de justiça. E isso faz com que possamos, todos, nos empenhar para que o Brasil, que há vinte e poucos anos encerrou o período da ditadura, possa se libertar.

Quem trata desse tema quer provocar a cizânia, quer abrir feridas? Não. As feridas existem, estão abertas; e só há um jeito de curá-las: fazemos um acerto de contas com a história, Senador Cristovam Buarque.

O Governo do Presidente Lula tem de ter a responsabilidade, a coragem e a ousadia de promover, sim, a revisão da Lei da Anistia, para punir todos os criminosos que, como agentes do Estado brasileiro, expulsaram, mataram, cassaram, violentaram a vida de milhares de brasileiros. E a primeira medida a ser tomada com esse fim seria a abertura dos arquivos da ditadura para saber onde estão todos os vitimados pela violência institucional do regime militar.

Senador Cristovam Buarque, talvez, muitos podem estar se perguntando: “Por que falar desse período numa homenagem a Josué de Castro?” Porque o seu senso de humanismo, de justiça, de igualdade, de decência, pede para combater a fome, para combater a miséria, para combater o analfabetismo, por meio da educação, e também para que se faça justiça, punindo exemplarmente aqueles que, inclusive, foram responsáveis por Josué de Castro não retornar ao nosso País e aqui não pudesse desenvolver, até o último dos seus dias, seus projetos, pesquisas, estudos, ajudando-nos, como bem poderia ter feito em boa parte da sua vida, quando foi obrigado, inclusive, a se exilar do País.

É por essa razão que, ao brilhantemente proporem essa homenagem a Josué de Castro, os Senadores Cristovam Buarque e Jarbas Vasconcelos merecem de todos nós o reconhecimento e o agradecimento pela oportunidade.

Falar sobre Josué de Castro faz-me lembrar de outra iniciativa proposta pelo Senador Cristovam Buarque, que solicitou – e me parece já está aprovada – a realização de uma outra sessão especial para homenagear um cearense de origem, mas um pernambucano de corpo e alma: Dom Hélder Câmara, cujo falecimento, no dia 28 próximo, completa nove anos. Tenho certeza de que os pernambucanos e pernambucanas se orgulham muito de, ao longo daquele período tão difícil da vida nacional, haver tido um religioso, o Bispo da Teologia da Libertação, dos pobres, oprimidos e perseguidos, que não se cansou de defendê-los. Essa importante figura da nacionalidade também será homenageada no final deste mês por este Senado Federal.

Assim, neste mês de agosto, o Senado Federal, que muitas vezes é marcado por fatos que o diminuem, terá pelo menos dois grandes motivos para nos trazer orgulho: a homenagem a dois brasileiros da coerência, da história e da trajetória de Josué de Castro e de Dom Hélder Câmara.

Minhas saudações a todos e um grande abraço!

Parabéns pela iniciativa, e a certeza de que precisamos continuar juntos, lutando para que o nosso País possa, verdadeiramente, encontrar-se com o seu destino, aliás, não é isso que querem os especuladores, os poderosos, os quais, todos os dias, inventam fórmulas de continuar dominando nossa gente, nosso povo.

Vamos nos unir, cada vez mais, para promovermos as mudanças que o Brasil realmente precisa para ser um País mais digno e mais justo!

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Jarbas Vasconcelos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Agradeço ao Senador José Nery pelas palavras.

Convido o Senador Pedro Simon para fazer uso da palavra.

Aproveito para lembrar aos presentes que, quando terminar a sessão, vamos inaugurar a exposição dedicada a Josué de Castro, localizada na entrada principal do Senado. Deixaremos o plenário, descenderemos a escada e lá estaremos.

Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam Buarque, Presidente desta sessão e Senador Jarbas Vasconcelos, ilustres autores do requerimento de realização desta sessão; Sr^a Socióloga Anna Maria Castro, filha do homenageado; Sr^a Tereza Sales, Presidente do Centro Josué de Castro; Prefeito do Recife, João Paulo Lima e Silva; Ministro do Desenvolvimento Social de Combate à Fome, Patrus Ananias; ilustre Ministro amigo, Bispo Mauro Morelli, duas pessoas que nos ajudam a lembrar a figura do nosso homenageado, mostrando que se está fazendo coisa positiva.

O Bispo Mauro Morelli, junto com Betinho, pela primeira vez levantou a hipótese de se fazer algo concreto com relação ao combate à fome, que era um movimento extraordinário, que realmente teve início e não acabou. Foi grande aquele início em que Dom Morelli e Betinho, com o apoio do Presidente, lançaram o grande movimento de combate à fome.

Hoje, tenho dito e tenho repetido que admiro muito V. Ex^a, Ministro Ananias, porque reconheço que esse é um grande plano, grande lado positivo. V. Ex^a tem uma dignidade digna de respeito. Não vejo V. Ex^a anunciar o plano, eu não vejo V. Ex^a sair pelo Brasil a lançá-lo, como muitas pessoas o fazem. V. Ex^a não. V. Ex^a realiza, mas não tenta somar o que poderia somar imensamente, que é esse extraordinário plano.

Meus irmãos, a comemoração pelo centenário de nascimento de Josué de Castro nos dá, neste momento, uma das mais importantes oportunidades para discutir um tema que, para mim, deveria estar na ordem do dia de todos os parlamentos de todos os países do mundo, em todas as mídias, em todas as universidades, em todas as Igrejas e em todas as organizações da sociedade mundial.

Eu não consigo imaginar o mundo em paz, mesmo que sem as barbáries dos senhores da guerra, enquanto milhões de pessoas ainda sofrem a dor da fome, embora tamanhas sejam as nossas possibilidades de produzir alimentos. Mais do que isso, tamanhos são os desperdícios, muitas vezes regados pela ganância

e pela insensibilidade de quem a loteria biológica propiciou fartar-se em cima dos outros.

Josué de Castro faria, no próximo dia 5 de setembro, cem anos. Desde menino, segundo ele próprio, viu a miséria nos mangues e alagados do Recife. Fez da medicina um sacerdócio.

Buscou, sempre, a cura da dor da fome.

Reuniu seus conhecimentos numa publicação traduzida em dezenas de idiomas, **A Geografia da Fome**, há pouco mais de seis décadas.

As nossas homenagens a Josué de Castro. Mas, o que mais me preocupa, neste momento, é dizer que esta mesma homenagem vem realmente em boa hora.

Isso significa que, passado um século, e mais de sessenta anos depois de ele publicar sua principal obra, ainda debatemos, com mais necessidade, o tema que o fez tão conhecido em tantos países.

Há poucos meses, cientistas de quarenta países, reunidos pela Organização das Nações Unidas, elaboraram um documento dos mais importantes sobre o futuro da humanidade, tendo em vista o chamado “aquecimento global”.

Se as projeções se confirmarem, haverá uma “geografia da agricultura” diferente da atual.

A estrutura produtiva de imensas regiões será modificada.

A produção de alimentos e a geografia da fome também serão profundamente modificadas.

Se nada ou pouco acontecer em sentido contrário, grandes ondas de migração modificarão, por completo, a demografia do planeta.

Será que é necessário um novo Josué de Castro para nos mostrar como será, daqui a sessenta ou cem anos, a nova geografia da fome?

Parece que não, porque, como ele, sabemos onde e como vivem os miseráveis de hoje, e, igualmente como ele, também sabemos que a fome não é um flagelo gerado por condições naturais, mas por falta de ação de todos os homens.

Há um flagrante flagelo anunciado, agora fundamentado pelo estudo da ONU. Mas, não podemos nos esquecer jamais de um flagelo vivenciado por todos nós, aqui e agora, que atinge mais de um bilhão de pessoas em todo o planeta: a mesma fome, tão bem denunciada e estudada por Josué de Castro, na metade do século passado.

Um, em cada seis seres humanos, nossos irmãos, dormirá a próxima noite, com fome. Fome crônica! Uma fome que mata um nosso contemporâneo, muitas vezes conterrâneo, a cada quatro segundos, mais do que o terrorismo, mais que qualquer doença, mais do que a nossa insensibilidade poderia imaginar.

Eu já disse, nesta mesma tribuna, que quase três milhões de indivíduos, quase a metade da população mundial sobrevive com menos de dois dólares por dia, a metade deles com menos de um dólar por dia.

Neste exato instante, 130 milhões de crianças estão chorando, ou morrendo de fome. Como falar, então, em prosperidade, em crescimento, em progresso ou até em paz, se não seremos ouvidos, porque há um barulho ensurdecedor dos gemidos de tantas crianças? Gemidos de fome?

Quase um bilhão de pessoas, em todo o Planeta, moram em favelas. Serão 1,4 bilhão em duas décadas, o equivalente a uma China inteira, apinhada na geografia dos morros e das mais perigosas encostas.

Eu tenho certeza, como Josué de Castro, que a fome não é um fenômeno natural, mas social e político. A solução do problema depende do homem, da vontade política de erradicar essa mácula que persiste nesse início de século e de milênio.

A sua obra mais importante deveria chamar-se, portanto, como já disse alguém, *Fome e Política*.

Quem sabe, então, a obra de Josué de Castro possa ser reeditada, novamente, nas consciências de quem tem o poder político de alterar significativamente a geografia da fome.

Se é possível extrapolar algumas pesquisas já realizadas, no Brasil e em outros países, com o que se desperdiça de alimentos, seria possível saciar quase a totalidade dos famintos do nosso planeta.

E não se trata de um novo milagre de multiplicação, é apenas um exercício de racionalização, de combate ao desperdício e, principalmente, de combate à especulação. Quer dizer, em nome da ganância, da ostentação e do lucro, jogamos no lixo o que na falta na mesa de nossos semelhantes. Risos que se sustentam de choros.

A obra de Josué de Castro está, mais do que nunca, viva. É preciso que todos nós nos debrucemos sobre ela. Não importa se mudou a geografia, se não mudou a história, se essa mesma história se agravou ainda mais nesses 60 anos da sua principal obra, nesses 100 anos que ele completaria no próximo dia 5 de setembro.

O Presidente do Banco Mundial, numa recente reunião do chamado Grupo dos Oito, cobrou dos líderes dos países mais ricos do mundo uma posição mais firme ante o problema da fome no mundo.

Ele chamou de desastre as projeções de que, a curtíssimo prazo, mais 100 milhões de seres humanos se somarão aos famintos já existentes. Eu, e agora ele, dizemos “a curtíssimo prazo”, muito antes, portanto, da tragédia anunciada decorrente do aquecimento global, tão alardeada pela mídia dos últimos tempos.

Eu não sei se o Presidente do Banco Mundial leu ou se inspirou na obra de Josué de Castro. Acho que não, embora pareça que sim. Pelo menos isso mostra o quanto é atual a obra desse brasileiro do nosso querido Nordeste, nascido em Recife, médico aos 21 anos, embaixador junto aos mais importantes órgãos das Nações Unidas. Gerações inteiras se formaram lendo seus livros, escritos numa época áurea de profundas reflexões sobre o Brasil.

A sua obra coincide com o lançamento de outros importantes estudos sobre o Brasil, como **Casa-Grande & Senzala**, de Gilberto Freyre, **Formação do Brasil Contemporâneo**, de Caio Prado Júnior, **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda. Eu vivi, nos meus longos 78 anos, intensamente os anos que se sucederam à publicação dessas obras. Josué de Castro sempre foi uma das referências maiores quando se desejava conhecer com profundidade as razões da fome no Brasil e no mundo.

Eu me indignei, com a mesma intensidade de quando era jovem, quando um brasileiro como ele, reconhecido mundialmente por combater a dor da fome, teve seus direitos políticos cassados por um regime político que se estendeu por mais de duas décadas. Embaixador na ONU, homem ligado às organizações internacionais de combate à fome, reconhecido mundialmente, quando houve o golpe de 64, ele imediatamente renunciou. Renunciou. Precisava ser cassado? Precisava a revolução, no primeiro ato, cassar Josué de Castro, que não era parlamentar? Tinha renunciado num primeiro momento ao cargo de embaixador. Renunciado. E Josué de Castro viveu exilado na França, trabalhando, debatendo, fazendo palestras, sendo um nome mundial.

E morreu no exílio, não podendo voltar à sua terra. Precisava isso? Precisava um homem da expressão de Josué de Castro, uma literatura mundial, um nome mundial? Isso era essa estupidez ridícula! Um homem que, no Governo anterior a 64, estava na ONU, estava na FAO, estava em Genebra, era líder nacional, era o homem que o mundo inteiro colocava na presidência do Conselho pelo que ele representava, e o movimento de 64 o cassou. Mas ele já tinha renunciado à embaixada, ele já tinha reconhecido que o movimento havia, que existia e que ia se recolher à sua vida. Não pôde voltar ao Brasil. Morreu exilado, em Paris. Por amor de Deus! Por amor de Deus! Sinceramente, não consigo entender como isso aconteceu. Alguém que sustenta a tese que a fome é uma questão política é cassado por um regime político. Essa é a grande realidade.

Que efeito tão devastador teria a verdadeira compreensão dos motivos da fome a ponto do seu maior estudioso ter seus direitos políticos interrompidos? Tal-

vez tenha sido exatamente essa compreensão o que motiva hoje as preocupações com a fome no mundo.

Não me move a inocência de imaginar que o Banco Mundial, como instituição e através do seu presidente, tenha sido arrebatado por encantos humanitários.

É que a fome, hoje, preocupa o poder mundial pelos seus efeitos de imobilização, e não é possível, hoje, os regimes, quaisquer que sejam, cassarem os direitos políticos de todos que, como Josué de Castro e seus seguidores, se aprofundam no conhecimento das verdadeiras causas da fome.

Quem sabe possa ser essa a grande oportunidade de se pensar com maior ênfase sobre esse flagelo vivenciado. O Presidente do Banco Mundial sugere uma mobilização de inteligências de igual ou maior abrangência que os cientistas da ONU, que anteciparam os possíveis efeitos do aquecimento global para buscar soluções para o problema da fome no planeta. Neste caso, não seria premonição, seria a constatação. Os estudos desses mesmos cientistas serviriam, portanto, para fundamentar decisões políticas já conhecidas, ainda que tardias.

Também tenho certeza de que o Betinho conhecia profundamente a obra de Josué de Castro. Ele dizia que a “alma da fome é política”. É por isso que também estou certo de que a inspiração da Ação pela Cidadania contra a Fome e a Miséria comungava, como D. Mauro e agora V. Ex^a, Ministro Ananias, dos mesmos princípios manifestados por Josué de Castro. E sua ação ia muito além dos motivos puramente humanitários. Ele também dizia que a fome e a miséria têm que estar em todos os debates, em todos os palanques, em todos os comícios. E ele dizia: “O Brasil tem fome de ética e passa fome em consequência da falta de ética na política”.

Meu Deus do céu! Isso ele dizia lá, quantos anos atrás? Parece que foi ontem. Repito: “O Brasil tem fome de ética e passa fome em consequência da falta de ética na política”.

Há quem discuta que interesses verdadeiramente movem programas como o Fome Zero. Eu me coloco entre aqueles que defendem a tese de que a distribuição de alimentos não pode ser definitivamente uma dívida, mas defendo que ela é justa e necessária e está fazendo um magnífico trabalho. Para mim, a cidadania plena se concretiza com o trabalho do homem, com o seu suor, com o desenvolvimento de suas habilidades.

Vamos fazer com que o artigo da Constituição brasileira seja real. Todo cidadão tem direito ao trabalho, e todo cidadão que tem direito ao trabalho deve receber uma remuneração que lhe dê condições para viver com dignidade, ele e a sua família. Esse deve ser o nosso objetivo – tenho certeza de que é o seu, Ministro

Ananias. Não apenas distribuir alimentos como forma excepcional – estão aí as estatísticas mostrando que muitos saíram da miséria e sumiram. Acho isso uma notícia espetacular, mas não é o ideal. O ideal é que isso aconteça onde o cidadão tenha trabalho, e que, do seu trabalho, ganhe com dignidade o seu alimento.

Mas defendo, com igual ênfase, a tese de que algo tinha de ser feito – algo tinha de ser feito a curtíssimo prazo – para curar a dor da fome. E aí as estatísticas, Ministro, têm sido gratificantes.

Ainda há muito que caminhar, mas não há dúvida de que muitos passos já foram dados no Brasil. Basta que a gente percorra os grotões que antes eram motivo de consternação, tamanha a miséria. Ela continua, mas muita coisa mudou, é preciso reconhecer.

Os dados não são frios. Ao contrário, espelham uma realidade que, embora num ritmo menor do que desejávamos, mostra sinais de relativo avanço.

Quem sabe tenhamos de buscar novamente a orientação nas idéias de Josué de Castro. Construir a cidadania no lugar da dívida – isso era de Josué de Castro. Construir a cidadania no lugar da dívida. A fome erradicada pela melhor distribuição de renda – isso dizia Josué de Castro. Renda como fruto do trabalho digno – isso dizia Josué de Castro. O suor do trabalho dignifica.

A obra de Josué de Castro é também contemporânea de um documento que deveria ser de cabeceira de todas as mesas de decisões políticas: a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**.

Artigo XXV.

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perdas de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.”

Que maravilha! Não precisa nova lei, não precisa inventar nada, o preceito está lá na carta. Quem sabe, também, um dia, e que seja muito próximo, **Geografia da Fome** possa ser consultada apenas como matéria de ensino da nossa História. Por enquanto, infelizmente, embora os avanços continuem, **Geografia da Fome** continua sendo matéria curricular da nossa Geografia. A fome ainda está não somente nas regiões pobres em recursos naturais; ela é tão e mais dolorida nas regiões ricas e mal distribuídas em todos os tipos de recursos. Daí a necessidade de vontade política, para que a fome, ainda geografia, torne-se apenas história.

Encerro, Sr. Presidente. Apenas não posso fugir: quero dizer que eu era um jovem Deputado quando vi e conheci Josué de Castro. Que coisa interessante! O nobre Líder do PSOL dizia que vamos festejar neste mês Josué de Castro e Dom Helder Câmara. Juro por Deus que, nos meus 78 anos, são as duas imagens que mais guardo ao longo da minha vida. Dom Helder Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, vestido com a batina preta e surrada, magrinho. Quando falei com ele, lá no Rio de Janeiro, parecia que eu estava falando com um homem com os dons do Espírito Santo. Ele falava, mas Deus falava por intermédio dele. E Josué de Castro, quando falamos com ele, quando pedi para que autografasse – tenho na minha biblioteca **Geografia da Fome** –, ele disse: “Olha, meu jovem, você vai ver que, fruto deste trabalho, a tua geração vai ser diferente”. Eu me lembro da frase; não a coloquei no meu pronunciamento, porque achei que todos os oradores que me antecederam iriam usá-la. Parece que eles não a usaram. Mas é uma frase que li, de Josué de Castro, em **Geografia da Fome**; que reli, reli, reli. São dois textos que não esqueço na minha vida:

Mateus, com o Sermão da Montanha – acho a página mais fantástica da história da humanidade; ali, não precisa código, não precisa lei, não precisa nada –, e a frase: no Brasil há aqueles que não dormem, porque estão com fome e aqueles que não dormem, porque têm medo daqueles que estão com fome.

Eu nunca esqueci essa frase. O Brasil é um País em que há aqueles que não dormem, porque têm fome e aqueles que não dormem, porque têm medo daqueles que têm fome.

Olhem Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo. A moda agora são as residências em circuito fechado; o chique agora são cidades dentro da cidade, com segurança particular, altas divisões, muralha. Lá em São Paulo, dizem que há um que é espetacular. São Paulo é a cidade que tem mais helicópteros; só ganha de São Paulo Nova Iorque, em número de helicópteros. Então, o grande empresário tem helicóptero lá na cidade, longe de São Paulo; vai com seu helicóptero e desce em cima do seu prédio e volta para lá. E lá é uma maravilha, casa espetacular, uma vida espetacular, é uma cidade.

A moda, hoje, aqui em Brasília, também é esta: condomínio fechado.

São as pessoas que estão ali com medo do assalto, com medo da miséria, com medo de tudo. É o que dizia Josué: os que não dormem com medo dos que têm fome. Só que alguns acharam agora que podem dormir tranquilos nesses condomínios fechados. Até quando?

Eu felicito, meu querido Cristovam, você e o Jarbas. Acho que essa é uma das sessões mais importantes na história deste Senado. Sei que sou um intruso aqui: não sou de Pernambuco, não sou do Nordeste, não tenho nenhuma ligação, nenhum Partido me indicou – aliás, não me indicam nunca, é normal –; estou falando em meu nome pessoal, mas sei que falo em nome de muitos brasileiros. Era uma obrigação para mim, para minha consciência, para minha alma falar aqui, eu tinha que fazer. Eu nunca me justificaria se, estando há 25 anos no Senado, viesse a uma sessão, como esta, em homenagem a Josué de Castro e, de uma maneira pura e sincera, não dissesse o que estava pensando.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Agradeço o pronunciamento do nosso Senador Pedro Simon e passo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Cristovam Buarque, brasileiras e brasileiros, peço permissão para não citar o nome das autoridades já citadas: são tantas e tão importantes, que eu poderia esquecer alguns; o que, mesmo involuntariamente seria imperdoável. Assim, eu saudaria a todos, inspirado no Livro de Deus – “a árvore boa dá bons frutos” – na pessoa da Sr^a Anna Maria de Castro, esse bom fruto da árvore boa Josué de Castro.

Pedro Simon, atentai bem e sentai. Pedro Simon, como naquele Senado de vergonha, em que eles falavam “O Senado e o povo de Roma”, nós temos que falar: “O Senado e o povo do Brasil”, Professor Cristovam Buarque. Mas lá eles não conheciam o Pedro Simon e diziam que Cícero era o maior orador. Não é, não; é Pedro Simon. Mas o Cícero disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Aí é que está.

Essa Itália, que fez tanta confusão – mas, graças a Deus, está o Papa lá –, vê o Renascimento: Leonardo da Vinci, Michelangelo, Rafael, Dante Alighieri. E Leonardo da Vinci, o seu líder maior, disse. “O mau discípulo é o que não suplanta o mestre”. Eu sou mau discípulo; o meu mestre é Pedro Simon. Não vou suplantá-lo nunca. Mas eu vou falar.

Pernambuco está aqui, mais vibrante do que quando dança frevo; está mais vibrante do que o Sport, o campeão do Brasil. Era uma obrigação de Pernambuco mostrar ao Brasil esse filho ilustre.

Mas eu venho dar o lado diferente, o de médico, da ciência médica. Aquele fez da ciência médica a mais humana das ciências. E foi, por intermédio dela, o grande benfeitor da humanidade.

E por que ele o fez?

A Organização Mundial da Saúde define o que é saúde: “O mais completo bem-estar físico, mental e social”. Não é apenas a ausência de enfermidade ou doença, é o mais completo bem-estar físico, mental e social.

Então nós, médicos, – ele, o símbolo grandioso da medicina – temos de, buscando o bem-estar social, combater o pauperismo, a miséria e a fome. Essa definição foi a vida de Josué de Castro. Esse é o nosso orgulho. Eu estou aqui como médico.

Este Senado tem melhorado, ô Pedro Simon! No começo – atentai bem, homens de Deus! – eram 42 brasileiros. Olha, havia 22 da justiça. De lá para cá, eles só fazem leis boas para eles. Veja quanto ganha um da justiça e quanto ganham aqueles profissionais, únicos, Pedro Simon, que são chamados mestres, os professores? Assim não nos chamam a nós, Senadores, não chamam aos Ministros, não chamam ao Presidente, não chamam aos banqueiros ou aos fazendeiros. Eram 22 que fizeram leis boas para eles. Basta que se veja o quanto eles ganham e quanto ganha a professorinha.

Até que falo em causa própria porque toda noite eu durmo abraçado com Adalgisa, que é professora. Mas eu sei quanto ganha uma professora.

Então, eu queria dizer que ele se entregou. E olha a escolha: foi fazer Nutrição. Pedro Simon, eram somente cinco doenças naquele tempo para Nutrição, para a especialidade dele: era botar as gordas magras, os magros gordos, era diabetes, gota e umas avitaminoses, como o escorbuto, e acabou. Mas nessa especialidade engrandeceu-se, foi a causa de tudo.

Esse homem, como médico, teve uma coragem ímpar. Ele teve um emprego numa fábrica grande do Recife. Aí, foi chamado pela diretoria. E ele disse que não dava jeito, porque, como médico, não iria resolver os problemas de saúde. Os problemas de saúde eram consequência do mal salário que eles pagavam. Aí, vinha a fome. Tiraram logo o homem. Ele foi na causa, lá, no Pernambuco: “Como vocês pagam mal, estão todos morrendo de fome”. Essa era a causa.

A Marina disse: “Esse é o sintoma; a causa é esta”.

Patrus Ananias, V. Ex^a é um homem de bem. V. Ex^a não é aloprado, não. Não deixe os aloprados ganharem dos homens de bem do partido de V. Ex^a, que é o partido que governa o Brasil.

Olha, eu queria dizer o seguinte: a convivência dele como médico, Cristovam. Eu quero dizer que me formei em Medicina em 1966, há 42 anos – 40 anos de casado e 42 de médico. Mas ele conviveu com um dos melhores médicos. Ô Cristovam – eu não sei se ele é vivo, V. Ex^a que simboliza Pernambuco. Eu acho que vocês erraram, vocês deviam ter escolhido o Cristovam Buarque para

ser candidato único a Prefeito do Recife, ele que simboliza muito a grandeza na história do Recife.

Mas eu acho que tem que ser prestada uma homenagem. Padre Antonio Vieira, que já foi citado aqui, disse que um bem nunca vem só. Com quem ele conviveu na Medicina, o maior amigo dele? Arnaldo Marques. Olha ele tem um livro de Semiologia – naquele tempo havia poucos livros: Vieira Romeiro, Miguel Couto e o livro de Arnaldo Marques, de Pernambuco, o melhor de todos eles. E eu digo que ainda tenho; eu estudei em Fortaleza, depois fiz pós-graduação. A minha filha Daniela terminou agora, e eu ainda dei para ela o livro de Arnaldo Marques, *Semiologia*.

Era o grande amigo dele, ô Patrus Ananias, que o ajudou a eleger-se algumas vezes Deputado: Arnaldo Marques. Este merece uma homenagem. Estou dizendo porque é o melhor livro brasileiro de Semiologia dos anos 60. Nós íamos comprar livros na Argentina, e o Arnaldo Marques foi pioneiro. Isso engrandece o Nordeste.

Mas o bonito dele é a época! “O homem é o homem e suas circunstâncias”. Quem disse foi outro como ele, Ortega y Gasset. Ele lia muito Ortega Y Gasset. Mas ele viveu a Primeira Guerra. Olhai essa frase, ó representante de Deus, nosso Bispo. Ele viveu a Primeira Guerra Mundial. Escreva, ô Cristovam, no Buarque, nas escolas... Ah, se o Bush tivesse lido um livro dele! “Guerra à guerra”. Atentai bem para uma mensagem dessa! Ah, se o nosso Bush tivesse lido isso! “Guerra à guerra” – após a Primeira Guerra Mundial.

Ele era um profeta, mas não só falava; ele tinha ação. Palavras sem ação de nada valem. Ele nem se diplomou em Medicina porque tinha um compromisso no México. Isso aí é o que a gente sonha, que Simón Bolívar sonhou, esta América junta e reunida, que nós estamos tropeçando no Mercosul.

Aos que se assemelham a São Tomé, ouvi ontem o Pedro Simon contando o que é a Europa de hoje pela unificação. Nós estamos é nos dividindo, Patrus Ananias! Dá juízo a essa gente, esses Chávez da vida. Você é um homem de bem; eu o admiro. Você não é lá de Belo Horizonte? Juscelino Kubitschek. E trago dele aquela mensagem: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando”. Eu acho que o bem vai vencer o mal. V. Ex^a é um homem de bem.

O parlamentar que ele foi, assim como na Medicina tinha Arnaldo Marques, seu irmão camarada, médico brilhante, que precisa ser enaltecido pelos pernambucanos, na política, na política teve Francisco Julião. Devia ser cristão, com um nome como o meu. Meu nome não tem nada de Mão Santa: mão humanas de cirurgia que, guiadas por Deus, salvavam aqui e acolá. Agora, eu sou filho de mãe santa. Ela era Terceira Franciscana.

Francisco talvez fosse o nome que atraísse. O maior amigo dele político foi o Francisco Julião. Francisco andava com a bandeira “paz e bem”. Então, acho que isso inspirou muito o nosso Josué de Castro a buscar a paz. E isso o fez admirar João Goulart.

Ô, Cristovam, V. Ex^a que sabe tudo, ou quase tudo... Pelo menos, tudo que eu perguntei V. Ex^a soube. E está ali você com sua esposa ali, todo tempo namorando. Parece eu e Adalgisa...

Mas é o seguinte: o que ele admirava no João Goulart? Paz. João Goulart foi um homem da paz. Para assumir no Brasil um mandato que era dele, próprio, todos nós sabemos... Ele chegou pelo Rio Grande do Sul, o cunhado, valente, queria que ele pegasse o III Exército e confrontasse. Ele, na paz, aceitou esse Congresso. Mudaram o regime. Tiraram o poder que ele tinha conquistado pela segunda vez, a sua segunda eleição. E para sair também ele saiu pela via da paz.

É preciso que se saiba História. Todos nós sabemos que foram os poderosos Bush do passado. Todos nós sabemos. O João Goulart tinha ido aos Estados Unidos e tinha, como Presidente, visto o poderio bélico. Ele sabia. Aquela aliança para o progresso foi o tombar da nossa democracia.

Olha, eu não tenho contra o Rio de Janeiro; eu sou é apaixonado e me formei em cirurgia lá, mas eles deram quatro vezes mais dinheiro para o Governador do Rio de Janeiro, que tinha 4 milhões de habitantes, do que pro Nordeste, que tinha 25 milhões. Aquilo foi para fomentar os direitistas.

Então, João Goulart tinha os seus. Quem não se lembra?

Ô Luiz Inácio, a História nos ensina: Brutus era forte; Júlio César, tombado; Marco Antônio faz o discurso; o seu sobrinho Brutus sai pelos fundos: Júlio César... João Goulart – permita-me, Patrus – era mais forte do que o Presidente Luiz Inácio hoje. Dia 13 de março de 1964, Rio de Janeiro, esplanada da estrada de ferro, duzentas mil pessoas; lá da minha Parnaíba, Custódio Amorim, José Tiago, líderes sindicais que foram ao comício. Eu vi! Dizem que ele bateu na cabeça, tinha um discurso escrito, esse negócio aí,... A mulher encantadora, subiu ao palanque, e ele fez um improviso, firme, duro, pedindo as reformas de base de que ainda hoje se fala, combatendo o latifúndio... E como mudou, não é?

Na hora, contudo, ele saiu na paz, apesar de ter muita gente para reagir. Essa era a admiração do Josué de Castro. João Goulart tem que ser visto como um homem da paz.

Eu queria terminar as nossas palavras dizendo que aqui o Pedro Simon falou tudo. Jesus não tinha a TV Senado. Aqui, há uma rádio AM, FM, e as outras

copiam; de vez em quando sai na Hora do Brasil – eu saio pouco na Hora do Brasil, porque eles não entendem que a Oposição é necessária. Eu acho que eu sou o melhor amigo do Luiz Inácio. Eu vi, no México, um general que foi presidente, Obregón. Pedro Simon, quando for ao México, leia uma frase dele: “prefiro os adversários que me levam à verdade do que os meus aliados – aliás, que ele reconheceu no momento de muita lucidez, ‘aloprados’ – que me enganam”.

Eu trago a verdade de vez em quando. Eu aprendi com Cristo que disse: “Eu sou a verdade, o caminho e a vida”. E Ele falava e dizia: “De verdade em verdade, eu vos digo”. Ô, Pedro Simon, e o que o Cristo disse: Esse falava melhor do que você; em um minuto fez o Pai-Nosso, com 56 palavras. Você falou muito, mas levou muito tempo. O Cristo, em um minuto, fez o Pai-Nosso. A gente balbucia 56 palavras e nos transportamos daqui aos céus. Então, eu me inspiro no Pedro Simon. E ele disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Eu digo: bem-aventurado é Josué de Castro, que combateu a fome da humanidade.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com a fala do Senador Mão Santa, cumprimos toda a Lista de Oradores.

Antes de encerrar a presente sessão, quero agradecer a todos que compareceram; quero agradecer à Anna Maria, especialmente, filha do homenageado Josué de Castro; quero agradecer bastante ao Ministro Patrus Ananias, que luta contra a tragédia da fome no Brasil; quero agradecer à Tereza, que representa aqui o Centro Josué de Castro, de Recife, e dizer que esta é uma sessão, não apenas uma pequena homenagem, mas também uma grande lembrança de que a luta de Josué tem que continuar.

Grande abraço para cada uma e para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa alusivo à presente sessão especial, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Josué de Castro, eminente cientista, humanista e pensador brasileiro, deve ser lembrado não só pelo brilho e pela agudeza de seu pensamento, mas também pela corajosa coerência desse pensamento com toda sua trajetória de vida.

Voltando-se, como médico, para o tratamento e o estudo dos problemas nutricionais, teve a coragem de enxergar e nomear a grande causa dos males de saúde que afligiam a população pobre do Brasil. Era a

fome, esse tema proibido, que estava por trás da falta de ânimo e de incontáveis doenças dos trabalhadores.

Esse conhecimento, ou antes, a aguda sensibilidade para ele tinha suas origens no contato, desde a infância, com a população pobre do Recife, que residia e retirava o seu sustento dos manguezais. Logo Josué poderia estender e generalizar sua descoberta para a zona da mata e o sertão nordestinos, situando-a, enfim, em uma escala nacional e mundial.

Dois terços da humanidade sofriam, então, naquele pós-guerra em que Josué de Castro publica seus livros pioneiros, “de maneira epidêmica ou endêmica, os efeitos destruidores da fome”. E não caberia, a seu modo de ver, suavizar o problema adotando conceitos como os de desnutrição ou subnutrição. Josué enfatizou que a fome mais socialmente danosa era aquela que não se mostrava de modo mais ostensivo, “a fome aguda e total”, mas sim “a fome crônica ou parcial, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo”. Seu pensamento, expresso por um estilo empolgante, iria de fato repercutir no mundo inteiro.

Com sua visão abrangente, Josué de Castro mostrava o complexo de fatores econômicos e sociais, ambientais, culturais e políticos que resultavam no fenômeno da fome. Ressaltou, particularmente, a necessidade de mudanças das estruturas econômico-sociais, que subjugavam a população trabalhadora e roubavam-lhe, a começar pela alimentação, as condições necessárias para seu desenvolvimento humano.

Pois era esse desenvolvimento, acima de tudo, o que buscava e julgava imprescindível o pensador pernambucano, como afirmou com suas inspiradas palavras:

Só há um tipo de verdadeiro desenvolvimento: o desenvolvimento do homem. (...) É o cérebro do homem a fábrica de desenvolvimento. É a vida do homem que deve desabrochar pela utilização dos produtos postos à sua disposição pelo desenvolvimento.

Josué de Castro questionou, também, o modo como ocorriam as relações entre os países ricos, ou desenvolvidos, e os países pobres. Para ele, o subdesenvolvimento não deveria ser visto apenas como um desenvolvimento reduzido, mas só poderia ser entendido no quadro dessas relações desiguais.

Não pretendo, Sr. Presidente, mapear aqui os muitos eventos significativos da vida desse homem

de ciência e de ação, pernambucano e cidadão do mundo, que teve atuação destacada e marcante em nossa vida política e em diversas instituições brasileiras e internacionais.

Quero fazer apenas uma breve referência aos seus anos de exílio, quando, cassado pelo regime ditatorial, não pôde mitigar em Paris a imensa saudade de sua terra. Falecido na capital francesa, seu corpo regressa derradeiramente ao Brasil em setembro de 1973; lamentavelmente, já não poderia mais contribuir para a emancipação de seu povo sofrido, esperançoso e batalhador.

Talvez mais importante do que prestar as justíssimas homenagens à memória de Josué de Castro é reconhecer a atualidade, se não urgência, de seu pensamento. Infelizmente, a fome crônica continua atingindo, segundo as Nações Unidas, mais de 850 milhões de pessoas no mundo. O número absoluto de famintos permanece crescendo, tornando cada vez mais improvável a realização de uma das Metas de Desenvolvimento do Milênio, que é a de reduzir pela metade a incidência da fome até 2015.

O quadro que se desenha desde o ano passado, com significativo aumento dos preços dos alimentos, torna ainda mais preocupante a questão da fome no mundo. Temos certeza de que o Brasil tem muito o que contribuir no presente contexto, aumentando sua já mais que significativa produção agrícola. Mas não podemos nos esquecer das lições hauridas na visão abrangente de Josué de Castro, conscientes de que a questão da produção deve ser equacionada juntamente com a do meio-ambiente, da educação, da renda e da distribuição de riquezas, inclusive entre as diferentes nações.

Deve guiar-nos, Sr. Presidente, a esperança atuante e ativa de Josué de Castro de que a humanidade pode resolver seus graves problemas, uma vez que a fome e a miséria não são fenômenos naturais, mas causados pelos próprios seres humanos e suas estruturas sociais. Afinal, como ele afirmou, “Já não podemos ficar como espectadores. (...) O homem de hoje tem que criar o seu futuro.”

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 59 minutos.)

Ata da 140ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 7 de agosto de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Paulo Paim e Virgínio de Carvalho

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos,
e encerra-se às 20 horas e 12 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 7/8/2008 06:36:26 até 7/8/2008 20:30:22

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZÉREDO	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 60 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quatorze horas e dois minutos. Sessão Deliberativa Ordinária de 7 de agosto de 2008 do Senado da República do Brasil.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito pela nossa Secretária Executiva.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já há um orador inscrito para falar pela Liderança desde ontem: Francisco Dornelles, Presidente do Partido Progressista, extraordinário Senador do Rio de Janeiro e Líder.

V. Ex^a é o primeiro.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Eduardo Azeredo é o segundo inscrito para uma comunicação inadiável.

Há oradores inscritos.

Convidamos para usar da palavra a encantadora Senadora do Mato Grosso do Sul, do Partido Social Democrático Brasileiro, Marisa Serrano. Em seguida, falará pela Liderança Francisco Dornelles, a imagem viva do maior político da história do Brasil: Tancredo Neves.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria apenas de solicitar a V. Ex^a a minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a está inscrito para falar pela Liderança do PSDB.

Senadora Marisa Serrano, aqui eu apelo para Montesquieu, para *O Espírito das Leis*: a senhora pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É um prazer enorme podermos estar aqui e falar um pouco com os nossos companheiros Senadores, mas também com todo o País. Queremos dar algumas informações que são pertinentes e preocupantes.

Nessa terça-feira, em visita ao TSE, o Sr. Governador do Estado, acompanhado da bancada federal, Deputados e Senadores, de representantes dos Deputados Estaduais, dos Prefeitos e de entidades de classe, foi levar ao Ministro Gilmar Mendes as preocupações de Mato Grosso do Sul.

O Senador Valter Pereira ontem, daqui desta tribuna, falou também dessas angústias pelas quais nós estamos passando, mas eu quero trazer aqui outros enfoques a respeito dessa causa para que todos no País, principalmente os companheiros Senadoras e Senadores, delas tomem conhecimento.

No último dia 10 de julho, a Funai deu à luz seis portarias dirigidas a Mato Grosso do Sul, e essas portarias constituíram grupos técnicos com o seguinte objetivo: identificar e delimitar as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios das diversas etnias de Mato Grosso do Sul.

Eu não sei se os senhores sabem, mas Mato Grosso do Sul é o Estado que tem a segunda maior população indígena do País. Pouca gente sabe disso. Acredita que seja o Pará ou outros Estados, mas não, é Mato Grosso do Sul.

Esse conglomerado de portarias impacta 26 Municípios de Mato Grosso do Sul, que representam um terço do Estado. Desse um terço do Estado, temos de tirar o Pantanal, que é uma reserva ecológica, ambiental e patrimônio da humanidade. Então, sobra muito pouco da área cultivável de Mato Grosso do Sul.

Além disso, há outro agravante: todos os Municípios estão na área de fronteira com o Paraguai, o que é mais preocupante ainda. Trata-se de uma área de fronteira extremamente populosa, onde existem problemas de tráfico de drogas e de violência que constantemente estão dando ao País notícias que nem sempre são boas para Mato Grosso do Sul.

É bom que se saiba que, nessa região, nesses 26 Municípios da área de fronteira de Mato Grosso do Sul, estão 60% da cultura de soja do Estado, 70% da cultura de milho, 40% da cana-de-açúcar, além do arroz, do feijão, da mandioca e outros. Não é brincadeira: dos dezessete milhões de cabeças de gado de Mato Grosso do Sul, mais de três milhões estão naquela área! É a área mais rica do Estado, são as melhores terras do Estado, é de onde Mato Grosso tem tirado condições de dar ao País uma balança comercial exe-

qüível. Além disso, nessa área estão mais de oito mil assentados – é uma área de grandes assentamentos – e doze mil famílias indígenas, o que corresponde a 61 mil pessoas.

Quero fazer algumas considerações e fico feliz que esteja aqui para ouvi-las nesta tarde o Senador Dornelles, assim como outros Srs. Senadores.

A ONU lançou, em setembro do ano passado, a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, convenção que o Brasil assinou. A esse respeito, há uma questão que tem de ser discutida, uma questão muito séria, porque essa declaração que o Brasil assinou em setembro do ano passado diz que qualquer nação indígena – e estou resumindo aqui o caso – terá direitos, como nação, à autodeterminação, mas, principalmente, a fazer acordo com outros países, com outras nações além-fronteiras. E essas nações, que seriam um enclave dentro do próprio país, teriam determinação e auto-domínio.

Senador Tião Viana, a preocupação é grande, em função de a declaração determinar – eu fiz questão de lê-la – que nenhuma ação militar pode ser feita nessas regiões sem que tenha sido solicitada pelos povos indígenas. Além disso, determina que os povos indígenas podem utilizar não apenas sua língua, sua cultura, mas tudo aquilo que acharem mais importante naquele momento, acima dos interesses nacionais.

Se o Exército, os militares não podem entrar numa reserva indígena a não ser que sejam chamados, quero saber como é que fica a situação da Amazônia, por exemplo. Não estou nem falando de Mato Grosso do Sul, não estou nem falando de Roraima, de Raposa Serra do Sol, mas estou falando de uma vasta extensão do País que estamos discutindo aqui e de todos os pólos na Amazônia, onde o Exército está sediado para garantir as nossas fronteiras e a soberania nacional.

Essa declaração não veio para o Senado ainda, não veio para o Congresso ainda, mas ela virá, e quero repetir aqui o que disse o Ministro Celso Amorim sobre isso, quando esteve na Câmara dos Deputados, no dia 17 de junho deste ano. Ele disse que, diferentemente de um tratado internacional, que tem força de lei, uma declaração é apenas uma recomendação.

Essas foram as palavras do Ministro Celso Amorim, só que não é bem assim, porque uma declaração que traz encargos e compromissos ao País – e essa declaração traz encargos e compromissos ao País – deve ser referendada pelo Congresso Nacional. Portanto, vamos ter que referendá-la aqui e na Câmara, pois é competência exclusiva nossa resolver definitivamente sobre tratados, acordos e atos internacionais que acarretem esses encargos e compromissos gra-

vosos ao patrimônio nacional, que é a questão dessa declaração.

Portanto, eu me pergunto: o que está acontecendo neste País? Não é uma brincadeira! Por causa dessa declaração, as “nações indígenas” – entre aspas, pois não são nações indígenas, nós temos uma Nação, a nossa nação é a Nação brasileira –, os povos indígenas que habitam o Brasil e são cidadãos brasileiros, não podem formar guetos e entraves no nosso próprio País. Isso é um perigo para a soberania nacional e não vai aqui nenhuma injunção e nenhuma colocação que seja contrária aos povos indígenas. Não estou contra a autodeterminação dos povos indígenas, desde que a Nação brasileira e a soberania nacional estejam acima das questões de grupos e de etnias que povoam o nosso País.

Não veio para o Congresso ainda, mas virá. Estou muito preocupada porque, numa reunião que houve na UnB, o Dr. Rodolfo Stavenhagen advertiu, numa palestra em junho último, que os índios da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, sairiam vencedores de um processo na Corte Interamericana de Direitos Humanos se a área da reserva fosse alterada por decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro.

Isso é uma ameaça. E é um técnico da ONU que trabalha na área de direitos indígenas que está falando isso. Não é uma brincadeira por que Mato Grosso do Sul está preocupado em perder uma área equivalente a quase um terço de seu território – perder no sentido de devolvê-la aos índios.

O que seriam terras tradicionalmente ocupadas pelos índios? O que é “tradicionalmente ocupada”? Que tem algum vestígio? Aí me disseram: “onde habitaram antigamente”. Mas o que significa “habitaram antigamente”?

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, regimentalmente, segundo Montesquieu, e segundo a minha simpatia, que é do Brasil todo, quantos minutos a senhora ainda necessita, para eu cronometrar?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Não preciso muito. Penso que em três minutos concluo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pedi e dar-se-vos-á. Dou-lhe cinco minutos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero fazer essa colocação porque não é uma brincadeira. A nossa responsabilidade é muito grande e temos de estar atentos ao que está acontecendo neste País em todas as áreas de fronteira. Não é possível que um Estado como Mato Grosso do Sul esteja

indignado, sensível, preocupado e em pé de guerra com uma questão como essa!

O que estamos esperando? O que queremos? Não estamos discutindo aqui a questão de qual será, pedagógica e cientificamente, o tratamento que devemos dar aos povos indígenas. Ou nós os separamos em guetos, onde não tenham para onde ir, e dizemos a eles: "Vocês têm que ficar ali e não podem pretender que seus filhos estudem, façam uma faculdade, não podem pretender que tenham automóvel, não podem pretender que eles viajem de avião e conheçam o mundo. Eles ficam em guetos, separados do resto da população, porque não queremos que se aculturem ou tenham as mesmas oportunidades". Mas pergunto ao povo brasileiro: qual a família que não quer que seus filhos tenham oportunidade de estudar, de crescer, de trabalhar, de traçar o seu rumo e seu futuro? Por que os índios não podem ter as mesmas oportunidades que nossos filhos? Por que eles têm de ser diferentes? Por que têm de ser tutelados na hora em que podem e devem ter oportunidade de crescer?

Só dar terra para o índio resolve o problema? Essa é uma questão que deve ser colocada. O índio, hoje, de Mato Grosso do Sul é um índio que pesca, que colhe na mata frutos silvestres? Não! Mato Grosso do Sul é todo ele um Estado colonizado. Não há áreas inóspitas, não há área que não esteja habitada.

É preferível garantir aos nossos índios a educação, a saúde de qualidade, meios de transporte, oportunidades. Qual o trabalho que os índios terão ou poderão fazer para garantir também aquilo que pretendem para o seu sustento? Eles não podem ter um trabalho digno? Eles vão ficar desocupados, bebendo, usando tóxicos? E estamos vendo isso em várias regiões de Mato Grosso do Sul. Todos nós estamos acompanhando, por exemplo, na Reserva de Caiuá, em Dourados, jovens se suicidando, um enorme aumento no número de bêbados e na violência. Eles vão voltar para a selva? Não, porque não temos selva.

Portanto, a proposta tem que ser outra, a política tem que ser outra. E não é só dando terra, mas também não é tirando a terra que há mais de séculos está na mão de quem produz para que ela fique sem nenhum tipo de proposta de produção para o País. Vimos isso no Panambizinho, na região da grande Dourados, onde todas as terras que foram tiradas dos colonos e passadas aos índios hoje não produzem. E eram terras altamente produtivas.

Quero terminar minhas palavras agradecendo a V. Ex^a o tempo, mostrando a minha preocupação e a minha indignação, e a preocupação que esta Casa tem que ter. E isso não é contra os índios, é a favor do Brasil e de todos os cidadãos: índios, não-índios, qui-

lombolas ou não, todos que aqui habitam têm o mesmo direito. E nós não podemos fechar o País em guetos para determinadas etnias que queiram fazê-lo.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me um aparte, Senadora?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a traz uma preocupação que deve ser de cada brasileiro. A integridade do território nacional brasileiro foi constituída a duras penas, uma extraordinária definição diplomática e estratégica de relações entre os povos vizinhos e uma afirmação da nossa soberania, sempre um ponto muito forte que diz respeito ao próprio sentimento de pátria. Em relação à questão indígena, quando nós nos reportamos à época do Marechal Rondon para cá, temos visto a grandeza desse debate. V. Ex^a nunca falhou nesses momentos em prestar solidariedade e respeito aos povos indígenas e à sua autodeterminação. Então, ante a complexidade do tema, de alguns pontos que têm que ser esclarecidos, sim, nessa declaração que está sendo assumida, votada e discutida em nosso País hoje, eu faria uma sugestão, e acho que V. Ex^a, pela importância com que está tratando a matéria, poderia contar com o apoio de todas as bancadas. Sugiro que seja feita uma audiência pública, junto à Comissão de Meio Ambiente ou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a vinda do Ministro Celso Amorim, do Ministro da Defesa, do Presidente da Funai e do Comandante Militar da Amazônia, para que pudéssemos tratar esse debate com a importância que ele merece. Como V. Ex^a muito bem afirma, é um tema que não merece ser desconsiderado, e a instituição Senado Federal tem que olhar com muita atenção a maneira com que V. Ex^a expõe a matéria. Esse debate precisa de mais profundidade. É um dever das instituições que eu citei trazer uma satisfação a V. Ex^a e ao Brasil sobre o tema. Então, é a sugestão que eu lhe dou, considerando da maior importância o seu pronunciamento.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, eu aceito a sugestão e vou colocá-la em prática, pois considero-a extremamente pertinente. Quero dizer que o que eu ouvi hoje de alguns produtores do meu Estado, que eles vão se armar, pegar em armas, porque não vão admitir que isso aconteça, deu-me um calafrio.

Mato Grosso do Sul não é Roraima. E quero dizer que não é nenhum desprestígio a Roraima, mas Roraima é um Estado que tem vastas regiões ainda inóspitas e sem colonização, e Mato Grosso do Sul,

não. É uma região com a fronteira toda habitada e é muito perigoso...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – ...para o País que alguma coisa possa acontecer no meu Estado.

Deixo aqui essa preocupação.

Agradeço a sua intervenção e a sua sugestão, que será amplamente acatada e colocada em prática e agradeço ao Presidente o tempo que me dedicou.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento da Senadora Marisa Serrano, em defesa dos indígenas, em que S. Ex^a revive aqui os jesuítas, Rondon e Darcy Ribeiro, nessa defesa dos minoritários índios, convidamos para usar da palavra, pela Liderança, o Senador Francisco Dornelles.

S. Ex^a é Presidente do Partido Progressista e Líder, e, sem dúvida nenhuma, representa no presente Minas, Estado de grandeza histórica. Ele revive aqui, além de Tancredo Neves, Afonso Arinos, o maior dos parlamentares constitucionalistas, que nasceu em Minas e foi reconhecido pelo povo do Rio de Janeiro. S. Ex^a iguala-se a esses homens.

Em seguida, chamarei o nosso patriarca, Senador Cafeteira, do Nordeste, do Maranhão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pelas palavras de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou abordar, de forma muito rápida, dois assuntos. Em primeiro lugar, quero demonstrar minha alegria e minha tristeza pela decisão ontem tomada pelo Supremo Tribunal Federal. Quero demonstrar minha alegria pelo mérito da decisão e quero demonstrar minha tristeza por ter visto onze Ministros da maior competência e da maior credibilidade, homens que honrariam a Corte de qualquer país, serem obrigados a permanecer por mais de doze horas naquela Casa para ratificar o princípio da presunção de inocência, que é um direito fundamental da pessoa humana. É inacreditável que, em pleno século XXI, pessoas ainda contestem esse direito, que, ontem, foi ratificado pela decisão do Supremo.

Quero cumprimentar os Ministros daquela Corte, lendo aqui um trecho do voto do ilustre e digno Relator, Ministro Celso de Mello. Disse S. Ex^a que o veto a candidatos afronta o princípio da presunção de inocência. Frisou o Ministro que esse postulado foi criado para proteger o cidadão do abuso de poder e da preponderância do Estado e está assegurado em todas as declarações internacionais de defesa dos

direitos humanos. O Ministro Celso de Mello afirmou que a presunção de inocência só não foi respeitada em regimes autoritários, como o de Mussolini na Itália fascista, em que o razoável era presumir a culpabilidade das pessoas. No voto do Ministro Celso de Mello e no voto dos Ministros do Supremo, quero dizer que o Brasil se orgulha da Corte Suprema que possui.

Sr. Presidente, quero abordar também o projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Michel Temer que trata da inviolabilidade dos escritórios de advogados. Sr. Presidente, há algum tempo, no Rio de Janeiro, polícia invadia escritório de advogados sem autorização judicial – e eles não estavam sendo investigados –, levando todo o material que havia no escritório, como pastas de inventários e pastas de testamentos e de problemas de direitos de família, que nunca puderam ser recuperadas. O projeto de lei do Deputado Michel Temer estabelece a inviolabilidade do escritório de advogados que não estejam sendo investigados. Se o advogado está sendo investigado, o próprio projeto estabelece que pode haver, nesse caso, busca e apreensão. O que esse projeto do ilustre Deputado Michel Temer faz é ratificar princípios básicos do Direito, do direito do advogado de exercer sua profissão.

Esse assunto, Sr. Presidente, a imprensa noticia que está sendo examinado pelo nosso prezado amigo, ex-membro desta Casa, o ilustre Vice-Presidente José Alencar, que representa o Estado de Minas. Como V. Ex^a sabe muito bem, todos os heróis de Minas foram forjados na luta pela liberdade. Tancredo Neves chegou mesmo a dizer que liberdade era outro nome de Minas.

Desse modo, faço um apelo ao ilustre Vice-Presidente e Presidente em exercício José Alencar para considerar a possibilidade de não fazer veto a esse projeto, que representa um sopro de liberdade no fato de que garante ao advogado o direito de exercer livremente sua profissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, sem dúvida alguma, é um dos mais ilustres da história mineira. V. Ex^a teve essa coragem, mesmo a opinião pública não entendendo a respeitabilidade do Supremo. E queremos aqui, nesta Presidência, atestar que o Presidente Gilmar Mendes iguala-se ao maior dos piauienses: Evandro Lins e Silva, que foi Presidente do Supremo no momento mais difícil.

E quero dizer que é dever nosso ensinar ao País, Tião Viana. Eu citaria só um exemplo. Tenho 65 anos de idade, estou diante do mais lúcido dos Parlamentares, que é Francisco Dornelles, que simboliza aqui Tancredo Neves, Afonso Arinos e toda a história de grandeza da missão. Mas, para que acabe essa po-

lêmica, esse é nosso dever. Está entendendo? Os Poderes são equipotentes. Quero dar os aplausos ao Poder Judiciário, representado por S. Ex^a. Só citaria – um quadro vale por dez mil palavras – o mais honrado político que conheci – tenho 65 anos de idade – e com quem convivi: Mário Covas. É para a imprensa aprender: chama-se Mário Covas! Havia 64 processos contra ele. Mário Covas é o santo, santo Mário Covas! Havia 64 processos contra esse homem, que teve uma vida pública e adversários.

Francisco Dornelles, sabe como tenho um contra mim? No dia da eleição, saí de minha cidade, Parnaíba, cheguei ao aeroporto – fui a tudo no Estado –, e uns amigos me esperavam para acompanhar minha esposa, que votaria em Teresina. Aí uns quatro, cinco, seis carros me acompanharam. É lógico que buzinaaram. Eram quase 17 horas, e estava terminando a eleição. Disseram que eu estava fazendo passeata. Trata-se de um processo, que está aí. E eu estava acompanhado de quem? Do mais honrado dos Deputados do Piauí: Ciro Nogueira, que é do Partido de V. Ex^a. Ele foi um dos que foram processados, tem um processo. Eram cinco horas da tarde, estava terminando a eleição, e foram me buscar no aeroporto. Eram cinco carros! Se eu não tivesse cinco ou seis amigos, eu não estaria aqui.

Então, atentai bem, brasileiros: Mário Covas é o maior símbolo. Santo Mário Covas, que já morreu, tinha 66 anos. Foi um homem que teve uma vida pública e teve adversários.

Então, V. Ex^a representa a coragem e a grandeza. O Senado é que tem de ensinar. Somos os pais da Pátria. Que todo mundo tenha o aplauso! Deus não ia abandonar o Brasil. Ele não abandona os seus; botou Davi para vencer Golias, botou Moisés para libertar e botou o honrado Presidente Gilmar Mendes neste momento difícil. Nossos cumprimentos!

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, agradeço muito a V. Ex^a e, dando seqüência a suas palavras, vou terminar, lendo aqui a frase do Ministro Gilmar Mendes no processo de ontem: “A idéia de presunção de inocência não pode ser mitigada”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra agora este extraordinário Parlamentar, nosso patriarca, Senador Eptácio Cafeteira, que aprendi a admirar no começo da sua jornada política. Quando menino, eu passava minhas férias em São Luís do Maranhão – sou filho, meu pai é maranhense –, e, nos muros, estava escrito: “Prometeu, cumpriu”; “Prometeu, cumpriu”. E eu dizia: o que é isso? É o prefeito. Então, V. Ex^a tem uma história de credibilidade.

Em seguida, o Senador Geovani Borges vai usar da palavra.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, deparei-me, com tristeza, com uma notícia recente sobre a Capital do meu Estado, Maranhão. Trata-se do pronunciamento do Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Luiz Fernando de Almeida, que visitou o acervo de casas antigas de São Luís e que atestou, além de sua degradação, a transformação de cinquenta deles em estacionamentos públicos. Diante dessa situação, Sr. Presidente – pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores! –, a Capital maranhense corre o risco de perder o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

É lamentável e muito grave esse processo de descaracterização do Centro Histórico de São Luís, reconhecidamente o mais homogêneo conjunto arquitetônico de origem portuguesa na América Latina. É um verdadeiro atentado à História e à própria identidade do povo maranhense, que tem com aquela cidade uma relação de amor e de muito orgulho.

Não quero, Sr. Presidente, culpar o Presidente do Instituto Histórico. Ele está no papel dele, vistoriando. O Maranhão é que deixou de cuidar do patrimônio histórico da cidade de São Luís.

Quando assumi o Governo do Estado do Maranhão, em 1987, além das preocupações com a administração, com a economia, com a infra-estrutura, entre muitas outras questões importantíssimas, eu estava consciente da necessidade mais urgente de recuperar o patrimônio arquitetônico de São Luís, sob pena de presenciar a deterioração galopante de um patrimônio cultural inestimável não só para os maranhenses, mas de um casario antigo que testemunha a história deste País. Cioso da responsabilidade de preservar nossas heranças culturais, idealizei a restauração do Centro Histórico de São Luís nas imediações da Praia Grande, o núcleo original da cidade datado do séc. XVII. Minha intenção foi concretizada pelo Projeto Reviver, que abrangia obras em 10 hectares de área urbana, com praças, com monumentos e com imóveis construídos em séculos passados.

Não foi tarefa fácil, Sr^{as} e Srs. Senadores. Além dos investimentos, prioritariamente estaduais, equivalentes a milhões de dólares, foi preciso superar inúmeros desafios, a começar pela dificuldade de reinstalar um ambiente antigo numa infra-estrutura urbana complexa, fruto do crescimento desordenado tão característico das nossas cidades.

Redes de água, de esgoto e de drenagem foram refeitas. As galerias subterrâneas, magnífica engenharia hidráulica de tempos passados, redescobertas durante as prospecções da área, foram desobstruídas e reparadas. A iluminação pública e o sistema de telefonia, verdadeiro emaranhado de cabos e fios que, além de esteticamente incômodo, representava constante perigo, foram substituídos por cabos subterrâneos especiais, devolvendo-se o visual de antes, com a instalação de réplicas dos postes de ferro e lâmpões coloniais. Pedra por pedra, as ruas de paralelepípedos foram totalmente recuperadas, assim como as calçadas de cantaria, paredes e telhas. Todas as praças foram restauradas e arborizadas conforme fotografias do século XIX, e o trânsito de veículos, inexistente no passado, ficou proibido, devolvendo-se aos cidadãos a liberdade de circulação em ruas que retomaram suas dimensões e características originais.

Do Reviver, guardo não só a sensação do dever cumprido, com uma administração voltada ao bem-estar da população; guardo também o sentimento de gratidão a todos que compartilharam do meu sonho de reviver um passado glorioso e fervilhante, em especial ao exército de operários de todos os ofícios que, anonimamente, ajudou a concretizá-lo.

Todos sabem que sou paraibano de nascimento. O Maranhão e seu povo, no entanto, acolheram-me como se maranhense fosse. Lá, obtive estima e respeito, a ponto de os maranhenses me escolherem como seu representante em oito eleições. O Projeto Reviver foi minha prova de amor e de gratidão a São Luís e a todos aqueles que em mim depositaram sua confiança.

Quando as obras do Reviver foram concluídas, publiquei, numa edição ilustrada e bilíngüe, um livro que serviu de referência para a confirmação de São Luís como patrimônio da humanidade. Na apresentação, pude expressar o que sentia ao determinar a recuperação do patrimônio arquitetônico daquela Capital. O texto, que aqui gostaria de transcrever, dizia o seguinte:

Muitos pensam e por isso afirmam haver eu conquistado São Luís e o Maranhão. A realidade é o inverso: não fui eu quem conquistou esta cidade e este Estado, eu é que fui por ambos conquistado. Não fui eu quem prendeu, eu é que sou a presa. Tudo o que fiz ou venha a fazer terá de ser visto em razão do fato de me haver rendido aos encantos desta cidade e do seu povo e às possibilidades deste Estado. Chegado aqui, logo a cidade me considerou filho e me batizou CAFETEIRA; logo o povo me chamou irmão, e eu me senti escravo.

Misture-me ao povo e me tornei um dos seus. Tentei – e consegui – ser tão maranhense quanto o mais maranhense. Na terra dos poetas, faltava-me, todavia, a habilidade de fazer o verso e arrumar as rimas. E mais amava São Luís. A vontade de criar um poema ainda impossível agigantava a minha angústia. A cidade fora pródiga comigo. Dera-me tudo e ainda soubera criar os poemas Isabel e Janaína, que logo decorei para recitá-los na felicidade de meus dias e repeti-los na dureza dos combates, para deles retirar as forças necessárias às vitórias.

Veio, enfim, o Projeto Reviver e, através dele, vislumbrei a possibilidade de escrever e oferecer a São Luís e ao Maranhão os poemas que ainda não havia escrito. E olhei a Praia Grande como quem olha a página em branco. Busquei no amor que em mim sobrava o poema que a inspiração me negava. E fiz reconstruir casa por casa, praça por praça, calçada por calçada, grade por grade, com o cuidado e o esmero com que o poeta cria sua poesia. O Reviver, Sr. Presidente, era o poema de amor que, enfim, me era possível escrever: um poema em pedra e cal. Era o meu soneto, a minha estrofe. Assim, ao verso final, pude enfim sentir, após poeta, o maranhense que sempre quis ser. Rimeei amor com labor, saudade com cidade e fiz um poema ao qual intitulei Reviver.

Dedico-o ao povo de São Luís nas pessoas de minha mulher Isabel e minha filha Janaína, que souberam compreender a minha presença mais nas obras do que junto a elas, para ser possível concluir o meu poema.

O Projeto Reviver, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi um belo e ousado empreendimento preservacionista. Ao seu final, houve geração de empregos, atração de turistas, criação de espaços culturais e de lazer, mas, principalmente, houve a recuperação da auto-estima do maranhense, que se reencontrava com sua própria história, a história de uma cidade que foi considerada, em 1850, a quarta mais importante do Império brasileiro e que foi palco de acontecimentos marcantes na construção do que hoje entendemos por democracia e por Nação brasileira.

O Centro Histórico de São Luís preservado é a materialização de momentos importantes para a História do Brasil. Sr. Presidente, no projeto Reviver, já foram feitos três filmes e duas novelas. É isso que está em jogo, agora, com a ameaça de a cidade perder o título de Patrimônio da Humanidade.

Não podemos compactuar com o desprezo pelo passado. Só podemos compreender o presente, nossa cultura e nossa identidade percebendo e preservando todos os traços de sua construção, e a arquitetura de antes tem muito a nos dizer. Ela é parte do conjunto de significados que nossos antepassados nos legaram e que contribui para entendermos nossa história e nossa inserção no mundo, definindo-nos como cidadãos brasileiros.

Sr. Presidente, meu pronunciamento é um grito de angústia, para ver se preservamos a história do nosso Maranhão, para que este não se transforme em prédios abandonados ou usados como estacionamentos públicos. Faço esse apelo, na certeza de que as autoridades do Maranhão vão reconhecer que meu pronunciamento nada tem de pessoal, mas é tão-somente a palavra daquele que fez um poema em pedra e cal e que, agora, está reclamando para que não rasguem esse poema e não deixem de ter São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cafeteira, eu quero dar o meu testemunho. Aliás, eu vou buscar o Livro de Deus, que diz, em Tiago: "Fé sem obras já nasce morta.". A fé de V. Ex^a é com obras, eu dou o testemunho. Eu sou filho de maranhense, ali do lado, e V. Ex^a só faltou cantar: "Minha terra tem palmeiras, onde canta o sabiá, as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá".

V. Ex^a fez o Reviver e quero dar uma inspiração aos maranhenses, a São Luís, a Atenas brasileira, a capital da cultura do Nordeste: Lisboa, hoje, é o charme do mundo, porque tem aqueles bondes. Revivam a linha que vai para a Praça Gonçalves Dias e aquela linha da estrada de ferro, à beira-mar. Lisboa atrai o mundo todo, moderno e antigo, para andar de bonde.

Eu não quero morrer antes de andar nos bondes de São Luís. Vamos reviver! Que sejam o seu poema e a sua obra inspiração para revivermos e recuperarmos aquela São Luís histórica e turística, que V. Ex^a representa com muita grandeza.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou abrir mão da minha inscrição para uma comunicação, tendo em vista alguns compromissos, mas eu quero encaminhar para a Mesa a comunicação que eu queria trazer, cumprimentando os estudantes de instituições mineiras pelo excelente resultado no Enade.

Vejam que Minas Gerais lidera o *ranking* das melhores faculdades do País, de acordo com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Apenas 25 cursos, em todo o Brasil, conseguiram a nota máxima no teste e oito deles são de instituições federais de ensino do interior de Minas Gerais: em Viçosa, Educação Física, Nutrição e Zootecnia; em Alfenas, Nutrição, Farmácia e Enfermagem; em Uberaba, Enfermagem; e, em Lavras, Medicina Veterinária, na Universidade Federal de Lavras.

Esse é um motivo de alegria e de satisfação para todos nós. Minas Gerais sempre teve uma educação reconhecidamente de qualidade e esse resultado vem apenas confirmar essa avaliação dos nossos alunos, que se dedicam tanto.

Fica sempre o alerta, quanto aos demais cursos que não foram bem avaliados pelo Brasil, de que é preciso que se tomem providências para que a educação melhore cada vez mais.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Tião Viana, pacientemente, como Presidente da Casa, cedeu a palavra a esse extraordinário líder que, hoje, fez uma bela oratória na homenagem ao nosso grande homem do Nordeste, Josué de Castro.

O Senador Geovani Borges usará a palavra para uma comunicação inadiável, pelo tempo que achar conveniente.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Olhe que tenho observado que nunca ninguém fez, em tão pouco tempo, o trabalho que V. Ex^a tem feito neste Senado.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero agradecer a generosidade do Senador Tião Viana, que me cedeu a oportunidade de falar, porque tenho um compromisso inadiável agora.

A privatização, Sr. Presidente, das telecomunicações brasileiras ainda celebra seus 10 anos, o que nos sugere um bom momento para se fazer um balanço setorial.

A expansão física da telefonia, no Brasil, foi incrível nesse período. Desde julho de 1998, experimentamos um crescimento fascinante no setor. Se, naquele ano, o Brasil só contava com 5,5 milhões de celulares e serviços, hoje, são 133,1 milhões, um crescimento de mais de 2000%!

Acompanhem os senhores a grandeza dos números neste breve registro que me permito fazer.

O número de linhas fixas mais que dobrou, passando de 19 milhões para 40 milhões. A soma de telefones fixos e móveis alcançava 24,5 milhões. Hoje, são 173 milhões. O número de usuários da Internet, que era de 1,4 milhão, hoje, ultrapassa a casa dos 40 milhões. A densidade telefônica saltou de 17 acessos por 100 habitantes para 93 acessos.

Ou seja, de 17 telefones para cada 100 habitantes há 10 anos, hoje, temos 93 por 100 habitantes, o que significa dizer que, em dois anos, o País terá mais telefone que gente.

A capacidade de investimento anual saltou de R\$3,5 bilhões por ano para R\$17 bilhões. Vejam os nobres Colegas que, com isso, as telecomunicações, no País são, hoje, praticamente o único setor de infraestrutura que não traz nenhuma preocupação quanto à demanda futura.

Se compararmos a disponibilidade e a qualidade dos serviços de telecomunicações com as de outras áreas como energia, estradas, aeroportos, saúde, educação, previdência e segurança, veremos o quanto esses outros setores estratégicos permanecem como verdadeiros freios do desenvolvimento nacional. E mesmo assim, não é motivo para “pôr o burro na sombra”. Os resultados, numericamente falando, são surpreendentes, sim. Porém, chamamos a atenção para a necessidade de o Governo brasileiro dar prioridade ao processo de reestruturação institucional das comunicações brasileiras, que precisam, hoje, de uma legislação moderna e avançada para todos os seus segmentos, abrangendo as telecomunicações, a radiodifusão – ou seja, rádio e TV –, a comunicação eletrônica de massa, os Correios, a Internet, além, é claro, de fortalecer a Anatel.

Outra área em que as coisas ainda precisam melhorar, e muito, é a da qualidade do atendimento ao usuário.

Todos estamos aí acompanhando a reação da sociedade no momento em que o Governo muda as regras dos chamados **Call Centers**, clamando pelo respeito e atenção das operadores em favor dos usuários.

Alertam também os especialistas para a necessidade de empenho do Governo Federal no estímulo à competição, pois, embora o grau de concorrência seja bastante satisfatório no segmento da telefonia celular e de longa distância, o mesmo não acontece em telefonia fixa local. Aliás, para surpresa geral, o Governo apóia a redução do número de concessionárias, como no caso da Brasil Telecom pela Oi, com enorme participação de capital estatal, e financiamento de bancos públicos.

Clamo ainda pela ampliação geral dos serviços, com a utilização do Fundo de Universalização das Telecomunicações, o Fust e dos bilhões excedentes do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, o Fistel, com prioridade para segmentos como telecomunicações rurais, informatização das escolas e da saúde, uso intensivo da banda larga e Internet de alta velocidade.

Este é um mundo de transformações intensas e rápidas. Um mundo onde quem chega primeiro bebe água limpa. Se já somos capazes de nos colocar tão à frente no uso das modernas tecnologias, é preciso que esse ganho se reverta em favor de toda a sociedade, virando a página das exclusões.

Que venham os próximos 10 anos e com eles um vento forte de renovação e progresso em favor de nosso País e de nosso povo.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço a generosidade de V. Ex^a, que me proporcionou a conclusão deste pronunciamento, que é tão importante para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Geovani Borges, que hoje faz o seu segundo pronunciamento neste Parlamento – o primeiro, também brilhante, em homenagem a Josué de Castro –, concedo a palavra, por permuta com o Senador Alvaro Dias, ao Senador Tião Viana.

Chamamos o orador inscrito, para uma comunicação inadiável, Tião Viana, que, em sua generosidade, já havia cedido a vez ao Senador Geovani Borges, que vai viajar.

V. Ex^a pode usar a palavra pelo tempo que achar necessário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao estimado amigo, Senador Alvaro Dias, pela possibilidade de permutar a minha fala.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho apenas fazer um registro.

Nasci na década de 60. Sou de uma geração que viveu, primeiro, quando crescia a violência de um regime de exceção: a crise constitucional que se abatia sobre o País; um aparente momento de recuperação econômica do País nos anos 70, com crescimento econômico, mas a falta de liberdade, a falta de distribuição de renda neste País também foi uma evolução marcante para a minha geração, e tivemos a crise política de recuperação da democracia, nos anos 80, sem uma resposta socioeconômica satisfatória.

E agora, com esses dados do Ipea, do dia 5 de agosto, confirmando a redução da taxa de pobreza

no Brasil de quase um terço, entre os anos de 2002 e 2008, isso é muito significativo. Para a minha geração, isso tem um impacto extraordinário! Quantos de nós ficamos, num desalento enorme, ao testemunharmos aquelas pessoas num nível de pobreza provocante, dolorosa, e aquilo não tinha perspectiva, aparentemente como resposta da política. No meio de uma crise de representatividade, no meio de uma fase de situações desconfortáveis para todos os partidos que vivemos hoje, temos uma resposta de ordem econômica e social.

Então, acho que este País deve muito ao Presidente Lula por haver aliado o Governo ao sentimento, ao coração, a uma visão de solidariedade, de inclusão social – isso não é só dele; isso vem de um ajuste do Plano Real, que é anterior ao Governo dele, o primeiro passo –, mas ele consolidou um direcionamento para as grandes diretrizes econômicas do País, que permitiram um avanço extraordinário nas áreas econômica e social. Temos uma situação de 35% para 24% dos índices de redução da pobreza; a economia cresceu; o setor produtivo cresceu de maneira muito expressiva, mas a política do salário mínimo, Senador Augusto Botelho, a que todos almejavam um salário mínimo de US\$100, hoje este valor ultrapassa a casa dos US\$280, isto é algo que nos traz um alento muito grande. Quando olhamos os programas de inclusão social, como o Programa Bolsa Família...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Desculpe-me interromper V. Ex^a, mas quero aplaudir os méritos do Presidente e os nossos, porque o valor do salário mínimo era de US\$70 quando aqui chegamos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Era US\$70. Uma vitória do Presidente e do Poder Legislativo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Hoje estamos em US\$280, e trabalhando, Senador Mão Santa, além do salário mínimo, os programas de proteção social, como o Bolsa Família. Então, isso tem um significado extraordinário na vida deste País, com a geração de emprego formal no País, o aumento da produtividade. Há uma convergência de um momento extraordinário. Um País que consegue sair da dívida com o FMI; um País que consegue realinhar diretrizes de desenvolvimento, porque o setor empresarial voltou a acreditar em si mesmo, voltou a acreditar na vida institucional, voltou a acreditar nas oportunidades que estão surgindo.

Então, fico muito entusiasmado, acredito muito naquelas expectativas que pareciam muito distantes de

nós, qual seja, que o País do futuro, o Brasil, parecia estar tão longe do seu povo, hoje se aproxima.

Hoje, a classe média está maior, saiu do patamar de 44% para uma representação de 52% da sociedade brasileira, é uma movimentação de setores, de segmentos sociais extraordinária na vida de um País sul-americano, na vida de um País latino-americano, na vida de um País emergente.

Então, entendo que esse é um tributo que fica da atual geração política brasileira para o seu povo, para o nosso Estado-Nação, e todos temos o dever de comemorar. As curvas gráficas são extraordinárias, mostrando a queda da pobreza. E o número de indigentes é algo muito marcante: uma redução de 12,7% para 6,6%, envolvendo o período já citado de 2002 a 2008.

É muito significativo esse dado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E vemos que as cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, localidades que serviram de amostragem, ficamos muito entusiasmados também. Há de se destacar Belo Horizonte como a região metropolitana que melhor resposta deu a essa equação da redução da pobreza.

Isso demonstra também um crescimento importante dos segmentos de melhor renda do País, ou seja, os ricos também cresceram; subiram de 448 mil no País para 476 mil. Saíram de um percentual de 0,8% para 1% da população brasileira.

Então, esses dados são muitos expressivos. Nós temos essa expansão da classe média chegando a 52% da população brasileira, e nós temos algo que é muito importante também a considerar para quem faz o estudo da movimentação social no Brasil. Quando nós olhamos o referencial, o índice de Gini como referencial de concentração da pobreza, todos sabemos que quanto mais próximo de 1 ele estiver mais concentrada estará a renda no país. Quanto mais próximo de zero ele estiver melhor estará distribuída a renda no país. E nós saímos, em 2001, de um índice de Gini de 0,566 e caímos, em 2006, para 0,541. Então, isso é muito importante. A Região Norte e a Região Sul apresentaram melhor resultado de redução da concentração de renda. Ou seja, onde as desigualdades estão menores. Não quer dizer que é onde haja mais ricos, mas quer dizer onde há a presença de uma distribuição mais a favor da sociedade.

Então, eu fico muito esperançoso por esse País. Acho que se nós, representantes da democracia brasileira instituídos no Parlamento, na vida institucional, soubermos achar respostas por convergência de entendimentos naquilo que nos une, respeitando as divergências naquilo que não temos como unir, nós

vamos dar uma resposta muito mais rápida às gerações que estão emergindo, que estão chegando aos vinte e poucos anos e começando a empurrar nossas gerações.

Então, o Brasil tem essa extraordinária oportunidade. Hoje, o editorial do jornal **Folha de S.Paulo** foi nesses termos:

“Menos Pobres

Surgimento de nova ‘classe média’ põe em foco desafios e prioridades antes relegadas a segundo plano no país”.

Então, quando o Senado Federal como instituição máxima da democracia brasileira comemora e faz homenagem a Josué de Castro, médico como nós, que foi tão importante no marco da luta contra as desigualdades no Brasil, a luta contra a fome que assolou este País. Quando olhamos o potencial do Brasil no combate à fome mundial, o potencial da microeconomia rural, gerando riqueza e que possa ser utilizada pelo mundo inteiro, a luta contra os grandes subsídios agrícolas, a luta pelo microcrédito para as populações emergentes, temos uma extraordinária oportunidade de repensar as relações institucionais e as relações entre as pessoas.

Então, eu fico muito entusiasmado e cheio de esperança de que a continuidade da vida democrática, a superação, pelo Parlamento brasileiro, das suas crises, das crises que a política tem gerado, através de um outro episódio de solução de continuidade, serão elementos muito favoráveis a um amadurecimento mais acelerado e a uma resposta muito melhor à sociedade brasileira.

Então, faço essa homenagem ao Presidente da República, o Presidente Lula, por ter sabido perceber a oportunidade de abraçar a sociedade brasileira como um todo, não entendendo a política de governo como uma política de privilégios.

Entre erros e acertos, o saldo é muito positivo e este País terá o reconhecimento do legado que ele está entregando às gerações que estão aí.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Tião Viana, eu queria apenas, como médico, ressaltar a grandeza que V. Ex^a tem e que Josué de Castro teve. O primeiro emprego dele foi numa fábrica, numa indústria poderosa de Pernambuco. E ele, numa prestação de contas com a diretoria, disse que não poderia melhorar porque o problema era deles, que pagavam mal, e os funcionários estavam com fome. Isso traduz o que a Organização Mundial de Saúde diz: “Saúde não é apenas a ausência de doença ou de enfermidade, mas o mais completo bem-estar físi-

co, mental e social”. Temos que combater a miséria, o pauperismo e a fome. Então, os nossos cumprimentos, parabéns a V. Ex^a e os méritos também ao Presidente da República que dividiu a riqueza.

Convidamos para usar da palavra o Vice-Presidente da Casa, Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

Tenho recebido muitos *e-mails*. Achei muito interessante um que diz – eu acho que ele era muito do futebol daqueles anos de 58 – que V. Ex^a era como Nilton Santos, todo na elegância; eu era assim como Garrincha; e o Mário Couto era o Vavá, fazia o gol. Eu achei até interessante a comparação. Mas V. Ex^a, que é novo, não viu o Nilton Santos jogar. Eu vi. Era elegante, e V. Ex^a é um orador elegante e competente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa. O Brasil já conhece a generosidade da sua alma e por isso entende que nós, inclusive, seus colegas, admitimos até que o Regimento seja colocado em segundo plano quando V. Ex^a preside as sessões do Senado Federal, pela forma como conduz os trabalhos da Casa.

Venho hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falar sobre personalidade importante da política do Paraná, que fez e faz história. Hoje, a história dos bastidores da política paranaense ganha um novo e interessante capítulo. Um grande jornalista, um jornalista da maior competência e seriedade lança hoje, no dia do aniversário do ex-governador do Paraná e líder político do meu Estado, Dr. Paulo Pimentel, um livro que certamente proporcionará polêmica. O jornalista Hugo Sant’ana, pela Travessa dos Editores, lança o livro **Paulo Pimentel: momentos decisivos**.

Repito: o jornalista Hugo Sant’ana é extremamente conceituado e sério; uma obra assinada por ele é uma obra que tem credibilidade.

Dr. Paulo Pimentel foi governador do Paraná e, posteriormente, dedicou-se aos veículos de comunicação, que comanda com muita competência e independência.

Essa obra, escrita a partir de cerca de trinta entrevistas feitas com Paulo Pimentel a partir do ano passado, ajudará a completar um pouco mais a escassa bibliografia atual sobre grandes políticos do Paraná. Isso é o que escreve hoje o jornal **O Estado do Paraná**. “É uma contribuição à história do Paraná”, diz o jornalista Hugo Sant’ana, ressaltando que não se trata de uma biografia linear, mas, sim, de história pontuais contadas por Pimentel.

O jornalista conta que a idéia do livro partiu do empresário Paulo Pimentel. “Ele manifestou que gostaria de colocar essas histórias em livro e eu assumi a

tarefa”, disse o jornalista. “E as histórias são excelentes, ele lembra de tudo. Meu trabalho foi apenas dar uma linguagem jornalística às entrevistas”, disse.

Uma das histórias aborda, por exemplo, a transferência temporária por uma semana do Governo Federal para Curitiba, em 69, durante o Governo Costa e Silva. O jornalista faz referência a informações inéditas fornecidas para o livro pelo Dr. Paulo Pimentel. “Muita coisa os mais antigos lembram, porque estão nas páginas dos jornais da época. Mas, pela primeira vez, estão sendo condensadas em um livro”, diz o jornalista.

Essa história a que eu estava me referindo aborda a transferência do Governo Federal para Curitiba durante o Governo Costa e Silva, em 69. Na época, Pimentel era Governador e conta que seu bom relacionamento com o Presidente garantiu ao Paraná a manutenção da Assembléia Legislativa do Estado. “Eles fecharam a Assembléia de São Paulo, e Costa e Silva me disse que ia fechar a do Paraná”, lembra Paulo Pimentel. E o Governador, então, convenceu o Presidente Costa e Silva a voltar atrás. “Ele desistiu e rasgou o decreto.”

Nas conversas com o jornalista Hugo Sant’ana, Pimentel também não escondeu momentos ruins, como quando a ditadura de Ernesto Geisel pressionava os anunciantes e seus veículos de comunicação: “Os anunciantes eram chamados no Palácio Iguaçu, em nome da revolução. Só um não rompeu conosco”, disse Paulo Pimentel, “o Hermes Macedo”. Hermes Macedo foi Deputado Federal também.

O lançamento desse livro ocorre hoje, na sede da Editora O Estado do Paraná, por ocasião do aniversário de Paulo Pimentel.

Eu gostaria de prestar esta homenagem ao Dr. Paulo Pimentel, a quem sou grato.

Senador Mão Santa, o início de minha trajetória política, nesse período de chumbo do autoritarismo, meus primeiros passos foram estimulados por uma presença marcante dos veículos de comunicação de Paulo Pimentel. Nunca fui discriminado. E olha que aqueles eram tempos ditatoriais, de censura e de discriminação. O Dr. Paulo Pimentel sempre ofereceu seus veículos de comunicação à oposição. Tribuna democrática, Senador Mão Santa.

Paulo Pimentel foi perseguido. Ele, da Arena; eu, à época, um jovem Deputado Estadual no MDB, fazendo oposição com dureza, oposição ao governo estadual, nomeado; oposição ao governo federal, governo autoritário, e tinha espaço nos veículos de comunicação de Paulo Pimentel – e confesso, aqui, desta tribuna: mais espaço do que tenho hoje nos veículos de comunicação do Paraná. E não reclamo do espaço que

tenho, pois tenho o que mereço. Mas aquela era uma época de medo, uma época em que os grandes jornais do País preenchiam os espaços esvaziados pela censura com versos de Camões ou receitas culinárias. E, no Paraná, Paulo Pimentel oferecia seus veículos para que a oposição pudesse ter voz. Participou, portanto, de forma significativa, da luta pela redemocratização do País.

Esse é um fato histórico que tem que ser relatado. O Dr. Paulo Pimentel era governista, era do partido do governo, era da Arena, mas, acima de tudo, um democrata, e, por essa razão, não permitiu que as imposições ditatoriais prevalecessem sobre as suas convicções democráticas. Foi muito importante sua participação, como homem de comunicação no Paraná, no período de chumbo, em que todos estavam submetidos ao império do medo.

Lembro-me, Senador Mão Santa, de que não tínhamos estrutura partidária. Tínhamos um pequeno partido – o Movimento Democrático Brasileiro –, que não possuía estrutura em praticamente Município algum porque as pessoas temiam e não se filiavam ao partido da oposição. Aliás, ouvia-se muito a afirmação de que éramos comunistas, porque nos confrontávamos com o modelo ditatorial imposto ao povo brasileiro. A organização partidária, portanto, era insignificante. Se não tivéssemos os veículos de comunicação do Dr. Paulo Pimentel, não teríamos voz para que pudessemos vencer eleições sem estrutura partidária.

Portanto, a homenagem que presto é em razão do significado da presença de Paulo Pimentel na política do Paraná e, mais do que isso, nos meios de comunicação do nosso Estado, e, particularmente, a gratidão por reconhecer que, realmente, o papel que ele desempenhou me proporcionou alçar vôos maiores na política do meu Estado.

Ao Dr. Paulo Pimentel as minhas sinceras homenagens e os meus parabéns pelo seu aniversário, mas, acima de tudo, pela obra política e de comunicação que ele implantou no Paraná. Foi um grande governador, um governador de grandes obras, mas foi, como político, um democrata, que permitiu abrir amplas avenidas para que pudessemos caminhar na direção da democracia em nosso País.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a, naquele momento em que recebeu o apoio, surgiu, como inspiração do Presidente Sarney, para ser candidato do PMDB. Nem Ulysses nem Iris Rezende, seria V. Ex^a. E V. Ex^a teria sido um extraordinário Presidente da República, como foi um extraordinário Governador do Estado do Paraná.

Convidamos para usar da palavra o Senador Marco Antônio Costa. Em seguida, falará o Senador Mário Couto.

O Senador Marco Antônio Costa representa o Estado do Tocantins e está substituindo a encantadora e valente Senadora Kátia Abreu.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de começar meu pronunciamento, gostaria de fazer uma comunicação a respeito da Senadora Kátia Abreu, que passou por momentos difíceis, com calúnias em torno do seu nome. A Senadora Kátia Abreu sempre pontuou sua atuação parlamentar na busca de meios que favorecessem ou viessem a favorecer a desejada ampliação ou melhoria da nossa infra-estrutura nacional, o que, inegavelmente, trará enormes benefícios ao povo brasileiro. Foi assim quando, na medida provisória do Reporto, pretendia corrigir uma anomalia que nos distancia da realidade mundial. Precisamos, urgentemente, investir na construção e ampliação de portos. E, nessa tarefa imprescindível para nossa economia, necessitamos de dinheiro para investir, seja ele público ou privado.

Quando o Brasil deveria saudar a Senadora Kátia por sua luta em diminuir o custo Brasil, em propiciar a livre iniciativa e em ampliar a infra-estrutura nacional, viu-se seu nome exposto nos jornais que deram voz à irresponsabilidade de dois homens que eram investigados pela Polícia Federal e que, em conversas telefônicas interceptadas e publicadas no dia 17 de julho no jornal **Folha de S.Paulo**, levemente, no sentimento do interesse contrariado, tentaram macular a honra dessa brava Senadora, afirmando que ela teria recebido dinheiro de uma construtora para contrariar os interesses daquele grupo.

A Senadora prontamente reagiu, convocando uma coletiva no mesmo dia da reportagem para repudiar a suposta citação. Recebeu, imediatamente, a solidariedade de seus Pares, do Partido Democratas e da grande maioria do povo do Tocantins, que a conhece muito bem. E, como havia anunciado, imediatamente interpelou judicialmente o Sr. Arthur Joaquim de Carvalho, indagando se o mesmo se referia a ela na conversa e quais os elementos que possuía para propagar a calúnia. Esse senhor responde a interpeção, inocentando a Senadora Kátia Abreu. E, hoje, o jornal **O Estado de S.Paulo** diz, em manchete, que o cunhado de Dantas inocenta Kátia Abreu e responsabiliza a Polícia Federal.

Muito bem, o Sr. Arthur se retratou, e a justiça dos bons prevaleceu, mas ainda resta a pergunta ca-

rente de resposta clara: por que deixaram vaziar tamanho absurdo?

A Senadora Kátia Abreu sempre pautou sua vida pelo trabalho em prol do povo do Brasil, em prol do povo do seu Estado. É reconhecida por esse grande empenho que tem, pela dedicação, por todo seu esforço e por sua inteligência, para que o Brasil possa prosperar e melhorar suas condições de concorrer frente às adversidades do mundo e do próprio País.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO) – Sim, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Fico feliz de ver esse episódio concluído de forma satisfatória. Eu estava aqui no dia em que a Senadora Kátia Abreu nos procurou, tentando ocupar a tribuna, para se defender daquilo que assegurava ser uma calúnia incrível. E não pudemos conceder a ela a oportunidade de falar, uma vez que está licenciada. Estaríamos afrontando o Regimento Interno da Casa, se o fizéssemos. Ela compreendeu, mas foi à imprensa, refutou as acusações de que era alvo, não aceitou essa condição de vítima injustiçada, e V. Ex^a vem hoje à tribuna, para recolocar essa questão no seu devido lugar. Parabéns a V. Ex^a pela solidariedade que manifesta, pela lealdade que demonstra possuir na defesa da Senadora Kátia Abreu, do seu Estado! V. Ex^a a conhece muito bem, bem melhor do que nós, e sabe que pode avaliar sua conduta e seu comportamento. Nosso abraço também solidário à Senadora Kátia Abreu!

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Marco Antônio, permite-me um aparte?

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO) – Concedo um aparte ao Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Eu queria solidarizar-me com V. Ex^a em seu pronunciamento e, com isso, estou, naturalmente, estendendo essa solidariedade à Senadora Kátia Abreu. Na verdade, sempre achei muito injustas essas declarações. Aquela matéria à que foi feita referência foi amplamente discutida na bancada do Partido, e houve o apoio de todos nós. Em nenhum momento, foi levantada qualquer dúvida ou propósito de questionar a Senadora Kátia Abreu. Vemos casos como esse, e começa a aumentar nossa preocupação quanto à falta de responsabilidade nas acusações que se fazem a outros. Isso, certamente, marcou profundamente a Senadora Kátia Abreu, encheu-lhe de revolta, como disse o Senador Alvaro Dias – eu não estava aqui naquele dia. Ela mesma tentou

fazer sua defesa, embora licenciada do Senado, o que ia ferir nosso Regimento. Mas acho que V. Ex^a vem, em boa hora, citar esse desmentido, essas declarações que saíram hoje na imprensa isentando a Senadora Kátia Abreu de qualquer mancha ou acusação. Provavelmente, os que vão ler essas notícias de hoje não serão os mesmos que leram a notícia anterior, e, com isso, há perdas irreparáveis. A Senadora Kátia Abreu deve buscar – e certamente o fará – reparos sobre esses males que lhe causaram do ponto de vista da sua probidade e da sua força. É uma lutadora, uma senhora cujo passado e presente todos nós conhecemos. Certamente, é uma Senadora de futuro, mas tentaram jogar lama no seu nome por uma questão inteiramente sem pé nem cabeça. Solidarizo-me com V. Ex^a e estendo meus cumprimentos à Senadora Kátia Abreu.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO)

– Muito obrigado, Senador Adelmir Santana.

Gostaria de continuar minhas palavras, falando de um tema que reputo ser muito importante e preocupante para a economia brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, na Comissão de Assuntos Econômicos, contamos com a ilustre presença do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que, de forma clara e inequívoca, confirmou a disposição do Banco Central de combater a inflação, que, recentemente, voltou a dar sinais de vida.

Durante toda a sua história, poucas vezes o Brasil soube o que é viver numa economia com estabilidade monetária. A inflação tornou-se um fenômeno cotidiano, que se enraizou na cultura, nos hábitos e nos costumes do povo brasileiro. A inflação, na verdade, é um imposto cobrado principalmente dos mais pobres. Ora, mas qual é o sentido de cobrar um imposto dos mais pobres num País com tantas carências sociais? A verdade é que a manutenção de políticas sociais por meio da inflação é um grande contra-senso: o que se dá com as políticas sociais se retira com a inflação.

Nos últimos quinze anos, no entanto, a história mudou. A implementação do Plano Real, em 1993, transformou o País, que passou a conhecer e, principalmente, a viver as vantagens de uma economia com estabilidade de preços. É inegável que hoje colhemos os frutos daquela decisão.

Apesar da aparente vitória, a luta contra a inflação é um trabalho constante. Hoje, o objetivo de controlar os preços tornou-se um desafio ainda maior. O aumento dos preços das principais **commodities** internacionais, observado nos últimos meses, tem causado estragos no mundo, principalmente em relação

aos mais pobres. A inflação caminha, lado a lado, com a fome; mais inflação significa mais fome.

Em sua exposição na Comissão de Assuntos Econômicos, o Presidente do Banco Central apresentou dados que mostram que a inflação para quem ganha até 2,5 salários mínimos já ultrapassou 9% nos últimos doze meses, bem acima da inflação para as faixas de rendas maiores, que oscilou em torno de 6%.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO)

– Sim, Senador Mário Couto, por favor.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador, primeiro, quero pedir desculpas a V. Ex^a, por interromper seu pronunciamento, para tratar do tema que V. Ex^a abordou no início do seu pronunciamento, com relação à Senadora Kátia Abreu.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO)

– Ah, sim!

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Mas fiz isso, mesmo, obviamente, atrapalhando V. Ex^a, pedindo desculpas, porque não poderia ir para minha casa, sem falar de Kátia Abreu, que chegou a este Parlamento e que, de imediato, recebeu a admiração de todos os Senadores, pela sua postura, pela sua dignidade, pelo seu trabalho, pelo seu amor ao seu Estado, pela ética, por tudo, por tudo que é Kátia Abreu. Por isso, fui um dos Senadores que, quando leu a matéria, ficou chocado. E vou para casa, hoje, feliz da vida com o esclarecimento de V. Ex^a. Tinha certeza de que Kátia Abreu era inocente, mas foi muito bom V. Ex^a esclarecer ainda mais, na tarde de hoje, neste Parlamento, o que aconteceu de verdade. Leve a ela minha admiração, meu carinho e minha consideração e diga-lhe que continuo acreditando, e muito, em Kátia Abreu. Meus parabéns, Senador!

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO)

– Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Dando prosseguimento, eu dizia que, na sua recente estada na Comissão de Assuntos Econômicos, o Sr. Presidente do Banco Central apresentou dados que mostram que a inflação para aqueles que ganham salários menores, abaixo de 2,5 salários mínimos, já ultrapassou 9% nos últimos doze meses, mas que, para os de rendas maiores, a inflação representa algo em torno de 6%. Ou seja, aos ricos a inflação chega a trote de cavalos; aos pobres, a velocidades supersônicas.

O valor da cesta básica medido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) saltou de R\$187,00, em julho do ano passado, para R\$245,20, no mês de junho deste

ano. No meu Estado, o Tocantins, os consumidores e, principalmente, as donas de casa sofrem a cada ida ao supermercado. O pacote de cinco quilos de arroz, por exemplo, que era vendido a R\$5,00 ou R\$6,00 há cerca de um ano, hoje custa mais de R\$10,00: um aumento de mais de 90%. Isso acontece também com o feijão e com muitos outros produtos de primeira necessidade.

Estão corretos, portanto, o Presidente do Banco Central e o próprio Presidente da República quando defendem e trabalham para manter a estabilidade dos preços, uma conquista econômica e social dos brasileiros. Mas, Sr. Presidente, enquanto o Presidente do Banco Central eleva os juros para combater a inflação, impondo esse pesado ônus à sociedade brasileira, o Governo atua na direção contrária, aumentando os gastos públicos. Apenas para se ter uma idéia, nos primeiros seis meses deste ano, a despesa total do Governo Federal cresceu 9,8%, chegando a R\$220 bilhões.

Sr. Presidente, por outro lado, além de sentir com mais força os efeitos da inflação, os mais pobres também suportam o peso da nossa excessiva carga tributária, baseada principalmente em impostos indiretos. Segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE), quem ganha até dois salários mínimos compromete 48,8% da sua renda com impostos. Na outra ponta, quem ganha acima de trinta salários mínimos compromete 26,3% da renda com impostos.

Vejam que situação, Sr^{as} e Srs. Senadores: os brasileiros das classes C, D e E, resgatados pela estabilidade da moeda, tornaram-se os principais responsáveis pelo vigor da economia brasileira nos últimos anos e, hoje, estão perigosamente cercados, de um lado, pelo pagamento de imposto inflacionário e, de outro lado, por uma carga de impostos formais que beira 50% da sua renda. São milhões de brasileiros que passaram a fazer parte do mercado consumidor, contribuindo decisivamente para a melhoria das estatísticas econômicas e que, agora, vivem uma difícil situação. Ou seja, se não tomarmos cuidado, mataremos afogada em impostos a galinha dos ovos de ouro da economia brasileira.

É preciso lembrar ainda que, enquanto a economia mundial viveu nos últimos anos o maior período de prosperidade das últimas três décadas, embalada pelos bons indicadores de inflação e crescimento econômico, nosso desempenho foi apenas razoável se comparado com os países emergentes.

O que podemos esperar, então, agora, quando os ventos da economia mundial estão soprando na

direção contrária, indicando um futuro sombrio com mais inflação e com menos crescimento?

É preciso que estejamos atentos e preparados para essa nova conjuntura internacional, ou teremos sérios problemas nos próximos anos. Urge, portanto, implementar modificações que reduzam a regressividade do nosso sistema tributário e que, ao mesmo tempo, permitam preservar o poder de compra dessa nova classe de consumidores, que é fundamental para o crescimento sustentado da economia brasileira.

Sr. Presidente, o Governo precisa também fazer o que não fez até agora: cortar na própria carne. O Governo precisa fazer o que tem cobrado da sociedade ao longo das últimas décadas: melhorar a eficiência e gastar menos. Se não tivermos a coragem de mudar o que deve ser mudado, estaremos, infelizmente, comprometendo o futuro do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marco Antônio Costa, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, como orador inscrito, ao nobre Senador Mário Couto, por cessão do Senador Gerson Camata. Em seguida, como já acordado, o Senador Jayme Campos falará pela Liderança do DEM.

Comunico ao Senador Renan Calheiros que nós o colocamos nas comunicações parlamentares.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de começar o meu pronunciamento, eu gostaria de dizer da minha satisfação de ter aqui nesta tarde o eminente Deputado do meu Estado, representante da cidade de Santarém, no Pará, o Deputado Estadual Alexandre Von.

É um prazer muito grande, nobre Deputado, tê-lo aqui.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi alguns Senadores festejarem a queda do índice da pobreza, Senador Pedro Simon. Queria eu poder, com muita satisfação, dizer também que eu estou satisfeito. Queria eu poder dizer isso. Queria eu poder dizer também que é hora de comemorar. Queria eu poder dizer isso. Não posso. Não posso, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

A queda da pobreza é fruto de um programa do Governo questionado por muitos técnicos, que é o Bolsa-Família. Eu não consigo entender como se pode

festejar neste País algo sem se ter saúde. Eu não consigo entender como se pode festejar neste País algo se não se tem educação; se não se tem segurança; se o Governo gasta muito; se os aposentados passam fome; se a inflação começa a bater à porta; se as estradas federais estão esburacadas; se o País não tem portos, ferrovias, rodovias. O que se tem para festejar neste País? Eu não entendo, Srs. Senadores.

Queria eu, sinceramente, sinceramente, poder chegar a esta tribuna e parabenizar o Presidente Lula. Ainda não posso. Ainda não devo. Está muito longe. Se a pobreza diminuiu neste País, temos ainda quilômetros, e quilômetros, e quilômetros, e quilômetros de distância a percorrer.

Senador Geraldo Mesquita, estamos longe de poder festejar. A saúde neste País não existe. Os pobres deste País estão morrendo nas filas dos hospitais, Senador. Tenho que festejar isso, Senador? Eu devo festejar isso, Senador?

No meu Estado, Senador, a irresponsabilidade, a incompetência trouxeram à tona uma mostra terrível, inacreditável, inconcebível: a morte de 280 bebês na Santa Casa de Misericórdia! A reportagem da TV Globo mostra 12 corpos de crianças enroladas em papelões, em jornais, dentro de um **freezer** comum – dentro de um **freezer** comum! –, misturados com refrigerante, com água e com comida. Doze corpos de bebês! Essa é a saúde do meu País.

A Governadora, que nunca visitou sequer a Santa Casa, é do PT, do partido do Presidente da República, e diz que não tem verba para investir na saúde, Senador. Sequer a Governadora, desde que assumiu, fez uma visita a esse hospital onde morreram esses bebês. Sequer fez uma visita! Depois da morte dos 280 bebês, rapidamente ela foi, à noite, ao hospital. É grande a irresponsabilidade.

Em maio, Senador, eu vim a esta tribuna, e tenho a cópia do meu pronunciamento – depois dizem, meu nobre Deputado Alexandre Von, que o Mário Couto vive a perseguir nesta tribuna a Governadora do seu Estado, que o Mário Couto não faz outra coisa senão vir falar da Governadora nesta tribuna –, e eu avisei. Eu vim aqui no dia 7 de maio. Eu vim aqui, Senador Renan Calheiros, com a minha sinceridade, com a minha postura franca, como eu sou, destemido. Vim aqui a esta tribuna, Senador, e disse o que ia acontecer na Santa Casa de Misericórdia. Eu disse no meu pronunciamento aqui que fatos graves estariam para acontecer na Santa Casa de Misericórdia. Logo fui acusado de perseguidor. Logo fui acusado de que estaria eu tentando derrubar politicamente a Governadora do meu Estado.

Nada disso! Quero o meu Estado bem. Quero viver momentos de satisfação no meu Estado. Não gosto de ver o Estado do Pará todos os meses em escândalos na televisão. Ainda anteontem, eu vi um na cidade de Viseu, onde juízes tiveram que sair correndo feito ladrões, em helicópteros. Eu vi outro, ao abrir o jornal de hoje, com sete mortes na capital paraense.

Eu não posso ficar calado diante da morte de 280 bebês no hospital na minha terra! Eu não posso ficar calado!

É isso que se tem para comemorar neste País? Será que é a miséria dos aposentados e pensionistas que morrem à míngua neste País que se tem para comemorar, Senador?

Senador Paim, quanto aprecio V. Ex^a! Saiba disso. Quanto admiro V. Ex^a! Saiba disso. Senador Paim, eu lhe digo, do fundo do meu coração – e tenho também certeza de que V. Ex^a tem esse mesmo sentimento ou até maior, porque luta por essa causa há mais tempo que eu; V. Ex^a me disse um dia que está dentro do seu sangue essa causa –, que nós teremos, Senador Mão Santa e Senador Geraldo Mesquita, de tomar medidas mais duras; nós teremos de mostrar ao Governo que aqui, neste Senado, há Senadores que não se conformam de maneira nenhuma com a maneira como vivem os aposentados neste País.

O Presidente Lula vive um momento bom. Arrecada, até este mês – está aqui a arrecadação de impostos do Brasil –, R\$610 bilhões, até ontem, segundo o Painel da Associação Comercial de São Paulo. São R\$610 bilhões, recorde absoluto na história do Brasil em arrecadação de impostos. Nós vamos passar de R\$1 trilhão este ano. E aí ficam dizendo que a Previdência é deficitária, que não se pode dar aumento. Nós não queremos nada mais do que o direito dos aposentados, nobre Senador Paim.

Eu estaria com uma viagem programada hoje para o meu Estado. Não vou. Só vou na quarta-feira, porque tenho um compromisso na terça-feira na Comissão de Direitos Humanos, onde tenho certeza que lá estaremos, os 16 Senadores que escreveram um documento a esta Mesa dizendo que vão de qualquer maneira encarar essa situação dos aposentados. Com coragem e determinação, estaremos lá. O documento está em aberto esperando mais assinaturas. Estaremos lá, combinando e programando o que vamos fazer daqui para frente. Será uma postura dura para mostrar ao Governo que nós não agüentamos mais, que não tem mais discurso que faça dobrar o Governo, que não há mais apelos que façam dobrar o Governo. Já foram muitos, de Mão Santa, de Flexa Ribeiro, de Ge-

raldo Mesquita, milhares de Paim, e outros de tantos outros Senadores.

Eu queria poder comemorar, meu nobre Senador Paim. Queria poder eu comungar com a palavra de outros Senadores que me antecederam – e respeito a todos – e poder dizer-lhes que eles estão certos. Não estão. Nós estamos longe de comemorar vitórias neste País, nós estamos muito longe. O que mais a população precisa nós não temos: segurança, saúde, educação e transporte.

E façam uma idéia: com a economia deste País, com o céu de brigadeiro em que anda este mundo na atualidade, se nós tivéssemos saúde, se nós tivéssemos educação, se nós gastássemos menos, se nós tivéssemos segurança, se nós tivéssemos rodovias, se nós não tivéssemos a inflação voltando, como estaria este País tão bom!

Era esse o meu desejo. Eu não torço por um Pará pior. Eu torço por um Pará melhor. Eu torço por um bom governo da minha Governadora. Eu não torço por um País pior. Eu amo o meu Brasil. Eu quero saúde para o meu País; eu quero segurança para o meu País; eu quero educação para o meu País; eu quero que o Presidente Lula gaste menos; eu quero poder chegar a esta tribuna e elogiar o Presidente Lula. É isso o que eu desejo fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De imediato, pela Liderança do Democratas, convidamos a usar da palavra o nobre Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, nesta tarde, para falar sobre a atuação do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, no último debate feito em São Paulo, pelo Grupo Estado.

Nas últimas décadas, nosso País deixou de ser um arremedo jurídico e transformou-se na mais cintilante democracia do Hemisfério Sul. Produziu eleições memoráveis e restabeleceu o pleno estado direito de seus cidadãos. Mesmo imperfeita pela ação corrosiva da luta de interesses, nossa nova Constituição conseguiu abrandar todas as tensões políticas e sociais remanescentes do período da ditadura militar.

Por isso mesmo, merecem profunda reflexão as palavras do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, quando, em debate promovido pelo Grupo Estado, no início desta semana, alertou para um certo caráter de deformação da estrutura institucional do País, com a atitude sensacionalista e abusiva de alguns setores da Polícia Federal. S. Ex^a,

inclusive, intui que “há na sociedade um sentimento de medo”.

Tanto pela estatura de sua posição no concerto político nacional, como Presidente das mais alta Corte judiciária do País, quanto por seu reconhecido saber técnico, as declarações de Gilmar Mendes soaram como advertência para uma possível quebra de paradigma nas relações entre o Judiciário e o Executivo.

Ao reclamar do excessivo rigor dos policiais, inclusive com a exposição indevida da imagem dos presos, o Ministro argumenta que “não há na história do mundo qualquer exemplo de país que tenha preservado a democracia transformando a Polícia em poder”. E foi mais enfático ainda o Magistrado ao decretar: “Onde a Polícia se transformou em poder, a democracia feneceu”.

As ponderações do Ministro deram enorme impacto nos meios políticos e judiciais da Nação, principalmente porque S. Ex^a foi o porta-voz de outra grande inquietação da sociedade moderna: o uso indiscriminado das escutas telefônicas. Os chamados “grampos”, hoje, condenam o cidadão a uma espécie de ilha de indiscrição permanente. As pessoas simples vivem assoladas pelo medo e pela desconfiança. Os telefones converteram-se em risco constante aos direitos do indivíduo.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a tecnologia deve vir em auxílio da liberdade, não em desrespeito a ela. Justamente por isso, faz muito sentido a proposta do Presidente do Supremo Tribunal Federal de restringir as interceptações telefônicas, com maior controle legal desse instrumento legítimo de investigação.

Obviamente, não podemos incriminar direta ou indiretamente a Polícia Federal por tais abusos, principalmente pelo importante papel que essa instituição desempenha no combate ao crime e à corrupção. A Polícia Federal tem uma história irretocável. Aqui mesmo, nesta Casa, há um exemplo vivo das virtudes técnicas e morais dessa corporação na pessoa do ilustre Senador Romeu Tuma, que é um exemplo dos bons serviços prestados pela Polícia Federal ao povo brasileiro.

Também não acredito que esses rompantes emanem da orientação do Palácio do Planalto, até porque poucos compatriotas foram tão vítimas da truculência e das injustiças como o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aliás, Lula é um sinal da resistência contra abusos e desmandos. Sua Excelência carrega algumas cicatrizes profundas da arbitrariedade e da intolerância. Como ninguém, foi refém do Estado policial que imperava durante os anos de chumbo neste País.

Pelo exposto, o Presidente da República tem a obrigação histórica de reparar esse procedimento de algumas autoridades da Polícia Federal. Portanto, Lula deve se irmanar ao Presidente do Supremo Tribunal no sentido de defender nossos mais caros institutos democráticos, que se consagram com o pleno direito do cidadão, com suas garantias jurídicas e com a sagrada presunção de que qualquer indivíduo é inocente até que se prove o contrário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, à tarde, tive uma entrevista com S. Ex^a, o Ministro Gilmar Mendes, oportunidade em que externei minha solidariedade e minha admiração por suas posturas corajosas em defesa do pleno Estado de Direito. Fui homenagear um mato-grossense digno e altivo, um patriota de grande saber jurídico e de inabalável bravura cívica.

Sinto-me, então, gratificado em cumprimentar um Ministro publicamente, aqui desta tribuna do Senado Federal, porque suas teses se coadunam com o programa político de nosso Partido, o Democratas. Assim como todos os partidos com assento nesta Casa, nosso ideário é o mesmo: o de respaldar o cidadão e fazer dele o único sentido para a organização institucional do Estado. O povo é o início e o fim do sistema democrático. Criar uma estrutura de poder que, de qualquer forma, afronte os direitos da população seria o mesmo que condenar o brilho de nossa democracia às trevas do autoritarismo e da própria violência política. Mas o Brasil é pródigo em homens e mulheres que lutam incansavelmente para manter acesa a chama da liberdade e do pluralismo social.

Essas são minhas palavras, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Pedro Simon.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentavelmente, o Estado do Pará foi palco, nesta quarta-feira, dia 6 de agosto, de cenas de violência. Desta feita, os jornais locais deram conta de que, em menos de vinte e quatro horas – repito, Sr. Presidente: em menos de vinte e quatro horas –, sete assassinatos foram registrados na Região Metropolitana de Belém.

A Sociedade não mais suporta tanta insegurança e clama por medidas que possam, no mínimo, atenuar, com urgência, o momento de ingovernabilidade vivido pelo meu querido Estado do Pará.

Não podemos silenciar diante de tanta omissão e descontrole da máquina pública paraense. Precisamos, com urgência, chamar a atenção do País para os graves problemas nas áreas de segurança e saúde pública que afligem o povo paraense, que não sabe mais a quem recorrer.

Sr. Presidente, ante a importância do tema, solicito a V. Ex^a que seja considerado como lido nosso discurso e inserida nos **Anais** da Casa a reportagem publicada no jornal **O Liberal**, edição de hoje, sob o título *Quarta-Feira de Mortes*.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MÁRIO COUTO.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentavelmente, o Estado do Pará foi palco, nesta quarta-feira, dia 06 de agosto, de cenas de violência. Desta feita, os jornais locais deram conta de que, em menos de vinte e quatro horas, sete assassinatos foram registrados na região metropolitana de Belém.

A sociedade não mais suporta tanta insegurança e clama por medidas que possam, no mínimo, atenuar, com urgência, o momento de ingovernabilidade vivido pelo meu querido Estado do Pará.

Não podemos silenciar diante de tanta omissão e descontrole da máquina pública paraense. Precisamos com urgência chamar a atenção do País para os graves problemas nas áreas de segurança e saúde pública que afligem o povo paraense que não sabe mais a quem recorrer.

Sr. Presidente, ante a importância do tema, solicito a V. Ex^a que seja considerado como lido nosso discurso e inserido nos **Anais** da Casa a reportagem publicada no jornal **O Liberal**, edição de hoje, sob o título “Quarta-Feira de Mortes”.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Quarta-feira de mortes

Edição de 07/08/2008

Até o início da noite de ontem, sete assassinatos foram registrados na região metropolitana de Belém e no município de Santa Izabel, onde dois jovens ainda não identificados tombaram num ramal. Ananindeua, com quatro assassinatos, ganhou o título mac

Dois jovens ainda não- identificados foram encontrados mortos a tiros no quilômetro 12 da Estrada da Maravilha, na vila de Mucuiambá, distante aproximadamente 20 quilômetros da sede do município de Santa Izabel. A polícia acredita que eles tenham sido executados às 5 horas da madrugada de ontem, quando moradores da região escutaram três disparos de arma de fogo.

Os mortos aparentavam ser bastante jovens. Alguns curiosos chegaram a desconfiar que fossem adolescentes. Ambos foram executados com tiros na cabeça e tiveram as mãos amarradas. O primeiro, trajando bermuda jeans, camiseta cinza e boné, teve as mãos amarradas com um pedaço de cabo elétrico. O outro trajava calça jeans, camiseta vermelha e teve os pulsos atados com uma corda de nylon.

As vítimas estavam sem documento, mas os moradores da região garantem que não são moradores da vila de Mucuiambá, pequena comunidade formada por aproximadamente 200 habitantes. A estrada onde os corpos foram encontrados também dá acesso à comunidade de Pupunhateua. Mas, segundo os mesmos moradores, os dois também não são da outra comunidade.

ACESSO

A polícia acredita que as vítimas foram levadas de carro para o local do crime porque a área é de difícil acesso, afastada aproximadamente 20 quilômetros do centro de Santa Izabel, com acesso pela estrada que passa pelo igarapé Caraparu. A maior parte do trajeto é de estrada sem asfalto, com algumas áreas de atoleiro.

O técnico em Enfermagem Deivison Carvalho, de 21 anos, foi quem acionou o Centro Integrado de Operações (Ciop/190) pouco depois de ouvir os disparos. 'Todo mundo aqui ouviu os três tiros. Logo depois, alguns moradores passaram lá em casa comentando que havia duas pessoas mortas na estrada. Quando chegamos aqui (local onde os corpos foram encontrados), já tinham até alguns curiosos. Foi quando nós ligamos para a polícia', contou o morador.

Vários moradores de Mucuiambá ficaram assustados com as mortes. Uma senhora idosa,

que não quis se identificar, disse que nunca viu nada igual na comunidade. 'Desova sempre tem aí para as bandas da estrada do Igarapé do Caraparu. Mas aqui, é a primeira vez que isso acontece. Ainda mais assim, um caso de tanta violência', comentou a moradora.

Por meio de um inquérito policial instaurado na Delegacia de Santa Izabel, a polícia pretende primeiramente identificar as vítimas, para depois tentar chegar aos assassinos.

Pedreiro assassinado em Ananindeua por 3 homens não identificados

Três homens ainda não- identificados assassinaram o pedreiro Claudionor da Silva Gomes, de 32 anos, na madrugada de ontem. O crime ocorreu na rua Oito de Outubro, na ocupação Nova Esperança, em Ananindeua, município que integra a região metropolitana de Belém. Além de tiros, Claudionor foi atingido com pauladas na cabeça.

Por volta das 4 horas, vigilantes noturnos que trabalham na ocupação Nova Esperança, localizada na avenida Independência, em frente ao conjunto Stélio Maroja, viram quatro homens correndo pela rua 28 de agosto, em direção ao final da ocupação. Eles detalharam à polícia que um dos homens corria na frente, sendo perseguido pelos outros três. Momentos depois, ouviram-se quatro disparos de arma de fogo.

DILIGÊNCIA

Uma guarnição de policiais militares da 3ª Zpol, sob o comando do cabo R. Silva, que fazia ronda pela avenida Independência, também ouviu o barulho dos tiros e passou a diligenciar a área. 'Encontramos o corpo dele por volta das 5 horas. Mas aqui, no local, não obtivemos nenhuma informação sobre os autores do crime', contou o líder da equipe.

Alguns moradores informaram à polícia que, ao correr de seus agressores, Claudionor chamava pela mãe, com quem ele morava no conjunto Paraíso, na estrada do 40 Horas. 'Certamente, ele estava tentando sair por um beco que dá acesso do Nova Esperança para o conjunto Sabiá, onde moram familiares dele. Mas como provavelmente estava bêbado, errou o caminho e acabou não acertando sair do Nova Esperança', cogitou outro PM, com base no que ouviu dos moradores.

A cunhada de Claudionor, a doméstica Fátima Monteiro, de 40 anos, disse que a família nem imagina o que pode ter acontecido para que ele fosse assassinado. 'A gente só sabe que ele estava bebendo desde a noite de ontem (terça-feira). Nunca ouvimos nada sobre ele estar sendo ameaçado. Se era viciado, também não sabemos. Só sabemos que ele bebia', disse a mulher.

O caso será investigado por meio de inquérito que será instaurado na seccional de polícia Cidade Nova.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem debatido e analisado a questão referente à possibilidade de ressurgir a Quarta Frota americana, destinada a fazer cobertura dos mares do Atlântico Sul.

Já estivemos com o Embaixador americano no Brasil, que confirmou a perspectiva de ela ser recriada, argumentando que era por princípios humanitários e que, realmente, seria criada.

Falamos com o Ministro das Relações Exteriores, que até então não tinha tido conhecimento oficial da criação, mas que, posteriormente, recebeu um telefonema da Sr^a Ministra Condoleezza em que pedia desculpas por não ter ainda conversado com o Brasil, mas confirmando aquela intenção.

Falamos com o Ministro da Defesa, Ministro Jobim, que mostrou um longo e profundo estudo feito pelo Brasil com relação ao debate que a ONU está travando relativamente às plataformas marítimas, às áreas dos mares e das plataformas continentais.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ouvindo as manifestações do Sr. Embaixador, houve por bem enviar uma manifestação em nome do Senado: passarão pelo Senado duas cartas dirigidas aos dois candidatos à Presidência da República dos Estados Unidos.

O argumento que a gente invoca é que a Quarta Frota foi criada na guerra com os nazistas, quando os aviões foram derrubados na costa brasileira e no Atlântico Norte. Aí criou-se a Quarta Frota. Temos vestígios tristes com relação à atuação que seria a intervenção em diversos lugares. Mas, agora, o ambiente de tranquilidade no mundo, na América Latina e no Atlântico Sul, não entende a razão e a explicação de se criar a Quarta Frota.

A grande verdade é que hoje o americano tem a Segunda Frota que faz a cobertura do Atlântico Norte e Sul. A Segunda Frota seria destinada, especificamente, ao Atlântico Sul. E a pergunta é: para quê? A imprensa especula que o Brasil tem sido manchete nacional e mundial com relação às descobertas em águas profundas, dos poços da Petrobras, onde o Brasil tem uma experiência emocionante. No mundo moderno, se formos analisar as grandes conquistas, a Petrobras e o Brasil dominaram a tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas de uma maneira revolucionária.

Há alguns anos nunca se imaginou que a cinco ou seis mil metros de profundidade, inclusive depois de uma longa camada salgada, encontraríamos petróleo e petróleo em abundância.

Quando é que se imaginou lá atrás que isso seria viável? Primeiro que houvesse e, segundo, que houves-

se tecnologia para tirar esse petróleo do fundo do mar em condições econômicas? É verdade que o petróleo era dois, três, quatro dólares o barril, e aumentou para dez, vinte, trinta, cinquenta, cem, cento e cinquenta, o que tornou viável essa exploração.

A partir daí, vários países do mundo estão fazendo estudos, e a Petrobras, inclusive, está tendo colaboração técnica com nações de regiões semelhantes do mundo para fazer esse estudo. Mas a notícia de que as explorações e as reservas na plataforma brasileira levariam o Brasil a ser um produtor de primeira grandeza e que passaria a entrar no clube fechado dos produtores de petróleo chamou a atenção do mundo.

Nessa minha viagem à Europa era praticamente notícia em todos os jornais e com todas as pessoas que conversávamos, em todos os setores, era esta a grande pergunta, a descoberta das reservas de petróleo em águas profundas, e a outra, exatamente a busca de sucedâneos para o petróleo, que é uma fonte esgotável de energia.

E o Brasil desponta em primeiro lugar exatamente com a transformação de cana-de-açúcar em álcool, uma produção que realmente está impressionando o mundo todo. O americano fez o mesmo. O americano tira álcool do milho. E ao tirar álcool do milho, fez diminuir consideravelmente a produção de soja para aumentar consideravelmente a produção de milho, e metade da produção de milho os americanos destinaram para a produção do álcool destinado à gasolina. Esse foi o fator determinante dos aumentos mundiais dos preços dos cereais, e que o Lula denunciou na reunião dos 8, no Japão, e que o mundo reconheceu que era certo.

A grande produção de energia alternativa – Brasil; grande e novo produtor de petróleo em águas profundas – Brasil. Por outro lado, o debate insistente com relação à Floresta Amazônica, com reuniões e mais reuniões para assumirem, em nível internacional, o controle da nossa Amazônia.

No meio dessas notícias, a Quarta Frota, e as manchetes do mundo inteiro estariam ligando a vinda da Quarta Frota a estas duas questões: petróleo em águas profundas e Amazônia.

Falamos com o embaixador americano que estranhámos que o Presidente Bush, ao seu final de governo – faltam dois meses, setembro, outubro, para as eleições serem realizadas –, tome uma decisão como essa, principalmente ele, com todo o respeito, já que as pesquisas de opinião pública do povo americano com relação a S. Ex^a dizem que é o presidente que alcançou os índices mais baixos de simpatia do povo americano em toda a história dos Estados Unidos.

Por que um presidente com índices tão baixos, às vésperas de uma eleição, toma uma decisão como essa?

Daí a nossa decisão de escrevermos cartas e fazermos chegar às mãos dos dois candidatos, mani-

festando a estranheza do Brasil. Diga-se de passagem é estranheza também do Mercosul. O Senador Mercadante, na última reunião do Mercosul, levantou esta tese e foi aprovada por unanimidade: a não-concordância do Mercosul com relação à criação da Quarta Frota. No meio desse contexto, enviaram duas cartas relatando a nossa estranheza e pedindo uma manifestação do que S. Ex^{as} acham e, se for o caso, de eles poderem solicitar ao Presidente Bush que suspenda essa matéria até saber quem é o eleito e o eleito tomar as decisões do seu novo governo.

Há um convite para parlamentares, Câmara e Senado, assistirem o final das eleições dos Estados Unidos. Pretende-se, inclusive, que esses parlamentares tenham uma audiência pessoal com os dois candidatos a fim de ouvirem deles o que pensam sobre essa matéria.

Creio, Sr. Presidente, que o mundo vive uma fase muito importante hoje. O mundo, salientei outro dia e repito hoje... O que significa a presença da unidade europeia como verdadeira confederação de nações, com poderio e com força econômica que se equipara aos Estados Unidos; o que significa a China, a Índia, a Rússia, o próprio Brasil, onde o mundo não é mais unificado, cabeça baixa para os Estados Unidos, mas há vários focos de desenvolvimento que permitem a liberdade e o respeito a todos os cidadãos e a todas as nações.

Acho que um momento como esse pode fazer com que se cubra a cobrança dos Estados Unidos de que eles não são os donos do mundo nem a polícia do mundo, que eles não têm por que enviar um tropa enorme, a Quarta Frota para, nos mares do Atlântico Sul, aterrorizar e assustar os americanos aqui de baixo.

Acho que esse movimento deve ir adiante, algo deve ser feito e nós talvez possamos até impedir que essa Quarta Frota venha para os mares do sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para uma comunicação inadiável, como terceiro orador inscrito, passamos a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a histórica luta por um piso nacional de salários para os profissionais da educação é uma tarefa de primeira grandeza, que precisa ser assumida por todos aqueles que querem o desenvolvimento do Brasil e o bem-estar de sua população.

Um país soberano, que almeja a melhoria das condições de vida do seu povo, somente se edifica com investimentos em educação. E a valorização dos professores, Sr. Presidente, é um dos principais componentes dessa tarefa.

Acompanhei a tramitação do piso em todas as comissões até a votação pelo Plenário. A partir de sua

sanção, o assunto saiu da pauta de reivindicações e entrou na esfera do direito conquistado.

O valor de R\$950,00 passará a valer a partir de janeiro de 2009 e deverá estar completamente ajustado em todo o País até 2010.

Sua implantação, Sr. Presidente, significa ganho salarial para mais de 60% dos professores da rede pública do País.

Além de estabelecer o piso, a nova lei obriga os governos estaduais e municipais a reservarem pelo menos 33% da jornada de seus professores para atividades extraclasse.

Ou seja, Srs. Senadores, os professores com jornada de 30 horas somente podem dar 20 horas semanais de aula. As 10 horas restantes devem ser dedicadas ao planejamento das aulas ou de quaisquer outras atividades.

Isso vai, Sr. Presidente, gerar a contratação de pelo menos 16% a mais de professores!

Como toda medida inovadora, embora essencialmente necessária, há no caminho para sua implantação algumas dificuldades que obviamente precisam ser contornadas. A maior delas, Srs. Senadores, diz respeito às medidas que Estados e Municípios terão de adotar para se adequar à nova lei.

Leio nos jornais insistentemente que, antes mesmo de entrar em vigor, o novo piso salarial está ameaçado. Alguns querem, Srs. Senadores, que a Casa Civil e a Advocacia Geral da União revisem a constitucionalidade da lei. Outros já encaminharam os estudos sobre a lei para análise nas procuradorias gerais dos Estados. Não faltam, Sr. Presidente, na imprensa, estimativas exageradas ou cenários dramáticos do impacto da lei nas finanças estaduais e municipais. Mais uma vez, será preciso apelar ao bom senso de governantes, das entidades de classe e de toda a sociedade.

Sabemos, Sr. Presidente, que nosso País tem dimensões continentais e que as diferenças entre as regiões mais ricas e mais pobres são extremas. Mas, sem dúvida nenhuma, não podemos colocar em risco uma conquista que consideramos histórica, uma conquista democrática que precisa a todo custo ser preservada.

Que futuro, Sr. Presidente, teremos sem investimento no ensino e no profissional de educação?

Os casos – e já encerro – de professores que sobrevivem em regiões mais carentes, como o Nordeste, com menos de um salário mínimo são conhecidos. É uma situação absolutamente indigna para alguém que tem como missão ensinar aos nossos filhos um pouco de dignidade, de conhecimento.

Alagoas, Sr. Presidente, o Estado que tenho a honra de representar nesta Casa do Congresso Nacional, tem passado por momentos difíceis, como muitos outros Estados do Nordeste. Enfrentamos uma grave crise de professores. E as reivindicações da categoria eram sempre muito justas.

Acompanhei de perto todo o processo de negociação, a luta pela isonomia salarial. Mantivemos contatos com os sindicatos, com os trabalhadores, com o Governador, com o arcebispo metropolitano de Maceió, Dom Antônio Muniz, que teve um papel fundamental. E, felizmente, Sr. Presidente, nós temos o que comemorar.

Alagoas, embora, como disse, seja um Estado humilde e sofrido, tem hoje um piso salarial dos professores de R\$946,00, o terceiro maior do Nordeste!

Educar, Sr. Presidente, pode ser uma arte, mas é também um trabalho de grande impacto social, com repercussão direta no desenvolvimento do nosso País. Seria impensável uma nação sem escolas, sem estudo e sem docentes.

Por isso, vamos lutar para valorizar nossos professores e cuidar de nossas gerações futuras, que vão viabilizar um Brasil mais justo e, sem dúvida nenhuma, menos desigual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como orador inscrito, passamos a palavra ao nobre Senador Mão Santa e, em seguida, ao Senador João Pedro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queria solicitar a V. Ex^a que me inscrevesse – o Senador Mário Couto não se encontra em plenário –, na condição de Vice-Líder, como Líder da Minoria para falar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrito como Líder da Minoria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão do Senado da República, parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que aqui se encontram e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, nós vivemos intensamente a democracia neste País.

Marco Maciel, não foi em vão a coragem do povo de gritar “liberdade, igualdade e fraternidade”, pois caíram todos os reis. Caíram. No nosso País, Senador Mozarildo, retardatário, essa queda ocorreu cem anos depois. Mas caíram os reis, caiu o absolutismo – “*L’État c’est moi*”, eu sou o Estado –, simbolizado pelo mais forte deles, o rei da França Luiz XIV, no seu Palácio de Versailles.

Marco Maciel, homem da justiça, Aristóteles já dizia: “Que a coroa da justiça esteja mais alta do que a coroa dos santos e que ela brilhe mais do que a coroa dos reis”. Montaigne disse que a justiça é o pão de que a humanidade mais necessita. E nós entendemos que a justiça é uma inspiração de Deus, divina.

Está ali o nosso representante de Sergipe, Senador Carvalho, que é pastor. Então, o próprio Deus chamou o seu líder, escolhido, Moisés e entregou-lhe as Tábuas da Lei. Era Deus nos ensinando que tem que haver leis para o mundo ser melhor. E, continuando o ensinamento de Deus, o seu líder, vendo que o povo não obedecia a essas leis, que o povo desviava-se atrás das riquezas, simbolizadas pelo bezerro de ouro, enfureceu-se e quebrou as Tábuas. O líder de Deus quis, então, desistir, e ele ouviu a voz de Deus: “Busque os mais velhos e os mais experientes e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo”.

Marco Maciel, foi aí que, também divinamente, nasceu o Senado, composto pelos mais velhos, para levar o fardo do povo, esse povo que construiu a democracia nas ruas. E essa história foi melhorando na Grécia, melhorando na Itália do Renascimento, e teve aquele esplendor de Senado em que eles falavam, Senador Carvalho, o Senado de Roma e o povo de Roma. O Senado casado com o povo. É isso que temos que entender.

A Justiça comete erros. Os italianos já diziam: “*Errare humanum est*”. Ela é uma inspiração divina, mas é feita por homens: “*Errare humanum est*”. Mas ela tem que existir, tem que ser preservada, tem que ser aprimorada, tem que ser respeitada e tem que ser entendida. Essa é a verdade.

A tripartição do poder foi o que acabou com o absolutismo do rei. O rei seria um deus na terra, Deus seria o rei do céu. Então, esses três poderes seriam equipotentes e harmônicos, um controlando o outro.

Nós cremos em Deus, e Ele não abandona seu povo. Seu povo teve dificuldades. Conta a Sagrada Escritura que tinha um monstro, Paim. Ele pegou um menino e disse: “pegue uma pedra e acabe com o monstro Golias”. Seu povo, escravo, e Ele buscou seu líder, Moisés, acompanhado de seu irmão, Aarão. E nós estamos aqui com essa obra e queremos, neste momento – é nosso dever – esse equilíbrio. Nós somos povo e queremos dizer ao povo que Deus, neste momento difícil do Brasil, não iria nos abandonar, não. Ele colocou no Poder Judiciário esse jurista que é Gilmar Mendes, que não conheço pessoalmente, não tive esse privilégio, mas sei de muitas histórias. Acho que Deus não ia nos abandonar. Neste momento difícil, ele o colocou lá.

Outro dia, assistimos à quebradura daquilo que é fundamental para qualquer organização: a disciplina e a hierarquia. Sou oficial da reserva, Wellington Salgado, e compreendo o que é disciplina e hierarquia. E ele, com firmeza... E eu o enalteço, comparando-o ao maior dos presidentes do STF, da nossa Corte Maior de Justiça, o piauiense Evandro Lins e Silva. Ele, igual a Rui Barbosa, no amor à lei e à justiça. Rui Barbosa disse: “Só tem uma salvação, é a lei e a justiça”. Evandro Lins e Silva comandou aquela Corte, Wellington Salgado, na ditadura, salvaguardando e libertando os

presos políticos. Eu ouvi Miguel Arraes dizer que pensava que não voltava mais de Fernando de Noronha, ia ser engolido pelo jacaré. Evandro Lins e Silva o libertou, citando um. E, agora, com a mesma coragem, esse Gilmar Mendes. E temos de aprender isso.

Está ali o Geraldo Mesquita, que é o reencarnado de Rui Barbosa.

Temos que ter a Constituição e as leis, que devem ser obedecidas agora, nesse julgamento. Aí jogam para a platéia: não sei quê, é sujo. Não, ele é que está certo. O resto é demagogia, é malandragem, querendo simpatia. Diz a Constituição: transitado em julgado. Não foram os idiotas que fizeram a Constituição, foram os grandes brasileiros, foram luminares.

Políticos, eu só daria quatro, para mostrar. A verdade é límpida, é clara. Olhem, o político mais honrado que eu conheço... E olhem que eu conheci políticos. Primeiro, eu gosto de estudar a história do mundo e do Brasil. Dos que eu conheci por estudo e dos que eu conheci cara a cara, Wellington Salgado, o mais honrado político que eu conheci, Paulo Paim, foi Mário Covas. Eu conheci, eu convivi com ele. Aliás, eu quero lhe dizer até: eu nunca pensei que ia ter um cliente tão importante, porque nós éramos governadores, e ele tinha aquele seu problema de oncologia, um câncer, e externava para mim. E eu dava-lhe ânimo, força, esperança. Convivi muito. Ô homem decente! Ô homem puro! Ô homem correto!

Nós não chorávamos no ombro de Fernando Henrique, não, os governadores. Era no ombro de Mário Covas.

Mozarildo, quando tinha reunião de governadores, se perguntava: o Mário Covas vai? Tem. Se ele não vai, não tem.

Esse homem morreu. Santo Mário Covas!

Quem não se lembra do discurso dele defendendo o Márcio Moreira Alves da truculência da ditadura? E deu grandeza a esta Casa. Vejam, ele, novinho. Ia cassar, a ditadura. Pois ele tem 64 processos. É vida suja? É uma ova! É o maior santo político que existe nesta Pátria.

Ô Geraldo Mesquita, eu tenho um, para você ver como é uma palhaçada isso. Tem que ter o Gilmar Mendes. Ô João Pedro, aprendam, eu estou aqui para ensinar. Geraldo Mesquita, nas últimas eleições, meu título é de Parnaíba, mas minha mulher votava em Teresina; então, fiquei até às 15h na minha cidade, peguei um avião e cheguei. Uns seis carros – eu já fui tudo naquele Estado –, uns seis carros foram me buscar. Se eu, com essa carreira, 65 anos, nascido e casado lá, médico, fui tudo na política, não tivesse uns seis amigos que fossem me esperar e acompanhar minha esposa para votar, era um homem morto. Pois esses aloprados aí, querendo sujar, João Pedro... Eu respondo a um processo. E sabe quem está do meu lado, porque no dia da eleição “perturbamos”, “fizemos

uma passeata” na hora da eleição? Ciro Nogueira, esse extraordinário Deputado Federal. Estava do nosso lado e foi nos buscar. Saíram seis carros, às 16h30. Então: “conturbou a eleição”, “fez passeata no dia da eleição”. E aí? Grande coisa! Isso é que tem que ver.

Então, Gilmar Mendes estava todo certo. Eu acho que, da mesma maneira que Deus botou Davi nas dificuldades, que Deus botou Moisés, Deus botou esse Gilmar Mendes, senão tinham prevalecido essas palhaçadas e nos rendido.

Olha, eu quero dizer o seguinte: eu acho os políticos notáveis. Assim, eu saía daqui. Olha, eles é que são julgados. Eles são julgados a toda hora pelo povo. E aqueles que estão aí e não são julgados? Julgados, julgados, julgados. E o povo é sábio e soberano. E a democracia é isso. O povo é que decide, é que é soberano. É o governo do povo, pelo povo e para o povo. Agora, lembrem-se: nós somos povo. Do jeito que o Presidente Luiz Inácio é povo, nós somos irmãos, somos filhos da democracia e do voto. Nós todos.

Tenho em mão um lúcido pronunciamento do ex-Presidente da República Fernando Collor, um homem sofrido, vivido, que o povo julgou. Ele hipoteca toda solidariedade ao Supremo Tribunal Federal: “Manifesto o meu integral e irrestrito apoio a S. Ex^a o Sr. Ministro Gilmar Mendes”.

Então, em respeito aos oradores, eu queria entregar à Casa o pronunciamento do nosso companheiro, Senador Fernando Collor, bem abalizado, apoiando todas essas ações. E fazer minhas as palavras dele, subscrevendo-as, na certeza de que nós estamos contribuindo para a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido o Senador Mão Santa a assumir a Presidência.

Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador João Pedro.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado, nesta manhã, realizou uma sessão solene, à qual não tive condições de comparecer. Quero, Sr. Presidente, associar-me a todos os oradores que falaram, que refletiram acerca deste grande brasileiro, deste homem que orgulha o Brasil, nordestino, pernambucano, que foi Josué de Castro. Médico, geógrafo, sociólogo, político, Josué de Castro morreu no exílio.

Não tive condições de estar aqui na sessão que o homenageou, que refletiu sobre este brasileiro exemplar, Josué de Castro, principalmente pela sua convicção em

combater a fome no Brasil. Escreveu sobre as causas – elaborou o livro **A Geografia da Fome** – das injustiças sociais no Brasil. Sobre isto é importante refletirmos: por que tanta injustiça? Por que tanta miséria social? Por que a fome no Brasil, neste País tão extenso, tão rico, com potencialidades em todas as nossas regiões? É um País privilegiado pela sua riqueza, mas parte da sua população vive miseravelmente, não porque quer viver miseravelmente, não porque quer padecer da fome, não por desejar fazer refeições mínimas.

Nos dias atuais, há duas instituições respeitadas, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), compostos de pesquisadores, de estudiosos, de doutores e de lideranças empresariais, que produzem, no Brasil, dados. Eu não poderia, Senador Jefferson Praia, deixar de fazer uma análise e de mostrar minha crença, minha utopia, minha militância política no sentido de fazermos do Brasil um País verdadeiramente democrático do ponto de vista social.

Então, quando a Fundação Getúlio Vargas diz ao Brasil que a pobreza diminuiu entre os anos de 2002 e de 2008, apresenta números e diz do crescimento da classe média brasileira – e os números não são só da Fundação Getúlio Vargas, mas também do Ipea –, isso é motivo, sim, de alegria e não de conformismo.

Josué de Castro, que o Senado homenageia, serve como um parâmetro de um brasileiro que nunca aceitou essa chaga de impor a uma parcela significativa do povo do nosso País o padecimento da fome e de condições humanas precárias. Precisamos avançar mais, precisamos avançar muito para corrigir essas mazelas sociais.

Moro no norte do País, na Amazônia. Meu Estado tem um Produto Interno Bruto (PIB), por conta do modelo da Zona Franca de Manaus, que é uma referência na nossa região, mas parte do nosso povo vive em condições precárias: suas casas tem piso de argila, de barro; parte da juventude não tem roupa adequada; não há água de qualidade, nem refeições que possam sustentar o crescimento, a juventude, a vida, com dignidade. Há miséria social neste País por conta da concentração de renda, por conta da concentração da terra, por conta da falta de escolas.

A população brasileira, no final do escravismo, era significativa, meu caro colega Senador Augusto Botelho. E este foi o primeiro grande momento de empurrar parte da população para a pobreza, quando saímos do escravismo, quando parte da nossa população foi libertada do escravismo. Criamos, em seguida, a República. Qualquer iniciante de História sabe da política do café com leite. Sabemos desse processo de acesso ao conhecimento. Universidade mesmo, nós a tivemos no início da década de 30, com alguns cursos superiores. Os poderosos de então estudavam na Europa. Nossa primeira universidade, a Universidade de São

Paulo (USP), foi construída na década de 30. E esta foi a primeira grande causa da miséria e da fome: nossa população não teve acesso ao ensino, à educação.

Um momento como este em que institutos acusam a diminuição da pobreza é motivo, sim, para nos alegrarmos. No entanto, não é motivo para o conformismo. Precisamos aprofundar políticas públicas, políticas econômicas com seriedade, para que possamos varrer, definitivamente, as injustiças. A pior das injustiças...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente Mão Santa, eu gostaria de um tempo para ouvir o Senador Jefferson Praia e já encerro meu pronunciamento.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador João Pedro, V. Ex^a destaca o que, hoje, percebemos nos jornais: a diminuição da pobreza e o crescimento da classe média. Somos de uma geração que lutava e continua lutando contra a concentração de renda no nosso País, mas já percebemos o avanço, e V. Ex^a muito bem destaca esse ponto. Estamos aqui não apenas para ressaltar os problemas, mas também para mostrar ao nosso País e aos demais Pares o quanto o Brasil avança nesse contexto de diminuir a concentração de renda. Os passos foram dados. Um dos passos importantes que destaco é a queda da inflação. Durante o Governo Lula, a Bolsa-Família vem ao encontro de melhorar a vida das pessoas mais pobres, mas, agora, precisamos dar outro passo, que é o de trabalhar a capacitação e qualificação profissional, para que essas pessoas possam ter seu trabalho, seu emprego e sua renda. Estamos avançando, e isso é muito bom para nosso País. Fico satisfeito com os números divulgados pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Ipea. Parabenizo V. Ex^a por ressaltar essa questão relacionada ao crescimento da classe média em nosso País. Obrigado pelo aparte.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Jefferson Praia.

Para encerrar, quero dizer que o Governo do Presidente Lula tem um mérito que não podemos, por mais que queiramos, politizar. Esses dados são de 2002 para 2008, e o Governo foi o grande condutor, principalmente porque proporcionou tranquilidade política: o Governo soube fazer sua composição. E quero destacar isso, porque essa diminuição da pobreza se dá dentro de um governo que é de composição, mas que tem no Partido dos Trabalhadores, como partido de esquerda, como partido popular, sua marca neste momento importante do nosso País.

Sr. Presidente, quero chamar a atenção principalmente do Senador Heráclito Fortes, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque recebi da TV Record matéria que divulga o relato da conversa dos pilotos do Legacy, produzida

pelo jornalismo da TV Record. Está aqui em nossas mãos. Quero passar isso ao Senador Heráclito Fortes, porque o Senador fez a proposta de assistirmos à fita e de tomarmos providências. Não podemos deixar passar em branco esse assassinato de 150 pessoas que morreram naquele acidente. A fita é reveladora. Precisamos, então, aprofundar essa reflexão, chamar a atenção do Ministério Público Federal, do Ministério da Defesa, da Associação das Vítimas, para que possamos dar continuidade à investigação e para que não deixemos isso passar sem buscarmos a punição, com rigor, dos responsáveis pelo acidente do Boeing da Gol, em 29 de setembro de 2006.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E está inscrito aqui, mas não está presente, o Senador Heráclito Fortes. E já chegou a ordem para S. Ex^a representar a Minoria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com a permissão do Senador Adelmir Santana, para encaminhar a V. Ex^a texto, cuja publicação peço que autorize nos Anais do Senado Federal, abordando essa preocupação de todos os brasileiros com o retorno da inflação no País e os perigos advindos da crise global.

E peço também o registro nos **Anais** de um artigo *Extravagâncias Monetárias* da **Folha de S. Paulo**, de Paulo Nogueira Batista Júnior, abordando exatamente essa questão da ameaça do retorno da inflação, da crise global e das ações do Governo para conter esse processo. Peço a V. Ex^a que considere lido esse pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Palácio do Planalto e o ministério da Fazenda procuram capitanear um debate dentro do Governo sobre a necessidade de elevar a poupança fiscal no País. O próprio Presidente da República vocaliza sua preocupação crescente com o retorno da inflação e os perigos advindos da crise global.

Não há sinceridade nem assertividade por parte do Governo ao externar tais preocupações. A gestão do Presidente Lula patrocina um vertiginoso aumento nas despesas permanentes e prossegue uma seqüência avassaladora de aparelhamento da máquina estatal.

A criação do ministério da Pesca, recém-instituído por Medida Provisória, é o mais recente exemplo de multiplicação de cargos de confiança: 295 cargos para abrigar apaniguados.

Para combater a marcha cadenciada da inflação, o Governo comete o que o economista Paulo Nogueira Batista Jr qualificou como “*extravagâncias monetárias*”, título de seu artigo na edição dessa quinta-feira da **Folha de S. Paulo**.

Destaca o economista, atual Diretor-executivo do FMI, que “o Brasil abusa dos juros altos e da valorização cambial como instrumentos de combate à inflação”.

”O Brasil lidera com folga o ranking de juros reais”, ressalta Paulo Nogueira Batista Jr. “*A taxa básica brasileira, descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses, alcança 7,2%. A média geral é negativa em 0,2%. Nada menos que 19 países praticam taxas reais negativas – inclusive Estados Unidos, Japão, Israel, Coréia do Sul e Chile.*”

A política monetária de combate à inflação, não privilegia instrumentos variados e conjugados para reverter o quadro inflacionário. Toda estratégia está centrada na elevação da taxa básica de juros.

Os especialistas alertam que é questionável o efeito da elevação da taxa básica de juros para conter a demanda em algumas frentes, como as compras a prazo e os gastos com alimentação, entre outras.

Conter o gasto público e despesas que não comprometam os investimentos, não vem sendo a tônica do governo.

Falta realismo e planejamento estratégico para enfrentar o retorno da inflação. O inchaço da máquina foi promovido sem qualquer critério técnico e sem planejamento. As despesas de custeio cresceram em proporção superior ao próprio crescimento do PIB.

Estudos recentes mostram que num ano em que a economia cresceu 5% – o de 2007 – o Governo Federal aumentou os seus gastos com funcionários e encargos sociais em mais de 10%. O Mesmo ocorreu com as despesas para manter a máquina governamental, os chamados gastos de custeio.

Um dado preocupante que nos alerta o economista Paulo Nogueira Batista Jr: “*o cenário internacional está muito longe de tranquilo. Tudo indica que a fase de bonança acabou. Podemos sofrer novos choques externos e atravessar períodos de turbulência. Não é hora de extravagâncias*”

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno)

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Extravagâncias monetárias

O Brasil abusa dos juros altos e da valorização cambial como instrumentos de combate à inflação...

A ÚLTIMA ata do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) declara que a estratégia é trazer a inflação de volta para a meta central de 4,5% “tempestivamente, isto é, já em 2009”. Talvez o Copom não tenha sido totalmente sincero (espero que não), mas vamos supor que sim.

Faz sentido essa estratégia? Depende. Se os preços do petróleo e dos alimentos continuarem cedendo, a meta central pode ser viável em 2009. Caso contrário, o custo pode ser alto.

Alto e desnecessário. Não seria mais razoável adotar um horizonte mais longo e fazer a taxa de inflação convergir gradualmente para o centro da meta? Buscar, por exemplo, algo como 5% a 5,5% em 2009 e 4,5% só em 2010? Para isso é que existe o intervalo de confiança de dois pontos percentuais acima e abaixo da meta central. Quando a economia sofre um choque de preços violento, como o que ocorreu em 2008 com petróleo, alimentos e outras commodities, a existência de um intervalo de confiança proporciona tempo e flexibilidade à política monetária.

Ao mirar o centro da meta com acuidade, o Copom poderá ser levado a praticar juros extravagantes — com consequências em termos de baixo crescimento da economia, aumento do desemprego, pressão sobre as finanças públicas e valorização adicional do real em relação a moedas estrangeiras.

Na verdade, os juros brasileiros já são extravagantes. A UpTrend Consultoria Econômica faz um levantamento periódico das taxas de juro praticadas em 39 países e em Hong Kong. De acordo com o último levantamento, o Brasil lidera com folga o ranking de juros reais. A taxa básica brasileira, descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses, alcança 7,2%. A média geral é negativa em 0,2%. Nada menos que 19 países praticam taxas reais negativas — inclusive Estados Unidos, Japão, Israel, Coreia do Sul e Chile.

Se o Copom continuar aumentando a taxa básica, especialmente em doses cavalares, como na sua última reunião, a diferença crescente entre os juros brasileiros e os do resto do mundo atrairá grande volume de recursos do exterior — especialmente se ao diferencial de juros se acrescentar a firme expectativa de valorização do real. A competitividade da economia brasileira irá para o espaço. O nosso déficit estrutural no balanço de pagamentos em conta corrente aumentará ainda mais.

Nó regime de câmbio flutuante, a valorização cambial não é propriamente um efeito colateral indesejável da política monetária restritiva, mas sim um dos canais de transmissão dessa política. O problema, volto a dizer, é que o Brasil vem abusando da valorização cambial como instrumento de combate à inflação. O espaço para isso é agora pequeno ou inexistente.

A cada mês que passa, pioram os números do balanço de pagamentos. O ritmo de crescimento das importações supera por larga margem o das exportações. São crescentes os gastos com viagens internacionais com a remessa de lucros e dividendos ao exterior. O déficit em conta corrente acumulado em 12 meses subiu para US\$ 18,1 bilhões em junho. As projeções de mercado, coletadas pelo Banco Central, apontam para um déficit de US\$ 25 bilhões em 2008 e de US\$ 33 bilhões em 2009.

Ora, o cenário internacional está longe, muito longe de tranquilo. Tu do indica que a fase de bonança acabou. Poderemos sofrer novos choques externos e atravessar período de turbulência.

Não é hora de extravagâncias.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR., 53, escreve às quintas-feiras nesta coluna. Diretor executivo no FBN, representou um grupo de nove países (Brasil, Colômbia, Ecuador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago).

pnbjr@attglobal.net

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, será atendido na forma da lei.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– N° 163, de 2008 (n° 566/2008, na origem), de 31 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara n° 94, de 2008 (n° 2.468/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente

da República, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei n° 11.759, de 31 de julho de 2008;

– N° 164, de 2008 (n° 567/2008, na origem), de 31 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado n° 274, de 1991, que dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo, sancionado e transformado na Lei n° 11.760, de 31 de julho de 2008;

– N° 165, de 2008 (n° 579/2008, na origem), de 31 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara n° 1, de 2007 (n° 5.334/2005, na Casa de origem), que fixa o limite máximo

de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.762, de 1º de agosto de 2008; e

- N° 166, de 2008 (n° 568/2008, na origem), de 31 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 7, de 2008-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de um bilhão, quatrocentos e cinquenta e oito milhões, cento e oitenta e cinco mil,

duzentos e oitenta e nove reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.761, de 31 de julho de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As Mensagens que acabam de ser lidas, juntadas aos processados dos referidos Projetos, vão ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 944 , DE 2008

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao Magnífico Reitor **PAULO SPELLER** e a todo corpo Discente e Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, por ter seus cursos de Medicina e Serviço Social considerados os melhores do Brasil, segundo o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

JUSTIFICAÇÃO

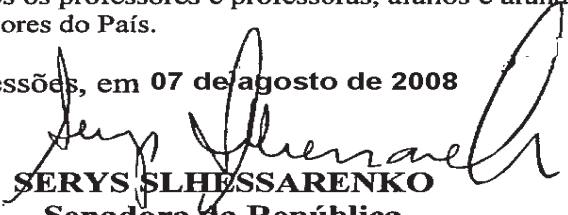
Os cursos de Medicina e de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) são os melhores do Brasil, de acordo os resultados do Conceito Preliminar de Curso (CPC), publicados nesta quarta-feira, 06/08, pelo Ministério da Educação. Trata-se do novo método desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que passa a ser adotado pelo MEC na avaliação das Instituições de Educação Superior (IES). Medicina atingiu a média geral 77.1. Serviço Social obteve nota máxima (5.0) no Enade e também no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados (IDD) ficando com o Conceito Preliminar 5.0.

Foram avaliados 19 cursos dos quatro campi da UFMT. Em relação ao conceito preliminar do curso, nove ficaram sem conceito porque são cursos novos (sem concluintes) ou turmas especiais (sem ingressantes no ano avaliado); cinco cursos - Medicina, Nutrição, Serviço Social, Enfermagem de Cuiabá e Enfermagem de Rondonópolis (turma especial) - tiveram conceito máximo (5.0); dois cursos - Farmácia, do campus do Médio Araguaia e Medicina Veterinária, de Cuiabá - obtiveram conceito 4.0 e três cursos - Agronomia e Educação Física, de Cuiabá e Zootecnia de Rondonópolis, tiveram conceito 3.0.

Entre os oito cursos de Enfermagem avaliados com nota cinco, dois são da UFMT; entre os quatro cursos de Nutrição e Medicina com nota máxima, estão os da UFMT. O Curso de Serviço social foi o quinto curso da UFMT, quando eram necessário cinco cursos para a fundação da Universidade.

Devemos nos congratular com o Reitor da UFMT, Paulo Speller, o Diretor da Faculdade de Medicina da UFMT, Domingos Tabajara, o Coordenador do Curso de Medicina da UFMT, Antonio Amorim, o Diretor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Vitale Joanne Neto, e a Chefe do Departamento do Serviço, Liliane Capilé Charbel Novaes e com todos os professores e professoras, alunos e alunas, que fazem desta Universidade uma das melhores do País.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2008


SERYS SHESSARENKO
Senadora da República

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 945 , DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que o Período do Expediente da sessão do dia 17 de setembro seja destinado a homenagear o centésimo aniversário do nascimento de Salvador Allende, ex-presidente da República do Chile.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 26 de junho, comemorou-se, em toda a América Latina, o centenário do nascimento de Salvador Allende, o grande ex-presidente da República do Chile.

Allende é, sem dúvida, um dos grandes exemplos e símbolos latino-americanos de luta por um mundo mais justo e democrático. Com efeito, seu efêmero governo motivou toda uma geração a sonhar e a empenhar-se no combate contra as injustiças e as desigualdades, numa época em que o continente afundava no autoritarismo político e na exclusão social.

Seu fim trágico, assassinado no Palácio La Moneda, o converteu num mártir das causas democráticas e sociais. Particularmente para o Brasil, Allende também significou também refúgio e aprendizado para toda uma geração, que aprendeu a ser latino-americana graças à generosidade chilena.

Assim sendo, o Senado brasileiro deve prestar as devidas e sinceras homenagens a esse grande chileno e latino-americano, que continua a nos inspirar.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2008

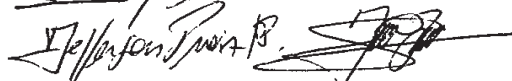
Senador Aloizio Mercadante



Senador Sérgio Guerra

Agueda - JOSÉ NERY

João Pedro PT/AM



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

São lidos os seguintes:

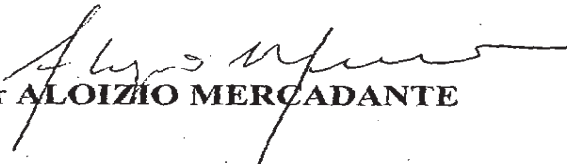
REQUERIMENTO Nº 946 , DE 2008

Senhor Presidente,

Sendo membro titular da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da casa, do dia 19 de agosto de 2008, quando participarei da XII Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Comunico, ainda, que atendendo o disposto no artigo 39, inciso I, estarei ausente do País no período de 17 a 19 de agosto do corrente ano.

Senado Federal, 07 de agosto de 2008.


Senador **ALOIZIO MERCADANTE**

REQUERIMENTO Nº 947 , DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação nos dias 18 e 19 de agosto de 2008 da XII Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevidéu, no Uruguai.

Para efeito do disposto no art. 39 comunico que estarei ausente do País no período de 17 a 20 de agosto de 2008.

Senado Federal, 07 de agosto de 2008.


Senador **Sérgio Zambiasi**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

São lidos os seguintes:

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OF. Nº 067/2008 - PRES/CAS

Brasília, 06 de agosto de 2008.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007, de autoria do Senador Edson Lobão, que “Regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR), cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCOR's) e dá outras providências”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,


Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

OF. Nº 068/2008 - PRES/CAS

Brasília, 06 de agosto de 2008.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2003, de autoria do Senador Leonel Pavan, que “Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, do dobro das despesas realizadas em Programas de Hospedagem para Lazer do Trabalhador, institui o vale-hospedagem e dá outras providências”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,


Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que aos Substitutivos aos **Projetos de Lei do Senado nºs 488, de 2003, e 370, de 2007**, poderão ser oferecidas emen-

das até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 119 /2008-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 06 de agosto de 2008.

Excelentíssimo Senhor
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o **Substitutivo** ao Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "Regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional".

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Senador **MARCO MACIEL**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da

discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36 , DE 2008

Estende o direito à paridade às pensões que se derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 7º.....

Parágrafo único. Aplica-se o critério de revisão previsto no *caput* às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos a que se refere o mesmo dispositivo. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

JUSTIFICAÇÃO

A chamada “PEC paralela da Reforma da Previdência”, que deu origem à Emenda Constitucional nº 47, de 2005, conforme aprovada originalmente pelo Senado Federal estendia o direito à paridade às pensões instituídas pelos servidores abrangidos pelo art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

A mesma PEC instituiu, em seu art. 5º, uma nova opção de transição para os servidores públicos que estavam em exercício na data de sua publicação, mas não estendeu esse direito às pensões instituídas por eles.

Assim, se tivesse sido promulgada a “PEC Paralela”, na forma do texto aprovado pelo Senado Federal, haveria o direito a paridade para as pensões adquiridas antes da publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 (tema inalterado na “PEC Paralela”), e para aquelas derivadas de servidores que se aposentassem na regra de transição instituída pelo art. 6º daquela mesma Emenda.

Entretanto, permaneceriam sem paridade as pensões instituídas por servidores já aposentados antes da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, que falecessem após 31 de dezembro de 2003 (tema que também não foi alterado na “PEC Paralela”), e não teriam direito à vantagem aquelas instituídas por servidores que se aposentassem dentro da regra de transição instituída pelo art. 5º da proposição, na redação aprovada pelo Senado Federal.

A Câmara dos Deputados, quando da votação da “PEC Paralela”, promoveu algumas modificações nêssê quadro. Não houve alterações na situação das pensões adquiridas antes da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 (que permaneceram com paridade), e na daquelas instituídas por servidores já aposentados antes da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, que falecessem após 31 de dezembro de 2003 (que permaneceram sem paridade).

Entretanto, houve uma inversão na situação do direito a paridade para as pensões instituídas por servidores que se aposentarem pelas regras de transição. Perderam a paridade as pensões derivadas de servidores aposentados pelas normas do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e ganharam o direito aquelas derivadas dos aposentados na forma do art. 5º da “PEC Paralela” aprovada pelo Senado Federal (no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o dispositivo foi renumerado como art. 3º e a transição ali prevista foi restringida àqueles servidores que tivessem ingressado no serviço público anteriormente à Emenda Constitucional nº 20, de 1998, ou seja, 16 de dezembro de 1998).

Com o objetivo de permitir a promulgação da proposta e, ao mesmo tempo, restabelecer o que já tinha sido aprovado pelo Senado Federal, o relator da matéria, o então Senador RODOLPHO TOURINHO, propôs a aprovação da PEC da Câmara dos Deputados sem alteração e a apresentação de outra proposta com o texto originalmente aprovado nesta Casa, o que foi acolhido por todos nós.

Assim, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 47, de 2005, estendendo a paridade para as pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores aposentados com base no seu art. 3º, e aprovada por esta Casa e remetida à Câmara dos Deputados a PEC nº 77-B, de 2005, prevendo a paridade para as pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores aposentados com base no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Essa última PEC ganhou o nº 441, de 2005, na Câmara dos Deputados, onde ainda está tramitando.

Essa solução que, certamente, avança na busca da justiça social, no entanto, mantém uma distinção injustificável entre os servidores que se aposentarem com base nas duas regras de transição e àqueles já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, cujos dependentes não têm direito à paridade na pensão por morte.

Ou seja, estão sendo tratadas desigualmente pessoas em situação igual ou similar, o que fere o princípio da igualdade perante a lei, cláusula pétrea de nossa Constituição.

Assim, buscando corrigir esse vício, estamos apresentando a presente proposta, com o objetivo de estender a paridade às pensões que se derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

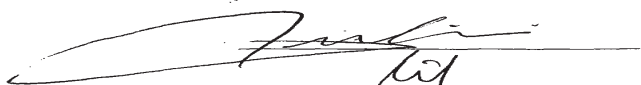
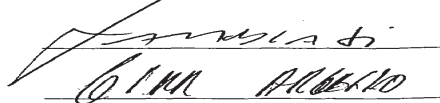
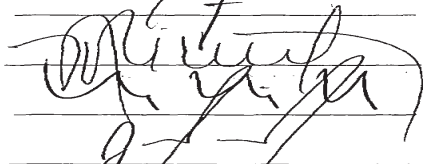
Sala das Sessões, 07 de agosto de 2008



Senador PAULO PAIM

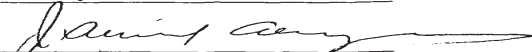
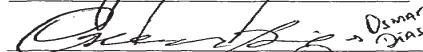
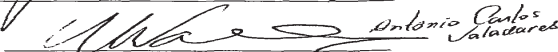
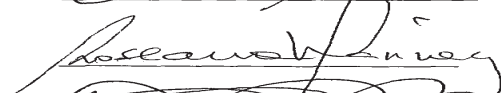
ASSINATURA

SENADOR

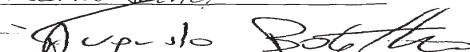




SOTÓ VICENTE CLAUDINO

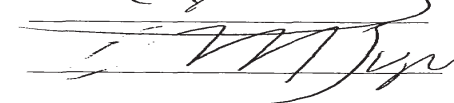
Flávio VANS

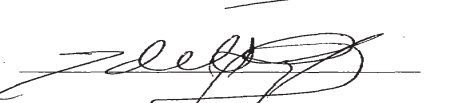
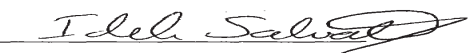
Rosana Jacony

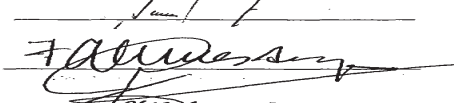
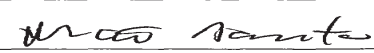
Renato Costa Grande



Heraclito

Nestor de conto


Romeu Lima

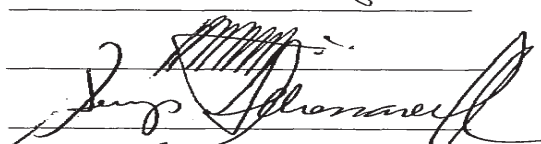


Cecília



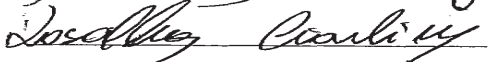


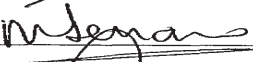
CRISTOVAN.



VALDIR RAUPP

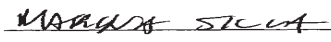
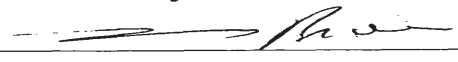
SERYS STHESARENO

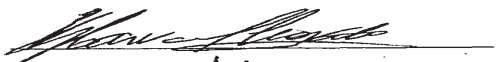






JOÃO TEÓFILO






LEGISLAÇÃO CITADA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

As **MESAS** da **CÂMARA DOS DEPUTADOS** e do **SENADO FEDERAL**, nos termos do § 3 do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

(...)

Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

~~Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)~~

Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47, DE 5 DE JULHO DE 2005

Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

(...)

Art. 5º Revoga-se o parágrafo único do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

(À Comissão de Constituição, justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
A proposta de emenda à Constituição que acaba de
ser lida está sujeita às disposições constantes dos art.
354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Jus-
tiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2008

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam os estabelecimentos que exploram a locação de computadores para acesso à internet, para o público em geral, obrigados a manter cadastro de seus usuários.

Art. 2º. O cadastro de que trata esta Lei deverá conter:

I - nome completo e número do documento de identidade do usuário;

II - identificação do terminal utilizado, data e hora de início e término de sua utilização.

Parágrafo único. A forma de armazenamento e apresentação dos dados cadastrais exigidos neste artigo será definida em regulamentação.

Art. 3º. Os dados constantes do cadastro deverão ser preservados pelo estabelecimento pelo prazo mínimo de três anos.

Art. 4º. Será assegurado o sigilo das informações armazenadas, salvo, em virtude de ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Art. 5º. O descumprimento do disposto nesta Lei ensejará a aplicação de multa no valor de dez mil a cem mil reais, de acordo com a gravidade da conduta, e à cassação do alvará de funcionamento, em caso de reincidência.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A crescente disseminação do acesso à Internet contribui positivamente para a circulação de idéias e a difusão de conhecimento em nossa sociedade. Entretanto, a rede mundial de computadores também tem-se mostrado importante ferramenta para o cometimento de delitos e ilícitos diversos. Torna-se, portanto, necessária a atuação legislativa para coibir o uso indevido de tão importante recurso e permitir a plena realização de todo seu potencial benéfico.

A Internet tem sido utilizada para a prática de crimes de diversas naturezas. Desde delitos contra o patrimônio, mediante acesso não autorizado a contas bancárias e outras fraudes, a casos de pedofilia. Em muitos desses crimes, para evitar sua identificação, os delinquentes utilizam-se de terminais de acesso disponíveis ao público, principalmente nos denominados *cyber-cafês* e *lan houses*. A grande maioria desses estabelecimentos não exige identificação de seus usuários, o que permite a atuação virtualmente anônima dos malfeitores.

Nesse sentido, recebemos, recentemente, auspiciosa contribuição do ilustre Vereador Márcio Augusto de Oliveira, da Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, materializada em proposição legislativa que *obriga as empresas de locação de terminais de computadores a manterem cadastro de seus usuários*. Em síntese, a proposta exige que os mantenedores de *cyber-cafês*, *lan houses* e assemelhados exijam a identificação de seus clientes e mantenham essas informações em cadastro próprio, cujo acesso será franqueado às autoridades competentes mediante autorização judicial.

Entendemos que a medida ora preconizada, de simples aplicação, será significativamente eficaz no combate ao crime cibernético, pois fechará uma das mais importantes brechas de proteção a que recorrem os criminosos do espaço virtual. Por essa razão, adotamos a promissora idéia no presente projeto, que cria a obrigação de identificação e manutenção cadastro de usuários desses estabelecimentos.

Em outra vertente, buscamos assegurar proteção à privacidade dos usuários de boa-fé, ao ressaltar que os dados cadastrais armazenados estarão protegidos por sigilo, salvo, mediante ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. Também tomamos o cuidado de conceder tempo suficiente para os estabelecimentos atingidos se adequarem aos ditames da nova norma, ao contemplar *vacatio legis* de cento e vinte dias.

Fortes nessas razões, submetemos o presente projeto à apreciação de nossos pares, certos de sua aprovação e eventual aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2008



Senador GERSON CAMATA

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a de Constituição Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

A Presidência comunica ao Plenário que foram autu-

ados por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

AVISOS

Tribunal de Contas da União

Aviso nº 20, de 2008-CN (nº 852-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), do Ministro Benjamin Zymler, na presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 012.300/2008-5, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 23-07-2008.

Aviso nº 21, de 2008-CN (nº 844-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), do Ministro Benjamin Zymler, na presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.523/2008-5, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 23-07-2008.

Aviso nº 22, de 2008-CN (nº 842-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), do Ministro Benjamin Zymler, na presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.073/2008-0, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 23-07-2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os avisos que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 740 -GP/TCU

Brasília, 16 de julho de 2008.

Senhor Presidente

Em cumprimento ao item 9.3.2 do Acórdão TCU nº 208/2007, proferido na Sessão Plenária de 28/02/2007, que determinou o acompanhamento e o andamento dos processos e procedimentos adotados por este Tribunal decorrentes do Relatório Final nº 3, de 2006-SF, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que versa sobre o contrato firmado entre a Gtech do Brasil Ltda. e a Caixa Econômica Federal, informo a Vossa Excelência que a fase atual dos processos é a seguinte:

a) TC-018.125/1996-4: julgado no mérito, conforme Acórdão nº 542, Ata 10/2008 - Plenário, que aplicou multa a dois responsáveis e determinou que os autos fossem juntados às contas de 1996 da Caixa Econômica Federal (TC-018.119/1997-0), para exame em conjunto. O processo encontra-se na 2ª Secex para que se cumpram as determinações;

b) TC-004.507/2002-3: ao ser julgado no mérito, resultou no Acórdão nº 38, Ata 02/2003 – Plenário, o qual impôs determinações à Caixa Econômica Federal. Após o encaminhamento das determinações à Caixa, o processo encontra-se arquivado;

c) TC-018.630/2004-5: aberto para realizar o acompanhamento das providências da Caixa Econômica Federal para atender ao Acórdão nº 38, Ata 02/2003 – Plenário, foi julgado, conforme Acórdão nº 2.314, Ata 47/2007 – Plenário, Relação 22/2007, o qual propôs determinações. Feitas estas, o processo encontra-se arquivado;

d) TC-012.678/2002-5: julgado, conforme Acórdão nº 313, Ata 08/2004 – Plenário, por meio do qual foram promovidas determinações à Caixa Econômica Federal. O processo encontra-se arquivado;

e) TC-002.365/2004-5: julgado, conforme Acórdão nº 1088, Ata 23/2007 – Plenário, o qual determinou a conversão do processo em tomada de contas especial, a citação dos responsáveis, e outras providências. Citados os responsáveis, a última defesa foi protocolada, em 26 de novembro de 2007, no Tribunal de Contas da União e, em 28 de novembro de 2007, o processo foi encaminhado à 3ª Diretoria Técnica da 2ª Secex, onde se encontra atualmente, para análise do mérito.

Atenciosamente,



WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Requerimento nº 245, de 2004– SF (“CPI dos Bingos”).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário do **Projeto de Resolução nº 43, de 2008**, que *suspende a execução das expressões “mensal”, e “vedada, no caso de acumulação de férias, a dupla percepção da*

vantagem”, constantes, respectivamente, dos arts. 1º e 3º da Lei nº 8.874, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, e o art. 2º da mesma Lei.

Tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 191 DE 2008

(nº 520/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA “LIBERTA BAILIQUE FM” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 101 de 28 de março de 2007, que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária “Liberta Bailique FM” para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

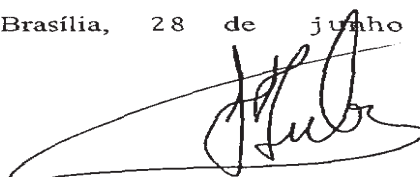
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 428, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 101, de 28 de março de 2007, que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA “LIBERTA BAILIQUE FM” para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Macapá, Estado do Amapá.

Brasília, 28 de junho de 2007.



MC 00061 EM

Brasília, 11 de abril de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA “LIBERTA BAILIQUE FM”**, no Município de Macapá, Estado do Amapá, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.007319/2002, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 101 DE 28 DE MARÇO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.007319/2002 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 410- 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA “LIBERTA BAILIQUE FM”**, com sede na Passarela Noêmia Amanajás, s/nº – Vila Progresso – Distrito Bailique, no município de Macapá, Estado do Amapá, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 00º52'36"S e longitude em 50º02'57"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM
CONCORRENTES**

RELATÓRIO Nº 0272/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.007319/02,
protocolizado em 06 de dezembro de 2002.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação da Rádio Comunitária
“Liberta Bailique FM” município de
Macapá, Estado do Amapá.

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação da Rádio Comunitária “Liberta Bailique FM”, inscrita no CNPJ sob o número 05.408.021/0001-64, no Estado do Amapá, com sede na Passarela Noêmia Amanajás, S/Nº - Vila Progresso – Distrito de Bailique, no município de Macapá, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 04 de dezembro de 2002, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União | D.O.U. de 27/10/05 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras 02 entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural do Bailique - ASSOLIQUE – Processo nº 53000.003831/06, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: Diante da falta de interesse inicial relativamente a um possível acordo entre as interessadas, e considerando que a requerente conta com menor representatividade junto a comunidade local, este Ministério decidiu pela aplicação do critério da representatividade, do qual constatou-se que a Associação da Rádio Comunitária “Liberta Bailique – FM” possui maior pontuação ponderada entre todas as interessadas, sendo selecionada para executar o serviço na localidade de interesse, ensejando o arquivamento dos autos deste processo, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 3996, datado de 07 de agosto de 2006, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

b) Conselho Comunitário do Bailique – Processo nº 53720.000264/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: A Requerente informou a Vila Progresso, S/Nº, com as coordenadas geográficas: 00º52’23”N/00º50’23”W, como sendo o local proposto para instalação do sistema irradiante, Ocorre que as coordenadas geográficas apresentadas situando-se a 5473,68 Km das do IBGE, portanto fora da área municipal, impossibilitando a continuidade da análise, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 2261, datado de 15 de maio de 2006, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Vila Progresso, no município de Macapá, Estado do Amapá, de coordenadas geográficas em 00°52'36"S de latitude e 50°02'57"W de longitude.
6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 168 e 169, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Ressalte-se que relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom, as coordenadas geográficas são as mesmas que a tornaram selecionada.
7. Considerando a **seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "c", "d", da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária e declaração de que a Entidade não possui vínculos, tendo sido espontânea a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 197).**
8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "**Formulário de Informações Técnicas**" - fls. 197, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, ~~em especial as~~ exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 201. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), ~~com~~ indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 199, dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação da Rádio Comunitária “Liberta Bailique FM”;

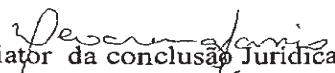
- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Paulo Sérgio Baia Quaresma	Presidente
Raimundo Paulo Rabelo	Vice Presidente
Telma Rita Portal Lamas	1ª Secretária
Maria José Tavares dos Santos	2ª Secretária
Elisângela do Socorro Brito Assunção	1ª Tesoureira
Nayva Brito Assunção	2ª Tesoureira
Paulo Rogério Paiva Picanço	Dir. Operações
Marcelo André Monteiro dos Santos	Vice Dir. Operações
Benedito Ribeiro Barros	Dir. Cultural
Rainer Alberto Sobrinho Ruy Secco	Vice Dir. Cultural
Orimar dos Santos e Silva	Dir. Patrimônio
José de Trindade Souza Barreto	Vice Dir. Patrimônio

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**
Vila Progresso, S/Nº - Arquipélago do Bailique – Distrito de Bailique, município de Macapá, Estado do Amapá;
- **coordenadas geográficas**
00º52'36" de latitude e 50º02'57" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 201, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 197 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação da Rádio Comunitária "Liberta Bailique FM"**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.007319/02, de 06 de dezembro de 2002.

Brasília, 09 de novembro de 2006


Relator da conclusão Jurídica
Vânia de Fátima Alvarenga Faria
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1368009
SERAC/CORAC/DEOC/SC


Relator da conclusão Técnica
Neide Aparecida de
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

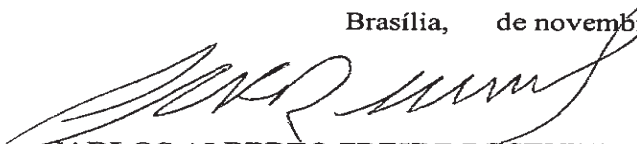
Brasília, 09 de novembro 2006.


ALEXANDRA LUCIANA COSTA
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de novembro 2006.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0272/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de novembro 2006.


ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica
Interina

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 192, DE 2008
(nº 522/2008, na Câmara dos deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à CARDOSO & FERNANDES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 312 de 24 de agosto de 2004, que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia.

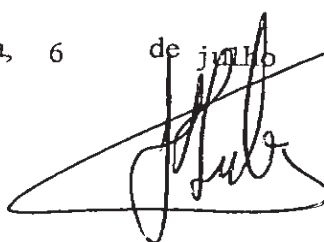
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 460, de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 312, de 24 de agosto de 2004, que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ariquemes, Estado de Rondônia.

Brasília, 6 de julho de 2007.



MC 00233 EM

Brasília, 27 de agosto de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 154/1997-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ariquemes, Estado de Rondônia.
2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Cardoso & Fernandes Ltda. (Processo nº 53800.000057/1998) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Eunício Lopes de Oliveira

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 312 , DE 24 DE AGOSTO DE 2004.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53800.000057/1998, Concorrência nº 154/1997-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MGT/MC Nº 1171-2.29/2004, de 9 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Cardoso & Fernandes Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ariquemes, Estado de Rondônia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


EUNÍCIO OLIVEIRA

CARDOSO & FERNANDES LTDA.**CONTRATO SOCIAL**

DEBORAH FERNANDES, brasileira, solteira, maior, comerciante, RG nº 454.720 SSP/RO., e CPF nº 421.396.002-15, residente e domiciliada à Av. Aracaju, 951, Nova Brasília, Ji-Paraná/RO., e

ELIANE CARDOSO DOS SANTOS, brasileira, casada, maior, comerciante, RG nº 15.663.884 SSP/SP., e CPF nº 061.973.628-30, residente e domiciliada à Rua Dos Colibris, 212, Urupá, Ji-Paraná/RO., e

Resolvem por este instrumento particular de contrato social, constituir uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pela seguinte legislação: artigos 211 e 223 e seus parágrafos da Constituição Federal, Lei nº 3708 de 10/01/1919, Lei nº 8934 de 18/11/1994, Decreto nº 1800 de 20/01/96 e Decreto Lei nº 236 de 28/02/1967, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação social de **CARDOSO & FERNANDES LTDA.**, com sede à Av. Transcontinental, 938, Sala 04, Vila Jotão, Ji-Paraná/RO.

SEGUNDA - A sociedade terá como ramo de atividade a exploração de estações de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Som e Imagem em VHF e UHF, com finalidade educacionais informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

TERCEIRA - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, observando-se quando de sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades a partir da homologação da autorização para funcionamento dada pelo MINISTÉRIO COMUNICAÇÕES.

QUARTA - O capital social da sociedade será (de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 60.000 (sessenta mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, subscrito e integralizado da seguinte forma:

- a. A sócia Débora Fernandes, subscreve neste ato o total de 50.000 (cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), integralizadas da seguinte forma:
- a.1) 4.000 (quatro mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), integralizadas neste ato em moeda corrente do país;
- a.2) 46.000 (quarenta e seis mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) a ser integralizado em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.
- b. A sócia Eliane Cardoso dos Santos, subscreve neste ato o total de 10.000 (dez mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais), integralizadas da seguinte forma:
- b.1) 1.000 (mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R\$ 1.000,00 (hum mil reais), integralizadas neste ato em moeda corrente do país;
- b.2) 9.000 (nove mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R\$ 9.000,00 (nove mil reais) a ser integralizado em moeda corrente do país até a data da outorga para execução do serviço de radiodifusão dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

QUINTA - O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

SEXTA - As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo de qualquer alteração contratual ou estatutária de prévia autorização do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

SÉTIMA - A gerência da sociedade e o uso do nome comercial, serão exercidos pela sócia Débora Fernandes, na condição de sócia-gerente, a qual fica dispensada de prestação de caução nos termos da Lei nº 3708 de 10/01/1919, a quem compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhe, entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objetivo social, especialmente à prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

OITAVA - A sócia-gerente poderá fazer-se representar por procurador que a representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, devendo, nesse caso, ser solicitado para tal designação, prévia autorização da autoridade fiscalizadora, apresentando-se na oportunidade, a prova de nacionalidade do procurador que deverá ser sempre brasileiro nato e de idoneidade moral comprovada pelo competente atestado.

NONA - Pelos serviços que prestar à sociedade, a sócia-gerente fará uma retirada mensal, a título de pró-labore, respeitadas as limitações legais vigentes.

DÉCIMA - Fica estabelecido que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente à brasileiros natos.

DÉCIMA PRIMEIRA - Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e para os portugueses reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

DÉCIMA SEGUNDA - A sócia que desejar transferir suas quotas, deverá notificar por escrito à outra sócia, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que este exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazê-lo dentro de 60 (sessenta) dias, ou em maior prazo, a critério da alienante, a contar da data do recebimento da notificação. Decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da cláusula sexta.

DÉCIMA TERCEIRA - O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos de dois terços, de trabalhadores brasileiros.

DÉCIMA QUARTA - A responsabilidade de cada sócia nas obrigações assumidas pela sociedade, está limitada ao total do capital social.

DÉCIMA QUINTA - As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

DÉCIMA SEXTA - A sociedade por todas as suas sócias se obrigam a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar referentes à radiodifusão e à segurança nacional.

DÉCIMA SÉTIMA - As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime da outra sócia, cabendo a esta o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuir.

DÉCIMA OITAVA - O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser levantado o Balanço Patrimonial da sociedade, obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados apurados serão atribuídos às sócias proporcionalmente às quotas do capital social que possuírem, podendo os lucros, a critério das sócias, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade. Ocorrendo prejuízos, estes poderão ser suportados pelas sócias, se assim lhes aprouver.

DÉCIMA NONA - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima Oitava retro.

VIGÉSIMA - O falecimento de qualquer das sócias não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores legais sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujos", podendo nela fazerem se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles devidamente credenciado pelos demais.

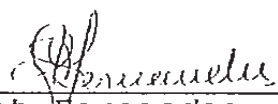
VIGÉSIMA PRIMEIRA - As sócias declaram não estarem incursas em nenhum dos crimes previstos em Lei, que as impeçam de exercerem atividades mercantis.

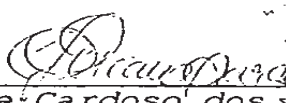
VIGÉSIMA SEGUNDA - A sociedade poderá estabelecer filiais ou sucursais em qualquer parte do Território Nacional, obedecidas as disposições legais.

VIGÉSIMA TERCEIRA - Os casos omissos, bem como as possíveis divergências que possam suscitar entre as partes com relação ao presente contrato, serão resolvidos dentro dos princípios de Direito previstos pela Legislação, usos e costumes vigentes e aplicáveis à matéria, ficando, desde já, eleito o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO., prejudicando-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

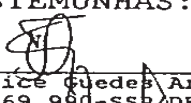
E, estando as sócias ajustadas e contratadas, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

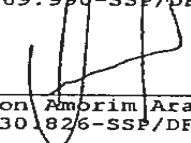
Ji-Paraná/RO., 17 fevereiro de 1998.

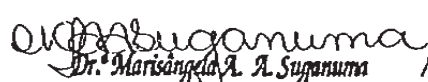

Déborah Fernandes


Eliane Cardoso dos Santos

TESTEMUNHAS:


Onelice Guedes Araújo
RG 669.990-SSP/DF


Uelton Amorim Araújo
RG 530.826-SSP/DF


Dr. Marisângela A. A. Suganuma
OAB/RO Nº 960

Serviço Público Federal
Ministério das Relações Exteriores
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 16 JUL 2004

Valor Cobrado Pelo
AUTENTICAÇÃO
R\$ 0,90



PRJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 193, DE 2008**(Nº 528 / 2008, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE TOMAZINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomazina, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 697 de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomazina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.954, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 629, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária pelo Meio Ambiente, Cultura e Comunicação Social, na cidade de Cerro Corá - RN;
- 2 - Portaria nº 581, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gramado Xavier, na cidade de Gramado Xavier - RS;
- 3 - Portaria nº 692, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Cultural Rádio Amigos FM, na cidade de Entre Rios do Sul - RS;
- 4 - Portaria nº 774, de 22 de dezembro de 2003, alterada pela de nº 128, de 12 de abril de 2004 – Associação Comunitária Sócio Cultural Kiriris, na cidade de Tomar do Geru - SE;
- 5 - Portaria nº 100, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Comunicação Futura, no município de Comendador Gomes - MG;
- 6 - Portaria nº 34, de 7 de fevereiro de 2006 – ABECCA - Associação Benemerita e Cultural de Conceição das Alagoas, no município de Conceição das Alagoas - MG;

- 7 - Portaria nº 589, de 15 de setembro de 2006 – Associação Civil de Radiodifusão Comunitária Iguaraçu FM, no município de Iguaraçu - PR;
- 8 - Portaria nº 697, de 23 de outubro de 2006 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina, no município de Tomazina - PR;
- 9 - Portaria nº 805, de 25 de outubro de 2006 – Rádio Comunitária Popular FM, no município de Urucânia - MG;
- 10 - Portaria nº 99, de 28 de março de 2007 – Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape, no município de Maranguape - CE;
- 11 - Portaria nº 135, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária e Cultural Integração FM, no município de Ponte Alta - SC;
- 12 - Portaria nº 142, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arez/RN - ACCCARN, no município de Arez - RN;
- 13 - Portaria nº 144, de 12 de abril de 2007 – Associação da Rádio Comunitária Vale do Prata, no município de Landri Sales - PI;
- 14 - Portaria nº 196, de 17 de maio de 2007 – Associação Comunitária Cultural Frutalense, no município de Frutal - MG;
- 15 - Portaria nº 197, de 23 de maio de 2007 – Associação de Comunicação e Cultura de Taquaraçu de Minas - ACCTM, no município de Taquaraçu de Minas - MG;
- 16 - Portaria nº 202, de 28 de maio de 2007 – Associação de Integração Comunitária Vida, no município de Miranda - MS;
- 17 - Portaria nº 203, de 28 de maio de 2007 – Associação Comunitária Cidade - Cidade, no município de Três Pontas - MG;
- 18 - Portaria nº 233, de 28 de maio de 2007 – Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé - PR - A.P.R., no município de Santana do Itararé - PR;
- 19 - Portaria nº 236, de 28 de maio de 2007 – Associação Comunitária Idéias e Ações dos Nativos de Rio de Contas, no município de Rio de Contas - BA;
- 20 - Portaria nº 253, de 29 de maio de 2007 – Associação Cultural Santanense - ACS, no município de Santana do Seridó - RN;
- 21 - Portaria nº 274, de 29 de maio de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Pedro Afonso, no município de Pedro Afonso - TO;
- 22 - Portaria nº 275, de 29 de maio de 2007 – Associação Comunitária Rádio FM Aliança, no município de Paranaguá - PR;
- 23 - Portaria nº 301, de 19 de junho de 2007 – Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira, no município de Cardoso Moreira - RJ;
- 24 - Portaria nº 310, de 19 de junho de 2007 – Associação Comunitária e Cultural de Queimadas – ACCQ, no município de Queimadas - PB;
- 25 - Portaria nº 312, de 19 de junho de 2007 – Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária, no município de Capão do Leão - RS;
- 26 - Portaria nº 317, de 19 de junho de 2007 – Associação Comunitária Itapetinguense João Félix Neto, no município de Itapetinga - BA;
- 27 - Portaria nº 332, de 19 de junho de 2007 – Associação Cultural e Folclórica Bumba Meu – Boi Estrela de Bequimão, no município de Bequimão - MA;
- 28 - Portaria nº 342, de 28 de junho de 2007 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Centro do Guilherme, no município de Centro do Guilherme - MA;
- 29 - Portaria nº 344, de 28 de junho de 2007 – Associação Comunitária de Rádio Cidade FM, no município de Carolina - MA;

30 - Portaria nº 345, de 28 de junho de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cabo Verde, no município de Gurupi - TO;

31 - Portaria nº 363, de 28 de junho de 2007 – Fundação de Assistência ao Trabalho e Bem Estar Social São José, no município de São José de Caiana - PB;

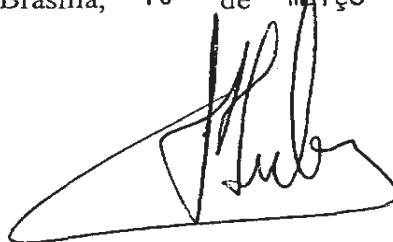
32 - Portaria nº 400, de 24 de julho de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária “União e Paz”, no município de Viamão - RS;

33 - Portaria nº 422, de 24 de julho de 2007 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Monte Alegre de Goiás – GO - ADECOM, no município de Monte Alegre de Goiás - GO;

34 - Portaria nº 431, de 24 de julho de 2007 – Associação Beneficente, Educacional, Cultural Recreativa e de Radiodifusão Jjiré - Ajjé, no Município de Elísio Medrado - BA; e

35 - Portaria nº 432, de 24 de julho de 2007 – Associação Cultural de Itaitinga, no município de Itaitinga - CE.

Brasília, 10 de março de 2008.



MC 00647 EM

Brasília, 7 de novembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina explore o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tomazina, Estado do Paraná, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.009378/03, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira

PORTARIA Nº 697 DE 23 DE OUTUBRO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.009.378/03 e do Parecer/MC/CONJUR/GSL/Nº 1899 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina**, com sede na Praça Major Tomaz, s/nº (Prédio Santo Inocência), Centro, no município de Tomazina, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º46'47"S e longitude em 49º57'23"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM
CONCORRENTES**

RELATÓRIO Nº 0197/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.000.009.378/03,
protocolizado em 21 de maio de 2003

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Comunitária, Cultural e
Artística de Tomazina, denominada
“ACAT”, município de Tomazina,
Estado do Paraná.

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina, denominada “ACAT”, inscrita no CNPJ sob o número 05.613.680/0001-32, no Estado do Paraná, com sede na Praça Major Tomaz, s/nº (Prédio Santo Inocência) – Bairro Centro, município de Tomazina, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 28 de abril de 2003 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28 de janeiro de 2004** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema

Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL

31 OUT 2006

irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – RELATÓRIO

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Praça Major Tomaz, s/n (Prédio Santo Inocência), Centro, no município de Tomazina, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 23°46'47"S de latitude e 49°57'23"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 306 e 307, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusões. **Vale salientar que as coordenadas do local de instalação participante do Aviso 01/2004 são as mesmas que a tornaram a selecionada.**

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das

seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “h”, “i”, “j” e “l” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 311 a 413).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls.384, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 397 e 398. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 413 dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas f, g e j da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos

requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina, denominada “ACAT”

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
José Ademar Teixeira	Presidente
Justiniana Dalla Palma de Souza	Vice-Presidente
Wilson de Andrade Bordin	Secretário
José Sebastião Ribeiro Neto	Tesoureiro
Aluisio Assi dos Santos	Diretor Patrimonial

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Praça Major Tomaz – Prd Sto Inocência, Centro, município de Tomazina, Estado do Paraná.

- **coordenadas geográficas**

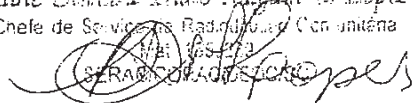
23°46'47" de latitude e 49°57'23" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” - fls. 397 e 398, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 383 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina, denominada “ACAT”**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade

pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.009.378/03, de 21 de maio de 2003.

Brasília, 16 de setembro de 2005.

Albino Oliveira Prado Magalhães Lopes
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária

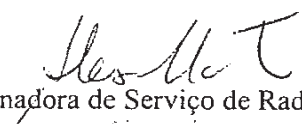

Relator da conclusão Jurídica

Neide Aparecida da Silva
Relator da conclusão Técnica
Chefe de Divisão / SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

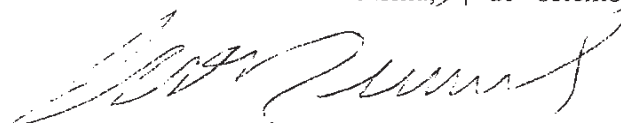
Brasília, 19 de setembro de 2005.


Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 21 de setembro de 2005.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0197/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de setembro de 2005.


JOANILSON LAÉRCIO BARBOSA FERREIRA
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa)

Projeto de Decreto legislativo Nº 194, de 2008 (nº 535 / 2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM ALIANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 275 de 29 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM Aliança, para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº

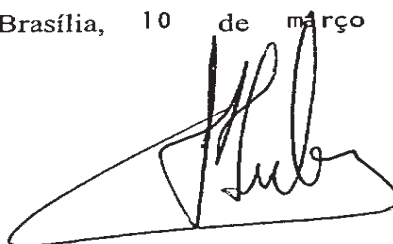
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

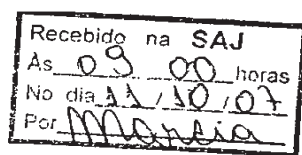
- 1 - Portaria nº 2.954, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 629, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária pelo Meio Ambiente, Cultura e Comunicação Social, na cidade de Cerro Corá - RN;
- 2 - Portaria nº 581, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gramado Xavier, na cidade de Gramado Xavier - RS;
- 3 - Portaria nº 692, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Cultural Rádio Amigos FM, na cidade de Entre Rios do Sul - RS;
- 4 - Portaria nº 774, de 22 de dezembro de 2003, alterada pela de nº 128, de 12 de abril de 2004 – Associação Comunitária Sócio Cultural Kiriris, na cidade de Tomar do Geru - SE;
- 5 - Portaria nº 100, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Comunicação Futura, no município de Comendador Gomes - MG;
- 6 - Portaria nº 34, de 7 de fevereiro de 2006 – ABECCA - Associação Benemerita e Cultural de Conceição das Alagoas, no município de Conceição das Alagoas - MG;
- 7 - Portaria nº 589, de 15 de setembro de 2006 – Associação Civil de Radiodifusão Comunitária Iguaçu FM, no município de Iguaçu - PR;
- 8 - Portaria nº 697, de 23 de outubro de 2006 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina, no município de Tomazina - PR;
- 9 - Portaria nº 805, de 25 de outubro de 2006 – Rádio Comunitária Popular FM, no município de Urucânia - MG;
- 10 - Portaria nº 99, de 28 de março de 2007 – Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape, no município de Maranguape - CE;
- 11 - Portaria nº 135, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária e Cultural Integração FM, no município de Ponte Alta - SC;
- 12 - Portaria nº 142, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arez/RN - ACCCARN, no município de Arez - RN;

- 13 - Portaria nº 144, de 12 de abril de 2007 – Associação da Rádio Comunitária Vale do Prata, no município de Landri Sales - PI;
- 14 - Portaria nº 196, de 17 de maio de 2007 – Associação Comunitária Cultural Frutalense, no município de Frutal - MG;
- 15 - Portaria nº 197, de 23 de maio de 2007 – Associação de Comunicação e Cultura de Taquaraçu de Minas - ACCTM, no município de Taquaraçu de Minas - MG;
- 16 - Portaria nº 202, de 28 de maio de 2007 – Associação de Integração Comunitária Vida, no município de Miranda - MS;
- 17 - Portaria nº 203, de 28 de maio de 2007 – Associação Comunitária Cidade - Cidade, no município de Três Pontas - MG;
- 18 - Portaria nº 233, de 28 de maio de 2007 – Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé - PR - A.P.R., no município de Santana do Itararé - PR;
- 19 - Portaria nº 236, de 28 de maio de 2007 – Associação Comunitária Idéias e Ações dos Nativos de Rio de Contas, no município de Rio de Contas - BA;
- 20 - Portaria nº 253, de 29 de maio de 2007 – Associação Cultural Santanense - ACS, no município de Santana do Seridó - RN;
- 21 - Portaria nº 274, de 29 de maio de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Pedro Afonso, no município de Pedro Afonso - TO;
- 22 - Portaria nº 275, de 29 de maio de 2007 – Associação Comunitária Rádio FM Aliança, no município de Paranaguá - PR;
- 23 - Portaria nº 301, de 19 de junho de 2007 – Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira, no município de Cardoso Moreira - RJ;
- 24 - Portaria nº 310, de 19 de junho de 2007 – Associação Comunitária e Cultural de Queimadas – ACCQ, no município de Queimadas - PB;
- 25 - Portaria nº 312, de 19 de junho de 2007 – Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária, no município de Capão do Leão - RS;
- 26 - Portaria nº 317, de 19 de junho de 2007 – Associação Comunitária Itapetinguense João Félix Neto, no município de Itapetinga - BA;
- 27 - Portaria nº 332, de 19 de junho de 2007 – Associação Cultural e Folclórica Bumba Meu – Boi Estrela de Bequimão, no município de Bequimão - MA;
- 28 - Portaria nº 342, de 28 de junho de 2007 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Centro do Guilherme, no município de Centro do Guilherme - MA;
- 29 - Portaria nº 344, de 28 de junho de 2007 – Associação Comunitária de Rádio Cidade FM, no município de Carolina - MA;
- 30 - Portaria nº 345, de 28 de junho de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cabo Verde, no município de Gurupi - TO;
- 31 - Portaria nº 363, de 28 de junho de 2007 – Fundação de Assistência ao Trabalho e Bem Estar Social São José, no município de São José de Caiana - PB;
- 32 - Portaria nº 400, de 24 de julho de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária “União e Paz”, no município de Viamão - RS;
- 33 - Portaria nº 422, de 24 de julho de 2007 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Monte Alegre de Goiás – GO - ADECOM, no município de Monte Alegre de Goiás - GO;
- 34 - Portaria nº 431, de 24 de julho de 2007 – Associação Beneficente, Educacional, Cultural Recreativa e de Radiodifusão Jjiré - Ajjé, no Município de Elísio Medrado - BA; e
- 35 - Portaria nº 432, de 24 de julho de 2007 – Associação Cultural de Itaitinga, no município de Itaitinga - CE.

Brasília, 10 de março de 2008.



MC 00207 EM



Brasília, 20 de junho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação Comunitária Rádio FM Aliança**, no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53740.000438/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa***PORTARIA Nº 275 DE 29 DE MAIO DE 2007.**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000438/99 e do PARECER/MC/CONJUR/PAS/Nº 0694 – 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a **Associação Comunitária Rádio FM Aliança**, com sede na Rua Comandante Didio Costa - nº 968 – Jardim Alvorada, no município de Paranaguá, Estado do Paraná para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 25º31'29"S e longitude em 48º31'46"W, utilizando a frequência de 98,3 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações

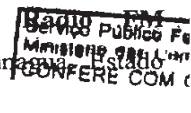
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM
CONCORRENTES**

RELATÓRIO Nº 0221 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53740.000438/99,
protocolizado em 16/04/99.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Comunitária **Rádio FM Aliança**, município de Paranaguá, Estado do Paraná.


I - INTRODUÇÃO

1. A **Associação Comunitária Rádio FM Aliança**, inscrita no CNPJ sob o número **03.092.314/0001-50**, no Estado do Paraná, com sede na **Rua Comandante Didio Costa**, nº **968-Jardim Alvorada**, no município de Paranaguá, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 12 de abril de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União - D.O.U. de 17/12/99** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná – Processo nº 53740.000545/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não foi caracterizada como de natureza comunitária, em infringência ao art. 1º da Lei nº 9612/98, tendo em vista o disposto nos artigos 4º, 8º, 10º do estatuto que, segmentam e dão preferência a parte do universo social, não representando a comunidade no seu todo, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 2369/01, datado de 20/04/2001, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não obteve ciência do arquivamento, conforme AR devolvido pelos correios, motivo pelo qual a entidade foi publicada no Diário do Serviço Público em 30/05/2006, não tendo se manifestado.

II – RELATÓRIO

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Manoel Corrêa, nº 2.444 – Bairro Estradinha, no município de Paranaguá, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 25º31'31"S de latitude e 48º31'03"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 20, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas passando a constar: 25°31’29” S e 48°31’46” W no seguinte endereço: Rua Comandante Didio Costa, nº 968 – Jardim Alvorada, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme as fls. 139 dos autos.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “a”, “d”, “e”, “g” ~~do Serviço Público Federal~~ ^{da Lei nº 11.324/2006} e da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária ~~contendo~~ ^{contendo} sendo solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 25 a 172).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “**Formulário de Informações Técnicas**” - fls. 139, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 175 e 176. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 177 dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da

Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade, ~~Sede Pública Federal~~

- nome

Associação Comunitária Rádio FM Aliança ;

- quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Luciane Martinkoski Tavares	Presidente
Claudinéia da Silva Juventino	Vice-Presidente
Helena Miranda de Oliveira	1ª Secretária
Valéria Zela	2ª Secretária
Roberto Antônio Prá	1º Tesoureiro
Onéias Nascimento Gomes	2º Tesoureiro

- localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Comandante Didio Costa, nº 968 – Jardim Alvorada, município de Paranaguá, Estado do Paraná;

- coordenadas geográficas

25°31'29" de latitude e 48°31'46" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 175 e 176, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 139 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária Rádio FM Aliança**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53740.000438/99, de 16 de abril de 1999.

Brasília, 19 de Setembro de 2006.


Relator da conclusão Jurídica

Lúcia Helena Magalhães Bueno
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat 2312714
SERAC/CORAC/DEOC/SC


Relator da conclusão Técnica

Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

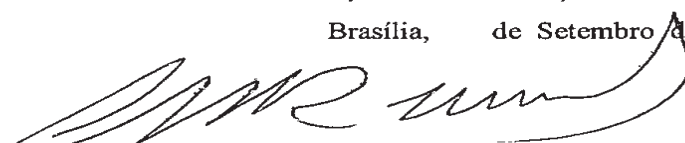
Brasília, 19 de Setembro de 2006.


ALEXANDRA LUCIANA COSTA
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de Setembro de 2006.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0221 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de Setembro de 2006.


JOA NILSON L. B. FERREIRA
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa)

Projeto de Decreto Legislativo Nº 195, de 2008**(nº 554 / 2008, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CRISTALINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 282 de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Cristalina Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 06 de agosto de 2008.



ARLINDO CHINAGLIA
Presidente

Mensagem nº 107

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 2.800, de 11 de dezembro de 2002 – Rádio Maguari de Baturité Ltda., na cidade de Jaguaretama - CE;

- 2 - Portaria nº 183, de 4 de junho de 2003 – Ivanov Comunicação e Participações Ltda., na cidade de Guapiaçú - SP;
- 3 - Portaria nº 282, de 12 de junho de 2003 – Rádio Cristalina Ltda., na cidade de Nova Santa Rosa - PR;
- 4 - Portaria nº 453, de 28 de agosto de 2003 – Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda., na cidade de Catingueira- PB;
- 5 - Portaria nº 454, de 28 de agosto de 2003 – Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda., na cidade de Camalaú - PB.
- 6 - Portaria nº 459, de 28 de agosto de 2003 – FH Comunicação e Participações Ltda., na cidade de Motuca - SP;
- 7 - Portaria nº 311, de 24 de agosto de 2004 – Bispo & Fernandes Ltda., no município de Ji-Paraná - RO;
- 8 - Portaria nº 345, de 13 de setembro de 2004 – Rádio Guaraema FM Ltda., no município de Guaraniçú - PR;
- 9 - Portaria nº 18, de 19 de janeiro de 2006 – Rádio Cidade São José Ltda., no município de São José - SC;
- 10 - Portaria nº 157, de 3 de abril de 2006 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Terra Rica - PR;
- 11 - Portaria nº 258, de 24 de abril de 2006 – Rádio Som Alvorada Ltda., no município de Araguaçu - TO;
- 12 - Portaria nº 494, de 13 de setembro de 2006 – Sistema Regional de Comunicação Ltda., no município de Nova Aliança – SP;
- 13 - Portaria nº 495, de 13 de setembro de 2006 – Sistema de Comunicações Rocha & Leite Ltda., no município de Governador Jorge Teixeira - RO;
- 14 - Portaria nº 498, de 13 de setembro de 2006 – L. M. Rádio e Televisão Ltda., no município de Santa Lúcia - SP;
- 15 - Portaria nº 506, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Talento FM Ltda., no município de Rio Azul - PR;
- 16 - Portaria nº 547, de 13 de setembro de 2006 – FM Cariús Ltda., no município de Cariús - CE;
- 17 - Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2006 - Rádio Universal Ltda., no município de Içara - SC;
- 18 - Portaria nº 980, de 20 de novembro de 2006 – Albarello & Folle Comunicações Ltda., no município de Palmitinho - RS;
- 19 - Portaria nº 104, de 2 de abril de 2007 – Nova Estação Radiodifusão e Publicidade Ltda., no município de Carambei - PR;
- 20 - Portaria nº 221, de 28 de maio de 2007 – Rádio Diplomata Ltda., no município de São Marcos - RS;
- 21 - Portaria nº 326, de 19 de junho de 2007 – Rede Brasil de Comunicações Ltda., no município de Lagoa Grande - PE; e
- 22 - Portaria nº 387, de 13 de julho de 2007 – Rádio Alternativa de Francisco Beltrão Ltda., no município de Pato Branco – PR.

Brasília, 10 de março de 2008.

MC 00110 EM

Brasília, 26 de junho de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 091/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Cristalina Ltda. (Processo nº 53740.000802/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miro Teixeira

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 282 , DE 12 DE JUNHO DE 2003.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000802/2000, Concorrência nº 091/2000-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC Nº 408/2003, de 19 de maio de 2003, resolve:

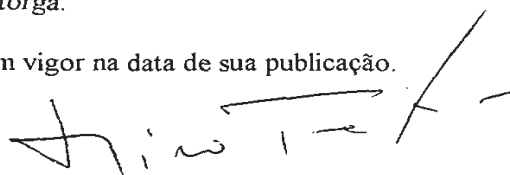
Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Cristalina Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



MIRO TEIXEIRA

RADIO CRISTALINA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

GERALDINE INES CAMPAGNOLO PATIÑO, ~~brasileira~~, casada, administradora hospitalar, residente e domiciliada em Toledo-PR, a Rua Dom Pedro II nr. 2512, portadora da Carteira de Identidade RG nr. 3.622.592-0 SSP PR e CPF nr. 819.561.939-87, e, CARLOS HORACIO PATIÑO BAPTISTA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado em Toledo-PR, a Rua Dom Pedro II nr. 2512, portador da Carteira de Identidade RG nr. 3.019.133-1 SSP PR e CPF nr. 649.297.369-00, resolvem por este instrumento particular de contrato, constituir uma Sociedade Mercantil por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pela seguinte legislação: Lei nr. 3708 de 10 de janeiro de 1919; Lei nr. 2597 de 12 de setembro de 1955 e Decreto nr. 39605-B de 16 de julho de 1956, e pelas demais disposições legais aplicáveis a espécie e pelas cláusulas a seguir:

- CLÁUSULA PRIMEIRA : A sociedade girará sob o nome comercial de "RADIO CRISTALINA LTDA" , tendo sua sede e foro na cidade de Toledo-PR, a Rua Raimundo Leonardi nr. 1301, Segundo Andar, Centro, CEP 85900-110.

- CLÁUSULA SEGUNDA : A sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propaganda comercial e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

- CLÁUSULA TERCEIRA : A sociedade será constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades 30 (trinta) dias após a publicação do Ato de deliberação sobre a Outorga pelo Congresso Nacional.

- CLÁUSULA QUARTA : O capital social, inteiramente subscrito e realizado na forma prevista, neste ato, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150 (cento e cinquenta) quotas no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Valor R\$	quotas	%
Geraldine Ines Campagnolo Patiño	75.000,00	75	50
Carlos Horacio Patiño Baptista	75.000,00	75	50
	150.000,00	150	100

- Parágrafo primeiro: É integralizado, neste ato, 60% (sessenta por cento) do valor do capital social subscrito em boa moeda corrente do país, e o saldo será integralizado, também em boa moeda corrente do país, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação do Ato de Deliberação sobre a Outorga pelo Congresso Nacional.

- Parágrafo Segundo : No caso de obtenção de mais de uma Outorga,

RADIO CRISTALINA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

o capital social será aumentado de modo a atender as exigências financeiras, econômicas, patrimoniais e legais do Poder Concedente.

-CLÁUSULA QUINTA : As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incalcionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual ou estatutária de prévia autorização do Poder Concedente.

-CLÁUSULA SEXTA : A sociedade será administrada por um ou mais sócios gerentes, a quem compete, privativa e individualmente o uso da firma e representação ativa e passiva, judicial e extra-judicial da sociedade, sendo-lhes, entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

-CLÁUSULA SÉTIMA : A investidura no cargo de Administradores, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente.

-CLÁUSULA OITAVA : Os sócios que desejarem transferir suas quotas deverão notificar, por escrito, a sociedade, discriminando-lhe o preço, a forma e prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, exerça ou renuncie o direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (sessenta) dias contados contados do recebimento da notificação ou em maior prazo, a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito da preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da cláusula quinta.

-CLÁUSULA NONA : O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadoras brasileiras.

-CLÁUSULA DÉCIMA : A responsabilidade dos sócios será limitada a importância do capital social, nos termos do Artigo Segundo de Lei numero 3708 de 10 de janeiro de 1919.

-CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA : As deliberações sociais ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade, consoantes a faculdades deferida pelo Artigo 62, Parágrafo Segundo do Decreto numero 57651 de 19 de janeiro de 1966.

-CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA : A sociedade, por todos os seus sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes a Radiodifusão e a Segurança Nacional.

-CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA : As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos

RADIO CRISTALINA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

demaís sócios, cabendo a estes direito ~~de~~ preferência na sua aquisição, na proporção das cotas que possuem, e ainda com a aquiescência do Poder Concedente.

-CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: Pelos serviços que prestarem a sociedade, perceberão os sócios, a título de pró-labore, quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a conta de Despesas Gerais.

-CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA : Fica investida na função de sócia-gerente da sociedade, a sócia GERALDINE INES CAMPAGNOLO PATIÑO, para qual fica dispensada da prestação de caução, conforme preceitua o Artigo 12 da Lei numero 3708 de 10 de janeiro de 1919.

-CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA : O sócio gerente poderá fazer-se representar por procurador ou procuradores, que o representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, desde que com a aprovação prévia do Poder Concedente.

-CLÁUSULA DÉCIMA-SETIMA : O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o balanço geral da sociedade, obedecida as prescrições legais e técnicas pertinentes a matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente as quotas de capital que possuírem, podendo os lucros, a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

-CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA : A distribuição dos lucros será sempre sustentada quando se verificar a necessidade de atender a despesa inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima-Sétima deste instrumento.

-CLÁUSULA DÉCIMA-NONA : O falecimento de qualquer um dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores subrogados nos direitos e obrigações do "de cujos", podendo nela fazerem-se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles, devidamente credenciados pelos demais.

-Parágrafo-Primeiro : Apurados por balanço, os haveres do sócio falecido, serão pagos em cinco prestações mensais e iguais, vencendo-se a primeira noventa dias após apresentada a sociedade Autorização Judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Registro do Comércio.

-Parágrafo-Segundo : Fica, entretanto, facultada mediante consenso unânime entre os sócios e herdeiros, outras condições de pagamento, desde que não afete a situação econômica-financeira

RADIO CRISTALINA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

da sociedade.

- Paragrafo Terceiro : Mediante ~~acordo~~ com os sócios superstites, os herdeiros poderão ingressar na sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto sua capacidade jurídica.

- CLÁUSULA VIGÉSIMA : Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

- CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA : Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem a matéria.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumentos em tres vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Toledo, 26 de fevereiro de 1997

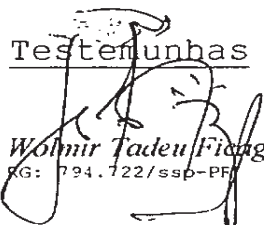


GERALDINE INES CAMPAGNOLO PATIÑO

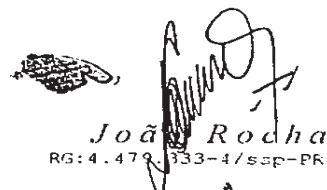


CARLOS HORACIO PATIÑO BAPTISTA

Testemunhas

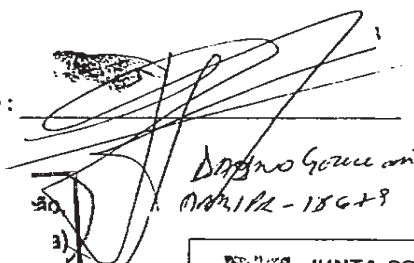


Wolmir Tadeu Ficagna
RG: 794.722/ssp-PF



João Rocha
RG: 4.479.333-4/ssp-PF

VISTO DO ADVOGADO:



Adriano Geronzi
OAB/PR - 18649



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/03/97

SOB O NÚMERO:
41203662940

Protocolo: 97042/280



SIDMAR ANTONIO CAVET
SECRETÁRIO GERAL

Projeto de Decreto legislativo Nº 196, de 2008
(nº 561 / 2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à SANDRO PEITER & CIA. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portão, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 27 de fevereiro de 2007, que outorga concessão à Sandro Peiter & Cia. Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portão, Estado do Rio Grande do Sul.

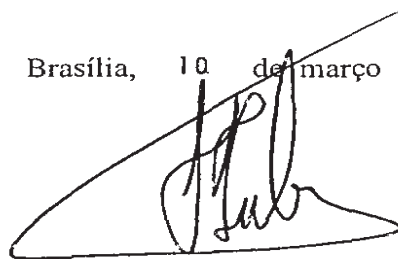
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 108, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 27 de fevereiro de 2007, que outorga concessão à SANDRO PEITER & CIA. LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Portão, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 10 de março de 2008.



MC 00487 EM

Brasília, 22 de setembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 070/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Portão, Estado do Rio Grande do Sul.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a SANDRO PEITER & CIA LTDA (Processo nº 53790.000882/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do Decreto incluso.
3. Esclareço que, de acordo com o §3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007.

Outorga concessão à entidade que menciona para explorar serviço de radiodifusão sonora, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53790.000882/2001, Concorrência nº 070/2001-SSR/MC,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à SANDRO PEITER & CIA. LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Portão, Estado do Rio Grande do Sul.

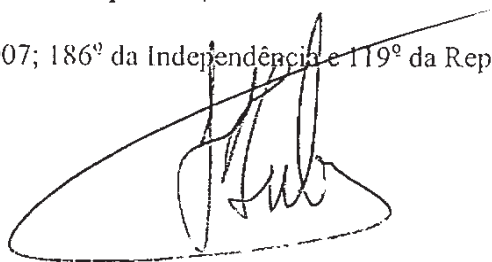
Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.



SANDRO PEITER & CIA. LTDA.**CONTRATO SOCIAL**

ASTRID DORINHA PEITER BRITO, brasileira, casada, funcionária pública municipal, residente e domiciliada na Rua Romano Carlos Pasa nº 295, em Sobradinho, RS, portadora da cédula de identidade nº 1053635361 fornecida pela SSP/RS, CPF nº 614069020/04;

SANDRO EDGAR PEITER, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua Orlandina Siman Cagol nº 243, bairro Estância, em Sobradinho, RS, portador da cédula de identidade nº 1065446633 fornecida pela SSP/RS, CPF nº 751571010/15;

resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, constituírem uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a denominação social de **SANDRO PEITER & CIA. LTDA.**, com sede na Rua Romano Carlos Pasa nº 295, na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade terá por objetivo a exploração de serviço de radiodifusão em quaisquer de suas modalidades, em localidades do país, onde receber autorização do Governo Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades na data de assinatura deste Contrato Social.

CLÁUSULA QUARTA

O capital social é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em cotas de um real cada uma e assim distribuído entre os sócios :

- a) A sócia ASTRID DORINHA PEITER BRITO, detentora de 80 % (oitenta por cento) do capital social, totalizando assim R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais);
- b) O sócio SANDRO EDGAR PEITER, detentor de 20 % (vinte por cento) do capital social, totalizando assim R\$ 12.000,00 (doze mil e reais).

CLÁUSULA QUINTA

Os sócios integralizam, neste ato, em moeda corrente nacional 50 % (cinquenta por cento) do capital social que subscrevem desta forma:

- a) O sócio ASTRID DORINHA PEITER BRITO: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais);
- b) O sócio SANDRO EDGAR PEITER: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Os restantes 50% (cinquenta por cento) ou R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), serão integralizados pelos sócios em moeda corrente nacional, em 12 (doze) meses a contar desta data.

CLÁUSULA SEXTA

A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA

A administração da sociedade será exercida pelo sócio SANDRO EDGAR PEITER, com a função de **gerente**, que a representará ativa e passivamente, em juízo ou fora dela.

CLÁUSULA OITAVA

Pelo efetivo exercício da administração, o sócio SANDRO EDGAR PEITER, fará jus a uma retirada de pró-labore, porém sempre respeitando a legislação do imposto de renda em vigor.

CLÁUSULA NONA

As deliberações sociais serão tomadas em conjunto pelos sócios, de forma a poder alterar, no todo ou em parte, as cláusulas e condições constantes no presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

A transferência de cotas entre os sócios é livre, mas a sessão a terceiros ficará condicionada a concessão do direito de preferência por expresso, aos demais sócios, que gozarão do prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a aquisição das cotas a serem alienadas, nas mesmas condições oferecidas a terceiros.

Parágrafo único : A inclusão ou exclusão de qualquer sócio, será decidida por meio de deliberação da maioria do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Anualmente em 31 de dezembro, será levantado um balanço geral, quando os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos entre os sócios na razão direta de suas cotas de capital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A morte, impedimento ou insolvência de qualquer dos sócios não importará na dissolução da sociedade, procedendo-se os pagamentos dos haveres, aos herdeiros ou sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os casos omissos ou duvidosos que surgirem na vigência do presente contrato social, serão dirimidos de conformidade com a legislação em vigor, ficando eleito o foro desta cidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

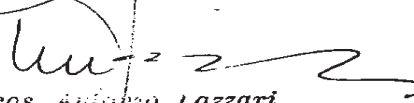
Os sócios cotistas declaram não estarem incursos em nenhum processo criminal que os impeçam de exercer qualquer atividade mercantil.

E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas que também assinam.

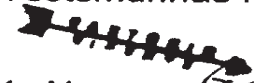
Sobradinho, RS, 04 de junho de 2001.

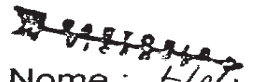
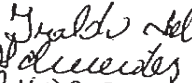

ASTRID DORINHA PEITER BRITO

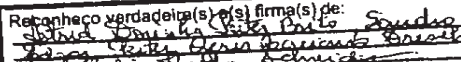
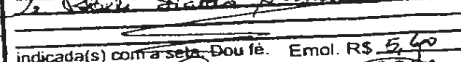
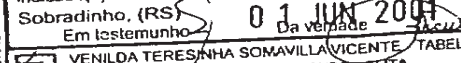

SANDRO EDGAR PEITER


Marcos Antônio Lazzari
ADVOGADO
OAB-RS 5320

Testemunhas :

- 
1. Nome : GERIS CAETANO DRESCHER
2. Assinatura : 
3. CPF : 690.128.730-53
4. Identidade : 9055755855-SSP-RS

- 
1. Nome : Helo Gualdo Almeida
2. Assinatura : 
3. CPF : 092912450-20
4. Identidade : 9018730581-SSP-RS

TABELAÇÃO DE NOTAS R. ERVINO CARLOS KOHLER, 20 SOBRADINHO (RS)	Reconheço verdadeira(s) e(s) firma(s) de:	
	 Astrid Dorinha Peiter Brito	
	 Sandro Edgar Peiter	
	 Marcos Antônio Lazzari	
indicada(s) com a seta. Dou fe. Emol. R\$ 5,40		
Sobradinho, (RS)		01 JUN 2001
Em testemunho		Da verdade
☒ VENILDA TERESINHA SOMAVILLA VICENTE		TABELIA
☒ LOELI GUERREIRO RIBEIRO - SUBSTITUTA		

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 197, DE 2008**(nº 2445 / 2006 na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL "AMIGOS DE PIRATUBA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 116 de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural "Amigos de Piratuba" para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina.

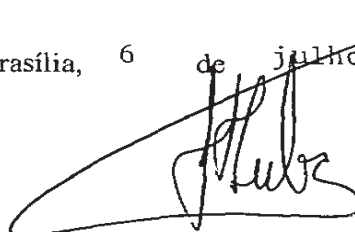
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 523, de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 116, de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural "Amigos de Piratuba" para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piratuba, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 6 de julho de 2006.



MC 00135 EM

Brasília, 5 de abril de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural “Amigos de Piratuba”, no Município de Piratuba, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.022193/03, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa***PORTARIA Nº 116 DE 23 DE MARÇO DE 2006.**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022193/03 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1494 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária e Cultural “Amigos de Piratuba”, com sede na Avenida 18 de Fevereiro, nº 455 - Centro, no município de Piratuba, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27°25'11"S e longitude em 51°46'20"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM
CONCORRENTES**

RELATÓRIO Nº 0044/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.022.193/03,
protocolizado em 04 de agosto de 2003.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Comunitária e Cultural
“Amigos de Piratuba”, município de
Piratuba, Estado de Santa Catarina.
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

I - INTRODUÇÃO

Em 31. 03. 2005

1. A Associação Comunitária e Cultural “Amigos de Piratuba”, inscrita no CNPJ sob o número 05.757.491/0001-33, no Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida 18 de Fevereiro, n.º 455, Centro, no município de Piratuba, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 18 de julho de 2003, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União - D.O.U. de 28 de janeiro de 2004** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento da outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando os respectivos nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Cultural Beneficente de Piratuba – Processo nº 53820.000.949/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: constatou-se que a entidade deixou de encaminhar toda a documentação solicitada no ofício n.º 1982/01, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 4750, datado de 30/05/2003, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 13507 de 28/07/2004.

II – RELATÓRIO

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos.

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Avenida 18 de Fevereiro, n.º 455, Sala 04, Centro, no município de Piratuba, Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 27°25'11"S de latitude e 51°46'20"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 220 e 221,

denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom as coordenadas geográficas do local de instalação são as mesmas do aviso que torna público a relação das entidades selecionadas para a prestação do serviço, conforme folhas 283.**

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alínea “d” da Norma Complementar nº 01/2004, certidão cartorária comprovando os devidos registros da ata de constituição e do estatuto social da entidade, comprovação de necessária alteração estatutária e comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 225 a 279).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 270, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 282 e 283. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 279, dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**
Associação Comunitária e Cultural “Amigos de Piratuba”;
- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Leonir Antônio Heckler	Presidente
Marcos Antônio Oldoni	Vice-Presidente
Patrícia Elisabeth Hack	Secretária Geral
Andressa Heckler	2ª Secretária
Acir Antônio Benjamini	Tesoureiro
Alfredo Teixeira	2º Tesoureiro
Claudirlei Dorini	D. de Operações
Ademar Baldasso	Vice-D. Operações
Marise Fries	D. Cultural e Programa
Alexandre Rogério Hilgert	Vice-D. Cultural e Programa
Romeu Leobet	D. de Patrimônio

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**
Avenida 18 de Fevereiro, n.º 455, Centro, município de Piratuba, Estado de Santa Catarina;

- **coordenadas geográficas**

27°25'11" de latitude e 51°46'20" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 282 e 283, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 270 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária e Cultural "Amigos de Piratuba"**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº **53000.022.193/03**, de 04 de agosto de 2003.

Brasília, 24 de fevereiro de 2005.


Relator da conclusão Jurídica
Chefe de Serviço SSR
De acordo.


Relator da conclusão Técnica
Ana Maria das Dores e Silva
Chefe de Serviço I SSR

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, 25 de fevereiro de 2005.


WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR
Coordenador - Geral

De acordo.

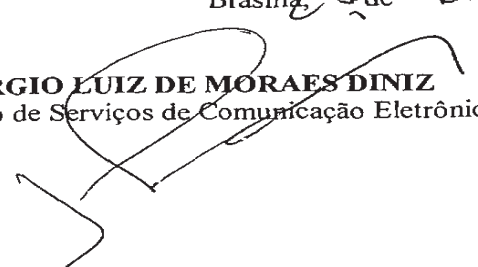
À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 25 de fevereiro de 2005.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0044/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 25 de fevereiro de 2005.


SERGIO LUIZ DE MORAES DINIZ
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 198, DE 2008
(nº 367/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ANTENA AZUL para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de agosto de 1997, a concessão outorgada à Fundação Antena Azul para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 188, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os processos abaixo relacionados, referentes às renovações de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão:

Processos com proposta de declaração de perempção da outorga:

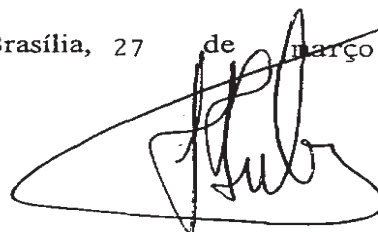
1. Processo nº 29100.000487/1990
Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média local - Pedreira - SP
2. Processo nº 53830.000190/2000
Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média local - Pedreira - SP

Processos com documentação complementar:

1. Processo nº 50680.000224/1992
Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens - São Luis - MA
2. Processo nº 53103.000351/2001
FM Rádio Independente de Arco Verde Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Arco Verde - PE
3. Processo nº 53790.000694/1998
Fundação Cultural da Serra
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Garibaldi - RS
4. Processo nº 53670.000084/2002
Rádio Goiatuba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Goiatuba - GO
5. Processo nº 53790.000166/1998
Rádio Difusora Três Passos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Três Passos - RS
6. Processo nº 53730.000014/1997
Rádio Jornal de João Pessoa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - João Pessoa - PB
7. Processo nº 53830.001380/1999
TV Stúdios de Brasília S/C Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens - Brasília - DF
8. Processo nº 53740.000684/1997
Rádio Educadora de Loanda Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Loanda - PR
9. Processo nº 53710.000134/1998
Emissoras Santa Cruz S/A - Rádio e Televisão
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Pará de Minas - MG
10. Processo nº 53640.000109/1997
Fundação Antena Azul
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Cícero Dantas - BA
11. Processo nº 53640.000193/1998
Mundaí Rádio FM de Eunápolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Santa Cruz de Cabralia - BA
12. Processo nº 53790.001024/1997
Rádio Santuário FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Santa Maria - RS
13. Processo nº 53650.002926/1998
Rádio Guaraciaba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Guaraciaba do Norte - CE

14. Processo nº 53700.000584/1998
Empresa de Radiodifusão Karandá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Naviraí - MS
15. Processo nº 53730.000380/1997
Rádio Cidade de Sumé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Sumé - PB
16. Processo nº 53710.000614/1998
Rádio Montanhosa Menino Jesus de Praga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Machado - MG
17. Processo nº 53830.001280/1997
Rádio Notícias de Americana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Americana - SP
18. Processo nº 53650.000526/1998
Rádio Pajeú FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Fortaleza - CE
19. Processo nº 53830.000949/1998
Energia FM de São José dos Campos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - São José dos Campos - SP
20. Processo nº 53830.001111/1998
Rádio Nova Amparo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Amparo - SP
21. Processo nº 53700.000051/1998
Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Aparecida do Taboado - MS
22. Processo nº 53720.000173/1998
Rádio Xinguará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Xinguará - PA
23. Processo nº 53740.000675/1998
Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Palmital - PR
24. Processo nº 53730.000941/1996
Rede Litorânea de Rádio Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - João Pessoa - PB
25. Processo nº 53730.000329/1999
Televisão Paraíba Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens - Campina Grande - PB
26. Processo nº 53820.000042/1998
Rádio FM do Porto Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - Porto União - SC
27. Processo nº 53650.002844/1998
Rádio Rio das Graças Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Itarema - CE

Brasília, 27 de março de 2007.



MC 00842 EM

Brasília, 19 de dezembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a proposta de encaminhamento ao Congresso Nacional dos processos relacionados em anexo.
2. Trata-se de 29 processos de renovação de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão, integrantes do grupo de 225 processos que, conforme Mensagem Presidencial nº 474, de 23 de junho de 2006, foram retirados de tramitação no Congresso Nacional, por solicitação deste Ministério, na forma da Exposição de Motivos nº 347, de 26 de junho do corrente ano. Dentre as proposições ora encaminhadas há proposta de declaração de perempção da permissão outorgada deferida a uma das entidades, nos termos da Lei nº 5.785, de 1972, e do seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 88.066, de 1983.
4. Ressalte-se que permanecerão retidos neste Ministério um total de 150 processos, também relacionados em anexo, cujos atos de renovação perderam seu objeto, padecendo, portanto, de caducidade, uma vez que os prazos das concessões e permissões por eles renovados foram ultrapassados, enquanto aguardavam aprovação no Congresso Nacional.
5. As outorgas alcançadas por esse evento são mantidas em caráter precário, juridicamente amparadas que estão pelas disposições da legislação acima citada. Observe-se que as mesmas terão tratamento conjunto, quando da apreciação e decisão dos novos pedidos de renovação das outorgas relativos aos períodos subseqüentes. Tal conduta não é estranha às praxes administrativas, haja vista a ocorrência de precedentes quanto à renovação de concessões e permissões para dois períodos consecutivos.
6. Permanecerão neste Ministério o restante de 46 processos que aguardam complementação dos documentos e que serão submetidos a Vossa Excelência no momento em que for implementada essa condição.
7. Nessa conformidade e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que os atos de renovação somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito sejam novamente encaminhados os referidos processos.

Respeitosamente,

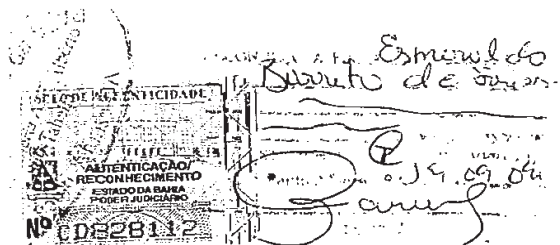
Ata de reunião do Conselho Curador da Fundação Antena Azul

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e quatro, às treze horas, no Seminário Dom Mário Zanetta, em Feira de Santana-Bahia, reuniu-se o Conselho Curador da Fundação Antena Azul. Estiveram presentes Dom Esmeraldo Barreto de Farias, Pe. Lívio Picollin, Pe. José Ramos Neves, Pe. Edinaldo José dos Santos, Pe. Luiz Tibúrcio da Silva Sobrinho, Pe. Mauro Bruscaini, Mons. José Elias Ferreira, Pe. Geraldo José da Silva, Pe. Rosivaldo Gama Wanderley e Pe. Hêlio de Oliveira Neves. Em pauta a escolha do novo Conselho Executivo. Abrindo a reunião, Dom Esmeraldo lembrou, a partir dos Estatutos, as funções do Conselho Curador e do Conselho Executivo, mostrando a importância desses órgãos para que a Fundação possa cumprir bem seus objetivos. Reconheceu a dedicação de Pe. Celso e o trabalho desempenhado pela senhorita Neuza Batista, especialmente nesses três últimos anos. Depois de apreciar alguns critérios para a escolha aos nomes que formariam o Conselho Executivo da Fundação Antena Azul, foram votados e aprovadas as seguintes pessoas: **Presidente: Pe. Adriano Alves Carvalho; Vice-Presidente: Alderisa Leite Lopes; Diretora-Secretária: Adriana Gomes da Silva; Diretor-Financeiro: Pe. José Alberto Barbosa Gonçalves; Diretor-Social: Paulo Roberto Rodrigues dos Santos.** Os membros tomaram posse e a partir desta data assumem o encargo de, conforme os Estatutos da Fundação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata foi lida e aprovada pelos presentes que assinam. Feira de Santana, vinte e seis de agosto de dois mil e quatro.

+ *Esmeraldo Barreto de Farias*

+ Esmeraldo Barreto de Farias

Presidente da Fundação Antena Azul



REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
OPICIAL - ANTONIO ALMEIDA

Registro Pessoas Jurídicas — Paulo Afonso - BA.

Prenotado em 14 de Setembro de 2004

Protocolado sob n.º 1915 fls. 287 do L-A-01

Registrado sob n.º — fls. — do L- —

Registro das Pessoas Jurídicas.

Averbado Av. 230 fls. 119 L-A-10.

Ocorrência Ata de Reunião do Conselho Curador da Fundação Antena Azul

**PROJETO DE DECRETO DE LEGISLATIVO Nº 199, DE 2008
(nº 670/2008, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à
MAGUI - COMUNICAÇÃO E MARKETING
LTDA. para explorar serviço de
radiodifusão sonora em frequência
modulada na cidade de Juatuba,
Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 76 de 7 de março de 2008, que outorga permissão à Magui - Comunicação e Marketing Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juatuba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 379, de 2008

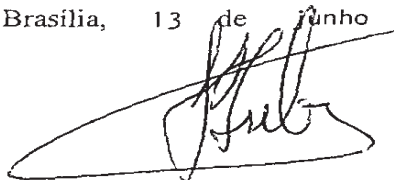
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 76, de 7 de março de 2008 – Magui – Comunicação e Marketing Ltda., no município de Juatuba - MG; e

2 - Portaria nº 77, de 7 de março de 2008 – Magui – Comunicação e Marketing Ltda., no município de Conselheiro Pena - MG.

Brasília, 13 de junho de 2008.



MC 00181 2008

Brasília, 24 de março de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 014/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Juatuba, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Magui - Comunicação e Marketing Ltda (Processo nº 53710.000612/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 76 , DE 7 DE MARÇO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000612/2000, Concorrência nº 014/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à MAGUI – COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Juatuba, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

000011

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUALMAGUI COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual entre MARIA CELESTE MELILLO ALMEIDA, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada na Travessa Santa Cruz, n.º 85 – Centro, na Cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais, portadora da Cédula de Identidade tipo RG sob o n.º M-934.679 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n.º 001.252.116-78 e GUILHERME MELILLO ALMEIDA, brasileiro, solteiro, representante comercial, residente e domiciliado na cidade de Itabirito na Travessa Santa Cruz n.º 85 – Centro, CEP 35450-000, portador da Cédula de Identidade tipo RG sob o n.º M-6.038.134 SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 940.320.506-78, nascido à 08.01.1973 únicos componentes da sociedade por Quota de Responsabilidade limitada, que nesta praça gira sob a denominação Social de MAGUI – COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA., estabelecida na cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais, na Travessa Santa Cruz n.º 85 – Centro, inscrita no CNPJ/NF sob o n.º 24.573.354/0001-93, constituída de Contrato Social. Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas de Itabirito – MG, Livro B4 – Folha 13V, sob o n.º 2658 de 03/11/1999, resolvem de comum acordo, alterar a sociedade, e o fazem por este instrumento particular da seguinte forma.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a denominação Social de MAGUI COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA., com sede na cidade de Itabirito – MG na Travessa Santa Cruz. n.º 85 – Centro.

CLÁUSULA SEGUNDA

000012

O Objetivo Principal será, prestação de serviços e instalação de Estação de Radiodifusão Sonora ou de Sons e Imagens, sempre com a finalidade informativa, cultural, educacional, cívica, patriótica e difundindo os valores culturais, mostrando o potencial de cada região onde abrangeremos, sempre mediante a obtenção de concessão e permissão do Governo Federal, nesta ou em outras localidades do Território Nacional, estando em conformidade com a legislação específica que regulamenta o serviço de radiodifusão.

Parágrafo Único – Para atender a finalidade principal, terá também o objetivo de prestação de serviços de locução, gravações musicais e de programas radiofônicos e televisivos, sonorizações externas, assessoramento a emissoras de rádio e televisão, agenciamentos, intermediações, corretagem, produções e divulgação de anúncio, publicidade e espaço em rádio e televisão. Promoção de eventos, serviços de criação, marketing e publicidade, bem como todos os serviços necessários e afins ao ramo e Objetivo Social da Empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA

O Capital Social que era de R\$10.000,00 (Dez Mil Reais) divididas em 10.000 (Dez Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma passa a ser de R\$100.000,00 (Cem Mil Reais) divididos em 100.000 (Cem Mil) quotas de R\$1,00 (Um Real) cada uma totalmente integralizado em moeda corrente do país e assim distribuídos entre os sócios:

<u>SÓCIOS</u>	<u>QUOTAS</u>	<u>VALORES R\$</u>	<u>%</u>
<i>Guilherme Melillo Almeida</i>	<i>50.000</i>	<i>50.000,00</i>	<i>50</i>
<i>Maria Celeste Melillo Almeida</i>	<i>50.000</i>	<i>50.000,00</i>	<i>50</i>
TOTAL	100.000	100.000,00	100

CLÁUSULA QUARTA

000013

A sociedade cria neste ato seu escritório administrativo na cidade de Belo Horizonte na Avenida Afonso Pena n.º 726, 10º andar conj. 1.000 – Centro, ficando este apenas para dirimir questões burocráticas, sem função comercial.

CLÁUSULA QUINTA

Permanecem em vigor todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no ato constitutivo da sociedade, não modificados pelo presente instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Os Sócios deliberam aprovar a Consolidação do Contrato Social, passando a sociedade a ser regida única e exclusivamente sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

NATUREZA – DENOMINAÇÃO – DURAÇÃO

A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada, e girará sob a denominação Social de “MAGUI COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.” e terá duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEGUNDA

000014

SEDE E FORO

A sociedade tem Sede e Foro na Cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais, na travessa Santa Cruz n.º 85 – Centro, CEP 35450-000, e neste ato cria seu escritório na Cidade de Belo Horizonte na Avenida Afonso Pena, n.º 726, 10º Andar, Conj. 1.000, CEP 30130-003, somente para fins burocráticos, sem conotação comercial, podendo ainda criar e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios e outros departamentos dentro e fora do território nacional, a critério de sua administração, conferindo-lhes destaque do Capital Social.

CLÁUSULA TERCEIRA

OBJETIVO SOCIAL

O objetivo principal será, prestação de serviços e instalação de estação de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, sempre com a finalidade, informativa, cultural, educacional, cívica e patriótica, difundindo valores culturais, mostrando o potencial de cada região abrangearemos, sempre mediante a obtenção de concessão e permissão do Governo Federal, nesta ou em outras localidades do Território Nacional, estando em conformidade com a legislação específica que regulamenta o serviço de radiodifusão.

Parágrafo Único – Para atender a finalidade principal, terá também o objetivo de prestação de serviços de locução, gravações musicais e de programas radiofônicos e televisivos, sonorizações externas e internas, assessorando a emissoras de rádio e televisão, agenciamentos,

000015

intermediações, corretagem, produções e divulgação de anúncio, publicidade e espaços em rádio e televisão.

Promoção de eventos, de criação, marketing e publicidade, bem como todos os serviços necessários e afins ao ramo e objetivo Social da Empresa.

CLÁUSULA QUARTA

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$100.000,00 (Cem Mil Reais), totalmente integralizado, dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas no valor de R\$1,00 (Um Real) e está distribuída entre os sócios na seguinte proporção:

O sócio **GUILHERME MELILLO ALMEIDA** é possuidor de 50.000 (Cinquenta Mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (Um Real) e valor global de R\$50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), representando 50% (Cinquenta Por Cento) do Capital Social;

A sócia **MARIA CELESTE MELILLO ALMEIDA** é possuidora de 50.000 (Cinquenta Mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (Um Real) e valor global de R\$50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), representando 50% (Cinquenta Por Cento) do Capital Social;

CLAUSULA QUINTA

DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade dos sócios é limitada, na forma da lei, à importância do Capital Social;

CLÁUSULA SEXTA

000016

DISPONIBILIDADE DAS QUOTAS

Nenhum Sócio poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, suas quotas de capital, sem antes oferecê-las ao outro sócio que terá preferência absoluta para adquiri-las, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SÉTIMA

ADMINISTRAÇÃO – REPRESENTAÇÃO

Os sócios quotistas elegem desde já o gerente **GERALDO MAGNO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, bancário, portador do RG n.º M-2.907.640 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 078.197.570-00, residente e domiciliado na Travessa Santa Cruz n.º 85 – Centro na Cidade de Itabirito, – MG, que administrará a sociedade, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e representação da sociedade em juízo ou fora dele, junto ao Banco do Brasil e demais instituições bancárias e ao Ministério das Comunicações, bem como todas as repartições públicas, podendo delegar, por via de procuração por instrumento público, tais poderes.

Parágrafo Primeiro – A sociedade será representada pelos **SÓCIOS** e pelo gerente **GERALDO MAGNO DE ALMEIDA**, isoladamente ou em conjunto, em juízo ou fora dele e para as assinaturas, de cheques, saques, ordens de pagamento e título de crédito.

000017

Parágrafo Segundo – É facultado única e exclusivamente ao gerente **GERALDO MAGNO DE ALMEIDA**: oneração de bens sociais, vender, prometer vender, alienar bens do patrimônio social, conceder aval em nome da sociedade, outorgar mandatos, inclusive os judiciais com a cláusula “ad iudicia”, contrair empréstimos bancários em nome da sociedade sem a prévia aquiescência do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA

REMUNERAÇÃO

Cada sócio poderá mensalmente a título de pro-labore, retirar uma importância compatível com a função que exercerá na administração da sociedade, a qual, de comum acordo entre os sócios, será fixada ou alterada no início de cada exercício social, ou alterada no decorrer do mesmo, caso necessário. As importâncias serão levadas à débitos da conta "Despesas Operacionais da Sociedade".

CLÁUSULA NONA

EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando se elaborarão balanço e demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais. Os lucros serão partilhados entre os sócios proporcionalmente ao valor das respectivas quotas ou poderão ser levados para posterior deliberação.

CLÁUSULA DÉCIMA

000018

RETIRADA DE SÓCIOS

A sociedade não entrará em dissolução, nem em liquidação no caso de retirada, morte, incapacidade civil ou insolvência de qualquer dos sócios. Ocorrendo um destes eventos, e não havendo interesse do próprio sócio, ou seus herdeiros, em permanecer no convívio social, os haveres do sócio a que se referir o evento serão apurados no balanço especial que se levantará naquela ocasião, sendo pagos ao sócio, herdeiro ou representante legal na forma que for definida em negociações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

PROIBIÇÃO

É vedado o emprego da denominação social em avais, fianças ou quaisquer outros títulos de mero favor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Para fins do disposto no art. 37,II da lei 8.934 de 18.11.94, com redação dada pelo art. 4º da MP n.º 1.956.26, de 06.01.2000, os sócios, já qualificados declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio com a administração de sociedade em virtude de condenação criminal.

000019

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRACASOS OMISSOS

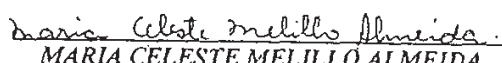
Os casos omissos deste instrumento serão regulados pelas disposições do Decreto Legislativo Federal n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919, e pelo demais dispositivos legais supervinientes.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração e de consolidação de atos constitutivos em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, levando-se em seguida para arquivamento no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas na presença de 02 (duas) testemunhas, também signatárias.

Itabirito, 11 de abril de 2000.

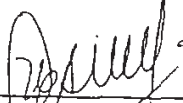
SÓCIOS:


TABELIONATO TRIGHELI
Serviço Notarial do 1º Ofício
GUILHERME MELILLO ALMEIDA

Ofício


MARIA CELESTE MELILLO ALMEIDA

TESTEMUNHAS:


REINALDO CRISPIN DA SILVA
CPF/MF: 083.590.756-20

CI: M-94.763 / SSPMG


ARTUR GRACIANO MONTEIR
CRCMG - 29.837

CPF: 231.039.226-04

FLAUNIO GERALDO ANTONIO
OAB/MG 1.698

TABELIONATO - 2º OFÍCIO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 26/05/2000
SOB O NÚMERO: 3120596793-6
Protocolo: 201693771

A presente cópia confere com a sua original. Data: 11 de Abril de 2000

(X) 2 - Lince a Dist. nas Comunidades da Silva

() - Substituto

**Projeto de Decreto Legislativo Nº 200, de 2008
(Nº 671/2008, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à
MAGUI - COMUNICAÇÃO E MARKETING
LTDA. para explorar serviço de
radiodifusão sonora em frequência
modulada na cidade de Conselheiro
Pena, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a
Portaria nº 77 de 7 de março de 2008, que outorga permissão à
Magui - Comunicação e Marketing Ltda. para explorar, por 10
(dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de
radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de
Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na
data de sua publicação.

Mensagem nº 379, de 2008.

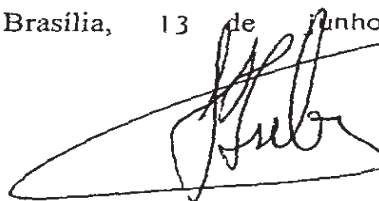
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da
Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de
Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo
relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de
radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 76, de 7 de março de 2008 – Magui – Comunicação e Marketing
Ltda., no município de Juatuba - MG; e

2 - Portaria nº 77, de 7 de março de 2008 – Magui – Comunicação e Marketing
Ltda., no município de Conselheiro Pena - MG.

Brasília, 13 de junho de 2008.



MC 00180 2008

Brasília, 24 de março de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este
Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 014/2000-SSR/MC, com vistas à
implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de
Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Magui - Comunicação e Marketing Ltda (Processo nº 53710.000612/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 77 , DE 7 DE MARÇO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000612/2000, Concorrência nº 014/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à MAGUI – COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

MAGUI COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual entre MARIA CELESTE MELILLO ALMEIDA, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada na Travessa Santa Cruz, n.º 85 – Centro, na Cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais, portadora da Cédula de Identidade tipo RG sob o n.º M-934.679 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n.º 001.252.116-78 e GUILHERME MELILLO ALMEIDA, brasileiro, solteiro, representante/comercial, residente e domiciliado na cidade de Itabirito na Travessa Santa Cruz n.º 85 – Centro, CEP 35450-000, portador da Cédula de Identidade tipo RG sob o n.º M-6.038.134

SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 940.320.506-78, nascido à 08.01.1973 únicos componentes da sociedade por Quota de Responsabilidade limitada, que nesta praça gira sob a denominação Social de **MAGUI COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.**, estabelecida na cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais, na Travessa Santa Cruz n.º 85 – Centro, inscrita no CNPJ/NF sob o n.º 24.573.354/0001-93, constituída de Contrato Social. Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas de Itabirito – MG, Livro B4 – Folha 13V, sob o n.º 2658 de 03/11/1999, resolvem de comum acordo, alterar a sociedade, e o fazem por este instrumento particular da seguinte forma.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a denominação Social de **MAGUI COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.**, com sede na cidade de Itabirito -- MG na Travessa Santa Cruz, n.º 85 – Centro.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Objetivo Principal será, prestação de serviços e instalação de Estação de Radiodifusão Sonora ou de Sons e Imagens, sempre com a finalidade informativa, cultural, educacional, cívica, patriótica e difundindo os valores culturais, mostrando o potencial de cada região onde abrangeremos, sempre mediante a obtenção de concessão e permissão do Governo Federal, nesta ou em outras localidades do Território Nacional, estando em conformidade com a legislação específica que regulamenta o serviço de radiodifusão.

Parágrafo Único – Para atender a finalidade principal, terá também o objetivo de prestação de serviços de locução, gravações musicais e de programas radiofônicos e televisivos, sonorizações externas, assessoramento a emissoras de rádio e televisão, agenciamentos, intermediações, corretagem, produções e divulgação de anúncio, publicidade e espaço em rádio e televisão. Promoção de eventos, serviços de criação, marketing e publicidade, bem como todos os serviços necessários e afins ao ramo e Objetivo Social da Empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA

O Capital Social que era de R\$10.000,00 (Dez Mil Reais) divididas em 10.000 (Dez Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma passa a ser de R\$100.000,00 (Cem Mil Reais) divididos em 100.000 (Cem Mil) quotas de R\$1,00 (Um Real) cada uma totalmente integralizado em moeda corrente do país e assim distribuídos entre os sócios:

<u>SÓCIOS</u>	<u>QUOTAS</u>	<u>VALORES R\$</u>	<u>%</u>
Guilherme Melillo Almeida	50.000	50.000,00	50
Maria Celeste Melillo Almeida	50.000	50.000,00	50
TOTAL	100.000	100.000,00	100

CLÁUSULA QUARTA

A sociedade cria neste ato seu escritório administrativo na cidade de Belo Horizonte na Avenida Afonso Pena n.º 726, 10º andar conj. 1.000 – Centro, ficando este apenas para dirimir questões burocráticas, sem função comercial.

CLÁUSULA QUINTA

Permanecem em vigor todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no ato constitutivo da sociedade, não modificados pelo presente instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Os Sócios deliberam aprovar a Consolidação do Contrato Social, passando a sociedade a ser regida única e exclusivamente sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

NATUREZA – DENOMINAÇÃO – DURAÇÃO

A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada, e girará sob a denominação Social de "MAGUI COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA." e terá duração por prazo indeterminado

CLÁUSULA SEGUNDA

SEDE E FORO

A sociedade tem Sede e Foro na Cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais, na travessa Santa Cruz n.º 85 – Centro, CEP 35450-000, e neste ato cria seu escritório na Cidade de Belo Horizonte na Avenida Afonso Pena, n.º 726, 10º Andar, Conj. 1.000, CEP 30130-003, somente para fins burocráticos, sem conotação comercial, podendo ainda criar e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios e outros departamentos dentro e fora do território nacional, a critério de sua administração, conferindo-lhes destaque do Capital Social.

CLÁUSULA TERCEIRA

OBJETIVO SOCIAL

O objetivo principal será, prestação de serviços e instalação de estação de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, sempre com a finalidade, informativa, cultural, educacional, cívica e patriótica, difundindo valores culturais, mostrando o potencial de cada região abrangearemos, sempre mediante a obtenção de concessão e permissão do Governo Federal, nesta ou em outras localidades do Território Nacional, estando em conformidade com a legislação específica que regulamenta o serviço de radiodifusão.

Parágrafo Único – Para atender a finalidade principal, terá também o objetivo de prestação de serviços de locução, gravações musicais e de programas radiofônicos e televisivos, sonorizações externas e internas, assessorando a emissoras de rádio e televisão, agenciamentos, intermediações, corretagem, produções e divulgação de anúncio, publicidade e espaços em rádio e televisão.

Promoção de eventos, de criação, marketing e publicidade, bem como todos os serviços necessários e afins ao ramo e objetivo Social da Empresa.

CLÁUSULA QUARTA

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$100.000,00 (Cem Mil Reais), totalmente integralizado, dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas no valor de R\$1,00 (Um Real) e está distribuída entre os sócios na seguinte proporção:

O sócio **GUILHERME MELILLO ALMEIDA** é possuidor de 50.000 (Cinqüenta Mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (Um Real) e valor global de R\$50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais), representando 50% (Cinqüenta Por Cento) do Capital Social;

A sócia **MARIA CELESTE MELILLO ALMEIDA** é possuidora de 50.000 (Cinqüenta Mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (Um Real) e valor global de R\$50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais), representando 50% (Cinqüenta Por Cento) do Capital Social;

CLAUSULA QUINTA

DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade dos sócios é limitada, na forma da lei, à importância do Capital Social;

CLÁUSULA SEXTA

DISPONIBILIDADE DAS QUOTAS

Nenhum Sócio poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, suas quotas de capital, sem antes oferece-las ao outro sócio que terá preferência absoluta para adquiri-las, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SÉTIMA

ADMINISTRAÇÃO – REPRESENTAÇÃO

Os sócios quotistas elegem desde já o gerente **GERALDO MAGNO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, bancário, portador do RG n.º M-2.907.640 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 078.197.570-00, residente e domiciliado na Travessa Santa Cruz n.º 85 – Centro na Cidade de Itabirito, – MG, que administrará a sociedade, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e representação da sociedade em juízo ou fora dele, junto ao Banco do Brasil e demais instituições bancárias e ao Ministério das Comunicações, bem como todas as repartições públicas, podendo delegar, por via de procuração por instrumento público, tais poderes.

Parágrafo Primeiro – A sociedade será representada pelos **SÓCIOS** e pelo gerente **GERALDO MAGNO DE ALMEIDA**, isoladamente ou em conjunto, em juízo ou fora dele e para as assinaturas de cheques, saques, ordens de pagamento e título de crédito.

Parágrafo Segundo – É facultado única e exclusivamente ao gerente GERALDO MAGNO DE ALMEIDA: oneração de bens sociais, vender, prometer vender, alienar bens do patrimônio social, conceder aval em nome da sociedade, outorgar mandatos, inclusive os judiciais com a cláusula “ad juditia”, contrair empréstimos bancários em nome da sociedade sem a prévia aquiescência do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA

REMUNERAÇÃO

Cada sócio poderá mensalmente a título de pro-labore, retirar uma importância compatível com a função que exercerá na administração da sociedade, a qual, de comum acordo entre os sócios, será fixada ou alterada no início de cada exercício social, ou alterada no decorrer do mesmo, caso necessário. As importâncias serão levadas à débitos da conta “Despesas Operacionais da Sociedade”.

CLÁUSULA NONA

EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRÇÃO FINANCEIRA

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando se elaborarão balanço e demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais. Os lucros serão partilhados entre os sócios proporcionalmente ao valor das respectivas quotas ou poderão ser levados para posterior deliberação.

CLÁUSULA DÉCIMA

000018

RETIRADA DE SÓCIOS

A sociedade não entrará em dissolução, nem em liquidação no caso de retirada, morte, incapacidade civil ou insolvência de qualquer dos sócios. Ocorrendo um destes eventos, e não havendo interesse do próprio sócio, ou seus herdeiros, em permanecer no convívio social, os haveres do sócio a que se referir o evento serão apurados no balanço especial que se levantará naquela ocasião, sendo pagos ao sócio, herdeiro ou representante legal na forma que for definida em negociações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

PROIBIÇÃO

É vedado o emprego da denominação social em avais, fianças ou quaisquer outros títulos de mero favor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Para fins do disposto no art. 37,II da lei 8.934 de 18.11.94, com redação dada pelo art. 4º da MP n.º 1.956.26, de 06.01.2000, os sócios, já qualificados declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio com a administração de sociedade em virtude de condenação criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste instrumento serão regulados pelas disposições do Decreto Legislativo Federal n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919, e pelo demais dispositivos legais supervinientes.

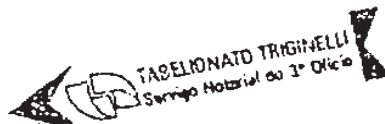
E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração e de consolidação de atos constitutivos em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, levando-se em seguida para arquivamento no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas na presença de 02 (duas) testemunhas, também signatárias.

Itabirito, 11 de abril de 2000.

SÓCIOS:



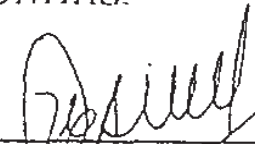
GUILHERME MELILLO ALMEIDA





MARIA CELESTE MELILLO ALMEIDA

TESTEMUNHAS:



REINALDO CRISPIM DA SILVA
CPF/MF: 083.590.756-20





ARTUR GRACIANO MONTEIR
CRCMG - 29.837



CI: M-94.763 / SSPMG

CPF: 231.039.226-04

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 191 a 200, de 2008**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, e da Resolução nº 1,

de 2007, do Senado Federal, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 017/2008 - “Comissão de Juristas”

Brasília, 05 de agosto de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Coordenador da Comissão de Juristas do Senado Federal criada na forma do Requerimento nº 227, de 2008, aditados pelos Requerimentos nº (s) 751 e 794, de 2008, e pelos Atos do Presidente nº (s) 11 e 17, de 2008, responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, solicito a Vossa Excelência a gentileza de autorizar a republicação do “Regulamento Interno” desta Comissão no Diário do Senado Federal, aprovado em Reunião realizada no dia 09 de julho do ano em curso, em anexo.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,


Ministro Hamilton Carvalhido
Coordenador da Comissão

ANEXO**REGULAMENTO DA COMISSÃO DE JURISTAS –
REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

Art. 1º Este Regulamento disciplina os trabalhos da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, criada na forma do Requerimento nº 227, de 2008, aprovado pelo Plenário do Senado Federal no dia 25 de março de 2008, e constituída pelos Atos do Presidente nº 11 e 17, de 2008, publicados no *Boletim Administrativo do Pessoal* dos dias 6 de junho e 3 de julho de 2008, respectivamente.

Art. 2º A Comissão de Juristas reunir-se-á, em caráter ordinário, uma vez por mês, conforme cronograma previamente aprovado pela maioria de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões ordinárias serão realizadas nas dependências do Senado Federal.

Art. 3º Ao Coordenador, eleito em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato do Presidente nº 11, de 2008, compete:

I – elaborar plano e metodologia para as várias fases do trabalho, a serem aprovados pela Comissão;

II – dirigir as reuniões de trabalho;

III – definir as pautas e confirmar as reuniões ordinárias agendadas nos termos do *caput* do art. 2º deste Regulamento, ou eventualmente remarcá-las em razão de motivos relevantes;

IV – convocar reuniões extraordinárias de trabalho, por iniciativa própria ou a pedido da maioria dos membros da Comissão;

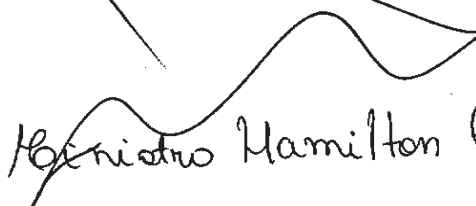
V – organizar seminários, palestras, audiências públicas e outros eventos para a divulgação dos trabalhos, ouvidos os membros da Comissão;

VI – demandar da Secretaria administrativa da Comissão os atos e expedientes necessários ao bom andamento dos trabalhos;

VII – delegar funções aos membros da Comissão;

VIII – outras atribuições inerentes à natureza da função.

Parágrafo único. Logo após a sua instalação, a Comissão divulgará endereço eletrônico e outras formas de contato para o recebimento de sugestões do público externo.



Henrique Hamilton Carvalho

Art. 4º Ao Relator, designado pelo Coordenador, compete:

I – receber as sugestões encaminhadas à Comissão pelo público externo, distribuindo-as aos membros da Comissão conforme área de atuação temática;

II – sistematizar o conjunto das contribuições oferecidas pelos membros da Comissão;

III – designar sub-relatores.

Art. 5º As deliberações da Comissão serão tomadas pela maioria de seus membros.

Parágrafo único. Eventuais divergências poderão ser consignadas em ata, a pedido do interessado.

Art. 6º Fica assegurada aos membros da Comissão plena liberdade de opinião sobre todos os temas referentes à reforma do Código de Processo Penal, independentemente da divisão de trabalho.

Parágrafo único. Enquanto os trabalhos não forem concluídos, cabe aos membros ressaltar que suas opiniões e manifestações são de caráter pessoal.

Art. 7º Antes da entrega do anteprojeto, a Comissão submeterá a consulta pública um esboço preliminar, divulgando-o amplamente, inclusive por meio da internet, com o objetivo de receber sugestões e críticas de todos os interessados.

Art. 8º O texto final será submetido, no âmbito da Comissão, à votação em globo ou por grupos de dispositivos, ressalvada a possibilidade de destaque para votação em separado de artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, mediante requerimento de qualquer de seus membros.

Art. 9º A Comissão encerrará seus trabalhos no prazo de cento e oitenta dias, a contar de 1º de agosto de 2008, conforme determina o *caput* do art. 2º do Ato do Presidente nº 11, de 2008.

Parágrafo único. Se houver necessidade de prorrogação, a Comissão encaminhará pedido fundamentado ao Presidente do Senado Federal, com antecedência mínima de quinze dias, estimando o novo prazo para o término dos trabalhos.

Art. 10 Este Regulamento entrará em vigor após a sua aprovação pela Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não tendo chegado a esta Presidência acordo das Lideranças para apreciação das matérias constantes da pauta de hoje, está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 427, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2008, que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; reestrutura a Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; encerra o processo de liquidação e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – Geipot; altera as Leis nºs 9.060, de 14 de junho de 1995, 11.297, de 9 de maio de 2006, e 11.483, de 31 de maio de 2007; revoga a Lei nº 6.346, de 6 de julho de 1976, e o inciso I do caput do art. 1º da Lei nº 9.060, de 14 de junho de 1995; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 427, de 2008).*

Relator revisor: Senador Valdir Raupp
(Sobrestando a pauta a partir de:
26.6.2008)

Prazo final (prorrogado): 22.9.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 428, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2008, que *altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196,*

de 21 de novembro de 2005, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.493, de 10 de setembro de 1997, 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 428, de 2008).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de:
27.6.2008)

Prazo final (prorrogado): 23.9.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 429, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2008, que *autoriza a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN para a formação de seu patrimônio; altera as Leis nºs 9.365, de 16 de dezembro de 1996, 5.662, de 21 de junho de 1971, 9.019, de 30 de março de 1995, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 6.704, de 26 de outubro de 1979, e 9.818, de 23 de agosto de 1999; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 429, de 2008).*

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
27.6.2008)

Prazo final (prorrogado): 23.9.2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 137, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2008.

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 189, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 780, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008.

7

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 190, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 781, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2008.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006,

tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de

1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003

(nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que *modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.*

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

23

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado

nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho*

na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “*ad hoc*”: Senador Rodolpho Tourinho.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003,

na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Peireira.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “*ad hoc*”: Senador Flávio Arns.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “*ad hoc*”: Senador Valter Pereira.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Agente Marítimo*.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(*Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003*)
(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador

Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(*Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003*)
(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007*)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável

vel, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

45

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.*

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e

– Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental*

de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

50

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator

ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

53

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas, MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

54

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).*

55

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproximadamente quarenta mil pessoas são assassinadas por ano no Brasil.

A média nacional de assassinatos por dia é de cento e nove pessoas. No mesmo dia em que a adolescente britânica, de 17 anos, foi brutalmente assassinada pelo namorado, alguns dias atrás, em Goiânia, cerca de outras 108 pessoas também foram vítimas de

homicídio no Brasil. Infelizmente, nem todas as mortes violentas que acontecem em nosso País ganham destaque nas mídias nacional e internacional.

O Brasil está na lista dos países mais violentos do mundo. Os números são assustadores. A violência é um desafio gigantesco e crescente.

Só para se ter uma idéia, entre 1996 e 2006, o percentual de crescimento de assassinatos no Brasil cresceu mais que o percentual de crescimento da população. Os homicídios tiveram aumento de 20%, enquanto o crescimento populacional foi de 16,3%. Os números foram divulgados no Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, ano 2008, divulgado pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA).

As maiores vítimas da violência são os jovens, entre 15 e 24 anos, justamente aqueles que representam o futuro do nosso País. O terceiro relatório sobre os direitos humanos no Brasil, que reúne dados oficiais e de organizações não-governamentais revela que, em 10 anos, o número de jovens assassinados no Brasil passou de 11,3mil para 18,6mil, um aumento, portanto, da ordem de 64%.

A estatística, Sr. Presidente, é alarmante. Os jovens representam 20% da nossa população e são 38% das vítimas de assassinatos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o número de homicídios no Brasil supera o número de mortes em países que enfrentam guerras, como o Iraque. A comparação com índices de homicídios registrados em outras partes do mundo é extremamente preocupante.

Nova York tem oito assassinatos por cada grupo de 100 mil habitantes. Londres apenas um. Aqui são 21 mortes para cada 100 mil habitantes, de acordo com o mapa da violência da Organização dos Estados Ibero-Americanos. Uma taxa inaceitável por qualquer padrão internacional.

Vivemos uma guerra civil que, a cada ano, fica mais cruel e sem controle. Apesar disso, parece que estamos nos acostumando com essa realidade. Nada mais parece chocar. Ou, pior, estamos alheios ao que está acontecendo. Prova disso é que na última semana apenas a morte da adolescente britânica ocupou as páginas dos principais jornais do Brasil e do mundo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a traz ao Plenário um assunto que é permanente de preocupação dos brasileiros, que é a segurança. V. Ex^a dá

dados alarmantes, que o número de homicídios superou o de nascimentos.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Percentualmente, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Percentualmente, exatamente. E V. Ex^a fala de um assunto que aflige. E me parece que não há preocupação do governo em ter uma política de segurança nacional. Ele atua pontualmente quando ocorrem atos que levam a sociedade a ficar em estado de choque. Vou fazer um pronunciamento daqui a pouco, no qual vou me referir também à questão da violência no meu Estado. De anteontem para ontem, foram assassinados em Belém, na capital do meu Estado, cinco pessoas. E essa é uma média que tem se mantido. As pessoas não têm mais o direito de ir e vir no meu Estado. E isso é em Belém, no Rio de Janeiro, em Brasília, ocorre em todos os estados da federação. Então, a segurança é uma responsabilidade da União e dos Estados.

Há de haver uma política nacional. E, mais do que isso: uma vontade para que se faça um combate real da violência, enquanto a educação – que é por onde nós vamos fazer a correção – não é tratada com o respeito que precisa pelo Governo Central.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Isso vem demonstrar esses dados que são alarmantes.

Como eu dizia, o acontecimento de algumas semanas atrás com a jovem britânica foi e, ainda hoje, continua sendo objeto de grandes reportagens pelos jornais brasileiros. Entretanto, naquele mesmo dia, 108 pessoas também foram assassinadas. Não sabemos de que forma, se foram também esquartejadas e por que não foram objeto de notícia da imprensa brasileira. É claro que não estou aqui querendo fazer uma referência ou dizer que não é importante noticiar aquela atrocidade com a jovem britânica. Mas a verdade é que o Estado de V. Ex^a, além disso, tem outros tipos de violência – e que tem sido objeto de reportagens –, que é questão da morte, prematura, de pequenas crianças que deixam de ter – não se sabe o que está acontecendo – uma assistência adequada. Portanto, voltando à questão de que nada mais parece chocar a todos nós. Ou, pior, estamos alheios ao que está acontecendo. Prova disso é que, nas últimas semanas, apenas a morte da adolescente britânica ocupou as páginas dos principais jornais do Brasil e do mundo.

Em edição do “Bom Dia Brasil”, exibido pela TV Globo, naquela semana, o jornalista Alexandre Garcia nos convidou a pensar. Segundo ele, no mesmo dia em que a moça inglesa foi morta em Goiânia, cerca

de 127 homicídios outros foram registrados. Mais de cem brasileiros e brasileiras foram assassinados, mas pouca gente soube disso, ignorando a forma, o formato, desses homicídios porque não houve divulgação.

O jornalista finalizou o comentário com a pergunta: “Será que já nos acostumamos ou não nos escandalizamos com a nossa tragédia nacional diária, que são a violência e a insegurança?” Aquilo mexeu muito comigo como pessoa, ainda mais porque sou Senador da República. O Congresso é o local onde devemos debater esse tema porque é um tema de caráter nacional. Acredito que nem seja necessária a criação de novos projetos porque eles já existem. São muitos que estão parados, tanto na Câmara quanto aqui no Senado.

O fato é que já passou da hora de nos mobilizarmos. Não digo nem que a mobilização deva ser apenas nossa, dos parlamentares, mas de toda a sociedade, de todas as esferas do poder público. A responsabilidade é de todos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pergunto-lhes: o que podemos fazer para mudar essa situação?

O País assiste atônito à escalada do poder e à ousadia do crime organizado, que tenta, inclusive, se infiltrar na política, ao mesmo tempo em que se tornam cada vez mais corriqueiros os crimes com motivações pessoais ou sem sentido.

A insegurança aterroriza brasileiros nas cinco regiões. Todos sofrem. Pobres e ricos, nas periferias e nos bairros mais sofisticados. Por outro lado, a criminalidade assume contornos cada vez mais perigosos e difíceis de enfrentar.

Apesar das altas taxas registradas atualmente, sabemos que nem todos os crimes são registrados, o que deixa as nossas estatísticas frágeis. No entanto, os números que temos são suficientes para percebermos o quanto a população se sente insegura.

Em São Paulo, quadrilhas planejam ataques, seqüestros e assassinatos de dentro dos presídios, pelo telefone celular, ameaçando as forças de segurança. No Rio, os traficantes enfrentam o Poder Público, e a população convive com tiroteios e balas perdidas nas ruas e avenidas. No resto do Brasil, a situação não é muito diferente.

Ações pontuais podem amenizar a criminalidade, como aconteceu aqui no Distrito Federal, na Região Administrativa de Santa Maria, que já foi uma das mais violentas da capital. O delegado titular da 33^a DP, Dr. João Carlos Lóssio, coordenou o trabalho eficiente que reduziu o número de homicídios na cidade, que chegou a ficar por sessenta dias consecutivos com a estatística zerada. Nenhum assassinato aconteceu por dois meses. E até março deste ano foram registrados

apenas nove homicídios. Todos os casos já foram solucionados.

Para chegar ao nível de homicídio zero em Santa Maria, foi feito um trabalho integrado entre as polícias civil e militar e o conselho comunitário da cidade.

Aproveito a oportunidade para destacar o trabalho exemplar das polícias militar e civil do Distrito Federal. Aqui no Distrito Federal, a polícia é valorizada, extremamente qualificada e está bem equipada. Para isso, é preciso investimento constante e as categorias têm contado com o meu apoio pessoal aqui no Congresso Nacional, em parceria com o Governador José Roberto Arruda.

Recebemos, ainda ontem, em nosso gabinete, a visita do Dr. Walmir Lemos de Oliveira, Secretário de Segurança, recém-empossado na Secretaria de Segurança do Distrito Federal. E o sentimento é o mesmo: de melhorar cada vez mais a integração entre os vários entes sociais, objetivando resultados mais promissores.

Mas a dimensão da violência brasileira exige soluções que vão além de programas isolados. É preciso fazer mudanças profundas e de longo prazo nos sistemas penitenciário, judiciário e policial. É necessário que haja o envolvimento dos meios de comunicação – rádio, tevê, jornais, revistas –, para difundir princípios de respeito à vida, de amor ao próximo e de boa convivência social.

É preciso o envolvimento de todos na solução do problema, ou daqui a cem anos ainda estaremos na mesma situação ou ainda pior. Isso porque o crime não tem burocracia, não tem fronteiras, não tem território e age, cada vez mais, com maior crueldade, espalhando o terror pelo País.

A violência e a insegurança também representam um custo extremamente alto para o País. Os gastos dos governos federal, estaduais e municipais com a área de segurança, em 2006, chegaram a R\$35 bilhões. Empresas e cidadãos gastaram R\$37 bilhões. Nessa conta entram despesas com vigias particulares, equipamentos de segurança, seguros de carros, do comércio, indústria, setor de serviços e a instalação de cercas em casas e prédios.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é justo que a população pague um preço tão alto pela violência. Não é justo que a gente continue a conviver com a insegurança no País, com centenas de mortes diárias, e a ausência de providências e de atitudes.

E como disse Ruy Barbosa, sempre citado pelo Senador Mão Santa, que preside a sessão:

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos

maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento, denunciando a violência, do Senador Adelmir Santana, que terminou com Ruy Barbosa, faço minhas as palavras de Cícero, que, no Senado romano, disse: **pares cum paribus facillime congregantur**. Violência gera violência.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem de inscrição, sou o décimo primeiro. Parece-me que já estamos no décimo quinto inscrito. Eu gostaria que, após ouvirmos com carinho, naturalmente, as palavras lindas e maravilhosas do Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me concedesse a palavra, pois ainda vou me deslocar para meu Estado. Eu gostaria de ter essa compreensão de V. Ex^a, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pensei que V. Ex^a fosse pedir a palavra pela ordem para fazer uma síntese.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – O Senador Heráclito Fortes também vai viajar. Vou aguardar a fala de S. Ex^a, até para ouvi-lo e para aprender com S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, acaba de chegar um documento assinado pelo Líder Mário Couto. V. Ex^a representa o Bloco da Minoria, mas V. Ex^a é a maioria no Estado do Piauí. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos me trariam a esta tribuna, mas quero tratar de um terceiro assunto, para o qual, com a permissão do Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria da atenção do Presidente Mão Santa. (Pausa.)

Senador Mão Santa, eu gostaria da atenção para o fato que vou relatar agora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu lhe dei dez, mas não minutos, e sim a nota que V. Ex^a merece. V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Wellington Salgado, o jornalista Francisco Magalhães, competente e atualizado jornalista, acaba de colocar no seu site uma notícia, relatando um caso que

já se torna corriqueiro em Teresina. Um avião de passageiros da TAM foi avariado ao descer, pelo impacto de um urubu que atingiu sua fuselagem. O avião se deslocava de Fortaleza para Teresina com 111 passageiros a bordo.

Estou chamando atenção para esse fato, que é grave. Não é um caso isolado. Já houve a perda de várias aeronaves, inclusive de aviões executivos, da empresa West, do empresário João Santos. Houve prejuízos graves, inclusive colocando em risco a vida de passageiros. Vãos foram cancelados. Nesse caso mesmo – a matéria diz –, o avião ficará retido em Teresina, é claro, aguardando outra aeronave que se deslocaria de São Paulo.

Sr. Presidente, quero alertar, neste instante, o Presidente da Infraero e a Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para esse fato. O aeroporto de Teresina está situado em um centro urbano. Os urubus proliferam assustadoramente nessa região, porque, nas suas proximidades, há matadouros, granjas, abatedouros de frangos. Infelizmente, na falta de uma postura urbana ética, as pessoas soltam restos dos animais abatidos, sendo uma presa fácil para os urubus.

Cerca de três anos atrás, de maneira misteriosa, apareceram milhares de urubus mortos. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tomou alguma providência, mas não ficou claro o que houve, se foi mortandade criminosa, se foi matança criminosa o que ocorreu. O fato é que essa notícia é muito grave, porque vem colocando em risco a vida de milhares de pessoas.

Em Teresina, hoje, cerca de cinco ou seis vôos diários se deslocam de Brasília, fora os vôos que vêm por Fortaleza. Há ainda movimentação de aviões de médio porte e de pequeno porte.

Pois bem! Enquanto isso está ocorrendo – chamo a atenção do Presidente da Infraero e da Presidente da Anac –, o Governador anuncia um projeto de reforma e de ampliação desse aeroporto e diz que será usado um projeto de arquitetura que não serviu para o Amapá. Não conheço os detalhes. Sou contra – e é um direito que me assiste – o Piauí ser contemplado com remendo, com meia-água, com reparo.

O Estado do Piauí, pela sua importância, e Teresina, uma capital que se situa na confluência de dois rios, um centro médico de excelência que atende não só ao nosso Estado, mas também aos Estados vizinhos, um centro de compras e uma cidade de movimentação aeroportuária crescente, não podem aceitar, de maneira nenhuma, remendos dessa natureza. É um descaso que se faz contra a nossa terra,

Senador Mão Santa. É estarrecedor o Governador do Estado aceitar, incentivar, estimular e proclamar como grande obra uma meia-água para resolver o problema de Teresina.

Teresina, Sr. Presidente da Infraero e Sr. Governador do Estado, tem de ter um projeto de um aeroporto que resolva, pelo menos nos próximos cem anos, essa questão. A primeira providência, sem dúvida, é deslocá-lo do atual lugar, porque está extremamente saturado. Ele já cumpriu sua meta e seu dever. Não temos mais, a não ser produto de milionárias indenizações, condições de expandir uma pista que se torna pequena aos sonhos do Governador, que só fala em vôos internacionais percorrendo os céus do Piauí. É um contra-senso.

Que esse fato, infelizmente desagradável, sirva – espero eu – para abrir os olhos do Governador e da sua equipe para abandonarem esse projeto meia-sola, que nos inquieta, porque sabemos – e a própria Infraero, nos seus detalhes técnicos, diz – que é uma solução para 2025!

Eu me lembro, Senador Mozarildo, de quando eu era Prefeito de Teresina na segunda metade da década de 80 e tratei desse assunto. E a Infraero, naquela época, dizia que o aeroporto de Teresina não seria problema até 2015. Vejam bem: estamos em 2008, e o aeroporto está saturado. A área de taxiamento, Senador Flexa Ribeiro, impede uma movimentação maior de aeronaves no pátio, limitando o crescimento do tráfego aéreo na nossa capital.

Aproveito esse fato lamentável para alertar as autoridades federais para essa irresponsabilidade administrativa, para esse remendo no nosso aeroporto, até porque não vai atender. Ele acomoda por um lado e desacomoda por outro. Vai ter de colocar em outra situação toda a aviação geral que ali já está instalada, gerando despesas e custos para quem trabalha e vive daquele ofício. O mais lógico é que, hoje, essa área, que tem uma valorização imobiliária considerável, seja colocada no projeto de substituição do local e seja negociada, na concorrência, como parte do pagamento e que seja construído o aeroporto de Teresina num local adequado, mais distante do centro, trazendo menos riscos às pessoas que residem em seus arredores.

Aproveito para fazer este pronunciamento e vou deixar de lado o que me trouxe aqui, Senador Mão Santa, já que pretendia falar sobre dois outros assuntos. Primeiro, queria falar sobre o fracasso do biodiesel no Piauí – prometo tratar disso na segunda-feira –, gerando desempregos, gerando inconformações naqueles que acreditaram no programa, que contou, na sua inauguração, com a presença

do Presidente da República. E queria falar também sobre o fato de o Piauí estar fora do programa Luz para Todos, anunciado e cantado em prosa e verso pelo Governador como uma das bandeiras do seu Governo.

Quero fazer um apelo ao Ministro Edison Lobão, para que, na qualidade de maranhense – aliás, Lobão é um maranhense piauiense; não sei se nasceu no Maranhão ou em Floriano, no Piauí, mas é um cidadão brasileiro e uma pessoa querida –, olhe com bons olhos para a questão do Luz para Todos.

Recebo, como o Senador Mão Santa também recebe, uma quantidade muito grande de telegramas, de e-mails e de reclamações de pessoas aflitas que aguardam, com certa esperança, há algum tempo, a sempre fácil promessa do atual Governo de que o Luz para Todos será implantado na semana que vem – e essa semana que vem já se transforma em ano.

Dessa forma, Sr. Presidente, até para cumprir um compromisso que fiz com meu querido amigo Jayme Campos, vou deixar a tribuna, Senador Mão Santa, pedindo a transcrição nos Anais desta Casa de um extraordinário artigo de Gustavo Said, jornalista e professor da Universidade Federal do Piauí, com o título “Entregaram o microfone ao Governador”. Na segunda-feira ou na terça-feira, falarei sobre esse assunto.

O jornalista em tela, com muita graça e espírito, conta uma cena em que o Governador, empolgado com a autoridade de gestor do Estado, assume um programa de televisão para o qual foi convidado para dar esclarecimentos e resolve fazer apologia de si próprio, talvez inspirado neste quadro que a Globo anuncia: “Repórter por um dia”. É fantástico! Vou fazer questão de mandar uma cópia desse artigo para o nosso Senador Flexa Ribeiro, que, talvez, passe por esses rasgos de vedetismo na sua região.

Faço esse registro, agradeço a V. Ex^a a atenção e peço-lhe que se junte a mim nesse apelo às autoridades aeronáuticas do Brasil no sentido de que jogue por terra essa licitação – que já está anunciada pelo Governador em prosa e verso – desse remendo, dessa meia-sola, desse chuleio no aeroporto de Teresina, num desrespeito ao povo do Piauí e, acima de tudo, num atentado à segurança daqueles que precisam deslocar-se, por via aérea, à Capital do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Opinião

Entregaram o microfone ao Governador

(*) Gustavo Said

Na última quarta-feira, 30 de julho, o governador Wellington Dias 'brincou' de repórter numa emissora local de televisão. Durante o programa televisivo, o Governador, assumindo a função de reportar ao telespectador a inauguração de obras num município ao norte do Estado, se comportou como se estivesse - muito à vontade, diga-se à frente e ao comando da emissora que lhe concedia o privilégio de ser repórter por um dia para parodiar aqui o famoso quadro do Fantástico, da Rede Globo. Na ocasião, falou das obras executadas, prometeu outras, comentou os feitos do seu governo, mencionou os apoios recebidos citando o nome de aliados, enfim, exerceu o papel de jornalista, não só prescindindo da figura do repórter da própria emissora como interagindo diretamente com o apresentador do programa, que chegou a usar o adjetivo "reportagem especial feita pelo Governador" para qualificar o material veiculado.

Embora tenha passado despercebido para muitos críticos da atuação dos meios de comunicação e para alguns analistas do comportamento dos administradores públicos, o episódio descrito é sintomático da relação entre o Governo do Estado e os meios de comunicação locais. Em que pese a atuação jornalística do Governador, muito afeito à rotina produtiva do jornalismo e muito à vontade com o microfone da emissora nas mãos, o episódio revela no plano simbólico algo que escapa à sua descrição mais objetiva e às evidências mais imediatas.

Prescindir da figura do repórter televisivo e assumir tal função, o Governador anula a participação do repórter na cena informativa: não é mais necessário existir a mediação entre meio de comunicação, Governo do Estado e público, porque isso é feito de forma direta, sem a presença do jornalista. A despeito de sua competência técnica e da sua responsabilidade ética, sem a presença desse profissional (o jornalista, claro!) o que se divulga não é fato jornalístico ou notícia. Assim, um episódio aparentemente banal tem seu preço, pois revela de forma sintomática que o material produzido pelo Governador não tem caráter noticioso: ou é pura opinião ou é mera peça publicitária.

O Governador 'vestido de jornalista' não é apenas mero sinal da forma como se relacionam os meios de comunicação e o Governo do Estado. A excessiva naturalidade com que os personagens envolvidos no episódio se comportam tem caráter sintomático. Como dizia Freud, a traição escapa por todos os poros. O Governador se traiu. A emissora se traiu. Co-mo um sintoma que revela exatamente o mal que pretende ocultar, os arroubos do Governador ao empunhar o microfone da emissora deixam uma pista no ar e expõem as debilidades das nossas instituições jornalísticas.

(*) Gustavo Said é jornalista e professor da UFPI

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Heráclito Fortes, do Piauí, denunciando ações negativas do Governo do Estado quanto ao transporte aéreo e quanto ao desenvolvimento da energia do povo do Piauí...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

Depois, pela palavra, o Senador Jayme Campos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, serei rápido, falarei enquanto o Senador Jayme Campos se dirige à tribuna.

É só para pedir a inserção nos Anais do Senado do artigo escrito pelo Sr. Paulo Skaf, Presidente da Fiesp, no último dia 3 de agosto, no jornal **Folha de S.Paulo**, com o título “*Desrespeito à Nação*”.

É importante que seja inserido nos Anais do Senado esse artigo, porque chama a atenção da Nação brasileira para o desrespeito que o Governo quer fazer à Nação, recriando a CPMF, que foi rejeitada pelo Congresso, com o codinome de CSS. Todos nós sabemos dos recordes de arrecadação, e que a CPMF, que foi extinta, como estava previsto, em dezembro do ano que passou, não faz nenhuma falta na arrecadação do Erário da União. Ao contrário, há excesso de arrecadação.

Então, o Dr. Paulo Skaf, representando o setor produtivo nacional como presidente da Fiesp, escreveu um artigo, como disse, na **Folha de S.Paulo**, cuja transcrição nos anais requeiro.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria “Desrespeito à Nação”, escrita pelo Presidente da FIESP e da CIESP, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 03 de agosto de 2008.

A matéria destaca que, apesar dos constantes recordes de arrecadação, o Governo Federal continua fazendo de tudo para onerar ainda mais o já tão sobretaxado contribuinte. Mesmo com o sonoro “não” da sociedade brasileira à CPMF, agora o Governo quer recriá-la sob o codinome CSS.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tendências Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Desrespeito à nação

PAULO SKAF

O governo ignora o limite da sociedade, já vencido, de transferir dinheiro ao Estado na forma de impostos

HISTORICAMENTE, o setor público brasileiro, com raras, preciosas e muito especiais exceções, sempre sofreu de uma doença absolutamente nociva à saúde da economia: a incontinência fiscal. Nem o remédio máximo da democracia, que pressupõe um Estado mais sensível e respeitoso aos anseios da população, foi capaz de promover a cura de tão insidioso mal.

O mais grave é que, além de gastar mais do que deveria, o governo ainda financia esse vício incurável à custa de uma solução desprovida de criatividade: o aumento de impostos.

Somos vítimas. no país, de três instâncias governamentais (federal, estadual e municipal) autônomas para criar tributos e, invariavelmente, vorazes quanto ao dinheiro das pessoas físicas e jurídicas. E tudo isso com a bênção da Constituição, que completa 20 anos em 2008 sem que as suas reformas estruturais —entre elas, a tributária— tenham sido realizadas.

Em mais um constrangedor capítulo da triste comédia brasileira dos impostos, o governo federal, numa incrível manobra política diversionista —de maneira que o Congresso assumia a concepção do projeto—, tenta criar uma aberração tributária: a CSS (Contribuição Social para a Saúde).

Nada mais, nada menos do que uma tentativa de ressuscitar a famigerada CPMF, extinta pela mobilização cívica dos brasileiros em 2007, que uniu a sociedade brasileira numa legítima e vencedora cruzada nacional.

É importante lembrar que esse esdrúxulo propósito de restabelecer um imposto, ao qual os brasileiros já disseram um firme “não”, segue-se a outra vingança do governo ao fim da CPMF: o aumento das alíquotas do IOF e da CSLL, um lamentável presente de Ano-Novo, anunciado no primeiro dia útil de 2008, lembram-se? A soma da CSS com esses ônus instituídos em janeiro deste ano representaria agravamento sensível da carga tributária, na contramão dos interesses brasileiros.

É importante termos consciência de que, como já ocorria com a CPMF, a CSS e a majoração do IOF e da CSLL, são, sem nenhuma dúvida, desnecessárias. Afinal, a arrecadação tributária tem batido recordes consecutivos.

Conforme recentemente revelou a própria Receita Federal, o crescimento verificado no primeiro semestre de

2008 foi 10,43%, não só superior ao registrado em igual período de 2007, mas, em especial, um novo recorde brasileiro, já descontada a inflação.

Para este ano, o que se projeta é um aumento na arrecadação de R\$ 70 bilhões, apenas para o governo federal. Isso equivale a quase o dobro do valor que seria propiciado pela CPMF.

O mais grave é observar como o governo ignora o limite da sociedade, já vencido, de transferir dinheiro ao Estado na forma de impostos.

A insistência no desequilíbrio fiscal é uma irresponsabilidade relativa à gestão; a mesmice de recorrer ao aumento de impostos para supri-la é um inequívoco desrespeito à inteligência e à viabilidade econômica de empresas e cidadãos.

Estamos vivendo um quadro surreal da economia, no qual temos, de um lado, uma política fiscal expansionista caracterizada pelo crescimento continuado do gasto público, que, neste ano, deve aumentar 15%, incentivando a demanda interna. E, de outro, uma política monetária restritiva, que adota alta sequencial na taxa de juros —que já é uma das mais elevadas do planeta— como a única saída capaz de frear a expansão do consumo e do investimento.

Numa efetiva demonstração de interesse em mitigar a questão social, o governo poderia remover integralmente os impostos sobre os produtos da cesta básica. Tal medida teria um efeito imediato e positivo sobre as famílias de baixa renda, as mais prejudicadas pela atual onda inflacionária.

Os objetivos do governo devem, em respeito à democracia e ao bom senso, ser partilhados por todos. Assim, seria útil uma ação conjunta entre as políticas monetária e fiscal. Quando isso não existe, como neste caso, o custo para a sociedade acaba sendo muito maior —com menos empregos e renda, mais despesas e queda na produção.

Por fim, de que adianta subir juros se o governo não controla os seus próprios gastos?

Portanto, o caráter supérfluo da CSS e a imediata mobilização dos brasileiros para evitá-la expressam nossa certeza de que, mais uma vez, o engajamento cívico da população, dos setores produtivos e das entidades da sociedade civil evitará —agora ou em qualquer época— que sejamos onerados com mais um imposto.

Mais uma vez, consequência do exercício legítimo da cidadania, prevalecerão os valores democráticos!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento. E, por menos do que isso, Cícero, do Senado romano, disse: “Até quando, Catilina, vais abusar da nossa paciência?” Até quando o Governo vai abusar da paciência dos que trabalham no Brasil, cobrando cada vez mais impostos?

Convidamos para usar da palavra, e já está na tribuna, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grata satisfação que comunico aos meus pares do Senado que o curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso foi consagrado como o melhor na formação dessa profissão no País. É um momento de júbilo para os intelectuais da região que lutam pela qualificação científica de nosso ensino há dois séculos.

Faço uma especial homenagem ao Dr. Gabriel Novis Neves, que criou a Escola de Medicina, ainda como Secretário Estadual de Educação no Governo Pedro Pedrossian, em setembro de 1970. Dez anos depois, na década de 80, coube ao mesmo Dr. Gabriel implantar o curso como reitor da Universidade Federal de Mato Grosso.

Desde a sua inauguração, a Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso já formou 22 turmas, meu caro Presidente Mão Santa, que é médico, sendo que a primeira chegou ao mercado nacional em 1986.

Portanto, o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade, é a coroação do trabalho de muitos mestres que dedicaram suas vidas à nobre tarefa de ensinar os métodos da cura e da saúde. Como disse o próprio Gabriel Novis, ao comemorar esse resultado, “a gente nunca começa nada; a gente apenas continua o que muitos se dedicaram a fazer. Quis o destino que eu criasse e implantasse o curso de Medicina em Mato Grosso, mas este sonho começou em 1808”, meu caro Senador, também médico, Mozarildo Cavalcanti.

As palavras desse conceituado médico ginecologista são humildes e sábias, pois a primeira tentativa de fundação de um curso de Medicina em nosso Estado ocorreu em 1808, portanto há 200 anos, com o advento da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Naquela época, os monarcas lusitanos não concebiam habitar uma terra onde não houvesse uma escola de Medicina. E o capitão-mor de Mato Grosso, acometido por moléstias tropicais, chegou a inaugurar um curso de Medicina com estrutura parecida com as das academias modernas, na fronteira do País com a

Bolívia. Infelizmente, o sonho durou pouco. Mas a idéia jamais sucumbiu.

Assim sendo, ao honrar o nome do mestre Gabriel Novis Neves, eu gostaria também de expressar meus cumprimentos ao Dr. Domingos Tabajara, atual coordenador do curso de Medicina da nossa UFMT, bem como a todos os docentes dessa instituição, aos seus servidores e, principalmente, aos alunos, que mostram que no coração do Brasil pulsa a inteligência, a dedicação e a obstinação de jovens que tiveram a coragem de abraçar uma profissão espinhosa, difícil, mas que promove a saúde e a vida.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Jayme Campos, fico muito feliz de ver o registro que V. Ex^a faz. Nunca me contentava – e o Senador Mão Santa, como médico, deve ter percebido isso no Piauí – com a concentração das escolas de Medicina no Sul e no Sudeste. Eu me formei em Belém e, naquele ano, 1969, a minha faculdade completou 50 anos. Depois de formado, fomos para Roraima, e eu ficava pensando que a faculdade de Medicina mais próxima era em Belém do Pará. Fomos ter, muito tempo depois, uma outra faculdade em Manaus, no Amazonas. Como Deputado Federal, tive a sorte de aprovar um projeto de lei que, embora autorizativo, criava a Universidade Federal de Roraima. Depois, dentro dela, fui um dos participantes da criação do projeto da Faculdade de Medicina de Roraima, que hoje é a mais bem avaliada do Norte, dado o modelo que foi implantado de módulos, muito inspirado em professores cubanos que nos ajudaram a instalar o curso de Medicina. Então, quero cumprimentá-lo pela criação do curso de Medicina, na qual a participação de V. Ex^a foi decisiva. Precisávamos ter no Brasil uma política para descentralizar o ensino de modo geral, mas notadamente o da Medicina, porque, por incrível que pareça, temos mais médicos do que precisamos. Só que os médicos estão concentrados nos grandes centros ou nas capitais, eles não vão para o interior. E não o fazem por não quererem nem por serem elitistas, mas porque ganham pouco e não têm sequer equipamentos para trabalhar. Então, se tivermos uma escola de Medicina em cada Estado, principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, começaremos a fixar os médicos lá até por osmose, até por questão geográfica. Então, quero cumprimentar V. Ex^a e o curso de Medicina do seu Estado e dizer da honra que tenho de ter também no meu Estado de Roraima já um curso de Medicina.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Incorporo seu aparte também no meu discurso.

Sr. Presidente, companheiro Senador Mão Santa, reafirmo os meus votos de parabéns a todos os professores e funcionários da Universidade Federal na pessoa do seu reitor, Paulo Speller, desejando que o exemplo de nossos jovens estudantes de Medicina da UFMT se frutifique na prestação de um serviço de saúde digno, honrado e socialmente justo.

Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizendo da minha satisfação, da minha alegria em ver que a Universidade Federal de Mato Grosso é um exemplo, sobretudo, quando se divulga agora, por meio do Enade, a formação dos nossos profissionais colocados no topo, ou seja, no **ranking** dos bons profissionais da saúde do nosso Brasil.

Ficam aqui meus cumprimentos, sobretudo, ao valoroso professor, mestre, médico de escol, Dr. Gabriel Novis Neves, que foi com certeza o grande baluarte da instalação desse curso de Medicina da nossa universidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós queremos nos associar a essa vitória da Faculdade de Medicina de Cuiabá, em Mato Grosso, também de Roraima. Quero também dizer que o Piauí tinha a sua federal e que eu, quando Governador, criei a estadual, e há mais duas faculdades privadas. Todas também tiveram bom desempenho, mostrando que a ciência médica está cada vez mais se expandindo em todo o Brasil.

Convidamos para usar da palavra Mozarildo Cavalcanti, que é o quarto inscrito. Flexa Ribeiro está no meu coração, mas, na lista aqui, ele não está muito bem, não.

V. Ex^a, Senador Mozarildo, eu vou dar-lhe 10, porque é a nota que V. Ex^a merece.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, às vezes, até me pergunto se algumas pessoas que me assistem pela TV Senado e me ouvem pela Rádio Senado, quando eu começo a falar, não dizem: “Lá vem ele, de novo, falar da Raposa Serra do Sol, da questão daquela reserva indígena em nossa fronteira com a Guiana e a Venezuela”. Mas eu vou continuar falando, Sr. Presidente. É a arma que eu tenho, como representante de meu Estado, para protestar contra essa infâmia que se está praticando contra meu Estado.

E hoje eu quero trazer umas denúncias diferentes sobre essa questão. Primeiro, o jornal **Tribuna da Imprensa**, de hoje, no artigo do jornalista Carlos Chagas, publica o seguinte artigo:

Tiraram a Bandeira Brasileira

Vale abrir espaço para o desabafo de um militar que serviu na Amazônia durante quase toda sua vida profissional. Hoje na reserva, o coronel Gélío Fregapani, um dos fundadores da Escola de Guerra na Selva, revela toda sua indignação em uma nota por nós recebida:

“A cidadezinha de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, é a única povoação brasileira nas serras que marcam, no Norte, o início de nosso País”. Apesar de toda a pressão, essa população está crescendo, o que torna mais difícil a missão dos traidores da pátria: acabar como o enclave brasileiro na pretensa nova “nação” separada do Brasil, a reserva Raposa Serra do Sol, em área contínua que chega até à fronteira.

Uma das vilas sob pressão dos traidores resiste. Surumu, que mantém hasteada das 6 às 18 horas [por conta da população, diga-se de passagem] uma grande bandeira nacional, como símbolo da decisão de se manter brasileira. Sorrateiramente, num fim de semana, gente do Conselho Indígena de Roraima (CIR) retirou a bandeira, depois de espezinhá-la.

A população local, na maioria índios, mas todos brasileiros, indignada com o ato antipatriótico e com a indiferença das autoridades [e aqui faço questão de dizer que lá estão a Polícia Federal e a Força Nacional mandada pelo Presidente Lula], prepararam-se para retomar a bandeira à força. Na iminência de um conflito, a Funai afinal se mexeu: fez com que os asseclas do CIR devolvessem a bandeira, que novamente tremula em Surumu. Entretanto, ao devolvê-la, declararam que depois de agosto haveria uma outra bandeira hasteada, e que não seria a brasileira.

Após esse incidente, o CIR declarou que bloqueará o entrocamento da BR-174 para a vila Surumu, [é de onde sai a estrada para Surumu], o que me parece difícil pelo seu pouco efetivo, embora prenhe de recursos das Ongs e, mesmo, da Funasa. O CIR solicitou, ainda, da Funai 15 passagens aéreas para seus índios virem a Brasília reforçar seus lobbies. Eles mantêm a pressão enquanto tentam reduzir

Pacaraima pelo estrangulamento de recursos, cortados por setores governamentais mal informados ou mal intencionados.

E aí ele prossegue. Peço que V. Ex^a dê como lido todo o artigo, que merece ficar nos Anais do Senado como um alerta, porque, quando eu dizia aqui, há alguns anos, que essa reserva seria uma região de conflito, que haveria problema de questão intra-étnica – não é entre índio e não-índio, mas entre índios e índios –, o Governo Federal não “deu bola”.

Hoje, recebi, pelo serviço de mensagem no meu celular, de um morador daquela região – e já comuniquei, inclusive, ao assessor parlamentar da Polícia Federal aqui no Senado, por uma questão de gentileza – outra denúncia de que homens, que eles dizem ser da Polícia Federal e da Força Nacional, entraram na casa de um senhor chamado Esmeraldino – é um morador tradicional da região da cidade de Surumu, Senador Augusto – e levaram as compras que ele tinha feito para comemorar o aniversário da sua filha. Não sei sob que alegação, mas, com certeza, sem ordem judicial, porque não mostraram ao Sr. Esmeraldino nenhuma ordem judicial para invadir a propriedade dele. E ele está lá por questão de direito; não há ordem judicial para ele sair de lá. A questão da Raposa Serra do Sol está sub judice, está lá no Supremo para ser decidida. No entanto, o Conselho Indígena de Roraima, como eu já fiz questão de frisar aqui, tem uma página bonita na Internet, muito ilustrada, muito cheia de indígenas vestidos de forma como eles não usam – não é, Senador Augusto? Aqui, eles estão sempre de cocar, pintados, só de calção. Lá, eles não vivem assim.

Pois bem, o CIR recebeu só agora, no Governo Lula, R\$44.312.153,00, só de convênios do Governo Federal, e pagos, não empenhados. Foram recursos pagos só no Governo Lula.

Fora isso, o CIR, como eu disse ontem em um aparte, tem como parceiro – e isso está colocando na página dele na Internet – várias ONGs estrangeiras que são da Itália, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Holanda, da Noruega, novamente da Inglaterra, da Itália, da Alemanha, dos Estados Unidos, Inglaterra e do Brasil, que são várias. Mas vou nominá-las: Alianza Amazonica, da Itália; Cafod, da Inglaterra; Cese, dos Estados Unidos; Greenpeace, da Holanda; Norad, da Noruega; Oxfam, da Inglaterra; Pro Índios di Roraima, da Itália; a Pro Regenwald, da Alemanha; a Rainforest Foundation, dos Estados Unidos; a Survival International, da Inglaterra.

Então, são essas ONGs internacionais que financiam as ações do CIR. Basta ver agora a viagem que eles fizeram recentemente à Europa.

De 17 a 21 de junho, uma comitiva do CIR esteve na Espanha. Foram recebidos em Moncloa, no Palácio do Governo espanhol, por dois representantes do Gabinete da Vice-Presidente do 1º Governo da Espanha.

De 22 a 25 de junho, estiveram na Inglaterra e foram recebidos pelo Diretor e responsável pela área de comunicação da entidade The Prince's Rainforest Project, entidade criada pelo Príncipe Charles, da Inglaterra, para a defesa das florestas tropicais. Vejam só: o Príncipe Charles defendendo as nossas florestas tropicais.

Entre os dias 26 a 30 de junho, estiveram na Bélgica. Foram recebidos por assessores do Deputado europeu alemão Schmidt, pela Deputada italiana Patrícia Toia, pela Embaixadora Maria Celina de Azevedo e pelo Secretário da Missão brasileira na União Europeia.

Entre os dias 1º a 4 de julho, estiveram na Itália e foram recebidos pelo Secretário-Geral do Conselho Pontifício da Justiça e Paz do Vaticano, Dom Giampaolo Crepadi, e pelo Papa Bento XVI.

Entre os dias 5 a 8 de julho, estiveram em Portugal, visitaram a Embaixada brasileira em Lisboa, e foram recebidos pelo Embaixador, Sr. Celso Marcos Vieira de Souza, juntamente com a Primeira-Ministra da Embaixada, e pela Dr^a Maria Jesus Barroso, e visitaram o Parlamento português.

Então vejam que, na verdade, está-se construindo uma Nação, Senador Virgínio, na fronteira da Guiana com a Venezuela. Já há a aceitação internacional. É só uma questão de momento. Daqui a pouco, esse grupo, que é a minoria dos índios que moram lá – é bom que se diga –, pois lá existem, pelo menos, quatro outras organizações, e são cinco etnias diferentes. Mas esta aqui foi escolhida misteriosamente por essas ONGs internacionais e abençoada pelo Governo brasileiro. Portanto, o Governo brasileiro está sendo conivente com essa questão.

Portanto, quero fazer hoje essas duas denúncias sobre a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. A primeira trata da questão da bandeira brasileira, Sr. Presidente. Espero que as autoridades que estejam lá tenham sensibilidade com isso.

A segunda denúncia, já a comuniquei – repito – ao assessor parlamentar da Polícia Federal. E vou fazê-la, por escrito, para o Ministro da Justiça, porque o Ministro da Justiça só foi a Roraima uma vez, quando os índios do Conselho Indígena de Roraima (CIR) invadiram a propriedade, porque lá não está definida, juridicamente, a questão. Foram recebidos a bala, o que não aprovo. Aí o Ministro correu, foi lá e prendeu

o fazendeiro. Foi a única vez em que o Ministro foi a Roraima.

Então, o Ministro Tarso Genro não tem credibilidade para conduzir esse processo, e o Governo Lula também não a tem. Desde o primeiro momento do Governo dele, o Presidente sabe dessas questões. Uma Comissão Temporária Externa do Senado fez esse diagnóstico, mostrou para o Presidente, a pedido dele, a forma de resolver essa questão, e o Presidente, pacificamente, quer tirar 320 mil hectares de 1,7 milhão de hectares. Este é um País...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Permite-me um aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com certeza, eu o concederei a V. Ex^a, se o Presidente concordar.

Há um slogan que diz que “o Brasil é um País de todos”. Mas é de todos mesmos? Quando se diz “todos”, eu entendo que são todos, todos. Um Governo que estimula a luta de classes, a luta racial, que aprofunda esses ódios até intra-étnicos, repito, não merece realmente, de jeito nenhum, a aprovação do povo brasileiro.

Então, para encerrar, quero, se o Presidente permitir, ouvir o Senador Nery, com muito prazer.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Mozarildo, hoje, participei de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos em que se discutia a situação da comunidade indígena Bananal aqui, em Brasília, que está prestes a ser expulsa pela especulação imobiliária. Enfim, há uma luta de resistência que merece ser apoiada por quem defende a dignidade e o direito dos povos ancestrais, que têm sido, ao longo dos 500 anos do nosso País, tratados com discriminação, com violência e com todo o tipo de insulto à sua dignidade. Então, eu queria, de forma muito cordial, mas muito direta, dizer a V. Ex^a que, naquela audiência pública, foi afirmado que, no Congresso e em vários setores da sociedade brasileira, há uma campanha diária, diuturna, de combate ao direito das populações indígenas, direito esse escrito na Constituição brasileira. Os indígenas precisam de vozes aqui, de Parlamentares que, com autenticidade, com respeito a esses povos, a essas etnias, digam claramente que o Estado brasileiro tem a obrigação de demarcar suas terras. Assim como existem aqui as bancadas que defendem os interesses dos banqueiros, em defesa do latifúndio, devem existir, sim, as bancadas em defesa dos interesses sociais. E por que não existir uma bancada em defesa dos interesses dos povos indígenas, consolidada na organização da frente parlamentar em defesa dos po-

vos indígenas? Então, é importante aprofundar esse debate sobre a necessidade de o Estado brasileiro, o Parlamento brasileiro ter uma visão um pouco mais solidária a esses povos, que somavam cinco milhões de pessoas no período do Descobrimento e que, hoje, são apenas seiscentas mil pessoas. Essa é uma realidade que deve exigir de todos nós um compromisso sincero e leal, porque não podemos tratar os indígenas irmãos nossos com tanto desprezo e, às vezes, até com insultos. Então, rogo a V. Ex^a no sentido de que possamos ter um olhar um pouco mais aberto e democrático para essa questão, porque todos são brasileiros, todos defendem e querem o melhor para o nosso País. E as políticas que digo afirmativas para garantir esses direitos precisam ser apoiadas, não combatidas. Tenho muita divergência do Governo Lula em vários aspectos, mas, nesse aspecto especial, é preciso aprofundar, melhorar o papel...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O aparte está maior do que meu discurso, não é?

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Então, Senador Mozarildo, devemos ter essa preocupação para com as etnias e os povos indígenas de nosso País, tendo em vista a necessidade de promovermos o congraçamento das diversas raças, etnias e culturas, para promovermos uma cultura de paz, de igualdade, de justiça, de boa convivência. Creio que a melhor forma é ajudar a preservar o direito de índios, de etnias que, historicamente, foram tão perseguidas! Agradeço a V. Ex^a a oportunidade democrática de poder expressar este pensamento. Desejo que avancemos na condução dessa visão mais ampla e mais igualitária em relação a todas as etnias, a todas as culturas, a todas as formas de organização desses povos, para que o País possa ser efetivamente melhor. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Nery, tenho repetido: minha formação é de médico, sou um humanista, não tenho ideologia ligada a esta ou àquela cor ou facção. Para mim, todos são iguais. Tenho a maior admiração pelos índios. Exerci a Medicina durante quatorze anos no meu Estado, atendendo majoritariamente os índios – e de graça, Senador Nery –, inclusive levado pela Diocese de Roraima para atendê-los, já fazendo essa pregação da divisão inter-étnica que ela estava fazendo. O que não aceito são certos jargões em que, por exemplo, a Igreja Católica é especialista. Repete-se uma coisa várias vezes. Quem verificou que havia cinco milhões de índios quando Pedro Ál-

vares Cabral chegou aqui? O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE? Qual foi o instituto que fez o levantamento?

Depois, vamos à história: não há país com a proporção de terras demarcadas que tem o Brasil. A população indígena corresponde – V. Ex^a mesmo disse que são 600 mil, mas o IBGE disse que são 740 mil – a 0,3% da população do Brasil, e 13% do território nacional está demarcado. Ninguém está dizendo que não quer a demarcação. O que não se quer – V. Ex^a usou a palavra “paz” – é uma demarcação que não promova a paz, uma demarcação que promova o ódio racial entre eles mesmos, índios, e entre os mestiços, os descendentes. É contra isso que estamos nos insurgindo. No meu Estado, há 34 reservas demarcadas, e essa é a trigésima quinta. Não estamos aqui, como V. Ex^a quis dar a entender, em uma bancada contra índio. Aqui não há bancada contra índio, muito menos de Roraima. O que queremos é que haja, realmente, um Brasil para todos, de todos.

Então, não vamos rotular. Não rotulo V. Ex^a como, por exemplo, uma pessoa que pense como a Igreja Católica de antigamente, que rotulava as pessoas de hereges e de bruxas e que as queimava nas fogueiras. Não, não penso que V. Ex^a pense assim, mas também não penso que penso o contrário, que não gosto de índio, que tenho raiva de índio. Ao contrário, quero os índios do meu Estado participando, de fato, do meu Estado, como participam, aliás, naquela região. Dos três Prefeitos envolvidos naquelas reservas, dois são índios: uma é neta de índio, e o outro é índio de primeira geração. Os Vereadores, a maioria, são índios. Acontece que os indigenistas de fora ficam falando sobre as coisas de lá.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Com muito prazer, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mozarildo, V. Ex^a tem sido uma sentinela avançada, permanente, nesta Casa na defesa da Região Norte e do País. Sou testemunha disso. Fomos colegas na Câmara. V. Ex^a chegou ao Senado oito anos antes de mim, mas, mesmo à distância, acompanho sua luta e admiro que V. Ex^a – mudou governo, entrou governo, saiu governo – não tenha mudado o discurso e tenha mantido sempre a mesma coerência. Por isso lhe sobra autoridade para abordar assuntos dessa importância. Compreendo o posicionamento do Senador Nery, por quem tenho grande apreço e grande admiração. Não podemos ideologizar questões dessa

natureza. Agora, é preciso que se quebrem hipocrisias. V. Ex^a há pouco falou sobre direitos humanos, Senador Nery. Chamo a atenção de V. Ex^a para um fato: o Ministro Tarso Genro vem, de uns dias para cá, fazendo constantemente apologia dos direitos humanos no Brasil, como se fosse um paladino isolado, único. Nessa corrente, anuncia para este ano um encontro, com lançamento de obras, enaltecendo data comemorativa aos direitos humanos no Brasil. Se há uma coisa que o Ministro Tarso Genro não tem é autoridade de comandar um processo dessa natureza. E o que me causa estranheza é que está sendo anunciado que ele fará esse lançamento juntamente com pessoas ilustres que têm história nessa matéria, como José Gregori. Não vejo como José Gregori e Tarso Genro dividirem o mesmo ambiente na defesa dos direitos humanos.

É preciso que esta Casa se lembre de que S. Ex^a o Ministro da Justiça, lembrando episódios da ditadura Vargas, entregou ao ditador cubano Fidel Castro os boxeadores da maneira mais impiedosa e cruel que se poderia fazer com um cidadão, no caso, dois desportistas. Depois, convocado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mentiu sobre os episódios que posteriormente foram esclarecidos e expôs alguns Senadores com afirmativas falsas, inclusive o Senador Nery e o Senador Eduardo Suplicy. Passou informações não verdadeiras. O desaguar disso é que um dos boxeadores conseguiu agora fugir via México e está na Alemanha; e o outro, passando necessidades e privações na ilha.

O episódio foi pior do que a entrega de Olga Benário, porque, com a biografia do Sr. Genro, jamais aquilo teria acontecido. Foi um pacto marcado e urdido com a digital do presidente venezuelano, que mandou um avião a jato ficar esperando aqui, no aeroporto do Galeão, a captura dos rapazes. O mais cruel é que se trouxe de lá o mais sanguinário e implacável dos perseguidores dos contrários ao regime do Sr. Fidel para vir aqui numa simbologia – não gostaria de dizer isso, mas sou obrigado – como se fora como se fora um Filinto Müller moderno.

Veio aqui, levou os rapazes, e o Ministro, de uma maneira desabrida, tranqüila, disse que tudo aquilo tinha sido feito na legalidade. Mentiu com relação ao prefixo das aeronaves, escamoteou a verdade. É por aí que nós vamos enaltecer direitos humanos? Não, Sr. Presidente! Nós temos todo o direito, nós temos todo o dever e temos, acima de tudo, a obrigação e o dever cívico, mas nessa mesa não tem lugar para o Sr. Tarso Genro até o momento em que ele conte direitinho a participação dele nesse vergonhoso episódio que en-

volveu dois jovens que poderiam, em outras circunstâncias, estar agora na China defendendo, por meio do esporte, a bandeira de um país que os adotasse, como, no caso, a Alemanha. É lamentável. Nesse encontro de direitos humanos não cabe José Gregori e Tarso Genro. Se isso acontecer, para mim será uma grande decepção que terei com a figura extraordinária desse homem público que se chama José Gregori. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Heráclito, eu agradeço o aparte de V. Ex^a e quero inclusive informar V. Ex^a, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que estive recentemente na Venezuela, em Caracas, e informalmente fui recebido por alguns deputados da Assembléia Nacional daquele país. E conversando sobre a Amazônia e a fronteira da Venezuela com o Brasil, percebi que eles estão altamente preocupados com a presença de ONGs naquela região, com a manipulação por essas ONGs dos indígenas da Venezuela. Como sabemos, existe índio ianomâmi na Venezuela e há índio ianomâmi do lado do Brasil; os índios ingaricós do Brasil passam de um lado para o outro, de lá para cá, a toda hora; os patamonas também.

Então não precisamos ter nenhuma preocupação com o índio, temendo que representem um perigo, não; pelo contrário, temos é de fazer com que os índios tenham a consciência – no caso de Roraima a maioria tem – de que são brasileiros e têm que defender a nação brasileira. Infelizmente, algumas ONGs transnacionais que estão a serviço de corporações financeiras defendem o contrário, ou seja, os índios não são necessariamente brasileiros e devem ter uma região autônoma independente. Então quero frisar isto: essa preocupação é de todo aquele que tem o sentimento da nacionalidade, de quem é realmente nacionalista.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a tinha me solicitado um aparte, que quero conceder-lhe, com muito prazer, porque não poderia encerrar o meu pronunciamento sem ouvir o meu colega de Estado.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Mozarildo Cavalcanti, gostaria só de dar uma explicação, porque, quando o nosso colega fez um aparte, deu a entender que éramos contra o indígena. Queremos demarcar as áreas indígenas, mas como os índios querem; os índios que são a maioria de lá. É isso que não se respeita. Queremos também que as pessoas que vivem lá, nas mesmas condições que os índios, sejam respeitadas. As vilas que estão sendo extintas são as vilas de apoio aos indígenas da região. Existem idosos ingaricós que viajam dois dias a pé para chegar em Água Fria para pegar uma condução para

receber a sua aposentadoria. Se acabar Água Fria, vão ter de viajar oito dias para chegar onde há uma condução para ir receber a aposentadoria. Então as pessoas que fizeram isso, as ONGs que têm interesse realmente de criar um país... Já ouvimos essa história há mais de 20 anos, Mozarildo, da história da tal Nação Ianomâmi que queria fazer no começo, depois mudaram para Parque Ianomâmi e tal, mudaram a história, quando viram que estavam mexendo com os brios nacionalistas da gente.

Quero também frisar que nossos indígenas de Roraima, da Raposa Serra do Sol, em sua maioria, mais de 80%, são nacionalistas, são brasileiros. Há quase 300 indígenas na universidade e muitos terminando o curso superior. Eles têm luz elétrica, cursos de segundo grau nas escolas indígenas. Das 400 escolas estaduais de Roraima, 200 são indígenas. Nossos indígenas não andam nus e não precisam de tutor, de ter um gringo ao lado deles falando, não. Eles sabem o que querem. Por isso, acho que temos de continuar lutando mesmo e respeitar o direito dos que vivem lá há duas, três gerações. Aquilo só é Brasil porque eles foram para lá também e tem de continuar Brasil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, com muito prazer incorporo o aparte de V. Ex^a, que é de Roraima, como médico, assim como eu, atendeu e continua atendendo a todas essas comunidades e sabe que por trás dessa história há muito mais interesse estrangeiro e estranho ao Brasil do que mesmo os legítimos interesses do Brasil.

Quero encerrar chamando a atenção do Ministro da Justiça – confio muito nele, mas vou chamar a atenção porque está exercendo o cargo –, para as denúncias que recebi da Vila Surumu por parte de integrantes da Polícia Federal e da Força Nacional. Eu gostaria de ver esclarecidos esses fatos assim como esse episódio com relação a nossa bandeira nacional. Não é possível que as forças do Brasil estejam lá a serviço apenas do Conselho indígena de Roraima. Devem estar a serviço do País, do Estado brasileiro para garantir a cidadania de todos que moram lá. Quero dizer ao Sr. Esmeraldino que lamento o que aconteceu com ele como a todos os habitantes da Vila Surumu. Estivemos lá recentemente. Só vi algo parecido com aquilo em filmes, Senador Augusto Botelho, no tempo do Stalin, do Hitler e do Mussolini, na Itália.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tiraram a bandeira brasileira

BRASÍLIA - Vale abrir espaço para o desabafo de um militar que serviu na Amazônia durante quase toda sua vida profissional. Hoje na reserva, o coronel Gélcio Fregapani, um dos fundadores da Escola de Guerra na Selva, revela toda sua indignação numa nota por nós recebida:

"A cidadezinha de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, é a única povoação brasileira nas serras que marcam, no Norte, o início do nosso País". Apesar de toda a pressão, essa população está crescendo, o que torna mais difícil a missão dos traidores da pátria: acabar com o enclave brasileiro na pretensa nova "nação" separada do Brasil, a reserva Raposa-Serra do Sul, em área contínua que chega até a fronteira.

Uma das vilas sob pressão dos traidores resiste. Surumu, que mantém hasteada das 6 às 18 horas uma grande bandeira nacional, como símbolo da decisão de se manter brasileira. Sorrateiramente, num fim de semana, gente do Conselho Indígena de Roraima (CIR) retirou a bandeira, depois de espezinhá-la.

A população local, na maioria índios, mas todos brasileiros, indignados com o ato antipatriótico e com indiferença das autoridades, prepararam-se para retomar a bandeira à força. Na iminência de um conflito, a Funai afinal se mexeu: fez com que os asseclas do CIR devolvessem a bandeira, que novamente tremula em Surumu. Entretanto, ao devolvê-la, declararam que depois de agosto haveria outra bandeira hasteada, e que não seria a brasileira.

Após esse incidente o CIR declarou que bloqueará o entroncamento da BR-174 para a vila Surumu, o que me parece difícil pelo seu pouco efetivo, embora preche de recursos das Ongs e, mesmo, da Funasa. O CIR solicitou ainda da Funai 15 passagens aéreas para seus índios virem a Brasília reforçar seus lobbies. Eles mantêm a pressão enquanto tentam reduzir Pacaraima pelo estrangulamento de recursos, cortados por setores governamentais mal informados ou mal intencionados.

Com o refluxo dos brasileiros expulsos das pequenas fazendas e vilas que existiam antes da homologação da reserva Raposa-Serra do Sol, as necessidades da prefeitura são desproporcionais para atender nossos conterrâneos, índios e não índios. "Se você puder ajudar de alguma forma, lembre que o Brasil precisa de todos nós para permanecer inteiro."

O coronel Fregapani informa que esta semana reúne-se em Pacaraima pessoal da Confederação Nacional de Agricultura, para conhecer as ameaças à integridade do Brasil. Em Brasília, segundo seu texto, "o ministro da (in) justiça, numa audiência, tentará convencê-los de seus pontos de vista, com o auxílio de gente do CIR e da ex-ministra Marina Silva. O contraponto será o senador ~~Mozartdo Cavalcanti~~. Toma vulto a marcha dos produtores rurais a Pacaraima".

Outra notícia dada pelo militar é de que agentes da Polícia Federal vem expressando seu desacordo com a retirada de brasileiros da reserva Raposa-Serra do Sol. A Força Nacional de Segurança também compreende o malefício que causará a entrega da região ao CIR.

O Supremo decidirá

Caberá ao Supremo Tribunal Federal decidir, ainda este ano, a respeito da extensão da reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima. O governo demarcou uma área contínua, iniciativa agora contestada na Justiça, tendo em vista a expulsão de centenas de fazendeiros, plantadores de arroz lá estabelecidos há décadas.

Mantida a demarcação, a reserva ficará despojada da autoridade pública federal ou estadual, constituindo-se num enclave de interesses internacionais representados pelas Ongs, cujo objetivo maior é mesmo a transformação de tribos brasileiras em "nações" independentes, presa fácil das mineradoras multinacionais e até de governos estrangeiros.

LISTA DE PARCEIROS DO CIR

Nome	Título por extenso	País de Origem
Alianza Amazonica	Aliança Amazônica	Itália
Cafod	Catholic Agency for Overseas Development	Inglaterra
Cese	Coalition for Excellence in Science Education	Estados Unidos
Cimi	Conselho Indigenista Missionário	Brasil
Coiab	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	Brasil
CCPY	Comissão pela Criação do Parque Yanomami (nome atual: Comissão Pró-Yanomami)	Brasil
Greenpeace	Greenpeace	Holanda
Inst. Socioambiental	Instituto Socioambiental	Brasil
Movimondo	Movimento Liberazione e Sviluppo (Mo.Li.Sv.)	Itália
Norad	Norwegian Agency for Development Cooperation	Noruega
Opan	Operação Amazônia Nativa	Brasil
Oxfam	Oxford Committee for Famine Relief	Inglaterra
Pro Indios di Roraima	Pro Indios di Roraima	Itália
Pro Regenwald	Regenwald: em português significa Floresta Tropical.	Alemanha
Rainforest Foundation	Rainforest Foundation	Estados Unidos
Survival International	Survival International	Inglaterra
TNC	The Nature Conservancy	Estados Unidos
Urihi	URIHI - Saúde Yanomami	Brasil

ROTEIRO DA VIAGEM DO CIR À EUROPA

17 a 21 de junho

Espanha

Foram recebidos hoje em Moncloa (Palácio do Governo espanhol) por dois representantes do Gabinete da Vice presidenta Primeira do Governo de Espanha.

22 a 25 de junho

Inglaterra

Foram recebidos pelo Diretor e a Responsável de Comunicação da entidade The Prince's Rainforest Project, entidade criada pelo Príncipe Charles de Inglaterra para a defesa das florestas tropicais.

26 a 30 de junho

Bélgica

Foram recebidos pelos assessores do deputado europeu alemão Frithjof Schmidt e pela deputada italiana Patrícia Toia e pela Embaixadora Maria Celina Azevedo e o Secretario e Primeiro Secretario da Missão brasileira na União Européia.

01 a 04 de julho

Itália

Foram recebidos pelo Secretario Geral do Conselho Pontificio de Justiça e Paz do Vaticano, Dom Giampaolo Crepadi e pelo Papa Bento XVI.

05 a 08 de julho

Portugal

Visitaram a Embaixada brasileira em Lisboa e foram recebidos pelo Embaixador, senhor Celso Marcos Vieira de Souza junto com a Primeira Ministra da Embaixada e pela Dra. Maria Jesus Barroso, esposa do ex-presidente Mario Soares. E visita ao parlamento de Portugal.

RECURSOS RECEBIDOS PELO CIR (2003-2008)

Ano	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Inscritos	Restos a Pagar Pagos
2003	7.758.889,50	7.758.889,50	6.700.000,00	1.085.689,50	-
2004	7.380.490,37	7.380.490,37	5.676.846,46	2.789.333,41	1.703.643,91
2005	7.809.339,03	7.809.339,03	7.576.018,26	683.676,57	231.895,00
2006	8.788.857,28	8.788.857,28	8.755.130,98	1.094.041,57	30.126,00
2007	10.242.500,34	10.242.500,34	10.207.500,34	139.026,07	-
2008*	5.393.057,24	5.396.657,24	5.396.657,24	-	-
Totais	47.373.133,76	47.376.733,76	44.312.153,28		

* Fonte: SIAFI, em 04/08/08.

Conselho Indígena de Roraima

Supremo deve julgar dia 27 de agosto ação sobre Raposa Serra do Sol

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) devem decidir no dia 27 de agosto se a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, permanecerá em área contínua, como definiu o Decreto de Homologação, publicado em 2005. A informação foi divulgada no dia 31 de julho de 2008. [Leia mais](#)

Distrito Sanitário Indígena do Leste de Roraima realiza oficina de planejamento

[Leia mais](#)

Em encontro, índios de várias etnias pedem demarcação da Raposa Serra do Sol

O fim da primeira semana do 8º Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, que ocorre até o dia 2 de agosto, foi marcado pelo encerramento de uma de suas atrações, a 2ª Aldeia Multiétnica. [Leia mais](#)

CARTA ABERTA DA VIAGEM À EUROPA

As lideranças indígenas de Roraima distribuem carta aberta informando tudo sobre a viagem ao continente europeu. Foram três semanas de visitas a governos, Embaixabas brasileiras e organizações não governamentais. [Leia mais](#)

Campanha coleta milhares de assinaturas em favor da Raposa Serra do Sol

[Leia mais](#)

"Que a anulação da homologação nunca aconteça", diz líder indígena no Satuário de Fátima

[Leia mais](#)

A CAMPANHA ANNA PATA ANNA YAN CHEGA A PORTUGAL

Notícias

16.06.2008

Líderes indígenas da Raposa Serra do Sol realizam campanha na Europa

Com o objetivo de divulgar a campanha "Anna Pata, Anna Yan" (Nossa Terra, Nossa Mãe), os líderes indígenas Jacir José de Souza (ex-coordenador do Conselho Indígena de Roraima), e Pierlangela Cunha (atual coordenadora da Organização dos Professores Indígenas de Roraima) desembarcam amanhã em Madri (Espanha) para uma série de reuniões, na Europa, com organismos governamentais e não-governamentais no continente europeu onde debaterão a situação da terra indígena Raposa do Sol.

De acordo com as lideranças espera-se "sensibilizar entidades e organizações significativas européias para que manifestem apoio aos povos indígenas da Raposa Serra do Sol e expressem preocupação às autoridades brasileiras para que mantenham o decreto de homologação, assinado pelo Presidente Lula, em abril de 2005.

Os líderes indígenas visitarão Espanha, Inglaterra, Bélgica, França, Itália e Portugal para contato com a Caritas, Manos Unidas, Entreculturas, Survival, Amnistia Internacional, Green Peace, entre outras organizações. A comitiva também pretende visitar o Papa Bento XVI.

Em Madri, os dois indígenas serão recepcionados pela Embaixada Brasileira na Espanha e terão encontro com o vice-presidente daquele país.

A visita ao continente europeu inicia nesta terça-feira (16) e encerra no dia 8 de julho de 2008, Jacir José de Souza e macuxi e Pierlangela Nascimento da Cunha é índia wapichana.

Conselho Indígena de Roraima

Notícias

25.06.2008

**ANNA PATA, ANNA YAN
Lideranças fazem campanha em Londres**

O Ministro Conselheiro da Embaixada brasileira em Londres, senhor Eduardo Monteiro de Barros Roxo, animou às lideranças indígenas Jacir Macuxi e Pierlângela Wapixana na sua viagem por Europa apresentando a Campanha Anna Pata, Anna Yan. "É importante vocês disseminar toda esta informação", afirmou o Ministro, depois de ouvir a situação que se vive atualmente em Raposa Serra do Sol. Em uma conversa distendida, as lideranças mostraram mapas localizando as ocupações ilegais. Relataram o atentado ocorrido em 05 de maio deste ano, com o resultado de 10 indígenas feridos, cujo vídeo já conheciam na Embaixada. Explicaram ainda, e mostraram sobre o mapa, o plano de Governo Estadual de Roraima de construir uma Hidrelétrica em pleno coração da Raposa Serra do Sol, no rio Cotingo. O Ministro disse que "a produção de energia lá só é possível se responde ao interesse de vocês".

"Alguns dizem que saímos do Brasil para falar mal do Brasil. Queremos que saibam que não é assim. Nós falamos mal de uns poucos que não concordam e não respeitam nossos direitos", afirmou Pierlângela. Lideranças e Ministro concordaram na posição favorável que o Governo Federal vem mantendo, e no desejo de que o Supremo Tribunal Federal julgue conforme a lei. Na conclusão do encontro, Jacir e Pierlângela entregaram ao Ministro Conselheiro da Embaixada o Memorial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, documento elaborado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR). Por sua parte, as entidades Survival International, Anistia Internacional e Cafod entregaram também ao Embaixador uma carta de apoio aos direitos dos povos indígenas de Raposa Serra do Sol e à Campanha Anna Pata, Anna Yan.

REPRESENTANTES DO PRÍNCIPE CHARLES DA INGLATERRA OUVEM LIDERANÇAS INDÍGENAS

O Diretor e a Responsável de Comunicação da entidade The Prince's Rainforest Project, entidade criada pelo Príncipe Charles de Inglaterra para a defesa das florestas tropicais, visitaram hoje de manhã em Londres às lideranças indígenas Jacir e Pierlângela, de Roraima. Ouviram com muito interesse as palavras das lideranças, explicando com ajuda de mapas a situação atual da terra indígena Raposa Serra do Sol e a espera pela decisão do Supremo Tribunal Federal em quanto ao decreto de Homologação de 2005. Jacir e Pierlângela relataram também os impactos ambientais das atividades dos principais ocupantes ilegais da terra indígena, destacando a multa de R\$ 30 milhões que o IBAMA oficializou a um dos arrozeiros. A realidade apresentada impressionou aos representantes do Príncipe inglês.

A entidade The Prince's Rainforest Project foi a mesma que convidou, dois meses atrás, ao Governador de Roraima Anchieta Junior, junto a outros governadores da Amazônia, para discutir sobre planos de desenvolvimento sustentável na região. Nas palavras dos representantes do Príncipe, naquele encontro não ouviram falar destes problemas com o meio ambiente e ficaram muito preocupados e interessados depois de ter escutado as palavras das lideranças indígenas. Comprometeram-se a recavar mais informações, em face de visita que realizarão a Brasil no mês de agosto.

ENTIDADES OFERECEM APÓIO A CAMPANHA ANNA PATA, ANNA YAN

Anistia International, Survival International e CAFOD, de reconhecida trajetória na defesa dos direitos humanos e, especificamente, dos povos indígenas, têm apoiado a visita das lideranças indígenas de Roraima por Europa e estão acompanhando a situação em Raposa Serra do Sol e o processo de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Homologação.

Hoje, Anistia International e Survival receberam em suas sedes às lideranças indígenas de Roraima Jacir José de Souza e Pierlângela Nascimento da Cunha. Em ambas as entidades, os representantes indígenas reuniram-se com as equipes de trabalho das organizações e expuseram o objetivo da campanha. Também ofereceram entrevistas para os departamentos de comunicação de Anistia e Survival.

Conselho Indígena de Roraima

Conselho Indígena de Roraima

Notícias

26.06.2008

ANNA PATA, ANNA YAN Raposa Serra do Sol no Parlamento Europeu

Jacir Macuxi e Pierlângela Wapichana chegaram hoje a Bruxelas, capital política de Europa. Na intensa agenda que lhes esperava na cidade, uma das visitas programadas era ao Parlamento Europeu, poder legislativo que reúne quase 700 deputados procedentes dos 27 países da União Européia.

Pouco depois do almoço, assessores do deputado europeu alemão Frithjof Schmidt receberam no seu gabinete a delegação indígena. Jacir e Pierlângela, após agradecer a acolhida, apresentaram a situação atual da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a esperada decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o processo homologatório concluído em 2005. No diálogo, constatou-se um entendimento comum em quanto à responsabilidade do Brasil em resolver esta situação conforme seus próprios instrumentos legais. Ao mesmo tempo, ficou clara também a cobertura que os direitos indígenas têm hoje no âmbito do Direito Internacional, gerando uma co-responsabilidade de toda a comunidade internacional diante de direitos já confirmados. As lideranças solicitaram do Parlamento Europeu atenção aos crimes e violências que vêm acontecendo contra a vida dos povos indígenas, crimes que devem ser apurados e punidos independentemente do processo de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Minutos depois, a eurodeputada italiana Patrícia Toia recebeu em seu gabinete, dentro do Parlamento, às lideranças indígenas. Ela teve a oportunidade de ouvir a Jacir e Pierlângela e assistir diretamente as imagens da violência e do impacto ambiental gerado pelos ocupantes ilegais de Raposa Serra do Sol. Impressionada pela explanação sobre uma realidade da qual já tinha ouvido falar, afirmou que a visita da delegação indígena a Europa vai ter um impacto importante. Comprometeu-se com firmeza a tomar as providências cabíveis para tornar público o caso e fazer com que as autoridades européias, através dos organismos adequados, possam acompanhar de perto a situação na espera de uma decisão definitiva.

DELEGACÃO INDIGENA FALA DE RAPOSA SERRA DO SOL EM COLETIVA DE IMPRENSA EM BRUXELAS

A delegação indígena de Roraima participou hoje à tarde de uma Coletiva de Imprensa com meios de comunicação de Bruxelas, momento em que lançaram a Campanha Anna Pata, Anna Yan, em defesa da homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol conquistada em 2005. Estavam acompanhados na mesa por representantes de entidades como a Universidade de Bruxelas, o Comitê Belga-Brasileiro, Anistia Internacional, a Casa de América Latina, a OCIPE e o ICRA (Comitê Internacional de defesa dos Direitos dos Povos Autóctones).

De manhã, Jacir e Pierlângela deram entrevista para a Revista Panorâmica, da Universidade Livre de Bruxelas, revista dirigida ao público latino-americano residente em Bélgica e ao mundo acadêmico em particular.

LIDERANÇAS INDIGENAS VISITAM EMBAIXADA BRASILEIRA PARA A COMUNIDADE EUROPÉIA

De manhã, Jacir Macuxi e Pierlângela Wapichana visitaram a Embaixada brasileira para Europa. A Embaixadora Maria Celina Azevedo e o Secretario e Primeiro Secretario da Missão brasileira na União Européia ouviram atentamente a situação apresentada pelas lideranças. Jacir começou fazendo um histórico da Homologação de Raposa Serra do Sol e alertou do perigo de abrir um precedente para outros povos indígenas no Brasil caso o Supremo decida anular o decreto homologatório do Presidente. Relataram os casos de violência acontecidos nos últimos anos dentro de Raposa Serra do Sol e

alertaram sobre a visão que o Governador de Roraima haja podido trazer a Europa em visita recente. Essa preocupação justifica a necessidade de contar, de primeira mão, o que realmente ocorre em Roraima, e principalmente dentro das terras indígenas. A Embaixadora insistiu em que "a Campanha de vocês é válida" e desejou sorte no objetivo.

A situação permanente de violência contra os povos indígenas, as imagens oferecidas sobre os impactos causados e o privilégio dos empresários arrozeiros de não pagar impostos até 2.018 em Roraima são informações que impactam as autoridades que vêm recebendo a delegação indígena desde o início da viagem em Madri.

Conselho Indígena de Roraima

Notícias

01.07.2008

Líderes indígenas de RR lançam campanha no Conselho Pontifício do Vaticano

Os líderes da Raposa Serra do Sol Jacir Macuxi e Pierlângela Wapichana lançaram a campanha indígena Anna Pata, Anna Yan (Nossa Terra, Nossa Mãe) no Vaticano. Nesta terça (01), eles foram recebidos pelo Secretário Geral do Conselho Pontifício de Justiça e Paz do Vaticano, Dom Giampaolo Crepaldi.

De acordo com Jacir, ex-coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), o encontro foi uma oportunidade para ressaltar a aliança entre os povos indígenas de Brasil e a Igreja Católica, fundamentada na defesa da vida e dos direitos dos povos indígenas. "A história e organização do movimento indígena em Roraima recebeu apoio de muitos missionários e missionárias nesta caminhada", disse.

Dom Giampaolo Crepaldi reconheceu o valor da luta e exemplo dos indígenas da região. "A Santa Sé há tempos vem se comprometendo na defesa dos direitos dos povos indígenas, principalmente no que diz respeito à promoção humana, o reconhecimento de sua identidade cultural e a defesa do direito de propriedade intelectual", afirmou, ao lembrar que a Igreja mantém diálogo aberto com as autoridades brasileiras sobre questões referidas à Reforma Agrária e o sentido da propriedade.

No fim do encontro o Secretário Geral entregou para as lideranças um exemplar do último documento do Conselho Pontifício de Justiça e Paz, intitulado "Para uma melhor distribuição da terra: o desafio da reforma agrária".

O documento, em referência aos povos indígenas, afirma que "na maioria dos casos, a difusão das grandes empresas agrícolas, a realização de empreendimentos hidroelétricos, a exploração dos recursos minerais, do petróleo e das madeiras das florestas nas áreas de expansão da fronteira agrícola foram decididas, planejadas e implementadas ignorando os direitos dos habitantes indígenas".

Na tarde de hoje, Jacir e Pierlângela atenderão entrevistas com o Jornal La Republica e com a Rádio Vaticana. Às 16h a audiência é com o Embaixador brasileiro em Roma.

Início da semana

Uma Coletiva de Imprensa na sede da Província de Milão abriu as atividades da Campanha Anna Pata, Anna Yan em Itália. Na Coletiva, as lideranças indígenas de Roraima, Jacir Macuxi e Pierlângela Wapichana, estavam acompanhadas na mesa pelas parlamentares italianas deputada Patrícia Toia e a senadora Emanuelle Baio, além do vice-presidente da Província de Milão, Alberto Mattioli.

A líder da ONG Survival International na Itália, Francesca Cassona, definiu o processo de homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol como uma "luta brava" dos povos indígenas de Brasil. "Mas é um passo fundamental no sentido de restituir aos povos indígenas a autonomia para tomar decisões e construir seu futuro", argumentou.

Durante o evento, Jacir Macuxi exibiu imagens do dia 05 de maio, quando foi registrado o que ele chamou de "atentado aos 10 indígenas da Raposa". "É a única imagem que conseguimos registrar sobre a violência em mais de 30 anos de luta", afirmou emocionada Pierlangela.

Ambos insistiram em que objetivo de sua viagem pela Europa é levar ao conhecimento da comunidade do 'velho continente' os recentes conflitos na reserva indígena e procurar fortalecer a decisão do Governo brasileiro de homologar a terra Raposa Serra do Sol, em 2005.

Por Anderson Vasconcelos

Nós Existimos

Notícias

02.07.2008

Indígenas da Raposa Serra do Sol recebem apoio do Papa

O papa Bento XVI garantiu nesta quarta-feira, 2, que ajudará as tribos indígenas em Roraima. O pontífice recebeu no Vaticano dois líderes das tribos da reserva Raposa Serra do Sol, que lhe entregaram uma carta apelando pela sua intervenção no conflito.

"Faremos todo o possível para ajudar vocês a protegerem suas terras", afirmou Bento XVI. O encontro estava sendo mantido em sigilo a pedido do Vaticano.

Ajudados por entidades internacionais, dois representantes de tribos da região iniciaram em junho uma turnê pela Europa, com o objetivo de conseguir o envolvimento do Vaticano na definição de suas terras na reserva.

Na última quarta-feira, Jacir José de Souza, da tribo Makuxi, e Pierlangela Nascimento da Cunha, da tribo Wapixana, se reuniram com parlamentares de uma comissão multipartidária sobre povos tribais do Parlamento britânico.

Segundo a BBC, após o encontro com os índios brasileiros, os parlamentares britânicos se disseram "simpáticos à causa", mas que dificilmente poderiam interferir no assunto, que cabe ao judiciário brasileiro.

A reserva indígena tem sido alvo de disputa entre plantadores de arroz e índios. Na segunda metade deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve decidir se a homologação das terras, feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005, é constitucional.

Uma das ações contra a reserva indígena é do governo do Estado de Roraima - que contesta o laudo antropológico no qual o governo federal se baseou para homologar reserva em área contínua.

A reserva foi homologada em 2005 por um ato do presidente Lula. As terras ocupam 1,7 milhão de hectares em Roraima, perto da tríplice fronteira de Brasil, Guiana e Venezuela. Existem mais de 30 ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a demarcação da reserva indígena de forma contínua.

Anderson Vasconcelos

Com informações do Estadão

Conselho Indígena de Roraima

Notícias

03.07.2008

A CAMPANHA ANNA PATA ANNA YAN CHEGA A PORTUGAL

Uma visita das lideranças indígenas de Roraima à Embaixada brasileira em Lisboa abriu as atividades da Campanha Anna Pata, Anna Yan em Portugal hoje de manhã. O Embaixador, senhor Celso Marcos Vieira de Souza, recebeu-os junto à Primeira Ministra da Embaixada e um Assessor. No encontro, Vieira de Souza frisou o apóio ao Decreto de Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol como a posição do Estado brasileiro.

Esta é a última Embaixada brasileira a ser visitada dentro das atividades da Campanha Anna Pata, Anna Yan. Jacir Macuxi e Pierlângela Wapichana já visitaram as Embaixadas em Madri, Londres, Bruxelas e Roma, no intuito de informar às representações diplomáticas brasileiras sobre os objetivos da viagem e recavar seu apóio. Todos os Embaixadores e Embaixadoras de Brasil manifestaram, ao longo da viagem, seu apóio ao Decreto de Homologação atualmente vigente, seu ânimo e reconhecimento ao trabalho das lideranças indígenas em Europa e sua confiança na decisão final do Supremo Tribunal Federal.

LIDERANÇAS INDIGENAS CONVERSAM COM A DRA. BARROSO NA FUNDAÇÃO PRO DIGNITATE

Jacir Macuxi e Pierlângela Wapichana foram recebidos hoje, depois do almoço, pela Dra. Maria Jesus Barroso, esposa de quem fora o principal líder político português durante as décadas 80 e 90, o ex-presidente Mario Soares. A Dra. Barroso é fundadora e presidenta da Fundação Pró Dignitate, uma entidade dedicada à promoção dos Direitos Humanos e o combate à violência.

Barroso ficou impressionada pelo relato de Jacir e Pierlângela sobre os acontecimentos que envolvem a terra indígena Raposa Serra do Sol, e que lhe confirmavam que "os interesses econômicos hoje são muito poderosos". Barroso lembrou sua amizade histórica com o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso e com o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Vou bater as portas necessárias para ver o que podemos fazer", comprometeu-se a Dra. Barroso.

ACOLHIDA SIGNIFICATIVA DA CAMPANHA ANNA PATA, ANNA YAN NO PARLAMENTO PORTUGUES

As lideranças indígenas continuaram a agenda de hoje em Lisboa com uma visita ao Parlamento de Portugal. Ali foram recebidos, em primeiro lugar, por membros da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros da Assembléia da República.

Um total de 08 deputados portugueses, representantes do Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD), os dois partidos majoritários em Portugal, ouviram as palavras de Jacir Macuxi e Pierlângela Wapichana. As lideranças indígenas frisaram na necessidade de confirmar o atual Decreto de Homologação e no risco de que uma decisão diferente possa abrir um precedente gravíssimo para outras terras indígenas no Brasil. A seguir, um dos Coordenadores da Comissão destacou "o simbolismo político" da recepção que Comissão estava fazendo da delegação indígena, sinal de "simpatia" à causa. Outros deputados e deputadas saudaram também aos líderes indígenas e se mostraram interessados por questões como o papel da mídia, dos intelectuais e de outros setores sociais diante da situação das terras indígenas, bem como pelos resultados que as lideranças indígenas foram encontrando durante a viagem por Europa. A Comissão comprometeu-se a analisar possíveis ações em próxima reunião. Na conclusão, a delegação

indígena solicitou da Comissão que analise a oportunidade de Portugal ratificar a Convenção 169 da OIT, instrumento normativo que trata dos direitos dos povos indígenas e que foi ratificado por Brasil em 2004.

A seguir, as lideranças foram recebidas por Leonor Coutinho em nome do Grupo Parlamentar Socialista da Assembleia da República. Finalmente, o representante do grupo Parlamentar do Partido Comunista de Portugal, Thiago Mello, também os atendeu em seu gabinete. Ambos os grupos parlamentares comprometeram-se a tomar providências e propor aos outros partidos políticos ações conjuntas de apoio aos povos indígenas de Raposa Serra do Sol e ao Presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

"Verificamos com agrado que Lula agiu de modo correto, conforme a Constituição brasileira", disse Mello. O deputado comunista, nascido em Brasil, reconheceu o valor que a terra significa para os povos indígenas. "Terra e comunidades são uma entidade única. Sabemos que a relação entre os povos indígenas e a terra vai mais além de ser um espaço onde trabalhar. Ainda assim, também é fundamental para sua sobrevivência e seu trabalho. Podem contar com nossa solidariedade". Comprometeu-se a que o grupo parlamentar comunista convide aos outros partidos políticos para que a Assembleia possa manifestar ao Brasil seu apoio ao decreto de homologação do Presidente Lula. Também se comprometeu a iniciar articulação para analise da Convenção 169 da OIT, face possível ratificação de parte do governo português. Concluiu afirmando: "Acredito que não há conflitos de povos contra povos. Há sim conflitos entre os povos e os interesses econômicos de alguns".

LIDERANÇAS INDIGENAS EM COIMBRA

Já à noite, Jacir Macuxi e Pierlangela Wapichana participaram de uma Conferencia-Tertulia no Café Santa Cruz, local tradicional no centro da cidade de Coimbra. Diante de uma platéia de mais de 100 pessoas, muitas delas estudantes, mestrandos e doutorandos brasileiros, Jacir e Pierlângela relataram a situação que se vive hoje na Raposa Serra do Sol. Lino João, professor da UFAM, outros professores da UnB e estudantes brasileiros contribuíram com suas reflexões ao analise da questão. Na analise abordaram questões como os interesses econômicos que envolvem a região amazônica, o papel da mídia brasileira neste processo de criação de opinião pública, elementos jurídicos ou a pressão existente acima das terras públicas do país por parte do latifúndio. Na conclusão, Pierlângela e Jacir solicitaram o apoio dos participantes na elaboração de textos, de artigos, no campo dos argumentos, seja nas áreas jurídica ou das ciências sociais, que possam subsidiar e favorecer a opinião pública brasileira e o mundo acadêmico no país.

AMPLA COBERTURA DA IMPRENSA PORTUGUESA NO PRIMEIRO DIA DE CAMPANHA ANNA PATA, ANNA YAN

Numerosos meios de comunicação de âmbito nacional cobriram as atividades da Campanha Anna Pata, Anna Yan em Lisboa e Coimbra. Rádios, jornais e televisões acompanharam as lideranças indígenas desde a chegada ao aeroporto de Lisboa, hoje de manhã cedo, até a saída do Parlamento português ou a tertúlia em Coimbra. Grupos como a RTP, SIC ou TVI levaram imagens das entrevistas a Jacir e Pierlangela a todos os lares de Portugal, junto a imagens do atentado contra a comunidade do passado 05 de maio.

Conselho Indígena de Roraima

Notícias

05.07.2008

"Que a anulação da homologação nunca aconteça", diz líder indígena no Santuário de Fátima

Jacir José de Souza e Pierlangela Nascimento da Cunha, lideranças indígenas de Roraima, participaram de uma grande celebração religiosa em Fátima, Portugal, com motivo da II Peregrinação Missionária Nacional. Na presença de mais de 8.000 pessoas, a delegação indígena apresentou o motivo de sua viagem a Portugal e a realidade que vive hoje Raposa Serra do Sol.

A seguir, foi lida uma Carta do Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, Dom José Artiga. A Carta diz que os povos indígenas "estão na vanguarda de quem luta pelos autênticos interesses da Humanidade". Dom José Artiga afirma seu apoio à causa dos povos indígenas de Raposa Serra do Sol, lembrando o decreto do Presidente Lula e a própria Constituição brasileira, e conclui: "É de esperar que tudo encontre uma solução que reconheça esse direito de posse da terra aos povos indígenas e que a anulação da homologação nunca aconteça".

Antes da celebração, Jacir e Pierlangela apresentaram a Campanha Anna Pata, Anna Yan para um grupo de 60 pessoas em um Auditório em Fátima. A II Peregrinação Missionária Nacional reunirá este fim-de-semana mais de 25.000 pessoas em Fátima.

Conselho Indígena de Roraima

Notícias

06.07.2008

Campanha coleta milhares de assinaturas em favor da Raposa Serra do Sol

Ainda no contexto da II Peregrinação Missionária Nacional, em Fátima, milhares de assinaturas foram recolhidas entre o dia de ontem e hoje, domingo, em solidariedade com os povos indígenas e a favor da Homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol nos termos do decreto assinado em 2005.

Hoje à tarde, Jacir e Pierlangela participaram de um novo evento, com a presença de mais de 4.000 pessoas, peregrinos ligados a diversos institutos religiosos missionários. Todos os presentes assistiram às imagens de violência do último atentado contra a vida dos povos indígenas, acontecido no dia 05 de maio de 2008, e que resultou em 10 indígenas feridos. A seguir, Jacir relatou a violência que as comunidades vêm sofrendo por causa da defesa da terra e a necessidade do apoio de muitas pessoas para ajudar a segurar o atual decreto de Homologação, contestado na justiça por mais de 34 ações. Pierlangela animou aos participantes a somar-se na causa, porque "vosso trabalho sempre foi muito importante".

Com este evento concluíam as atividades das lideranças indígenas em Fátima e hoje viajaram para Lisboa, onde amanhã serão recebidos, entre outros, pelo ex-presidente português Senhor Mário Soares.

Conselho Indígena de Roraima

CARTA ABERTA DA VIAGEM À EUROPA

Nós, Jacir José de Souza Macuxi e Pierlangela Nascimento da Cunha Wapichana, líderes indígenas enviados por nossas comunidades e organizações à Europa para divulgar a Campanha Anna Pata, Anna Yan, vimos nesta carta relatar e declarar os resultados de nossa visita. Iniciamos nossa viagem no dia 16 de junho de 2008, e durante três semanas percorremos os países de Espanha, Inglaterra, Bélgica, França, Itália e Portugal.

O objetivo era trazer ao conhecimento da sociedade européia e suas autoridades a situação de aflição que se vive hoje na Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima e solicitar apoio e solidariedade com nossos povos. No mês de Agosto, o Supremo Tribunal Federal deverá julgar 34 ações que ainda contestam a homologação de nossa terra, assinada pelo Presidente da República em abril de 2005, fruto de nosso trabalho, nossa união e do sangue de muitos a quem tiraram a vida nestes anos.

Em nossa viagem, fomos recebidos por Autoridades dos diversos Governos nacionais, bem como Representantes Políticos de Parlametos e pelo Presidente do Senado italiano. Tivemos também audiências com Autoridades da Comissão e do Parlamento Europeu. Todos eles nos receberam como lideranças indígenas, mostrando com este gesto seu respeito e consideração a nossos povos.

Fomos acolhidos e apoiados também por respeitadas personalidades como o ex-presidente português Mário Soares, sua esposa Maria Jesus Barroso e a Senhora Danielle Mitterrand, outrora lideranças políticas européias e que hoje continuam trabalhando no âmbito de Fundações de caráter cultural e de defesa dos Direitos Humanos. Igualmente, representantes da Fundação do Príncipe Charles de Inglaterra honraram nossa viagem.

Encontramos a solidariedade e apoio de diversas entidades e organizações de reconhecido prestígio por sua defesa dos Direitos Humanos, da Justiça e da Paz em todo o mundo. Dentre elas, Amnistia Internacional, CAFOD, Cáritas Espanhola e Portuguesa, Survival International, Uyamaa, Manos Unidas, ICRA, Entreculturas, Conselho Pontifício de Justiça e Paz do Vaticano, Comissão Nacional de Justiça e Paz de Portugal, Associação Empenhar-se Serve e diversos Institutos religiosos. Junto a eles, recebemos o carinho, a solidariedade e o apoio de muitas pessoas que se somaram ao nosso trabalho e nossa Campanha.

Recebemos, em particular, o apoio do Papa Bento XVI, em Audiência realizada no dia 02 de julho, em que lhe entregamos nosso Documento e recebemos dele o compromisso de ajudar na proteção de nossa terra.

Em todas estas visitas e audiências fomos ouvidos com atenção e generosidade, e de todos eles, com a particularidade de cada encontro e cada responsabilidade, recebemos a seguinte mensagem:

1.- Uma solidariedade profunda com os Povos Indígenas, com nossa vida e com nossos direitos, historicamente adquiridos e legalmente reconhecidos na Constituição Federal do Brasil de 1988, na Convenção 169 da OIT e na Declaração da ONU de setembro de 2007. Solidariedade e respeito pela diversidade que representamos para o mundo todo e por nossa contribuição com a preservação e cuidado desta Casa Grande que é a Natureza.

2.- A solidariedade e apóio firme ao Decreto de Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, assinado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 15 de Abril de 2005, como garantia de nossos direitos e sinal inequívoco de firmeza das instituições brasileiras e da nossa Constituição.

3.- O compromisso de acompanhar os próximos acontecimentos que envolvem à Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Compreenderam a transcendência da decisão que ocorrerá em Agosto, porque ela poderá determinar a sorte de outras terras indígenas em nosso país.

4.- O repúdio aos atos de violência ocorridos contra as comunidades indígenas, agora e durante todo o processo de reconhecimento de nossa terra, assim como a determinação de lutar contra qualquer sinal de impunidade diante da evidente violação dos direitos humanos.

5.- A denúncia dos atos criminosos contra o Meio Ambiente causados pela ocupação ilegal de grandes empresários agrícolas produtores de arroz em nossa terra Raposa Serra do Sol.

6.- O repúdio às práticas políticas de governantes e representantes políticos que utilizam seu poder e influência para trabalhar pela redução de nossos direitos e transmitem à população a idéia de que nossa terra e nossa vida são um empecilho para o desenvolvimento de Roraima.

Em todos os países visitamos as Embaixadas do Brasil, onde explicávamos os objetivos de nossa viagem e solicitávamos seu apóio. Os diversos Embaixadores e Embaixadoras que encontramos confirmaram a posição do Governo brasileiro de defender o Decreto de Homologação de nossa terra e expressaram seu desejo de que essa fosse também a orientação da decisão final na Justiça.

Conseguimos transmitir nossa palavra através dos meios de comunicação, seja em grandes agências ou em pequenos grupos, seja em rádios, televisões ou jornais. Isto é importante para nós, porque nem sempre conseguimos ser ouvidos pelos meios de comunicação brasileiros que, na sua maioria, de modo sistemático transmitem uma imagem distorcida de nossa realidade e nossas comunidades.

Diante de tudo isto, DECLARAMOS que:

✕ Nossa terra é nossa Mãe, não se tira os filhos de sua Mãe. É a terra de nossos antepassados, que deixaram marcas para nós, e nós devemos repassá-la para nossos filhos.

✕ A questão fundamental hoje não é mais defender ou fundamentar os nossos direitos, mas sim exigí-los e garanti-los, de modo a que não fiquem apenas escritos nas Constituições de nossos países ou nas grandes declarações. Exigimos que seja respeitada a lei, e a lei reconhece e protege nossos direitos e nossa terra.

✕ O decreto de Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol deve ser mantido, e isso significará um passo importante na consolidação de nossos direitos e dos direitos de todos os homens e mulheres.

✕ Manter o atual decreto de Homologação significa fortalecer a Constituição Federal do Brasil frente aos interesses particulares de fortes poderes econômicos que nos fazem crer que representam os interesses de todos.

✕ Nossa terra está homologada e registrada. Foi um processo longo. Sofremos por muito tempo as invasões de fazendeiros, garimpeiros e agora dos grandes empresários de arroz. Mas Raposa Serra do Sol é terra indígena e qualquer outra ocupação não descrita no decreto de Homologação se trata de uma invasão que deve ser combatida.

✕ É necessário e fundamental que se apurem todos os casos de violência contra a vida e patrimônio dos povos indígenas, bem como os crimes cometidos durante a resistência na retirada de nossos invasores.

✕ Acreditamos na importância e relevância da solidariedade e apóio que temos recebido durante nossa viagem por Europa. É fundamental, e assim o transmitimos em nossos encontros, que todos os países europeus ratifiquem a Convenção 169 da OIT, como instrumento normativo de reconhecimento

internacional de nossos direitos.

Agradecemos a todas as Autoridades, personalidades, entidades e organizações que receberam-nos, ouviram nossas palavras e apoiaram nossas comunidades e nossa terra.

Agradecemos especialmente a todas as pessoas e entidades que trabalharam junto a nós nesta viagem. Aquelas pessoas que nos acompanharam desde o início da viagem até o final; aquelas que facilitaram os contatos e audiências em cada país; aquelas que nos proporcionaram hospedagem em suas casas. Nós, povos indígenas, temos o direito e a liberdade de estabelecer amizade e alianças com outros na defesa de nossa vida e nossa terra. E temos a certeza de que os direitos de cada homem e cada mulher serão garantidos com a união e o trabalho de muitos.

Retornamos ao Brasil, em definitivo, felizes de nossa viagem, esperançados e mais firmes na defesa de nosso povo e de nossa terra.

Lisboa, 07 de julho de 2008

Jacir José de Souza MACUXI
Pierlangela Nascimento da Cunha WAPICHANA

Conselho Indígena de Roraima

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Virgínio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC – SE) – Concedo a palavra ao Senador José Nery. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Virgínio de Carvalho, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta semana, o Pará voltou ao noticiário nacional com as cenas de violência ocorridas na última terça-feira, 5 de agosto, no Município de Viseu, no nordeste do Estado, quando moradores se revoltaram pela morte de um jovem de 17 anos, Jaécio da Silva Souza.

A morte teria ocorrido durante uma *blitz* da Polícia Militar. Segundo a PM, o jovem teria resistido. Segundo a família, não. Amigos e familiares pediram informações sobre a morte e elas foram negadas.

Ainda há pouco, eu conversava com o Senador José Nery sobre o episódio e ele relatava exatamente essa omissão por parte da Polícia de informar à fa-

mília, inclusive, o local onde estava o corpo do jovem assassinado friamente, eu diria.

Amigos e familiares pediram informações sobre a morte, como disse, e elas foram negadas. O fato é que o adolescente foi atingido por uma bala na cabeça no momento em que resistiu à prisão. Revoltados, amigos e familiares das vítimas promoveram uma onda de protestos com depredação, saque e destruição dos prédios da delegacia de polícia e do fórum da comarca. Todos os processos e equipamentos foram danificados; armas, motos e drogas apreendidas foram saqueadas; oito presos foram soltos.

Segundo matéria do jornal **Diário do Pará**, o juiz da comarca, César Augusto Rodrigues, teve de pular o muro da casa onde mora, ao lado do fórum, para fugir. Fugir, Sr^{as} e Srs. Senadores! O juiz da Comarca teve que fugir! A única forma encontrada para salvar o juiz e o promotor do Município foi um resgate de helicóptero.

Isso é o Pará de hoje, refém da insegurança por todos os lados.

Senador Wellington Salgado, ainda há pouco, o Senador Adelmir Santana fez um pronunciamento sobre a violência no Brasil, dando dados estatísticos

sobre o crescimento da violência, cuja taxa de homicídio suplanta a taxa de nascimentos, ou seja, mata-se mais no Brasil do que nascem brasileiros.

Hoje, morrem mais brasileiros do que morrem no Iraque, que está em guerra. É um absurdo isso! E não há nenhuma ação do Governo – federal, em nível nacional e, lamentavelmente, estadual, em relação ao meu Estado do Pará.

O jornal **Diário do Pará** – eu faço aqui um parêntese – é um jornal da base de apoio à Governadora...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Flexa, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já lhe concedo o aparte, Senador Nery. Então, o jornal registrou uma frase emblemática do juiz do Município, que teve de fugir às pressas: “É lamentável o que aconteceu. Me senti uma autoridade impotente. E tive de contemplar a destruição do fórum.”

Quem disse isso foi o juiz César Augusto Rodrigues, o juiz da cidade, completamente inseguro dentro de sua própria jurisdição.

Viseu, Senador Carvalho, é um Município que fica a trezentos quilômetros de Belém. Eu diria que é quase ali, em função das distâncias quilométricas de nosso Estado. É perto. Se próximo de Belém acontece isso, imagine no interior mais distante o que está acontecendo.

O promotor de Viseu, Edvaldo Salles, declarou: “A falta de segurança não é só nos prédios do Judiciário. A cidade inteira sofre com isso. Pelo menos, três dos oito policiais da cidade – [só há oito policiais na cidade] – fazem a vigilância de dois bancos de Viseu, e o que sobra não é suficiente para cuidar da cidade.”

Moradores do Município ouvidos pelos jornais **Diário do Pará** e **O Liberal**, em matérias publicadas nesta quarta-feira, disseram que o grupo que promoveu as depredações era de moradores e amigos do jovem morto. A verdade é que a população pôde apenas observar cenas de mais violência gerada pela violência. Um retrato do caos que assola o Pará.

O Secretário de Segurança Pública, Geraldo Araújo, confirmou o erro da Polícia de Viseu. Disse ele, em entrevista coletiva na quarta-feira, 6 de agosto:

Eles – os policiais – não deveriam ter modificado o local do crime. O procedimento exato seria deixar o corpo no local e esperar a remoção. Desta forma prejudicaram as investigações!

Senador Mozarildo, o que o Secretário quis dizer é que os policiais que atiraram no jovem levaram o corpo. Tiraram o corpo do Município de Viseu e levaram-no para o Município de Castanhal, para o IML, sem

informar, sem notificar o caso. Foi por que a família não tinha informação que a população acabou se rebelando. Um erro que gerou uma revolta e evidenciou a falta de estrutura na delegacia do Município.

Mas esse não é um fato isolado no Pará, lamentavelmente.

Senador José Nery, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Flexa Ribeiro, ontem, comentei esse fato da tribuna, dizendo da minha imensa tristeza. Toda semana, temos de aqui levantar a voz para denunciar violências, crimes de toda natureza que ocorrem no nosso Estado, acabando por criar, de alguma forma, uma imagem muito negativa para o nosso Estado, o que não encontra sintonia com o povo honesto e trabalhador do Estado que aqui representamos. Esse episódio do assassinato do adolescente Jaércio, por falta de informações das autoridades, da Polícia, do Juiz que foi procurado – segundo o qual quem atendeu a família foi o promotor, mas não havia informações sobre o corpo do jovem assassinado – , provocou toda a revolta. E, agora, a Polícia, que é a única culpada por tudo o que aconteceu em Viseu nesse episódio, especificamente, quer encontrar um culpado a todo custo. Estão presas, neste momento, onze pessoas, e, entre elas, há um professor, o Professor Marcelo, que, em ocasião anterior, ao ter um parente assassinado brutalmente no Município e por ter cobrado da Polícia Civil a investigação daquele fato para chegar aos culpados e, evidentemente, à sua punição, ficou marcado por agentes da Polícia Civil de Viseu. O Professor Marcelo se encontrava, quando da depredação do fórum da cidade, no local, tentando dizer que não era correto resolver o problema daquela forma. Mas ele foi apontado por um escrivão da Polícia Civil como sendo um dos incentivadores daquele ato em que não houve nada programado, mas que surgiu da indignação, da revolta daquele momento. E, agora, a Polícia do Pará mantém presas onze pessoas, entre elas o Professor Marcelo. Em contato há pouco com o Sr. Mauro, lá de Viseu – um companheiro do PSOL – , dizia ele que há um sentimento de indignação, de insatisfação. E a população de Viseu, neste instante, sente um ânimo muito ruim, por conta desse clima de tensão e de insegurança que, infelizmente, campeia em nosso Estado. Eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a por reafirmar aqui essa denúncia e a cobrança de providências por parte das autoridades, dizendo claramente: esses agentes da Polícia Militar de Viseu, no Pará, é que são os responsáveis por esse clima de insegurança, de violência. Eles, que têm o papel de promover e de garantir a segurança do cidadão, lá se transformaram em algozes de uma vítima desarmada.

Quando eles dizem agora que o jovem estava armado, eles o fazem para justificar seu ato de selvageria. Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a por trazer esse tema à tribuna, cobrando providências, e, ao me associar a V. Ex^a, gostaria de reafirmar o que ontem disse aqui. Fiz um pedido público para que o Ministério Público do Estado do Pará nomeasse um promotor especial para acompanhar o inquérito policial que ocorre na cidade de Bragança, conduzido pelas autoridades policiais daquele Município. Assim, teremos a absoluta certeza de que a investigação ocorrerá da forma isenta, sem o acobertamento das responsabilidades de membros do aparato do Estado que deveriam cuidar da segurança, mas que, na verdade, promovem, nesse caso específico, a violência. Muito obrigado pela oportunidade de compartilhar com V. Ex^as esse sentimento de indignação e também de solidariedade ao povo pacato, trabalhador e honesto do Município de Viseu, no Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço-lhe, nobre Senador Nery, o aparte de V. Ex^a, o qual incorporo ao meu pronunciamento. Quero dizer a V. Ex^a que essa é uma prática comum do PT. A prática do PT é exatamente fazer aquilo que V. Ex^a denunciou: “Não sei, não vi, não tomei conhecimento”. Fazem isso, passando a outros as responsabilidades que são deles próprios.

Então, quero me associar a V. Ex^a na solicitação de que o Ministério Público acompanhe o processo que será instaurado em Bragança. E, mais do que isso, solidarizo-me com a população de Viseu, que é um Município, como V. Ex^a já disse aqui, de cidadãos pacatos, que estão no abandono. Além do difícil acesso de Bragança a Viseu, naquela Prefeitura, há um caos instalado. Há um caos na cidade de Viseu: o hospital não funciona, a delegacia não funciona, o Prefeito é irresponsável. Além de ser irresponsável, o Prefeito teve a audácia de sair candidato à reeleição, usando a máquina do Município. Então, temos de nos solidarizar duplamente com a população de Viseu: primeiro, pelo fato lamentável; segundo, pela condição em que se encontra o Município, na administração. Eu diria que não há governo municipal naquela querida cidade de Viseu.

Mas, Senador Nery, V. Ex^a, com certeza, terá de me apartear – e a generosidade do Senador Virgínio de Carvalho vai me permitir isso –, porque vou relatar aqui casos absurdos de violência. Senador Virgínio, que preside esta sessão, Senador Wellington Salgado e Senador Jefferson Praia, nós, os três Senadores do Pará – Senador Flexa Ribeiro, Senador Mário Couto e Senador José Nery –, vamos nos reunir aqui na semana que vem e vamos construir uma agenda pró-ativa

para o Estado, uma agenda positiva. A Governadora não tem diálogo com os representantes do Pará no Senado, não quer diálogo e não quer que o povo, no Pará, assista aos nossos pronunciamentos, porque não deixou a TV Senado se instalar na Funtelpa, lá no Pará. Negou o espaço para que a TV Senado instalasse os equipamentos para TV aberta em Belém.

Esse não é um fato isolado, lamentavelmente. Também em Serra Pelada, na região sudeste do Estado, o clima é tenso. Existe a possibilidade de confronto entre grupos rivais de garimpeiros, que disputam o poder dentro da Cooperativa dos Mineradores do Garimpo de Serra Pelada, a famosa Serra Pelada. Na segunda-feira, dia 4 passado, já houve conflito entre garimpeiros e policiais militares, resultando no ferimento de três policiais e de dois garimpeiros. Além disso, nesta semana, houve novas invasões de fazendas no sul do Estado, mais e mais invasões de propriedades privadas.

Recebi, ainda no final de junho, documentos que denunciam tortura contra presos do Centro de Recuperação Penal de Altamira. Eu disse aqui, Senador José Nery, que encaminhei um ofício ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para que fossem tomadas as devidas providências. Peço a V. Ex^a, que faz parte da Comissão de Direitos Humanos, que faça caminhar o ofício, para que possamos averiguar as torturas que os presos relatam em cartas e que teriam ocorrido após uma rebelião no início de junho. As denúncias, cópias de cartas, documentos e ofícios foram entregues a mim e repassados à Comissão de Direitos Humanos pela Articulação de Mulheres de Altamira e Região (Amar), no último dia 14 de julho. É outra denúncia de violência e de má administração.

Na Capital do Pará, em Belém, uma reportagem do Jornal **O Liberal** desta quarta-feira faz uma denúncia. Eu a lerei. Está aqui a denúncia: “Mais de 150 presos fugiram este ano”. Diz a matéria:

A Superintendência do Sistema Penitenciário e a Polícia Civil não confirmam, mas pelo menos 159 presos, alguns deles de Justiça, conseguiram escapar das delegacias e seccionais da Região Metropolitana de Belém, em 2008. Serrando grades, escavando paredes e até arrancando as placas de metal usadas para reforçar as celas, mais de 34 tentativas de fugas redundaram em 16 escapadas bem-sucedidas e outras 18 frustradas pela ação da polícia. A maior delas, em janeiro, na mesma carceragem de onde fugiram no último domingo 20 presos. Uma característica comum nas celas é a superlotação.

A matéria traz ainda um dado importante. E aí, Senador Nery, lamentavelmente, vou ter de falar da nossa querida Abaetetuba, sua terra. Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores, pasmem, porque essa denúncia foi feita por todos os Senadores do Pará. É uma denúncia nacional e internacional, porque se refere ao caso da prisão daquela jovem menor de idade que, na cadeia de Abaetetuba, foi estuprada por mais de vinte presos. Diz a matéria de **O Liberal** de hoje:

Em Abaetetuba, as obras de construção de uma nova carceragem, em substituição a demolida após a prisão de uma adolescente, juntamente com homens, por mais de vinte dias na delegacia da cidade, devem ser iniciadas ainda em agosto.

Como eu disse, Abaetetuba, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi a cidade que virou manchete não pela beleza de sua terra ou pela honra de seu povo trabalhador, mas, sim, pela prisão de uma menor em uma cela com mais de vinte homens. Todos conhecem esse caso lamentável que denigre a imagem do Pará. O que me causa estranheza, Senador Wellington Salgado, é que as obras da nova carceragem nem tenham ainda começado. A Governadora, que não tomou conhecimento – estava aqui, dançando carimbó, no dia em que a imprensa denunciava o caso –, mandou demolir a delegacia. Causa-me estranheza que as obras da nova carceragem nem tenham ainda começado.

Em novembro de 2007, o Presidente Lula e a Governadora Ana Júlia anunciaram a liberação de R\$90 milhões para a construção de presídios. Entre eles, estava a nova carceragem de Abaetetuba, Senador José Nery. Em novembro de 2007! Estamos em agosto e nem foram iniciadas as obras. Isso quer dizer que Abaetetuba não tem delegacia, não tem carceragem.

Este é o Governo do PT no Estado do Pará! Até agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, nada. Esta é a realidade do Governo do PT no Pará: discursos, reuniões, conferências, promessas e palavras. Ações para beneficiar a população? Nada, absolutamente nada!

O que relatei aqui são apenas alguns exemplos da má administração do PT no Pará, que coloca o meu Estado no topo do ranking da violência no País. É uma taxa de violência que só aumenta lamentavelmente a cada dia.

Apenas mais um exemplo. Nesta quarta-feira, ontem, ocorreram, pelo menos, sete assassinatos na região metropolitana de Belém, segundo os jornais paraenses – de um dia para outro. Em uma noite, sete assassinatos! E isso ocorre todos os dias. São dezenas de pessoas que morrem, vítimas de uma violência desenfreada em todo o Pará.

Antes de ser eleita, a Governadora Ana Júlia disse – o que eu vou citar está na matéria de publicidade da candidata Ana Júlia ao Governo do Estado do Pará. É filme de campanha dela: “A segurança vai ser prioridade absoluta no meu Governo. Vamos aumentar o número de policiais nas ruas. No meu governo, a polícia será respeitada e respeitará o cidadão trabalhando pela sua proteção dia e noite.”

Bonitas palavras, ditas pela candidata Ana Júlia, mas, lamentavelmente, a realidade é completamente diferente, e o povo do Pará se sente enganado por esse Governo que aí está. Mas o que vemos é justamente o contrário. Estou cansado de ver meu Estado nas manchetes nacionais apenas em casos ruins. Mas é uma realidade que precisa ser denunciada.

O atual Governo, Senador Augusto Botelho, V. Ex^a que esteve no Pará conosco já por algumas vezes, o atual Governo criou o *slogan*: “Pará, terra de direitos”. Um *slogan* que a cada dia soa mais como uma ironia, uma piada de mau gosto. Terra de direitos? Direito a quê? À morte, à violência, à insegurança, à incompetência? O povo paraense, infelizmente, por omissão e falta de gestão do Governo Ana Júlia, é um povo inconformado, revoltado e, principalmente, sem esperança e auto-estima.

Senador José Nery, V. Ex^a deve estar andando pelo interior do Estado, como o Senador Mário Couto e eu estamos. O que se vê de rejeição à Governadora no interior é algo absurdo. As últimas pesquisas apontaram a Governadora com 67% de rejeição. É a pior Governadora avaliada do Brasil. É o pior Governo da Federação brasileira. E isso nós não podemos aceitar.

Nós, Senadores, estamos aqui e voltamos a nos colocar à disposição da Governadora para que possamos fazer uma agenda construtiva para o Pará. Agora, dia 14, Senador Wellington Salgado, vão estar lá o Presidente Lula e a Governadora Ana Júlia para fazerem uma festa. Que festa é essa? Vão inaugurar a ampliação da Alunorte; vão anunciar a nova ampliação da Alunorte. Vão anunciar a instalação pela Vale de uma metalúrgica em Marabá. Ora, minha gente, isso é investimento privado. Quero até sugerir ao Presidente Lula e à Governadora Ana Júlia que somem todos esses investimentos privados no Estado do Pará, não só os da Companhia Vale, mas também as dezenas de prédios que estão sendo construídos na nossa cidade. Some tudo isso e inclua na obra do PAC. Coloque mais alguns bilhões como investimento do PAC no Estado do Pará para tentar enganar o povo. Mas o povo que foi enganado há dois anos e está arrependido, Senador Nery, não se deixará enganar mais.

Nós estamos vindo à tribuna, Senador Virgínio de Carvalho, para falar da gestão do Governo. Senador

Wellington Salgado, é da gestão. Mas estão chegando aos nossos gabinetes – meu, de Mário Couto e, com certeza, do Senador Nery – as informações dos malfeitos do Governo do PT. E são muitos.

Governadora Ana Júlia, abra os seus olhos, verifique o que está ocorrendo na sua administração, porque, lamentavelmente, má gestão é uma coisa e malfeito é outra completamente diferente. A somatória dos dois não será suportada pelo povo paraense.

Quero, ao encerrar, dizer que, lamentavelmente, o Presidente Lula não cumpriu a promessa que fez na campanha de 2006, quando, em palanque com a Governadora, disse que, caso ela fosse eleita, a União colocaria recursos no Estado para diminuir a violência. Isso não aconteceu, e – o que é pior – a violência tem crescido assustadoramente ao ponto de os carteiros da Cidade de Belém já não quererem mais entregar as correspondências com medo de serem assaltados.

O povo do Pará não tem mais condições de sair às ruas, porque não sabe se voltará à sua casa, ao seu lar, com vida. É lamentável e vamos lutar, todos nós, para que o Pará volte a ter condições de ser respeitado, como era, em nível nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC – SE) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

Eu quero também aqui autorizar a transcrição do pronunciamento do Senador Mozarildo, na forma do Regimento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Virgínio, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana foi divulgado que a classe média do Brasil já é composta pela maioria da população brasileira, que quase 52% dos brasileiros e brasileiras já fazem parte da chamada classe média.

Apesar dos riscos inflacionários, a população brasileira está mais confiante, compra mais e aumenta sua participação na População Economicamente Ativa do País. Isso é o que mostra pesquisa da Fundação Getúlio Vargas divulgada na terça-feira.

O levantamento que mostrou esse avanço econômico da população foi chamado de *A Nova Classe Média* e é de autoria do economista Marcelo Neri, da FGV. Neri usou dados da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que possibilitou traçar um cenário mais aprofundado da atual classe média e seu desenvolvimento nos últimos seis anos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, uma família é considerada de classe média quando tem renda mensal entre

R\$1.064,00 e R\$4.591,00. A chamada elite tem renda superior a R\$4.591,00; enquanto a classe D ganha entre R\$768,00 e R\$1.064,00. Os que são considerados pobres, por sua vez, pertencem a famílias com rendimento abaixo de R\$768,00.

De 2004 a 2008, as famílias das classes A e B cresceram de 11,61% para 15,52% da população. Já os brasileiros da classe D passaram de 46,13% da população para 32,59%.

Já a participação da classe média nas seis principais regiões metropolitanas do País aumentou de 44,19% para 51,89%. Mais da metade da população brasileira, portanto, já faz parte da classe média.

De acordo com o estudo, um dos principais fatores que contribuíram para o aumento da classe média no Brasil é a expansão dos empregos com carteira assinada.

Outro dado comprova esse fenômeno. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, só nos seis primeiros meses do ano foram gerados 1,361 milhão de novos postos de trabalho no Brasil, um aumento de 24,3% em relação ao primeiro semestre de 2007, recorde para o período. A previsão do Governo é fechar o ano em 2 milhões de novos postos de trabalho.

Esses dados comprovam que, desde o início do Governo Lula, houve uma clara redução nos índices de pobreza e de miséria no Brasil. A safra de indicadores sociais nunca se apresentou tão boa. Isso pode ser comprovado com dados também divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.

De acordo com o Ipea, o percentual de famílias pobres, aquelas que ganham menos que R\$768,00 por mês, caiu de 35% para 24,1% da população nas seis maiores regiões metropolitanas do País entre 2003 e 2008. Isso representa uma redução de quase um terço no percentual de pobres, ou seja, cerca de quatro milhões de brasileiros saíram da linha de pobreza.

Segundo o Ipea, o crescimento da economia beneficiou menos os ricos e pessoas de classe média alta. O crescimento econômico que estamos vivenciando no Governo Lula tem criado mais empregos, o que ajudou a retirar três milhões de brasileiros da pobreza entre 2002 e 2008.

Mas não foi só a geração de emprego que influenciou isso: conforme o Ipea, os ganhos reais do salário mínimo e as políticas sociais do Governo Federal também foram fundamentais para essa queda do número de pobres no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso, porém, deixar de falar do ponto fraco no crescimento sustentável da classe média brasileira, que é a educação.

Apesar de ter passado a ganhar mais e a consumir artigos que podem produzir mais renda, como computadores, ainda falta mão-de-obra especializada no Brasil. É triste que haja empregos e que faltem pessoas capazes para ocupar esses postos de empregos, mas essa falta de educação técnica já ocorre há muitos anos.

No Governo Lula foram instaladas e estão em funcionamento quase cem escolas técnicas.

Até o final do Governo deverão ser 152 escolas técnicas, pelas previsões atuais. Se dermos sorte, poderemos até aumentar esse número.

Lá em Roraima, o Governo Estadual fez a primeira escola técnica do Estado, inaugurada na semana passada, o que é uma boa notícia para o meu Estado. Temos duas escolas técnicas federais, construídas e em funcionamento, uma escola técnica estadual, construída e em funcionamento, e uma escola técnica federal em construção no Município de Amajari.

Infelizmente, por falta de mão-de-obra qualificada, o Brasil tem vagas de emprego que não são ocupadas. Os empresários estão investindo em emprego formal, com carteira assinada, que é o grande símbolo de crescimento da classe média, mas faltam pessoas qualificadas. Investir na qualidade da educação é importante para o País, para os Estados e Municípios. Um avanço neste sentido é a aprovação, nesta Casa, do projeto que cria o piso salarial do professor. No dia da homologação da lei, estive com o Presidente Lula.

Sei que professores bem remunerados se dedicam mais e alunos que têm professores motivados aprendem mais.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, o pronunciamento que V. Ex^a faz realmente é importante. O assunto está em todos os jornais de hoje, estive na televisão ontem e não deixa de ser, como V. Ex^a frisou muito bem, uma grande notícia. Os brasileiros passarem a ganhar mais, mesmo com a ameaça de aumento da inflação, é uma notícia muito boa. Fala em classe média. A classe média baixa é que aumentou, pois a média não aumentou e a média alta muito menos. V. Ex^a colocou uma coisa importante: que, como dizem os jornais de hoje, inclusive com a palavra de um especialista, Adalberto Cardoso, não é só a renda que define a pirâmide social. Como V. Ex^a disse, a educação é fundamental. Não adianta, por exemplo, ter um operário hoje ganhando R\$1.500,00 e ele não for qualificado, porque, amanhã, se ele ficar desempregado, não vai conseguir emprego de novo, ou vai perder esse emprego para quem estiver qualificado. Então, não pode haver essa ilusão de que está dimi-

nuindo a pobreza somente porque aumentou a renda, por causa de uma melhor distribuição, etc. Uma notícia péssima que está nos jornais de hoje: “508 cursos de graduação com notas baixas no Brasil”. Pouquíssimos cursos de graduação, cursos superiores, portanto, têm notas boas. Se não estou enganado, são apenas 27 no Brasil. Essa é uma notícia muito ruim. São sete anos de Governo Lula e não melhorou. Então, é preciso que a gente pense... V. Ex^a falou nos cursos profissionalizantes, que são prioritários em relação aos cursos superiores. Não adianta, por exemplo, a pessoa ter o curso fundamental tradicional e não ter especialização num curso profissionalizante. Então, é importante que o Governo entenda: investir em educação não é gastar, é realmente investir na melhoria da qualificação do trabalhador, das famílias. Aí sim vamos inverter essa pirâmide social injusta. Tem aquela história de que o negro tem menos chance do que o branco. O problema é social. Assim como o filho do Pelé é um privilegiado, há filhos de brancos que são paupérrimos. Então, é preciso que essa coisa seja muito mais apreciada. Fiquei feliz em ouvir, um dia desses, que já se está realmente pensando no passo seguinte ao Bolsa-Família, para o cliente do Bolsa-Família ter a chance de sair dessa situação para ter uma profissão e ter um ganho e se sustentar.

Mas, de qualquer forma, é uma notícia que agrada o Brasil. Não tenho dúvida de que, se persistirmos nesse caminho... Isso, às vezes, Senador, leva décadas. Investir na educação, investir na distribuição de renda não é uma coisa a curto prazo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Já que estamos falando de coisas boas, eu gostaria de falar sobre essa lei de tolerância zero para o álcool no trânsito.

No meu Estado, geralmente, havia muitas mortes no trânsito, todos os meses. Neste mês, agora, nós tivemos praticamente uma morte no trânsito, no Estado todo.

Uma coisa muito importante. Eu ainda freqüento o hospital de Roraima. Vou auxiliar cirurgias lá, sempre às segundas-feiras. Na UTI – eu trabalhei em Roraima, na emergência, durante trinta e poucos anos –, nós quase nunca tínhamos vaga. Hoje, nós temos vagas na UTI em Roraima. Passamos a ter depois que diminuíram esses acidentes. Lá, a motocicleta é um dos transportes mais usados. Trinta e cinco por cento do transporte de Roraima é feito por motocicletas e os acidentes com motocicleta são muito graves, geralmente. Raramente, em Roraima, não se usa capacete, é difícil ver uma pessoa sem capacete lá em Roraima.

Mas se vê, também, cinco pessoas em cima de uma motocicleta, porque é o transporte da família.

Outra coisa boa do meu Estado que eu gostaria de falar é que pesquisadores da Embrapa – Amaury Burlamaqui, Moisés Mourão, Paulo Ribeiro Mattos, Roberto Medeiros e Gilvan Barbosa – apresentaram, no Simpósio Brasileiro sobre Ecofisiologia, Maturação e Maturadores em Cana-de-Açúcar, um trabalho que está sendo feito na nossa Embrapa de Roraima com dois cultivares de cana, já prevendo que nós seremos um dos produtores de álcool na Amazônia. Estão fazendo experiências com dois cultivares e estão partindo para outros cultivares também.

A Embrapa de Roraima teve o apoio deste Parlamentar, com emendas, para que essas pesquisas fossem feitas. Inicialmente, logo que entrei aqui, foi feita uma pesquisa com o cultivar de mandioca dos indígenas, que está sendo implantada. Primeiramente, foram plantados 30 mil hectares em áreas indígenas, no Acre. Plantamos a mandioca. Este ano é possível que se chegue a 150 hectares de mandioca, um cultivar especial dos próprios indígenas, de boa produtividade, plantados com cultura mecanizada. Estamos lá em Roraima trabalhando para ensinar a cultura mecanizada para os indígenas e para os agricultores familiares.

A Secretaria de Agricultura tem um programa que já plantou mil hectares de feijão em áreas de um hectare em cada lote dos assentamentos do Incra, para que as pessoas possam aprender. Vão plantar feijão e outros produtos depois nessas áreas para melhorar a rentabilidade e a qualidade de vida dos assentamentos rurais e indígenas.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que V. Ex^a me deu de me pronunciar.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC – SE) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia.

Seria o Senador Paulo Paim, que acabou de entrar, mas concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Paim.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a principal fonte de arrecadação do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT –, o PIS-Pasep, registrou aumento, Sr. Presidente, de 32% no primeiro semestre deste ano em relação a igual período do ano passado. Essa, certamente, é uma notícia animadora, que foi publicada hoje no jornal **Folha de S. Paulo**, cuja autora é a jornalista Juliana Sofia. O título dessa matéria é: “Receita de empresas eleva arrecadação do FAT em 32%”.

Esse aumento de arrecadação proporcionará maiores incentivos à agricultura familiar, aos micro e pequenos negócios e também, Sr. Presidente, por meio do BNDES, financiamentos às empresas a custos muito mais baixos que os do mercado.

O Ministro do Trabalho, Carlos Luppi, Sr. Presidente, que é do meu Partido, o PDT, e faz um bom trabalho à frente do Ministério do Trabalho, certamente, deve estar entusiasmado com essa notícia, buscando investir, cada vez mais, na geração de trabalho, emprego e renda.

Sr. Presidente, com mais recursos para investimentos numa área fundamental, que é a de capacitação e qualificação profissional, muitos sairão da situação desesperadora e deprimente que é a do desemprego.

Nós sabemos que empregos existem no Brasil. Entretanto, infelizmente, milhares de brasileiros, por não estarem preparados, não atendem às mais diversas demandas do mercado e não têm, portanto, oportunidade de emprego e, conseqüentemente, de obterem uma renda para proporcionarem uma melhor qualidade de vida para suas famílias.

Sei que muito ainda precisa ser feito, Sr. Presidente, pois temos aí milhões de desempregados no Brasil. É necessário maior envolvimento também dos Governos estaduais e municipais e principalmente dos empresários.

Sobre essa questão da capacitação e da qualificação profissional, no momento em que percebemos o crescimento da classe média, alguns falaram do Bolsa-Família, o que certamente tem ajudado.

O passo seguinte, que já percebo que o Governo está procurando dar, é o de prepararmos as pessoas para as oportunidades existentes, pois empregos existem, como falei anteriormente, e também prepararmos aqueles que não têm oportunidade de participação no mercado.

O que quero dizer? Aí refiro-me àqueles que estão com um pouco mais de idade, àqueles acima de 40 anos, àquelas senhoras donas de casa, que estão buscando em sua casa aprender alguma coisa, a fazer artesanato, aprender a costurar, para poder contribuir para a sua renda ou para a renda de suas famílias.

Confesso que, quando recebo uma notícia como essa, fico muito contente, por isso estou aqui me referindo a este assunto, porque percebo que muitas vidas serão ajudadas. Não podemos jamais deixar de investir na capacitação e na qualificação profissional. Isso é muito importante. Sei que alguns não acreditam. Uns acham “não, gerar empregos só com crescimento econômico”. Sim, eu sei que só com crescimento econômico você gera emprego, pois a economia fica

muito mais dinâmica, portanto, ela dá condições para a geração de emprego. Você começa a ver a economia um pouco mais aquecida, você percebe, por exemplo, o setor da construção civil demandando muito mais trabalhadores, pedreiros, pintores, todos os trabalhadores relacionados àquela área.

Mas não podemos nos esquecer, Sr. Presidente, daqueles que não serão chamados pelo mercado – vamos dizer assim. Não podemos nos esquecer daqueles jovens que estão saindo do ensino médio e não sabem o que fazer. Acredito que muitos que estão aqui talvez não tiveram esse problema após o ensino médio. Acredito que, a partir do ensino médio, todos entraram na faculdade, tiveram oportunidade de fazer um curso superior. Mas isso não acontece com a maior parte da nossa gente, dos nossos irmãos brasileiros. Muitos se preparam e começam a pensar numa profissão no ensino médio. E prepararmos esses jovens para que possam ser empreendedores, Sr. Presidente, para que façam curso de empreendedorismo é muito importante.

Percebo que esta palavra “empreendedorismo” ainda não é percebida pelas pessoas mais simples, mais humildes do nosso País. Mas é fundamental serem também empreendedores. Muitos se preparam apenas para ter um emprego num órgão público ou numa empresa privada. E nós percebemos o quanto o brasileiro é empreendedor. Nós sabemos o quanto o nosso povo é um povo empreendedor. Portanto, investir em cursos de empreendedorismo é muito importante, é fundamental, porque, assim, nós podemos fazer com as que as famílias possam ter seu trabalho, possam ter sua renda e possam, conseqüentemente, ter uma vida melhor.

Sr. Presidente, há um outro ponto importantíssimo, neste contexto, que são aqueles que estão no campo da economia solidária. Ou seja, pessoas estão se reunindo – vejam bem – para produzir. Muitas vezes, senhoras acima de 40 anos, porque não têm mais oportunidade, reúnem-se na casa de uma delas e passam a produzir alguma coisa, algum produto para a venda. E, aí, o que elas têm de custo elas abatem, conseqüentemente, por meio da venda dos seus produtos, e obtêm uma sobra que é dividida igualmente por todos ou por todas que estão nesse contexto da economia solidária. E esse é um campo fantástico, esse é um campo importante. Percebo que a nossa população tem uma parcela que é entusiasmada e que gostaria de participar da economia solidária. Temos que avançar nessa questão.

Portanto, Sr. Presidente, nós ainda – sei que “desemprego zero” é uma utopia; eu, como economista, percebo muito bem essa questão – devemos buscar,

cada vez mais, dar oportunidade de trabalho, de emprego e de todos obterem uma renda. Essa é uma missão que deve ser uma das primeiras de qualquer governo, federal, estadual e municipal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC – SE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, Líder do PDT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado pelo espaço.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, volto aqui para falar de um assunto que eu não canso de repetir nos últimos dias, que é a resistência de diversos Governadores e Prefeitos em relação ao piso salarial.

Senador Jefferson, eu lembrei aqui já uma vez, sem querer cansar de repetir, que, 120 anos atrás, depois da Lei da Abolição da Escravatura, Senadora Marina, houve manifestações – sei que a senhora é muito sensível a esse assunto –, e tentativas diversas no sentido de rever a Lei da Abolição. Foi graças inclusive ou provocado por isso que Rui Barbosa mandou queimar os documentos da escravidão. Ficou mal para os historiadores, mas ficou bem na História. Temia Rui Barbosa que os donos de escravos entrassem na Justiça pedindo indenização, já que eles não conseguiram aprovar uma lei depois de 13 de maio de 1888, que dava indenização com dinheiro público para aqueles que perderam os seus escravos. Houve tentativas. Agora, 120 anos depois, a tentativa é no sentido de não deixar ser aplicada a Lei do Piso Salarial, um piso de R\$950,00.

Acaba de ser publicado documento com estatísticas no sentido de que a classe média aumentou; a classe média de R\$1.050,00. O professor não chega lá com o seu piso salarial de R\$950,00. E olha que eu estou falando de uma classe média de R\$1.050,00. Basta ver a cesta que se compra com isso para que se perceba que classe média é essa.

Pois bem, nós não podemos deixar que haja esse retrocesso de o piso salarial não ser respeitado. Tanto o piso do ponto de vista do valor do salário como o piso do ponto de vista da carga horária de aula que os professores são obrigados a dar.

Mas eu não vim aqui apenas para falar disso. Eu vim para dizer que está na hora de darmos um passo adiante, da mesma maneira que eu briguei pelo piso salarial e consegui que fosse aprovado. E não me canso de repetir, em grande parte graças ao apoio do Ministro Fernando Haddad e do Presidente Lula; sem o apoio deles dois não teríamos tido o piso salarial aprovado. Eles ajudaram, e bastante, não apenas na sanção do Presidente Lula, mas durante o processo.

Quero aqui dizer que eu dei entrada em mais um projeto – e vou reconhecer a origem do projeto, em que me inspirei – no sentido de pagar o 14º salário para os professores. Eu me inspirei no Governo de Pernambuco. O Governador Eduardo Campos criou o 14º salário do professor daquele Estado, mas não para todos os professores. É um 14º salário que ele paga para os professores e também para os servidores da escola que conseguiu, naquele ano, subir na posição do chamado Ideb. É um incentivo para que os professores e os funcionários se mobilizem no sentido de conseguir melhorar a qualidade da escola.

Eu acho que a gente deve levar isso para o Brasil inteiro. Conversei aqui com o Governador José Roberto Arruda, que já me disse que, aqui no Distrito Federal, ele vai levar adiante esse projeto.

As boas idéias existem para serem copiadas. E vou tentar levar essa idéia do Governador Eduardo Campos, com esse projeto de lei, Sr. Presidente Virgínio, para o Brasil inteiro.

Imagino como devem ficar aqueles Governadores e Prefeitos que não querem pagar nem o piso, quando me ouvem aqui falar da necessidade de pagar um 14º salário. Eu volto a insistir: não para todos, mas um 14º salário como um incentivo, Senador Paim, aos professores, aos funcionários, aos servidores administrativos das escolas que, naquele ano, conseguiram, por esforço deles, elevar a classificação da escola na lista do Ideb. Podemos, com isso, melhorar o salário dos professores, mas sobretudo – este é o objetivo – melhorar a qualidade da escola, com o que melhoramos o futuro das crianças, com o que melhoramos o futuro da sociedade brasileira.

Hoje de manhã, aqui, tivemos uma sessão de homenagem ao grande Josué de Castro. A Senadora Marina Silva foi uma que fez um belo discurso. Josué de Castro lutou contra a fome no Brasil. Eu não tenho dúvida de que hoje a luta dele seria pela educação no Brasil como caminho para resolver a fome. Obviamente, não dá para esperar educar as pessoas para então resolver a fome. Daí a importância do programa Bolsa Família, um programa que consegue, de imediato, sem esperar a educação, diminuir o quadro da fome. Eu ainda continuo insistindo que o grande caminho seria unir a fome e a educação como fazia o programa Bolsa Escola, vinculando, de uma maneira amarrada, a idéia de freqüentar as aulas com a idéia de receber um dinheiro que tirasse as pessoas da fome, podendo comprar no mercado a comida de que precisam.

É a educação que vai libertar, que vai emancipar da fome e também do desemprego e da falta de participação, de cidadania, etc. Não há uma boa educação se não houver professor bem remunerado, e bem

dedicado, e produzindo resultados. Porque aumentar o salário do professor que não consegue melhorar a qualidade da escola não é o caminho certo. O caminho certo é melhorar o salário vinculado à formação, vinculado à dedicação, vinculado aos resultados que se consegue. E é isso que o Governo do Estado de Pernambuco inspirou. Eu peguei a idéia, respeitando o dono dela, reconhecendo isso na justificativa, e estou tentando levar para o Brasil inteiro.

A maior maneira de evitar o retrocesso na idéia do piso sancionado pelo Presidente Lula é dar um passo adiante. Não nos contentamos apenas com esse piso, queremos algo mais. Uma dessas coisas algo mais é essa idéia do 14º salário, até que a gente possa – como também está quase pronta – dar idéia, Senadora Marina, para a carreira nacional do magistério, como há a carreira nacional dos funcionários da Polícia Federal, da Infraero, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Ibama. Por que não há uma carreira nacional do professor também?

É claro que não dá para implantar isso de um dia para o outro. Calculo que levaríamos vinte anos para chegar a todo o Brasil, mas podemos começar já em algumas cidades. É isso que vim falar aqui. Ao mesmo tempo que eu insisto, convoco os professores deste País, convoco os pais deste País a não deixarem que essa lei seja derrubada, a não aceitarem a idéia de inconstitucionalidade, porque, se, em algum momento, for inconstitucional pagar o piso salário ao professor, mudemos a Constituição, mas não retrocedamos aos tempos de antes em que os professores do Brasil não tinham o seu piso.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Cristovam, V. Exª me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, peço licença para conceder um aparte ao Senador Jefferson Praia.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Serei breve, Senador Cristovam. Em qualquer discussão, quando se fala o que deveremos fazer para termos um País desenvolvido, o primeiro ponto, a primeira palavra que dizem é educação. V. Exª tem sido uma referência de luta neste País e, certamente, sempre será reconhecido como um grande lutador pela educação. Chamo a atenção apenas daqueles que nos ouvem e nos vêem neste momento para que, nesse momento de eleição, votem em candidatos, em prefeitos comprometidos com a educação, porque essa é uma questão de sensibilidade, uma questão de saberem o que querem para o Município e o que querem para o País. Muito obrigado por conceder-me um aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, eu que devo agradecer essa sua lembrança e

também a clareza com que o senhor falou. Nós somos do mesmo Partido, mas o senhor não disse: “Votem nos candidatos do nosso Partido”. O senhor disse: “Votem nos candidatos da educação.”

É isto que eu gostaria de deixar como mensagem final: o fundamental não é a sigla. O fundamental é a causa. Votem nos Vereadores e Prefeitos comprometidos com educação, porque você está construindo o futuro da sua cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC – SE) – Prorrogo a sessão por mais uma hora.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero agradecer ao amigo e companheiro Senador Paim, que fez a permuta comigo, cumprimentando também o nosso Senador Cristovam Buarque, incansável defensor da educação. Eu diria que temos aqui dois grandes símbolos da persistência: o Senador Cristovam com a educação e o Senador Suplicy com a renda mínima. Mas ambos se completam e transitam em todos os temas. É que esse, de fato, é emblemático da sua história e do seu compromisso de vida. Parabéns!

Sr. Presidente, quero fazer aqui uma manifestação. Desculpe-me. Peço licença para falar sentada, de acordo com o Regimento Interno do Senado, pelas limitações de saúde que espero rapidamente temporárias, bem breves. Eu gostaria de trazer um assunto a esta Casa que, no meu entendimento, se constitui em motivo de preocupação da maior parte dos brasileiros e dos diferentes setores da sociedade brasileira que têm compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a proteção dos ativos ambientais brasileiros e, particularmente, um dos nossos maiores ativos, que é, sem sombra de dúvida, a floresta amazônica.

Eu quero me referir aqui ao veto estabelecido ao inciso IV da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, que incluía, através do projeto de lei de conversão, a MP 422, que estabeleceu os procedimentos para regularização fundiária na Amazônia, que, no meu entendimento, se constitui no aprofundamento das contradições que nós estamos vivendo entre o nosso desejo de proteger a Amazônia por meio de algumas ações importantes e estratégicas que vêm sendo tomadas da parte do Estado, do Governo Federal, dos governos estaduais e de vários segmentos da sociedade, e os procedimentos legais que muitas vezes estão sendo aprovados nesta Casa: os marcos regulatórios.

O veto estabelecido ao inciso IV da Lei já mencionada se constitui numa perda insofismável do avanço que havia sido conseguido, pequeno avanço adquirido

durante a tramitação da MP 422 na Câmara dos Deputados, que teve a acolhida do ilustre Relator Asdrúbal Bentes, do PMDB do Estado do Pará, e foi um pedido dos Deputados do núcleo agrário daquela Casa.

Aqui, os senhores foram testemunhas de que eu, juntamente com um grupo de 23 Srs. Senadores, procuramos convencer o nosso líder, no caso aqui, da Base do Governo, Senador Romero Jucá, a acolher uma emenda de minha autoria à referida medida provisória.

O que propunha a emenda era uma espécie de anteparo ao que chamo de abertura indesejável, altamente preocupante, em relação à ampliação da fronteira predatória na Amazônia. Essa emenda, se tivesse sido aceita, evitaria que terras públicas ainda não destinadas na Amazônia e que ainda não fazem parte do cadastro nacional, segundo levantamento feito pelo Cadastro Nacional de Florestas Públicas realizado em 2008, não seriam passíveis de qualquer tipo de regulamentação. E, com isso, protegeríamos uma grande quantidade de áreas florestadas, não permitindo nem estimulando qualquer tipo de ocupação ilegal, qualquer tipo de grilagem.

Só para os senhores terem uma idéia, vou repetir aqui, o Cadastro Nacional de Florestas Públicas de 2008, feito pelo Serviço Florestal Brasileiro, nos dá conhecimento de que o Brasil tem 211 milhões de hectares de florestas públicas.

Desses 211 milhões de hectares, cerca de 94% estão na Amazônia. Desse total, 185 milhões de hectares são florestas protegidas em unidades de conservação federal e terras indígenas. Outros 25 milhões são florestas localizadas em terras sem destinação, ou seja, em áreas que não obtiveram nenhuma destinação pública ou privada e estabelecida oficialmente. E essas áreas não destinadas estão distribuídas da seguinte forma: cerca de 54% no Estado do Amazonas, ou seja, 17 milhões de hectares; 24%, seis milhões de hectares, no Estado do Pará e 19%, ou seja, 4,7 milhões de hectares em Roraima.

Sem o acolhimento da emenda que propusemos, no sentido de que essas áreas não poderiam ser regularizadas nem poderiam ser criadas nenhum tipo de expectativa sobre elas porque são áreas de florestas públicas, patrimônio do Estado brasileiro e de toda a sociedade brasileira, toda essa área ficou altamente vulnerável à grilagem, à expansão predatória. Vinte e cinco milhões de hectares de imensa riqueza florestal que, sabemos, sem o devido cuidado que se precisa tomar em relação a elas, nós daqui a algum tempo veremos o que acontecerá com a expectativa que se cria de posse, de regularização dessas terras irregularmente ocupadas.

Digo que há uma contradição entre o que se aprovou como marco regulatório em vários momentos como instrumentos legais pelo Governo Federal, inclusive à época da minha gestão e essa medida provisória agora transformada em lei.

Aqui, nesta Casa, aprovamos a Lei de Gestão de Florestas Públicas; a criação do Serviço Florestal Brasileiro; a limitação administrativa temporária, que estabelece uma dominialidade do Estado, inibindo qualquer atividade econômica em áreas consideradas estratégicas para proteção da biodiversidade ou para regularização, nos termos que estabelece a lei, quando são identificadas como unidades de conservação, quer de uso sustentável, quer de proteção integral.

No meu entendimento também, Sr. Presidente, mais uma vez quero aqui registrar, o que diz o veto do inciso IV. A conquista que tínhamos conseguido, um pequeno ganho nessa medida provisória, graças ao esforço da Câmara dos Deputados, já que aqui não foi possível, é de que só haveria regularização fundiária nos Estados em que foi feito o zoneamento ecológico-econômico. Dois Estados já concluíram o seu zoneamento ecológico-econômico: o Acre e Rondônia.

As pessoas poderiam dizer que se apenas dois Estados concluíram o zoneamento ecológico-econômico então a medida provisória, que tem o objetivo de viabilizar o problema da regularização fundiária, não alcançaria seu objetivo já que esse dois Estados representam apenas cerca de 7% da Amazônia.

Se formos verificar, seis Estados já estão em processo avançado de conclusão de seus zoneamentos ecológicos e econômicos: Pará, Mato Grosso, Roraima, Amapá, Tocantins e Amazonas. E ainda mais.

O Presidente Lula, o ano passado, quando foi ao Estado do Pará, assinou um decreto estabelecendo mudanças na Lei de Convalidação do Zoneamento Ecológico e Econômico, que antes só poderia ser validado pelo Governo Federal, por resolução do Conama e pelas assembleias legislativas, quando fosse concluído em todo o Estado. O Presidente Lula assinou um decreto estabelecendo que ele poderia ser feito por partes, por região, exatamente para que não acontecesse o que ocorreu no Mato Grosso e no Estado de Rondônia: demorou tanto o processo que, quando terminou o zoneamento, já havia uma mudança tão significativa que foram necessários novos rearranjos, novos ajustes na peça que havia sido produzida pelos técnicos no processo de estabelecimento do zoneamento.

Então, não há justificativa para o veto a esse inciso que condicionava o ordenamento territorial numa proporção tão grande, 1.500 hectares, sem licitação, na Amazônia, sem a exceção de que as terras florestadas e florestas públicas não deveriam fazer parte

das áreas possivelmente regularizadas. Não cabe a justificativa de que isso iria dificultar o ordenamento territorial e fundiário, porque o que se estava fazendo aqui era um processo de, primeiro, reconhecer os que fizeram o dever de casa e estimular os que ainda não o fizeram para concluir os seus processos.

Neste caso, se está apostando na inércia; neste caso, se está premiando exatamente aqueles que ainda não concluíram, em prejuízo daqueles que fizeram todo esforço – que não é de pequena monta – para ter o zoneamento ecológico e econômico e, com ele, se delimitarem as áreas de que se poderá fazer uso intensivo; quais são as áreas em que não se pode nem se deve ter qualquer atividade econômica, porque elas devem ser regularizadas, destinadas como uma unidade de proteção integral; e quais são aquelas áreas que você pode estabelecer para uso sustentável, sobretudo no que concerne às florestas nacionais ou às áreas que podem ser licitadas para o manejo florestal sustentável, como prevê a Lei de Gestão de Florestas Públicas. Eu lamento profundamente que essa medida provisória tenha sido aprovada; lamento profundamente que a emenda não tenha sido acolhida, e lamento profundamente que tenhamos tido veto no único inciso que estabelecia alguma vantagem para proteção, uso sustentável e combate a grilagem.

De sorte, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que eu devo dizer que essas contradições e essas ambigüidades não favorecem os esforços legítimos que o Presidente Lula vem fazendo no que concerne a medidas como a resolução do Conselho Monetário que veda o crédito para quem desmata ilegalmente; a moratória para os 36 Municípios que mais desmatam; a criminalização daqueles que produzem ou que comercializam produtos de áreas ilegalmente desmatadas. Todo o esforço do plano de combate ao desmatamento, no que concerne à agenda de ordenamento territorial e fundiário, foi responsável pela Portaria nº 10 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Incra, e inibiu cerca de 66 mil propriedades ilegais de grilagem na Amazônia.

É uma contradição. Por que essa contradição? Em vez de generalizarmos os acertos, pegamos os paradigmas errados para generalizá-los; os Estados que fizeram o zoneamento ecológico e econômico que podem destinar, com alguma segurança, as áreas de acordo com o planejamento feito sobre o seu território não foram considerados para alavancar o ordenamento territorial e fundiário. Agora, os Estados que não o fizeram viraram paradigma de como e em que bases se dará o ordenamento territorial e fundiário. Uma contradição, inclusive, com a Carta dos Governadores, no Estado do Pará, em que os próprios Governadores

disseram que querem, sim, o ordenamento territorial e fundiário, que querem a regularização fundiária. Eles mesmos, na carta que assinaram, afirmaram que para se fazer a regularização fundiária seria interessante observar o zoneamento ecológico e econômico, e que este deveria ser base para a regularização fundiária. Se os Governadores assinaram uma carta dizendo que o ordenamento territorial e fundiário deve considerar o zoneamento ecológico e econômico, por que, então, o veto ao inciso IV, que estabelecia o zoneamento como pré-condição para a regularização fundiária?

Eu lamento profundamente que isso tenha acontecido, Senador Paim, Sr. Presidente, demais Senadores, porque, no meu entendimento, as pessoas têm a expectativa de que terão acesso a terra “fácil”, a terra “barata”. Mas a terra não é fácil nem é barata, porque existe um custo que não está devidamente mensurado que é custo social, o custo ambiental, o custo moral e o custo econômico, porque existem muitos prejuízos para a imagem do Brasil a partir de barreiras não tarifárias, em função das perdas ambientais presentes em alguns ecossistemas, em alguns biomas, como é o caso da Amazônia.

Então, eu não poderia deixar de manifestar aqui o meu descontentamento, a minha tristeza em relação a esse passo que eu considero um aprofundamento nessa contradição: a primeira é a própria medida provisória; a segunda é não aceitar a emenda que evitaria que terras e florestas públicas pudessem ser regularizadas se ocupadas ilegalmente, e a terceira é essa que vetou o inciso IV, que estabelecia o zoneamento ecológico e econômico como pré-condição para a regularização fundiária. Ou seja, um prêmio à inércia, sendo generosa, porque o que se está generalizando como paradigma é exatamente os que não fizeram o dever de casa, e desnecessariamente, porque os próprios governadores assinaram uma carta dizendo que eles queriam e querem que o zoneamento ecológico-econômico seja a base do ordenamento fundiário de seus Estados.

Todos os Estados, Sr. Presidente, já concluindo, sem querer abusar do seu acolhimento. O Estado de Rondônia já está concluído; quanto ao Estado do Acre eu já falei; o Estado do Amazonas já tem um macrozoneamento do Estado na escala de 1:1.000.000 e estão trabalhando no detalhamento de regiões prioritárias para poder convalidar essas regiões prioritárias e ali já se poderia fazer o ordenamento territorial, a regularização fundiária; o Estado do Amapá também está em processo de zoneamento iniciado. Metade do Estado já está concluído. Portanto, pode ser validado; e, validada aquela parte, ali se faria a regularização fundiária. Em Roraima, o zoneamento está em fase de conclu-

são. Parece-me que o grande argumento é resolver o problema de Roraima. Ora, se já está em fase de conclusão, por que não aguardar essa conclusão e fazer algo consistente, coerente com o Plano de Combate ao Desmatamento; coerente com as áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade; coerente com o programa Amazônia Sustentável, que está baseado em cinco eixos: o ordenamento territorial e fundiário, o combate às práticas ilegais, as tecnologias para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e infraestrutura com sustentabilidade.

Posso citar os demais, mas em todos eles, exceto o Estado do Maranhão, onde não temos esse processo tão avançado, já se iniciou o processo com base em dados, em termos de informação que são bastante significativos.

De sorte que, Sr. Presidente, considero altamente contraditória essa postura assumida em relação às medidas tão importantes que, reconheço, corajosamente foram assumidas ao longo desses anos e vêm sendo assumidas pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC – SE) – Muito obrigado, Senadora Marina.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Nery, Líder do PSOL.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Virgínio de Carvalho, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me associar à manifestação feita pela Senadora Marina Silva e dizer que, infelizmente, eu não estava presente quando da votação da Medida Provisória que os movimentos sociais consignaram chamar de “MP da Grilagem”.

Foi uma tentativa de aprovar aqui uma emenda que tentava preservar pelo menos um mecanismo para que, como disse a Senadora Marina, o zoneamento econômico-ecológico fosse uma pré-condição para a regularização fundiária. Infelizmente, o veto do Presidente Lula não ajuda muito nesse esforço que temos feito. Falo não só de nós, Parlamentares, mas também dos movimentos sociais da Amazônia, dos trabalhadores rurais, dos ecologistas, de todos aqueles que têm compromisso com um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, em que a regularização fundiária é aspecto fundamental para colocar termo à destruição e, evidentemente, com a busca que fazemos para um novo modelo de desenvolvimento para a região.

Associo-me às preocupações manifestadas pela Senadora Marina Silva e afirmo que só um processo de mobilização social mais efetivo e, principalmente, uma tomada de consciência política de vários setores da sociedade, em nossa região e que esses setores da sociedade enviem para o Congresso Nacional uma

representação e possa ecoar aqui não só a voz, mas também o compromisso do voto por mudanças efetivas que ajudem a mudar os padrões de desenvolvimento, dos planos de desenvolvimento que têm sido concebidos e, invariavelmente, têm significado destruição da floresta, crimes no campo, enfim, toda a sorte de desatinos que infelizmente atingem os mais pobres e os excluídos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o tema que vou enfocar aqui tem exatamente a ver com a dimensão da luta por justiça e direitos humanos em nosso País.

Nos últimos dias o termo de revisão da Lei de Anistia voltou a ser debatido em nosso País. Após posicionamento favorável do Ministro da Justiça, Tarso Genro, iniciou-se intenso debate dentro e fora do Governo e do Parlamento, sem falar na manifestação de vários setores da sociedade, em relação à revisão da Lei da Anistia.

A Lei da Anistia foi importante conquista do povo brasileiro e se insere num momento de enfraquecimento da ditadura militar, da perda de apoio político dos militares e de ascenso das lutas populares em nosso País.

Esse processo desembocou na chamada redemocratização do País e na elaboração de uma nova carta política em 1988.

No seu art. 1º, a Lei 6.683, de 1979, concede benefícios “a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”.

Concordamos com o jornalista Hélio Bicudo, brasileiro incansável na defesa dos direitos humanos, que afirma que a referida lei considera “crimes conexos”, para os seus efeitos, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados com motivação política.”

Contudo, a brecha jurídica dos chamados “crimes conexos” foi utilizada por juristas e pelos militares para anistiar todos aqueles agentes do Estado que cometeram tortura naquele período.

Esse debate também é influenciado pela postura dos países vizinhos que passaram igualmente pela experiência traumatizantes dos regimes de exceção no mesmo período.

No ano de 2005, a Corte Suprema de Justiça da Argentina considerou que eram incompatíveis com a Convenção Americana de Direitos Humanos as leis de Ponto Final (Lei nº 23.492/86) e de Obediência Devida (Lei nº 23.521/87), que impediam o julgamento de violações cometidas no regime repressivo de 1976 a 1983, abrindo a possibilidade de julgamento de militares por crimes praticados durante a repressão. Igual procedimento teve a justiça chilena: o Decreto-Lei de nº 2.191/78, que previa anistia aos crimes perpetrados de 1973 a 1978. Fatos semelhantes aconteceram no Uruguai e no Peru.

Sr^{as} e Srs. Senadores, qual é a definição de tortura? A Convenção contra Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes, subscrita e ratificada pelo Brasil e incorporada ao nosso ordenamento jurídico, com força de lei, define tortura da seguinte forma:

Qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter dela ou de terceira pessoa informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência”

Em 1994, o então Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, escreveu no prefácio do livro **O Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil**:

Tocar nos corpos para machucá-los e matar. Tal foi a infeliz, pecaminosa e brutal função de funcionários do Estado em nossa Pátria brasileira, após o golpe militar de 1964.

Tocar nos corpos para destruí-los psicologicamente e humanamente. Tal foi a tarefa ignominiosa de alguns profissionais da Medicina e de grupos militares e paramilitares durante 16 anos em nosso País. Tarefa que acabamos exportando ao Chile, Uruguai e Argentina. Ensinamos outros a destruir e a matar. Lentamente e sem piedade. Sem ética nem humanismo.

É sobre os agentes do Estado que cometeram esses crimes contra centenas de brasileiros, muitos dos quais continuam até hoje como “desaparecidos”,

cujas famílias não conseguem o direito de enterrá-los dignamente, que estamos falando.

A Lei da Anistia não incorporou o perdão para os torturadores. A reação das forças conservadoras, inclusive dos militares da reserva, é sintomática nas feridas abertas que precisam ser expostas e tratadas. Crime de tortura é crime hediondo, crime contra a humanidade. Não pode haver perdão, tem que haver punição.

Sou favorável à revisão da legislação para evitar o seu uso como suporte para a impunidade a atos de tortura, todos cometidas sob o manto protetor do Estado Brasileiro.

Recorro novamente ao jurista Hélio Bicudo, que, ao comentar a exposição de motivos enviada pelo então Presidente João Batista de Figueiredo, afirma que:

Os agentes do Estado que violaram os direitos humanos desses políticos não cometeram crimes políticos, mas crimes contra a humanidade, que não podem encontrar abrigo na lei, como afirma o então general-presidente da República ao encomendar a aprovação do projeto pelo Congresso Nacional: em outras palavras, as ações contra a humanidade são repelidas pela comunidade internacional. Não poderiam ser reconhecidas pelo Estado nacional.

O Brasil precisa passar a limpo a sua história recente. Para isso, é necessário punir todos aqueles que, em nome do Estado brasileiro, torturaram e mataram cidadãos e cidadãs.

Espero que, mais uma vez, este debate, em nome do esquecimento que mais parece um acobertamento, de um perdão que mais parece convivência, não seja encerrado sem resultados práticos.

Encerro, lendo para os senhores e as senhoras um trecho do Manual da Inquisição, escrito no século XIV, que certamente inspirou e justificou a prática de tortura no Brasil. Faço isso na esperança de que essa prática não apenas seja banida no presente, mas punida pelo praticado no passado recente no nosso País.

(...) O réu indiciado que não confessar durante o interrogatório, ou que não confessar, apesar da evidência dos fatos e de depoimentos idôneos; a pessoa sobre a qual não pesarem indícios suficientemente claros para que se possa exigir a abjuração, mas que vacila nas respostas, deve ir para a tortura. Igualmente, a pessoa contra quem houver indícios suficientes para se exigir a abjuração.

(...) Finalmente, quando se pode dizer que alguém foi “suficientemente torturado”? Quando parecer aos juízes e especialistas que o réu passou, sem confessar, por torturas de uma gravidade comparável à gravidade dos indícios. Entenderão, portanto, que expiou suficientemente os indícios através da tortura. Como o réu confirma a confissão efetuada sob tortura? O escrivão pergunta-lhe depois da tortura: “Lembras-te do que confessaste ontem ou anteontem sob tortura? Então, repete tudo agora com total liberdade”. E registra a resposta. Se o réu não confirmar, é porque não se lembrou e, então, é novamente submetido à tortura.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, comandados pelo Ministro Tarso Genro e pelo Ministro Paulo Vannuchi, realizaram recentemente um seminário sobre esse tema, que despertou declarações apaixonadas de quem não quer que a Lei da Anistia seja revista e que possamos, finalmente, fazer um ajuste de contas com um passado que levou à morte centenas de brasileiros.

Creio que é um dever do Congresso Nacional – e em especial do Senado – trabalhar para que esses crimes sejam não só esclarecidos. Inclusive, cobro do Governo Lula a abertura dos arquivos secretos da ditadura, para que se tenha amplo conhecimento de tudo o que de mau se fez naquele período, de quanta brutalidade foram capazes os agentes do Estado Brasileiro. Identificar e informar onde estão os desaparecidos e onde foram enterrados é uma exigência da consciência democrática deste País e dos que não se acomodam diante das negativas oficiais de que tratar esse tema é abrir feridas. Mas eu diria que não é abrir feridas, porque essas feridas estarão expostas enquanto o Brasil não se dispuser a passar a limpo a história recente do País, que teve na tortura um mecanismo violento, inaceitável, para a perseguição daqueles que se opunham, por palavras e atos, aos que governavam o País em período tão recente da nossa história.

É a nossa contribuição, é a nossa manifestação, Sr. Presidente. Agradeço a paciência e saúdo o Senador Paim, que tão atentamente acompanha este nosso depoimento, esta nossa manifestação. Com certeza, este tema chegando aqui – a revisão da anistia –, teremos, no Senador Paim, um dos mais dignos defensores dos direitos humanos neste País, um compa-

neiro, um Senador dos mais brilhantes a empunhar essa bandeira em nome da justiça, da liberdade e da construção de um Brasil sem exclusão, de um Brasil onde esses fatos sejam todos esclarecidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC – SE) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema que me traz hoje à tribuna, Senador José Nery, em relação ao que V. Ex^a expôs, nós já havíamos comentado em outras duas oportunidades. E, hoje, vamos acabar falando de um tema que já foi instrumento de pronunciamento, hoje, de inúmeros Senadores.

Mas eu começaria, Sr. Presidente, falando da importante sessão que o Senado realizou hoje, pela manhã, a que, infelizmente, não pude estar presente, porque estava cumprindo o meu dever como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. O Senador José Nery esteve lá e fizemos um belo debate, numa audiência pública, sobre a situação do povo indígena do Bananal, aqui em Brasília, mediante o movimento de uma iniciativa do Governo do DF em relação à construção de um complexo de apartamentos naquela região. É um tema delicado, emblemático, devido à existência ali de reservas ambientais e também porque lá se encontram povos indígenas, no caso, a Reserva do Bananal. Achamos que temos de aprofundar o debate, e nossa posição é muito clara na linha da defesa dos direitos humanos. Acatei o pedido de audiência pública – e o Senador José Nery acompanhou com muito cuidado e fez uma intervenção com o brilhantismo de sempre – na linha de que não podemos nos preocupar somente com a questão da especulação imobiliária, esquecendo a realidade de um povo que, como V. Ex^a falou muito bem, está sendo dizimado no País. Está acontecendo um genocídio em relação aos povos indígenas. Sempre digo que, se há um povo discriminado – e existem diversos setores da sociedade que são discriminados –, sem sombra de dúvida, os mais discriminados são os indígenas. Por isso, eu não estava aqui, mas quero cumprimentar a iniciativa do Senador Cristovam Buarque e do Senador Jarbas Vasconcelos, que foram aqueles que pediram uma sessão especial de homenagem ao grande Josué de Castro.

Josué de Castro, Sr. Presidente, foi daqueles homens que deram a sua vida ao combate à fome, não somente à fome alimentar e nutricional. Ele deu sua vida, pela sua história, pela sua caminhada e pela de-

monstração de fome, sim, ao combate à fome de justiça, fome de democracia, fome de liberdade, fome de igualdade, fome de investimento na saúde – porque era também médico – , fome de avanços do saneamento básico – e sabemos nós o quanto é importante o saneamento básico na busca da saúde do nosso povo –, fome de solidariedade e fome de mais investimentos na educação.

Josué de Castro era um humanista. A luta em defesa da vida não tinha limite para ele. No campo social, atuava com muita convicção e com muita firmeza, no campo político, no campo econômico e também no campo ambiental.

Por isso, rendo homenagens aqui, somando-me à fala de tantos Senadores, ao centenário da morte do grande e inesquecível Josué de Castro.

Acredito eu, Sr. Presidente, que uma forma de homenageá-lo é falar um pouco do trabalho divulgado recentemente, como o fizeram diversos Senadores, do Ipea e também da Fundação Getúlio Vargas, duas conceituadas instituições de pesquisa no País. Tanto o Ipea quanto a Fundação Getúlio Vargas demonstraram que nós estamos avançando numa luta que é um compromisso de todos nós, como era do grande Josué de Castro, que é o combate à fome.

Nada mais lindo no meu entendimento, nada mais bonito, nada mais grandioso do que nos preocuparmos com a qualidade de vida do nosso semelhante. E pegando o eixo do que mais mexe com nossas emoções, que é saber que pessoas ainda morrem de fome neste País e no mundo, digo, Sr. Presidente, que me sinto confortado com o resultado da pesquisa feita. Estou há praticamente 25 anos no Congresso Nacional. Bradei durante anos, quase numa posição, como até foi descrita em jornais e em artigos, de Dom Quixote ou, com uns diziam, último dos moicanos: “Esse cara inventa agora que pode bancar o Dom Quixote, lutar contra moinhos, porque acha que o salário mínimo vai salvar a pátria”. Diziam que, se era tão fácil, qualquer um que assumisse o Governo baixaria um decreto e resolveria o problema do mundo, elevando o valor do salário mínimo.

Hoje, ao ver que instituições tão renomadas do Brasil reconhecem que o principal instrumento em defesa do combate à pobreza é o salário mínimo, claro que eu lavo a alma e sinto-me com o coração muito mais palpitante, eu diria, com muito mais força. Nós que lutávamos àquela época, em que o salário mínimo era US\$60,00 – e lembro-me como se fosse hoje –, quando eu falava em US\$100,00, só faltavam me xingar. Faltavam me xingar, não; xingavam-me! Era

editorial de jornal, era rádio. E, muitos com quem hoje falo que sou contra o fator previdenciário... Os mesmos! Vão se enganar de novo! Porque nós vamos acabar derrubando esse fator previdenciário!

Mesmo aqueles com quem eu falo, Senador José Nery, que um dia nós vamos acabar com o voto secreto dentro do Congresso, dizem: “Ah, a proposta é confusa, não é nem bem documentada, como é que fica um senador, um deputado com a votação aberta? Como ele fica com o Executivo? Não pode! Não pode!”

Li um comentário em um jornal nesta semana. Vi que todos os argumentos dela me surpreendiam, mas este, para mim, foi de machucar a alma: dizer que deputado e senador têm medo do Executivo e não votam em aberto, porque, aí, não terão emenda mais liberada. Olha, ela defendia com convicção isso! Eu não vou nem citar o nome para não me criar mais problema. Mas eu acho que esses vão ter um dia de... São os mesmos que criticavam assim: “o demagogo do salário mínimo quer que o salário mínimo ultrapasse US\$100,00, que absurdo!”. O salário mínimo, hoje, está chegando próximo a US\$300,00. E eu usava a comparação com o dólar, porque era uma referência internacional usada pela OIT, para ter uma visão mundial.

Mas o importante são os dados que estão aqui, divulgados pelas instituições, de que está diminuindo a pobreza. E nós estamos avançando no patamar de mais brasileiros na classe média. Isso é positivo. Isso tem de ser falado!

Eu, que tantas vezes venho aqui fazer ponderações, críticas sobre um ou outro tema, não posso deixar de comentar um dado como este, publicado pelo Ipea e pela Fundação Getúlio Vargas.

As duas instituições divulgaram, nesta semana, pesquisas dizendo que existem mais brasileiros fazendo parte da classe média. Isso é bom de ouvir! E não é um político de Situação ou de Oposição dizendo. Isso indica que mais pessoas estão saindo da pobreza.

O estudo “A Nova Classe Média”, da Fundação Getúlio Vargas, nos mostra que, de 2002 até abril deste ano, a parcela de pessoas que têm renda domiciliar entre R\$1.064,00 e R\$4.591,00 passou de 44,19% para 51,89%. Ou seja, pouco mais da metade dos brasileiros avançaram para um novo patamar. Algo parecido nos mostra outro estudo: “Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano” – este do Ipea: “De acordo com recente levantamento, a taxa de pobreza nas seis maiores regiões metropolitanas do País caiu 10,9% de 2003 até este ano. Em 2003, a taxa de pobreza, registrada nas regiões, era de 35%. Hoje, o número baixou para

24,1%. O número de pobres, por sua vez, diminuiu 26,5% (...)”

Como é que eu não vou elogiar isso? Eu que briguei tanto para que o salário mínimo fosse alavancado. Lembro-me até de uma frase que eu usava que era de Henry Ford, uma frase centenária. Henry Ford, que é um dos pais do capitalismo, dizia: “O empresário inteligente é aquele que paga bem seus trabalhadores”. Por quê? Se paga bem seus trabalhadores, está fortalecendo o mercado interno; se fortalece o mercado interno, teremos mais pessoas trabalhando, produzindo, recebendo, consumindo. Com isso, ele mesmo vai ganhar, porque se vai comprar de quem produz. Quando eu dizia isso, respondiam que não era bem assim. É sim! Está provado agora que nós tínhamos razão. Como é que não vou festejar isso?

Em 2003, tínhamos 15,4 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza. Esse número, hoje, é de 11,3 milhões. Ora, se quase 4 milhões de pessoas vivem em uma situação melhor, só posso dizer que é bom. Vou dizer que é ruim? Seria uma incoerência. Na faixa de indigentes, registrou-se queda de 43%, de 2003 para 2008.

Ressalto o trabalho do Ipea e quero aqui cumprimentar o trabalho do Presidente Márcio Pochmann. Tenho orgulho de dizer que S. S^a era ainda um jovem estudante quando me deu as primeiras aulas de Economia. Está fazendo um belíssimo trabalho à frente do Ipea, hoje reconhecido por toda a sociedade brasileira. O Ipea aponta como principal fator de crescimento do País os aumentos concedidos ao salário mínimo, bem como as transferências do Governo. São os responsáveis pela mudança. A própria Fundação Getúlio Vargas acredita que o aumento do número de contratações com carteira assinada é também responsável pela mudança. Claro. Se a renda aumenta, o consumo é maior, mais emprego, mais carteira assinada.

De novo, eu pego como lastro – e terminando o meu raciocínio, vou conceder, com alegria, um aparte ao nobre Senador. Ora, é claro que, se o salário mínimo aumenta, as pessoas compram mais, e isso é uma fonte geradora de crescimento e emprego.

Em resumo, meu Presidente, sinto-me com a alma lavada: provou-se que a tese que muitos diziam que era irreal foi uma tese vencedora.

É inegável, e eu não poderia deixar de reconhecer, que agora não é apenas o salário mínimo que resolveu. Não. Eu não estou dizendo isso. Estou dizendo que ele foi um fator fundamental, mas outras políticas de

Governo também contribuíram muito para a mudança. Além, claro, da vontade do Presidente Lula de fortalecer a política do salário mínimo, tão defendida por todos nós. Afinal, um País que cresce economicamente gera mais empregos. Ao gerar mais empregos e conceder aumentos salariais de uma forma mais razoável, melhora as condições de vida de todo o seu povo.

É inegável o avanço. Sempre defendi que o mínimo era o maior distribuidor de renda do País. Além de distribuir renda, aumenta a dignidade de cada cidadão, porque é um salário que se ganha com a força do trabalho. É claro que nós gostaríamos que recebessem um, dois, três, quatro, cinco, dez salários mínimos, mas como força do seu trabalho e da sua competência. Seus aumentos beneficiam a todos – a todos! –, potencializam economicamente as regiões. O mínimo, repito, é uma das molas propulsoras capazes de romper o ciclo de miséria. E os dados mostram que estávamos certos.

É preciso que reconheçamos que, ao lado do mínimo, importantes programas foram criados pelo Governo para melhorar a vida da nossa gente. Destaco, com a maior tranquilidade, porque sempre dei força para essas políticas, mesmo em governos anteriores... Lembro-me aqui do Governo Sarney quando havia um programa de distribuição do leite. Na época, eu era sindicalista e me perguntavam se eu concordava, se isso não seria assistencialismo. Eu respondia: “Enquanto não se melhorar o salário mínimo, enquanto não houver emprego para todos, enquanto o cidadão não tiver uma renda melhor, se o governo puder dar leite que dê leite, que dê alimentação para esse povo! Como um povo com fome poderá procurar emprego de porta em porta? Não vai.” Então, eu nunca fui nem poderia ser contra um programa como esse como o Fome Zero, o Bolsa Família ou o Luz Para Todos.

Quem pode ser contra o Luz para todos? Eu vi no interior deste País, nas viagens que fiz, a alegria de cada casa, onde só havia a luz das estrelas, a luz do lampião e a luz da vela, em receber em casa a luz e ter o seu lar todo iluminado.

Para mim o ProUni é um programa de distribuição de renda, que permite que o filho do trabalhador chegue à universidade, prepare-se e, conseqüentemente, tenha um salário mais decente.

O Programa de Valorização das Escolas Técnicas é também um programa fundamental. Nós já aumentamos cinco vezes, no mínimo, o número de escolas técnicas que havia antes de 2002. E isso contribui para que mais jovens filhos de trabalhadores se preparem

tecnicamente e recebam um salário bem acima inclusive e naturalmente do que um salário mínimo, que é fundamental.

E há ainda o próprio Plano Agrícola e Pecuário, o Plano Nacional para a Agricultura Familiar, o Programa Brasil Exportador, a Farmácia Popular! Olho a alegria quando chego aos Municípios. O pessoal me diz: “Paim, aqui agora há farmácia popular! Estão bem mais baratos os remédios”. Isso, para mim, é distribuição de renda. Há também o Brasil Alfabetizado e o Programa de Habitação Popular.

Sr. Presidente, elogio tudo isso, mas não deixo de resgatar um tema que me traz à tribuna quase diariamente. Nessa área, avançamos muito. Mas, há muito tempo, quando era ainda candidato a Deputado Federal – e já faz mais de 20 anos, naturalmente, se falo que estou há mais de 25 anos aqui –, eu dizia: por mais que fizermos, sempre teremos muito por fazer, considerando-se que vivemos em um país de terceiro mundo e levando-se em conta a realidade do nosso povo.

Por isso, para continuarmos nessa linha e para que a nossa gente seja, dia após dia, beneficiada, insisto que, ao lado do mínimo, temos de pensar muito e resolver essa situação dos aposentados e pensionistas. Temos de resolver essa questão.

Vejam os senhores que aqui me derramei em elogios ao Governo, mas há um lado que está errado, que não está certo, em que temos falhado e que temos de resolver. Vou citar um dado que não tenho mencionado diariamente. Se alguém pensa que o fim do fator previdenciário não está ajudando o Governo, saiba que está ajudando. Se eu tivesse com minha aposentadoria para entrar este ano e soubesse que o Senado da República acabou com o fator e que o Relator na Câmara, o Deputado Germano Bonow, que é do meu Estado e que é de outro Partido, disse que vai dar o parecer para acabar com o fator, o que eu faria? Eu não entraria com minha aposentadoria. Se não faço isso, significa que o Governo não está pagando, porque muita gente está na expectativa de terminar o fator. Então, só o projeto que aqui apresentamos – o Senado o aprovou por unanimidade – de acabar com o fator já está ajudando o Governo. O Governo está fazendo mais economia depois que o projeto foi aqui aprovado do que fez com o fator, no meu entendimento, porque as pessoas estão percebendo o quão perverso é o fator, o quão importante seria derrubar o fator, como queremos, e aposentar-se num novo momento sem o fator, num projeto que garanta o mesmo princípio, que é do servidor, que

seriam, para mim, se não querem a média das últimas 36 contribuições, as 80 maiores contribuições de 1994 para cá.

Nessa linha, Sr. Presidente...

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Paim, se me permitir... É que estou viajando a Santa Catarina. Já estou de saída para o aeroporto. O voo sai daqui a pouco. Nesta época, Senador, queiramos ou não, as eleições municipais acontecem em todos os Municípios do Brasil, e, no fim de semana, todo mundo participa. Sei que é um compromisso que temos todos nós, V. Ex^a, nós todos, quem preside a Mesa, os Senadores, os Deputados. A gente passa lá sábado, domingo, até o Dia dos Pais, porque o debate político municipalista envolve todas as teses, inclusive essa que V. Ex^a está trazendo hoje, à noite, ao Senado. Eu estava até saindo, mas pensei: vou voltar ao plenário para cumprimentar V. Ex^a. Digo isto em Santa Catarina ou na Câmara dos Deputados ou no Senado: aonde vou, vejo que todo mundo sabe que V. Ex^a tem insistido na questão do salário mínimo. Quero dizer que nem mesmo eu acreditava nisso. Até eu bancava, de certo modo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a pela sinceridade no pronunciamento. Isso é bonito.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Olha que até eu, às vezes, bancava o São Tomé e dizia: “O salário mínimo chegar a US\$100? Isso é difícil. Ir a US\$150?”. Eu digo isso com muita sinceridade. Quero dar a mão à palmatória. Minha postura sempre foi esta: sou um bom crítico, às vezes, mas, quando é para louvar, para reconhecer, dar a mão à palmatória, como nesse caso do mínimo... V. Ex^a é um arauto dessas lutas todas, Senador Paim. Então, como catarinense, eu tinha de dar esse testemunho. Há uma questão que ressalvo e que ouço muito. As pessoas, às vezes, Senador Paim, têm se aposentado com seus sete, oito, nove salários. Ouço isto: “Mas, Casildo Maldaner, como é que é? Eu me aposentei com dois, três, nove ou dez salários e diminuí”. Não entendo bem disso. Eu ouço essa queixa às vezes. Quanto ao mínimo, Senador, quero cumprimentá-lo. Eu não podiavijar hoje, à noite, sem falar disso, pois sei que há pessoas que assistem a V. Ex^a e que estão participando disso. E eu tinha de trazer esse testemunho a V. Ex^a. Já são 20h, neste plenário, e estou indo para o aeroporto para viajar, mas tinha de trazer esse depoimento a V. Ex^a, Senador Paim, pelo Rio Grande do Sul, terra, aliás, onde nasci. Quando eu tinha dois anos de idade, meus pais se deslocaram para Chapecó, no oeste catarinense. Então, sou catarinense criado. De nascimento, sou gaúcho, mas, de criação,

sou catarinense. Eu tinha de trazer esse testemunho a V. Ex^a nesta noite, aqui, no Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Casildo Maldaner, fico muito feliz com o aparte de V. Ex^a. Sempre digo – esta é uma frase que uso sempre – que os grandes homens são aqueles que não têm preocupação alguma em deixar de falar exatamente a verdade. Foi o que V. Ex^a fez agora. Por isso, meus cumprimentos! Boa viagem! Tenha a certeza de que esse crescimento V. Ex^a ajudou a construir, pela sua firmeza na defesa do seu ponto de vista e pela sinceridade com que, aqui e agora, fez esse pequeno aparte. Muito obrigado, Senador Casildo.

Sr. Presidente, Senador Virgínio de Carvalho, concluo meu pronunciamento – o que espero fazer rapidamente –, dizendo que essa questão dos aposentados, como eu disse hoje a um Senador, está mesmo no meu sangue. Só se me tirarem o sangue para eu deixar de defender os aposentados e pensionistas. Aceito qualquer debate, com o Ministro da Previdência, com qualquer setor, sobre esse tema. Fraternal, respeitoso, entendo que o mundo todo caminhou para uma outra filosofia, que é a idade mínima.

Apresentei a PEC 10, que trabalha com regras de transição equilibradíssimas e tem o apoio de todo o movimento sindical brasileiro.

Não vejo nenhum motivo para não fazermos um debate qualificado, de alto nível, sobre o reajuste dos aposentados e pensionistas, para que eles acompanhem, pelo menos, o mesmo percentual do mínimo, e sobre o fim do fator previdenciário.

Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar ainda que, até por esses indicadores do Ipea e da Fundação Getúlio Vargas, nós caminhamos para ser um dos países do mundo com o maior número de idosos. Se isso é verdadeiro, nós temos que ter uma política para o aposentado e o pensionista que lhe permita envelhecer e viver com maior qualidade de vida.

Por isso, mais uma vez, da tribuna, faço esta minha análise em cima do que a Fundação Getúlio Vargas e o Ipea publicaram, demonstrando que a inflação é mais alta para o idoso.

Está comprovado que a inflação para o idoso é maior que a inflação geral publicada no País. Se se considerar hoje a inflação para quem ganha de um a três salários mínimos, ela é mais alta; se se considerar especificamente o idoso, ela é mais alta ainda. Por isso, temos que buscar uma saída.

Tenho certeza de que o Presidente Lula está estudando essa questão. Tenho certeza de que o Presidente Lula, pela sua sensibilidade, sabe que preocupa

a todos a situação do nosso idoso, a situação do nosso aposentado, a situação do nosso pensionista, a situação desse famigerado fator previdenciário, que vem ainda de 1999. Nós, que mudamos tanto na política atual, temos de dar agora esse novo passo. Eu acho que as condições objetivas estão dadas para valorizarmos os benefícios dos aposentados e acabarmos também com o famigerado fator previdenciário.

Senador Virgínio, tenho feito essas minhas considerações nos debates públicos que tenho participado em todo o País, inclusive nas eleições municipais. É uma herança? Claro que é uma herança. O fator previdenciário é uma herança do Governo anterior. A desvinculação é uma herança do Governo anterior. No entanto, chegou a hora, já que já botamos a casa... Não digo que esteja tudo pronto, mas, já que a casa melhorou a sua organização, a sua base, o seu lastro, é hora de darmos aquele salto de qualidade e de avançarmos de forma positiva na política de recuperação dos benefícios dos nossos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, não vou ler todo o discurso, mas quero apenas cumprimentar o Ministério da Saúde pela grande campanha que se inicia no próximo sábado, que é a Campanha Nacional de Vacinação contra a Rubéola.

Ela será lançada no dia 9 de agosto e efetivada nos meses de agosto e setembro. O Sistema Único de Saúde, em parceria com os governos das três esferas, tem a expectativa de vacinar 70 milhões de brasileiros, entre homens e mulheres com idade entre 20 e 39 anos.

Em alguns Estados, como Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, também serão vacinados jovens entre 12 e 19 anos.

Essa campanha será a maior operação de vacinação já realizada no mundo. Afinal, a rubéola é um grave problema de saúde pública da atualidade. Ela acarreta perda de vidas, gera muitos custos, naturalmente, para o Sistema, compromete seriamente a saúde da nossa gente, em especial as crianças nascidas de mães infectadas. Essas crianças podem ter seqüelas graves, como cegueira, surdez, retardo mental, má-formação congênita e muitas outras.

Por isso o apelo que faço, de coração, a todos que estão assistindo neste momento para que se vacinem, para que não deixem, nesses dois meses, de participar desta Campanha Nacional de Vacinação contra a Rubéola.

Acredito, Sr. Presidente, que é uma responsabilidade de todos, pais, mães, avós, tios, vizinhos, sobri-

nhos. Lembro, ainda, que a rubéola e a síndrome da rubéola congênita é uma doença infecto-contagiosa causada por um vírus classificado como togavírus e transmitida pela via respiratória.

O contágio ocorre, normalmente, pelas vias respiratórias com a aspiração de gotículas de saliva ou secreção nasal. É uma doença geralmente benigna, mas que pode causar má-formação no embrião em mulheres grávidas e, conseqüentemente, ocasionar a morte.

A rubéola é um dos cinco exantemas – doenças com marcas vermelhas na pele – da infância. Os outros são o sarampo, a varicela, o eritema infeccioso e a roséola.

O período de incubação do vírus é de cerca de 15 dias e os sintomas são parecidos com os da gripe: dor de cabeça, dor ao engolir; dores no corpo nas articulações e nos músculos, coriza, aparecimento de ínguas, febre, exantemas, que são manchas vermelhas, inicialmente no rosto e depois no corpo todo.

Uma criança que nasce com rubéola pode transmitir o vírus por até um ano. Por isso, elas precisam ser mantidas afastadas de outras crianças e de gestantes.

O Ministério da Saúde informa, ainda, em ofício encaminhado, que o Brasil, nos últimos dois anos, vem registrando surtos da doença de forma dispersa por todo o País e isso coloca a população ainda não vacinada em grande risco. Esse risco é maior entre as mulheres grávidas e para os filhos que elas esperam.

Sr. Presidente, sei que estamos avançando na hora, mas acho que é importante esse alerta. Estamos falando aqui da vida de todo o nosso povo.

Os dados dão conta ainda de que a disseminação do vírus ocorreu por todo o ano de 2007, afetando 20 das 27 unidades federadas, totalizando 8.500 casos confirmados de rubéola e 17 recém-nascidos com rubéola congênita.

É importante que a campanha seja amplamente divulgada e por essa razão venho à tribuna do nosso Senado da República para alertar o nosso povo a se somar ao Ministério da Saúde e aos três Poderes nessa campanha nacional de vacinação. Quem estiver me ouvindo neste momento, assistindo à TV Senado, por favor, preste atenção: se estiver na faixa de idade classificada para a vacinação, procure um posto de vacinação. Não deixe de fazê-lo.

Sr. Presidente, pela importância do tema, embora eu houvesse me comprometido com V. Ex^a a não usar todo o tempo, acabei lendo-o na íntegra e o fiz porque entendo que é nossa responsabilidade aproveitar a au-

diência da TV Senado. Sei que milhões de brasileiros estão me vendo neste momento. Sei que o plenário está vazio. Estamos presentes só nós dois, Senador Virgínio, mas faço este alerta com muito carinho porque sei que a população está entendendo.

Essa campanha do Ministério da Saúde é exemplar. Ela é em defesa da vida do nosso povo e dos nossos filhos. Eu tive uma irmã que era cega e morreu cega, Sr. Presidente, e sei o quanto ela sofreu com a rubéola. Nós podemos, infelizmente, fazer com que inúmeras doenças como essa possam acontecer.

Sei que meu chefe de gabinete, o Santos Fagundes, do Rio Grande, que também é cego, está assistindo e dizendo: “Fale de todas. Lembre-se de que, embora cegos, nós somos muito eficientes e, por isso, sou seu chefe de gabinete lá no Rio Grande do Sul”.

Falo isso como uma alerta. Naturalmente, sei que ele há de entender a nossa mensagem.

Então, Sr. Presidente, meus cumprimentos ao Ministro Temporão e à cúpula dos Três Poderes por essa Campanha Nacional de Vacinação contra a Rubéola, que começa no dia 9 e vai todo o mês de agosto e setembro. Tenho certeza de que o povo brasileiro vai cumprir a sua parte, fazendo a vacinação gratuitamente e defendendo, com isso, a sua vida e, naturalmente, a vida dos seus filhos.

Muito obrigado, Senador, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC – SE) – Muito obrigado, Senador Paim, creio que esse apelo veio no momento certo. Não são muitas as pessoas que estão atentas para isso neste momento, e isso é um grande serviço que o senhor presta à Nação neste momento.

Também creio, penhoradamente, que todos os idosos, todos os aposentados devem estar muito gratos a Deus pelas suas afirmações, porque são muitos os que vivem rogando a Deus, todos os dias, para que haja alguma motivação, haja alguma diferença no seu sustento, porque não é fácil viver dessa forma.

E, assim, creio que tanto o senhor como aqueles que têm se aliado – eu sou um dos seus aliados para que isso aconteça –, todos nós esperamos ser abençoados por Deus quando tivermos essa resposta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Virgínio, V. Ex^a pode ter certeza de que, pelo seu trabalho, pelo que V. Ex^a está fazendo nesta Casa, e, lá na Comissão de Direitos Humanos, como um dos mais assíduos, me incentivou a fazer este pronunciamento com tanta força, fazendo apelo à população para que participe dessa campanha de vacina contra a rubéola.

Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Virgínio.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC – SE) – Muito obrigado, Senador.

Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 934, de 2008**, do Senador Leomar Quintanilha e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar a Semana do Idoso no próximo dia 2 de setembro, às 10 horas.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC – SE) – Em votação os **Requerimentos nºs 946 e 947, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Senadores Aloizio Mercadante e Sérgio Zambiasi, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC – SE) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, João Tenório, Mário Couto, e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Dieese diz que custo da cesta básica já avançou até 52% em 12 meses”, publicada pelo jornal **O Globo**, em sua edição de 25 de julho do corrente.

A matéria destaca que pesquisa realizada em 16 capitais, pelo Dieese, revela que, no ano, houve alta de 29% e de 51,85% nos últimos 12 meses.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AMEAÇA GLOBAL: Inflação pelo IPC-S cede para 0,77% em junho, segundo FGV

Dieese diz que custo da cesta básica já avançou até 52% em 12 meses

Pesquisa realizada em 16 capitais revela que, no ano, houve alta de 29%

Aguinaldo Novo*

• SÃO PAULO. Os preços da cesta básica acumulam reajustes de até 29,24% no ano e de 51,85% nos últimos 12 meses, segundo pesquisa divulgada ontem pelo Dieese. Entre as 16 principais capitais do país pesquisadas, Recife apresentou a maior variação de preços de janeiro a junho deste ano. Já na comparação anual (de julho de 2007 a junho deste ano), Natal liderou. Outros aumentos expressivos foram apurados em João Pessoa (45,02%) e de novo Recife (44,92%).

O valor da cesta com os produtos alimentícios essenciais no Rio chegou a R\$ 236,16 em junho, só inferior a Porto Alegre (R\$ 246,72), São Paulo (R\$ 245,24) e Florianópolis (R\$ 238,15). As altas acumuladas no Rio chegam a 21,44% no ano e a 36,25% em 12 meses.

Salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 2.072

Considerando o valor de Porto Alegre, o Dieese calcula que o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 2.072,70, o que representa 4,99 vezes o piso em vigor (R\$ 415). A cesta pesquisada tem 13 produtos: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga. Existem ainda variações regionais. Nas capitais do Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país, os pesquisadores consideram os preços da farinha de trigo. No Norte e Nordeste, o produto que entra na cesta é a fari-



O peso dos produtos essenciais

Em 12 meses	Em junho	No ano
Goiânia 37,64%	10,64%	11,83%
Brasília 35,19%	6,43%	19,86%
Rio 36,25%	5,93%	21,44%
Salvador 35,37%	5,38%	16,90%
Florianópolis 42,01%	5,18%	24,80%
São Paulo 30,83%	4,84%	14,26%
Aracaju 36,53%	4,55%	12,03%
Porto Alegre 27,24%	4,29%	15,87%
João Pessoa 45,02%	3,86%	25,37%
Natal 51,85%	3,31%	25,91%
Curitiba 33,13%	3,10%	21,55%
Belo Horizonte 42,34%	2,38%	15,25%
Recife 44,92%	2,15%	29,24%
Belém 35,50%	1,70%	10,47%
Fortaleza 43,30%	-0,35%	23,05%
Vitória 33,91%	-1,13%	16,33%

Fonte: Dieese

inha de mandioca. No Rio, vale o feijão preto; em São Paulo, o tipo chamado carioquinha.

Em junho, a pesquisa encontrou variações de preços em 14 das 16 capitais visitadas. Os maiores aumentos no mês foram em Goiânia (10,6%), Brasília (6,4%) e Rio (5,9%). E as únicas quedas, em Vitória (1,1%) e Fortaleza (0,35%).

O feijão foi o produto com maior reajuste nos últimos 12 meses. Em nenhuma das capitais teve alta inferior a 100%. Em São Paulo, por exemplo, o aumento atingiu 103,34% desde julho do ano passado, enquanto em Natal a alta chegou

a 184,8%. Os adubos e fertilizantes têm encarecido o custo da produção dos grãos e houve atraso no plantio devido ao prolongado período de secas.

Outro produto com alta em todas as capitais foi o óleo de soja, variando de 48,58% (Florianópolis) a 79,07% (Natal). O único item com redução de preços em todas as 16 cidades pesquisadas foi o açúcar. Em pleno período de safra, o preço caiu 28% em Goiânia e 34,5% em Aracaju.

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) foi de 0,77% em junho, uma desaceleração fren-

te ao avanço de 0,87% em maio, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A variação no fechamento de junho também ficou abaixo da registrada na terceira prévia do mês (0,89%). Os preços do grupo alimentação subiram 1,85%, a maior variação do período. Mas a alta foi menor do que a da leitura anterior: 2,24%. No ano, o IPC-S subiu 3,84%, enquanto nos últimos 12 meses, 5,96%. ■

(*) Com agências internacionais

O GLOBO NA INTERNET

Confira todos os valores da cesta
www.oglobo.com.br/economia

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Amorim, pede pra sair”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 6 de agosto do corrente.

A matéria reproduz e critica as declarações infelizes do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, por ocasião das negociações comerciais de Doha.

Segundo a matéria, “A falta de acordo não seria tão amarga se o chanceler não saísse das negociações

moralmente derrotado por suas próprias e absurdas declarações”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VINCENT THIAN/AP SÉRGIO DUTTILAE

Amorim, pede pra sair

A falta de acordo não seria tão amarga se o chanceler não saísse das negociações moralmente derrotado por suas próprias e absurdas declarações

O fracasso das negociações comerciais de Doha ecoa a falência verbal que levou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a entrar nas reuniões com o pé esquerdo no lugar da língua e a sair delas com a autoridade destroçada por duas declarações de natureza intrinsecamente perversa. Uma análise do que disse o ministro:

■ “O autor não é bom, mas é verdade: uma mentira dita muitas vezes vira verdade.” A declaração tinha por objetivo desmentir um avanço nas negociações sobre produtos agrícolas supostamente difundido por representantes dos países desenvolvidos (leia-se Estados Unidos, claro). Definir o “autor” como “não bom” é possivelmente a melhor coisa já dita sobre Joseph Goebbels nos últimos sessenta anos. Goebbels foi o monstruoso e fanático ministro da Propaganda de Adolf Hitler, apologista do extermínio

das “raças inferiores” e algoz dos judeus de Berlim — e dos próprios não-judeus, que incitou a resistir, quando a guerra estava perdida. Depois do suicídio de Hitler, foi chanceler por um dia, que aproveitou para mandar a mulher matar os seis filhos do casal, antes de ambos se despacharem. Além de repugnante em si mesmo, citar Goebbels incorre na “Lei de Godwin” — quanto mais se prolonga uma discussão, a probabilidade de alguém fazer uma comparação envolvendo nazistas ou Hitler tende para 1. A partir daí, em virtude da disparidade da comparação, diz a Lei de Godwin, a discussão já está perdida. O fato de a representante americana nas negociações ser Susan Schwab, filha de sobreviventes do genocídio dos judeus, provocou uma típica não-desculpa de Amorim — “Se ofendi alguém...”.

■ “Deus queira que não seja preciso outro 11 de setembro.” Assim o chanceler

NINGUÉM MERECE *Traço de união: antiamericanismo infantil e língua solta aproximam Amorim do iraniano Ahmadinejad*

insinuou que o impasse comercial só seria rompido com atentados terroristas de proporções comparáveis aos de 2001 nos Estados Unidos. Se morasse no Irã do presidente Mahmoud Ahmadinejad, com quem parece se identificar na parolice desvairada, o autor poderia ser preso por exposição indecente das próprias idéias. Toda frase que, numa situação de confronto, começa com “Deus queira que isso não aconteça” significa exatamente o seu oposto (“Queira Deus que você seja castigado por seus pecados”). Ficam patentes o antiamericanismo infantil, um fenômeno freqüente nos que se sentem inferiorizados pela superpotência, e a expressão de desejos inconfessáveis (os Estados Unidos “mereceram” ser atacados e podem “merecer” de novo). O lapso elimina a hipótese de que, com a primeira declaração, o chanceler estivesse provocando os americanos em público para, a portas fechadas, trair a Argentina, como fez, sem sucesso.

■ Ainda a propósito da citação nazista: Goebbels, que se sentia excluído do círculo mais próximo de Hitler e se desdobrava no sicofantismo, jamais disse a frase mencionada por Amorim (mas uma variação: “Uma grande mentira sempre tem uma certa credibilidade”). Deus queira que o ministro jamais seja comparado a ele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “O laranja da BANCOOP”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 11 de junho de 2008.

A matéria destaca que o depoimento de Hélio Malheiro, ex-funcionário da cooperativa do Sindicato dos Bancários de São Paulo, acusada de desviar dinheiro de mutuários para campanhas políticas, complica a situação do presidente do PT, Ricardo Berzoini. Para o promotor de Justiça de São Paulo, José Carlos Blat, que instalou inquérito para apurar a prática de crimes de apropriação indébita, estelionato, formação

de quadrilha e lavagem de dinheiro, as declarações de Malheiro incriminam os dirigentes do PT, sobretudo o presidente do partido, Ricardo Berzoini.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Laranja da BANCOOP

Depoimento de exfuncionário da cooperativa do sindicato dos Bancários de São Paulo, acusada de desviar dinheiro de mutuários para campanhas políticas, complica a situação do presidente do PT, Ricardo Berzoini

De 1999 a 2005, Hélio Malheiro foi funcionário do Bancoop, a cooperativa do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Ele é irmão de Luís Eduardo Malheiro, ex-presidente da Bancoop que morreu num acidente automobilístico em 2004. No dia 29 de maio último, Malheiro foi ao Ministério Público Estadual de São Paulo e fez revelações comprometedoras. Ele disse que suas contas bancárias foram usadas para desviar dinheiro da cooperativa para o financiamento ilegal de campanhas do PT. A confissão confirmou suspeita do Ministério Público de que a Bancoop foi usada para arrecadar recursos de caixa 2 do partido, fraudando cerca de três mil mutuários. De acordo com o depoimento de Malheiro, obtido com exclusividade por ISTOÉ, entre as campanhas irrigadas estariam a do deputado Ricardo Berzoini (SP), em 1998, e a do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

Ao Ministério Público, Hélio Malheiro admitiu que, entre 2001 e 2002, valores de notas fiscais superfaturadas foram depositados por subempreiteiros em contas correntes de sua titularidade para que

a cooperativa pudesse alimentar as campanhas do PT. Segundo o MP, nada disso foi declarado ao TSE. “Tal esquema de doações ilegais para campanhas eleitorais teve início em 1998, com valores destinados à campanha eleitoral para deputado federal do senhor Ricardo Berzoini, que à época era diretor da Bancoop”, diz trecho do depoimento. Para o promotor de Justiça José Carlos Blat, que instaurou inquérito para apurar a prática de crimes de apropriação indébita, estelionato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, as declarações de Malheiro, somadas a outros depoimentos tomados pelo MP desde abril de 2007, incriminam os dirigentes do PT, sobretudo Berzoini. Segundo Malheiro e outros depoentes, Berzoini era tratado como “o chefe”. “Com esse depoimento, não temos mais dúvidas de que a Bancoop serviu não apenas para favorecer seus dirigentes, como para irrigar o caixa 2 petista”, disse o promotor que encaminhou a investigação à Procuradoria Regional Eleitoral. Os documentos também já estão sendo analisados pelo procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza.

Malheiro contou ao MP que em 2004, quando várias obras da cooperativa fo-

ram paralisadas por falta de recursos, ouviu de seu irmão Luís Eduardo que **a situação financeira da Bancoop estava cada vez mais comprometida justamente porque, a cada eleição, valores de “grande monta” eram desviados para as campanhas do PT**. Entre os dirigentes petistas que faziam pressões pelo desvio de recursos da cooperativa estaria João Vaccari Neto, então dirigente do Sindicato dos Bancários e diretor financeiro da cooperativa, hoje presidente da Bancoop. Malheiro disse que Vaccari não apenas sabia dos “esquemas criminosos” montados na Bancoop como também fazia parte deles.

Em depoimento em março deste ano, também ao MP, o engenheiro responsável pelos empreendimentos da Bancoop de 2000 até 2002, Ricardo Luiz do Carmo, já havia acusado Hélio Malheiro de ser o responsável pela arrecadação de dinheiro para campanhas do PT. Agora, veio a confissão do próprio Malheiro, que jurou ter abandonado o esquema no final de 2002, após uma conversa com o irmão. Na ocasião, ele teria sido informado por Luís Eduardo que os recursos desviados da Bancoop para suas contas correntes iriam financiar a campanha de Lula

à Presidência. Foi quando, segundo Hélio Malheiro, ele disse ao irmão que não mais aceitaria “ser laranja de ninguém”.

De acordo com a investigação do MP de São Paulo, o esquema começou a partir da fundação da Bancoop em 1996, quando os dirigentes da cooperativa passaram a superfaturar valores na compra dos terrenos. A partir de 2001, o esquema foi aperfeiçoado com a contratação de subempreiteiras e empresas de fachada criadas pelos próprios dirigentes da cooperativa com o objetivo de “sangrar” recursos da Bancoop. É o caso da Mizu Gerenciamento e Serviços e da Germany Comercial. A Germany, por exemplo, criada em junho de 2001, tinha como sócio-fundador o próprio presidente da Bancoop Luís Eduardo Malheiro. O endereço da empresa era o mesmo da Bancoop. Documentos em poder do MP mostram que a Mizu pagou com regularidade fornecedores da Bancoop, reforçando os indícios de que, a exemplo das outras empresas, ela atuava como se fosse a própria cooperativa. Entre os documentos da investigação consta um controle bancário de uma conta corrente no Bradesco em nome da Mizu que registra seis pagamentos feitos em outubro de 2002, às vésperas do segundo turno das eleições. Os pagamentos aparecem no controle bancário como “Doação PT”. As doações somam R\$ 43 mil, mas não foram declaradas.

Até meados de 2000, o esquema urdido com o propósito de desviar recursos da Bancoop para campanhas petistas, do qual Malheiro era o principal agente, era menos sofisticado. Em depoimento, o engenheiro Ricardo Luiz do Carmo contou que Hélio Malheiro determinou que os empreiteiros emitissem notas fiscais frias em valores de até R\$ 1 mil cada uma, visando uma arrecadação mínima mensal de R\$ 10 mil. Os empreiteiros dirigiam-se a uma agência da Caixa, realizavam os saques e repassavam os valores para a conta de Hélio Malheiro. O empreiteiro Valter Amaro, da Amaro Oliveira Construções, que de 1998 a 2006 serviu a Bancoop, **confirmou ao MP que chegou a emitir notas fiscais de serviços não prestados para a cooperativa**, entre as quais a de número 000072, no valor de R\$ 5 mil, à qual ISTOÉ teve acesso. Amaro disse que era obrigado a realizar tais operações. Do contrário, a Bancoop romperia o contrato com sua empresa. Segundo relato do empreiteiro ao MP, Ricardo do Carmo, perguntado por Amaro sobre a destinação do dinheiro, dizia que os valores depositados na conta de Hélio Malheiro eram destinados a campanhas políticas de petistas, em prejuízo dos cooperados da Bancoop.

Em nota oficial, a Bancoop disse que já interpelou judicialmente todos que fizeram denúncias ou acusações “levianas” contra a entidade. A cooperativa ainda acusou Hélio Malheiro de não honrar os pagamentos da sua casa, pertencente a uma seccional da cooperativa, e acrescentou que foi apenas após a morte de Luís Eduardo que a atual diretoria tomou conhecimento de que ele tinha um irmão. Procurado, o deputado Berzoini não retornou até o fechamento desta edição.

A derrocada da Bancoop, que chegou a ser a segunda maior incorporadora do País, teve início logo depois das eleições municipais de 2004, ano em que foram paralisadas as obras dos empreendimentos por falta de recursos. Para os cerca de três mil cooperados, o sonho da casa pró-

pria virou pesadelo. Ainda em 2004, a Bancoop vendeu papéis no mercado financeiro e recebeu um aporte de R\$ 43 milhões de fundos de pensão como Previ, Funcef e Petros. Esse dinheiro, no entanto, desapareceu, diz Blat. Desde 2005, nenhum prédio é entregue, segundo Marcos Migliaccio, um dos líderes da associação dos cooperados. Dos 45 empreendimentos, 14 não foram sequer iniciados. Só 15 estão totalmente concluídos.

Há casos como o do Residencial Ilha d'Itália, localizado na avenida Paes de Barros, na Mooca, em que, das três torres previstas para ser construídas, apenas uma foi entregue. Com a cooperativa no vermelho, muitos proprietários, que tinham sido seduzidos pela promessa de que comprariam um apartamento com valor 40% abaixo do de mercado e que já haviam quitado seus imóveis, foram solicitados a fazer pagamentos adicionais. Em alguns casos, depois do acréscimo de novas parcelas, o preço do imóvel dobrou. Quem não paga os adicionais corre o risco de ter o imóvel retomado pela

Bancoop. “Quando as obras foram paralisadas, disseram para a gente que eles precisavam de um empréstimo solidário para que o empreendimento continuasse a ser tocado”, disse Valéria Musketo, que até entrou em depressão e está tendo que pagar R\$ 23 mil a mais do que o previsto em contrato. “Essa situação é um absurdo”, completa Nivaldo Nappi, mutuário no mesmo condomínio. Atualmente, existem mais de 500 ações judiciais contra a cooperativa.

Curiosamente, o presidente Lula, cuja campanha em 2002, segundo Malheiro,

terea sido alimentada por recursos desviados da Bancoop, também adquiriu, em 2005, por intermédio da cooperativa, um apartamento de três quartos em um condomínio no Guarujá (SP). As obras do condomínio Mar Cantábrico, no qual Lula comprou o imóvel, por pouco não foram paralisadas. Para que continuassem em andamento, foi necessário que cada proprietário, entre eles o próprio Lula, fizesse novos aportes mensais no valor de R\$ 2 mil.

DEPRESSÃO A mutuária Valéria Musketo entrou em depressão depois de ter descoberto que teria que pagar R\$ 23 mil a mais do que previsto em contrato

PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DA CAPITAL
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DA CAPITALTERMO DE DECLARAÇÕES

Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2008, compareceu nesta Promotoria de Justiça Criminal da Capital, o senhor **HELIO MALHEIRO**, portador da

O declarante informa que seu irmão LUIS EDUARDO SAEGER MALHEIRO confidenciou ao declarante que na condição de Presidente da BANCOOP tinha que ceder as pressões políticas e muitas vezes se via obrigado a entregar valores de grande monta para as campanhas eleitorais do PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT – desviando os recursos que eram destinados às construções das unidades habitacionais da BANCOOP, o que acabou gerando enormes prejuízos financeiros a BANCOOP e tal esquema de doações ilegais para campanhas eleitorais, segundo soube o declarante de seu irmão LUIS EDUARDO SAEGER MALHEIRO teve início em 1998 com valores destinados a campanha eleitoral para Deputado Federal do senhor RICARDO BERZOINI que a época era diretor da BANCOOP.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. Nos anos de 2001 e de 2002 o declarante informa que em pelo menos três ou quatro oportunidades subempreiteiros depositaram valores em dinheiro em contas correntes de titularidade do declarante, cujos valores chegavam até R\$ 5.000,00 (cinco Mil Reais), sendo que tais depósitos eram determinados por RICARDO LUIS DO CARMO, engenheiro responsável pelo Departamento de Engenharia da BANCOOP que, por seu turno, atendia a ordens expressas do Presidente da

BANCOOP LUIS EDUARDO SAEGER MALHEIRO. O declarante nessas três ou quatro oportunidades foi comunicado pelo engenheiro RICARDO LUIS DO CARMO que os valores em dinheiro estavam sendo depositados em suas contas correntes e assim que os depósitos fossem confirmados na conta corrente do declarante, o mesmo deveria sacar tais quantias e entregá-las a LUIS EDUARDO SAEGER MALHEIRO para a destinação desses valores para campanhas políticas do PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. O

pelo engenheiro RICARDO LUIZ DO CARMO. O declarante quando soube diretamente de seu irmão LUIS EDUARDO SAEGER MALHEIRO que aqueles valores depositados pelos subempreiteiros em suas contas correntes originários de desvios de recursos da BANCOOP eram destinados a financiamento de campanha eleitoral do PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT – sendo destinados tais valores a campanha do candidato a Presidência da República – LUIS IGNACIO LULA DA SILVA, o declarante advertiu e comunicou LUIS EDUARDO SAEGER MALHEIRO que “não seria laranja de ninguém” (sic). LUIS EDUARDO SAEGER MALHEIRO atendeu o pedido do declarante e não mais utilizou suas contas correntes para depositar valores desviados da BANCOOP, através do superfaturamento de notas fiscais de subempreiteiros.

BANCOOP. O declarante ouviu diversas vezes de seu irmão LUIZ EDUARDO SAEGER MALHEIRO, Presidente da BANCOOP, afirmar que RICARDO BERZOINI era seu chefe. **O DECLARANTE AUTORIZA O**

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PSDB vai ao Ministério Público contra Dilma e mais sete do governo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 24 de maio de 2008.

A matéria destaca que o sub-Relator de sistematização da CPI dos Cartões, Deputado Carlos Sampaio (PSDB – SP), apresentará ao Ministério Público Federal uma representação contra pelo menos oito integrantes do Governo, incluindo a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, a sua Secretária-executiva e principal asses-

sora, Erenice Guerra, e o ex-Secretário de Controle da Casa Civil José Aparecido Nunes.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR
SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AS NACIONAL | SÁBADO, 24 DE MAIO DE 2008
O ESTADO DE S. PAULO

DINHEIRO DE PLÁSTICO

PSDB vai ao Ministério Público contra Dilma e mais 7 do governo

Na representação, sub-relator da CPI acusa grupo de improbidade por montagem de dossiê

Sônia Filgueiras
BRASÍLIA

O sub-relator de sistematização da CPI dos Cartões, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), apresentará na próxima segunda-feira ao Ministério Público Federal uma representação contra pelo menos oito integrantes do governo, incluindo a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, a sua secretária-executiva e principal assessora, Erenice Guerra, e o ex-secretário de Controle da Casa Civil José Aparecido Nunes.

Sampaio acusa-os de improbidade administrativa por envolvimento na elaboração de um dossiê sobre os gastos do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A oposição tentará convocar também a diretora de Recursos Logísticos da Casa Civil, Maria de La Soledad Bajo Castillo, também conhecida como Marisol, para depor na CPI.

Com a representação, o tucano quer se antecipar à produção de um eventual relatório final "frágil". A relatoria dos trabalhos está nas mãos do deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), fiel integrante da base do governo. "Quero que o MP vá mais além do que a CPI", declarou.

Na avaliação de Sampaio, Dilma e os demais auxiliares do Pla-

Nº DA PLANILHA	DATA	Nº DE	EMPRESA	VALOR	SERVIÇO/RENTA AQUISIÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	15/05/08	1000	CONSTRUTORA ALFA S/A	20,00	ALUGUEL DE CASACOTE	
2	15/05/08	1001	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	VEICULO A SER AUTOMOBIL, ENTRE OUTROS, PARA SER USADO PARA FINEIS DE TRABALHO
3	15/05/08	1002	AVIS RENT A CAR	10,00	LOCACAO DE CAMIONET 1500	
4	15/05/08	1003	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
5	15/05/08	1004	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
6	15/05/08	1005	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
7	15/05/08	1006	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
8	15/05/08	1007	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
9	15/05/08	1008	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
10	15/05/08	1009	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	

Nº DA PLANILHA	DATA	Nº DE	EMPRESA	VALOR	SERVIÇO/RENTA AQUISIÇÃO	OBSERVAÇÕES
11	15/05/08	1010	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
12	15/05/08	1011	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
13	15/05/08	1012	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
14	15/05/08	1013	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
15	15/05/08	1014	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
16	15/05/08	1015	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
17	15/05/08	1016	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
18	15/05/08	1017	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
19	15/05/08	1018	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	
20	15/05/08	1019	PAULISTA LOCACAO	10,00	LOCACAO DE VEICULO FIAT ST	

DOSSIÊ - Detalhes da planilha com despesas feitas no governo FHC

nalto atentaram contra os deveres de "moralidade, honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições", ao participarem da elaboração de um "dossiê", não de um mero "banco de dados".

Sampaio argumenta, ainda, que o documento remetido por Aparecido a um assessor do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) faz referências a despesas "pinçadas", a maioria "exóticas", como comidas e bebidas finas. Além disso, uma coluna detalha

a página do processo de prestação de contas na qual a despesa está citada. Outra coluna é dedicada a "observações" que apontam detalhes dos gastos.

ELO

Marisol é o elo entre dois depoimentos divergentes. Temos de ouvi-la", declarou ontem o sub-relator de fiscalização da CPI, deputado Índio da Costa (DEM-RJ). Sampaio, que também defende a convocação, apresentará requerimento nesse sentido

PRESSÃO - Sampaio tenta evitar entrega de relatório final "frágil"

no início da semana. Outro requerimento, de autoria de Índio e Vic Pires (DEM-PA), já está protocolado na CPI.

Aparecido e André Fernandes, assessor do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), informaram à comissão que coube a Marisol a coordenação dos trabalhos. Mas há divergências.

Aparecido negou a participação de Erenice na montagem do dossiê. Fernandes, no entanto, afirmou ter ouvido de Aparecido que Erenice determinou a

realização do levantamento. Para Índio da Costa, há tempo para ouvir a assessora, embora o prazo de duração da CPI expire no dia 8 de junho. "Ela mora em Brasília, pode ser convocada para depor no dia seguinte à aprovação do requerimento."

O relator da CPI dos Cartões, porém, está empenhado em apressar a conclusão dos trabalhos. Luiz Sérgio informou que apresentará seu relatório no dia 29. ●

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Futuro diretor da ANTT é alvo do TCU”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 25 de junho de 2008.

A matéria destaca que o futuro Diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), Bernardo Figueiredo, atual assessor da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tem se sentido constrangido com a inscrição de seu nome no Cadastro de Responsáveis com Contas Irregulares do Tribunal de Contas da

União (TCU), já que as contas referentes à atuação na estatal Valec foram rejeitadas.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESTADO SÃO PAULO 25-06-08

Futuro diretor da ANTT é alvo do TCU

Contas referentes à atuação na estatal Valec foram rejeitadas

O futuro diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), Bernardo Figueiredo, atual assessor da ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, tem se sentido constrangido com a inscrição de seu nome no Cadastro de Responsáveis com Contas Julgadas Irregulares do Tribunal de Contas da União (TCU). No fim de maio, ao ser sabatinado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, o executivo, que foi diretor da estatal Valec (responsável pela construção da Ferrovia Norte-Sul), foi questionado sobre sua conduta durante gestão na empresa.

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) fez um relatório paralelo pondo em dúvida a reputação ilibada do executivo. De acordo com o TCU, as contas irregulares decorrem do “uso de critérios subjetivos pa-

ra julgamento de propostas técnicas em concorrência, da contratação verbal de serviço de locação, e do repasse de recursos (de R\$ 2 milhões) para contratação de serviços para a execução de atividades inerentes à atividade-fim da empresa pública.” Nesse último caso, trata-se de um convênio com o governo do Maranhão.

Apesar das contas irregulares, Figueiredo foi aprovado na sabatina e aguarda votação em plenário. Ele diz que já entrou com recurso no TCU apresentando sua defesa, mas que até agora não foi julgado. Além disso, afirma que algumas irregularidades não pertenciam à sua área de atuação. Para completar, o executivo afirmou que, mesmo sem a apreciação, poderá exercer cargo público, desde que pague multa estipulada pelo TCU. ● R.P.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Em relatório, Ministério Público aponta ‘graves crimes’ da cúpula da Bancoop”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 26 de junho de 2008.

A matéria destaca que o relatório de 46 páginas que chegou terça-feira à noite na Assembleia Legislativa de São Paulo aponta “graves crimes praticados pela organização criminosa que se estabeleceu na direção da Bancoop”.

INVESTIGAÇÃO

Em relatório, Ministério Público aponta ‘graves crimes’ da cúpula da Bancoop

Fausto Macedo

Relatório de 46 páginas que chegou terça-feira à noite na Assembleia Legislativa de São Paulo aponta “graves crimes praticados pela organização criminosa que se estabeleceu na direção da Bancoop”. O documento, produzido pelo Ministério Público Estadual, esmiúça “investigações a respeito de crimes de quadrilha, estelionato, apropriação indébita, lavagem de capitais, entre outros, praticados por ex-dirigentes e dirigentes da Bancoop”.

A Bancoop é a Cooperativa Habitacional dos Bancários, criada em 1996 por um grupo do PT. O relatório é terminante: “Segundo extrai-se dos autos, os membros que figuraram e figuram na direção da Bancoop, contrariando os interesses dos cooperados e da própria cooperativa, figuram como sócios cotistas de empresas que prestam serviços como empreiteiras e fornecem matéria-prima para os empreendimentos imobiliários, com proveito econômico próprio, com efetiva finalidade lucrativa, transformando, assim, a Cooperativa em verdadeira empresa comercial.”

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A Bancoop está na mira da promotoria por suposto caixa 2 para financiamento de campanhas eleitorais do PT. “Verifica-se que a cooperativa está voltada para o mercado imobiliário como uma empreiteira qualquer”, ressalta o termo encaminhado à Assembleia. Luís Malheiro, que presidiu a Bancoop e morreu em 2004, vítima de acidente de carro, tinha participações como sócio cotista de duas empresas, fornecedoras da Bancoop.

José Carlos Blat, promotor, subscreve o relatório que reforça a argumentação do PSDB, que tem o maior contingente de deputados na Assembleia, 23, e articula CPI para devassar as contas da Bancoop.

O promotor cita outros seis diretores da Bancoop que “figuravam como sócios” de empresas. “Os diretores da cooperativa transformaram-na em negócio lucrativo. Não há qualquer fiscalização na gestão e na movimentação bancária dos empreendimentos da Bancoop.”

João Vaccari Neto, presidente da Bancoop, não se manifestou. Sua assessoria relatou: “A Bancoop não tem conhecimento do conteúdo do relatório e, por isso, não pode fazer declaração sobre o documento, nem sobre acusações do promotor.” ●

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC

– SE) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Virgínio de Carvalho. PSC

– SE) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 12 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

Senador Garibaldi Alves Filho

Gabinete do Presidente

07/08/2008

Quinta

11:00 Sessão Especial em memória do médico e geógrafo Josué de Castro pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Plenário do Senado Federal

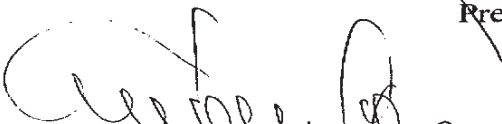
19:00 Festa de entrega do Prêmio "As Melhores da Dinheiro 2008" Terraço Daslu - Av. Chedid Jafet, 131 - Vila Olímpia - São Paulo Traje Social

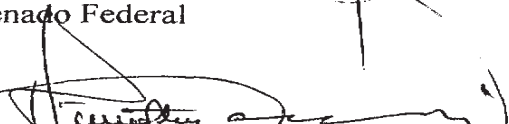
Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal

Ata de instalação

No nono dia do mês de julho do ano de dois mil e oito, no Salão Nobre do Senado Federal, na cidade de Brasília, foi instalada, em cerimônia solene com a presença do Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, criada na forma do Requerimento nº 227, de 2008, aditados pelos Requerimentos nº (s) 751 e 794, de 2008 de autoria do Senador Renato Casagrande, e pelos Atos do Presidente nº 11 e 17, ambos de 2008.


Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal


Antonio Corrêa


Hamilton Carvalhido


Antonio Magalhães Gomes Filho

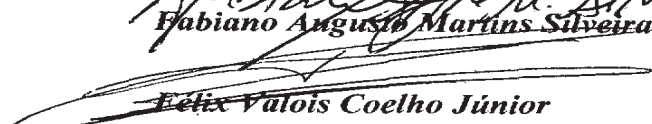

Jacinto N. de Miranda Coutinho


Eugênio Pacelli de Oliveira


Sandra Torres Avelar


Fabiano Augusto Martins Silveira


Tito Souza do Amaral


Félix Valois Coelho Júnior

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 437, DE 2008**, ADOTADA EM 29 DE JULHO DE 2008 E PUBLICADA NO D.O.U. DO DIA 30 DE JULHO DE 2008, QUE "ALTERA AS LEIS Nºs 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989, 9.650, DE 27 DE MAIO DE 1998, 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, E 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, CRIA CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES – DAS, FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL – FCBC E GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputada ALICE PORTUGAL	34.
Deputada ALINE CORRÊA	28.
Deputada ANA ARRAES	31.
Senador ARTHUR VIRGÍLIO	17.
Deputada CIDA DIOGO	20.
Deputado DARCÍSIO PERONDI	33.
Deputado DR. NECHAR	12.
Deputado DR. ROSINHA	37.
Deputado DR. UBIALI	45.
Deputado EDSON DUARTE	01, 08, 14, 41, 44, 50, 51.
Deputado EDUARDO VALVERDE	35.
Deputado FERNANDO CORUJA	18.
Deputado FLÁVIO BEZERRA	02, 07, 10, 13, 15, 16.
Deputada GORETE PEREIRA	48, 49, 52.
Deputada IRINY LOPES	22.
Deputada JANETE CAPIBERIBE	38.
Deputada JANETE ROCHA PIETÁ	24.
Deputada JÔ MORAES	36.
Deputado JORGE KHOURY	42, 43, 53, 54.
Deputado JOSÉ GENOÍNO	21.
Deputada LUIZA ERUNDINA	25.
Deputada MARIA HELENA	29.

Deputadas MARINHA RAUPP e ELCIONE BARBALHO	23.
Deputado NELSON MARQUEZELLI	46.
Deputado MOREIRA MENDES	47.
Deputado PAULO BORNHAUSEN	40.
Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO	26.
Deputada REBECCA GARCIA	03, 04, 05, 06, 09, 11, 39.
Deputada RITA CAMATA	27.
Deputado RONALDO CAIADO	19.
Deputada SANDRA ROSADO	32.
Deputada SUELI VIDIGAL	30.

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 54

MPV437

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 437, DE 2008.

00001

(Do Sr. EDSON DUARTE)

Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências.

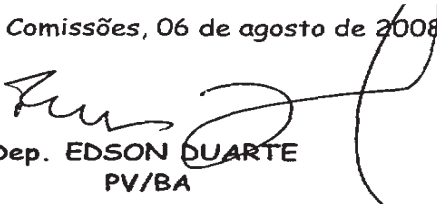
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o § 12 do art. 27 da Lei nº 10.683, de 2003, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 437, de 2008, renumerando-se o seguinte.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa retirar do texto da MP nº 437, de 2008, matéria relativa ao exercício do poder de polícia original do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a fim de garantir claramente as competências de cada entidade federal, como forma de evitar insegurança jurídica na aplicação da norma.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2008.


Dep. EDSON DUARTE
PV/BA



CONGRESSO NACIONAL

MPV437

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/08/08	proposição Medida Provisória nº 437 de 2008

autor DEPUTADO FLÁVIO BEZERRA	nº do prontuário

1 ☒ Supressiva	2. ☐ substitutiva	3. ☐ modificativa	4. ☐ aditiva	5. ☐ Substitutivo global

Página	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o §13 do art. 27, da lei 10.683, de 28 de maio de 2003,;

Art. 1º A lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.27 Os assuntos que constituem áreas de competência de cada ministério são os seguintes:

.....
“XXIV – Ministério da Pesca e Aquicultura :

.....
§13. Suprimido.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a garantir que a receita proveniente das taxas arrecadadas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura permaneça inteiramente disponível para este Ministério, o que reforçará seu orçamento e, por consequência, aumentará a autonomia administrativa do MPA.

Não há razão de se dividir entre o MPA e o IBAMA a arrecadação proveniente de taxas, se ao IBAMA tocará apenas a competência de exercer o poder de polícia ambiental, dentro de suas atribuições e competências. Uma divisão dessa natureza enfraqueceria a autonomia do MPA.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00003**

DATA 06/08/2008		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 437, de 2008		
AUTOR Deputada REBECCA GARCIA			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se a seguinte redação à alínea "a" do inciso XXIV do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, constante do art. 1º da MP 437/08:

"a) política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem, com tratamento diferenciado e específico para região amazônica.

JUSTIFICATIVA

Embora seja indubitável a competência do Ministério da Pesca e Aquicultura para estabelecer políticas nacionais pesqueiras e aquícolas tanto em águas marítimas quanto nas águas interiores, é bom que esteja explicitada a pesca interior.

Nesse contexto, estados como o Amazonas, que têm a pesca interior como um de seus setores econômica e socialmente relevantes devido à sua vasta rede hidrográfica, vêm relegadas a segundo plano as políticas necessárias ao desenvolvimento de uma logística e de tecnologia próprias para o setor, seja em termos de infraestrutura ou de estudos e pesquisas visando à produção, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem de pescados, bem como fomento à pesca e aquíicultura em água doce.

ASSINATURA

//_



CONGRESSO NACIONAL

MPV437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00004**

DATA 06/08/2008	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 437, de 2008			
AUTOR Deputada REBECCA GARCIA	Nº PRONTUÁRIO			
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se a seguinte redação à alínea “a” do inciso XXIV do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, constante do art. 1º da MP 437/08:

“a) política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem, **no mar e em águas interiores;**”

JUSTIFICATIVA

Embora seja indubitável a competência do Ministério da Pesca e Aquicultura para estabelecer políticas nacionais pesqueiras e aquícolas tanto em águas marítimas quanto nas águas interiores, é bom que esteja explicitada a pesca interior, tendo em vista que a atenção dos administradores públicos é constantemente captada pela pesca marítima, em detrimento da pesca interior.

Nesse contexto, estados como o Amazonas, que têm a pesca interior como um de seus setores econômica e socialmente relevantes devido à sua vasta rede hidrográfica, vêm relegadas a segundo plano as políticas necessárias ao desenvolvimento de uma logística e de tecnologia próprias para o setor, seja em termos de infraestrutura ou de estudos e pesquisas visando à produção, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem de pescados, bem como fomento à pesca e aquicultura em água doce.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV437

00005

DATA 06/08/2008	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 437, de 2008			
AUTOR Deputada REBECCA GARCIA			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO Dê-se a seguinte redação à alínea “a” do inciso XXIV do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, constante do art. 1º da MP 437/08: “b) fomento da produção pesqueira e aquícola , indicando a interiorização a exploração pesqueira em Rios, Lagos e Tanques. JUSTIFICATIVA Embora seja indubitável a competência do Ministério da Pesca e Aquicultura para estabelecer políticas nacionais pesqueiras e aquícolas tanto em águas marítimas quanto nas águas interiores, é bom que esteja explicitada a pesca interior.				
ASSINATURA _____ Emenda 1.doc/08.08.08 <i>R. Garcia</i>				



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV437

00006

DATA 06/08/2008	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 437, de 2008			
AUTOR Deputada REBECCA GARCIA	Nº PRONTUÁRIO			
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se a seguinte redação à alínea "a" do inciso XXIV do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, constante do art. 1º da MP 437/08:

"c) implantação de infra-estrutura de apoio à produção, ao beneficiamento, a **Frigorificação, a logística** e a comercialização do pescado e de fomento à pesca e aquicultura.

JUSTIFICATIVA

Embora seja indubitável a competência do Ministério da Pesca e Aquicultura para estabelecer políticas nacionais pesqueiras e aquícolas a infra-estrutura é de extrema importância para as comunidades que sobrevivem da atividade pesqueira.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV437

00007

data
06/08/08proposição
Medida Provisória nº 437 de 2008autor
DEPUTADO FLÁVIO BEZERRA

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º A lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.27 Os assuntos que constituem áreas de competência de cada ministério são os seguintes:

.....
“XXIV – Ministério da Pesca e Aquicultura :

.....
f) *Normatização e ordenamento das atividades pesqueira e aquícola;*

g) *Fiscalização das atividades de aquicultura e pesca;*

JUSTIFICATIVA

Com relação à alínea “f”, é preciso esclarecer que o Ministério da Pesca e Aquicultura necessita deter a prerrogativa de ordenamento das atividades pesqueiras e aquícolas, sob pena de que tais atividades sejam ordenadas ou operacionalizadas por instituições outras. A concessão da prerrogativa de ordenamento ao Ministério tornará a gestão das atividades pesqueiras e aquícolas mais desburocratizada e, conseqüentemente, mais eficaz.

No que concerne à alínea “g”, admite-se que, se o Ministério da Pesca e Aquicultura ampliará seu corpo técnico, especialmente com a criação do quadro permanente de servidores, não há razão para restringir a prerrogativa do Ministério de fiscalizar as atividades de pesca e aquicultura, quaisquer que sejam elas, haja vista a especificidade do Ministério.

PARLAMENTAR

MPV437 00008

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 437, DE 2008.

(Do Sr. EDSON DUARTE)

Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

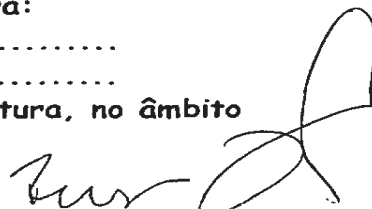
Dê-se a alínea "g" do inciso XXIV, do art. 27 da Lei nº 10.683, de 2003, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 437, de 2008, a seguinte redação:

Art. 1º

"Art. 27

XXIV - Ministério da Pesca e Aquicultura:

g) fiscalização das atividades de aquicultura, no âmbito de suas atribuições e competências;

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa modificar a redação da mencionada alínea, a fim de harmonizar matéria relativa as atribuições e competências de cada entidade federal citadas na MP, sobre a atividade de fiscalização.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2008.


Dep. EDSON DUARTE
PV/BA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV437

00009

DATA 06/08/2008	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 437, de 2008			
AUTOR Deputada REBECCA GARCIA	Nº PRONTUÁRIO			
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

Dê-se a seguinte redação à alínea “a” do inciso XXIV do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, constante do art. 1º da MP 437/08:

“i) pesquisa pesqueira e aquícola, criação de instituto de certificação de qualidade da carne e produtos pesqueiros, incluindo certificação para exportação do peixe vivo ornamental

JUSTIFICATIVA

Embora seja indubitável a competência do Ministério da Pesca e Aquicultura para estabelecer políticas nacionais pesqueiras e aquícolas a certificação em produtos pesqueiros e de extrema importância para incremento da atividade comercial nas comunidades ribeirinhas.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

MPV-437

00010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/08/08	proposição Medida Provisória nº 437 de 2008

autor DEPUTADO FLÁVIO BEZERRA	nº do prontuário

1 ☐ Supressiva	2. ☐ substitutiva	3. ☐ modificativa	4. ☒ aditiva	5. ☐ Substitutivo global

Página	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se a seguinte alínea “i” ao art. 27 da lei 10.683, de 28 de maio de 2003:

Art. 1º A lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.27 Os assuntos que constituem áreas de competência de cada ministério são os seguintes:

.....
“XXIV – Ministério da Pesca e Aquicultura :

.....
i) Regulamentação do acesso aos recursos pesqueiros e aquícolas, estabelecimento de períodos de paralização de pesca, cotas de captura e outros instrumentos de proteção e conservação dos estoques pesqueiros e das áreas de exercício da atividade pesqueira.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda especifica atribuições naturalmente inerentes ao Ministério, mas que não podem deixar de ser explicitadas, a fim de impedir divergências de interpretação legal, no que diz respeito à competência para normatizar aspectos importantes do desenvolvimento das atividades pesqueiras e aquícolas, de modo que é importante tratar do assunto, em razão do princípio da legalidade que toca à Administração Pública.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV-437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00011**

DATA 06/08/2008	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 437, de 2008

AUTOR Deputada REBECCA GARCIA	Nº PRONTUÁRIO

TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (X) ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Inclua-se no inciso XXIV do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, constante do art. 1º da MP 437/08, a seguinte alínea, renomeando-se a atual alínea "m" para "n":

"m) criação e implantação, no prazo máximo de doze meses, contados da data de conversão desta Medida Provisória em Lei, de um centro nacional de estudos e pesquisas em aquicultura e pesca; e"

JUSTIFICATIVA

É notório o quanto a agricultura brasileira cresceu e se desenvolveu a partir dos estudos e pesquisas realizados pela extinta Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

De forma semelhante, é de se esperar que, no momento em que se pretende fortalecer a atividade aquícola e pesqueira, inclusive com a elevação da secretaria correspondente para o nível de ministério, haja também o necessário apoio no que tange à busca de conhecimentos e novas tecnologias que favoreçam o desenvolvimento do setor.

Isto posto, propomos a criação de um centro nacional de estudos e pesquisas em aquicultura e pesca visando gerar e difundir tecnologias abrangendo a produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem de pescados, que deverá ser estruturado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, ao qual estará vinculado.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

MPV-437

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06.08.2008	proposição Medida Provisória nº 437, 29 de julho de 2008

autor DEPUTADO DR. NECHAR	nº do prontuário 345

1 ☐ Supressiva	2. ☐ substitutiva	3. ☐ modificativa	4. ☒ aditiva	5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao inciso XXIV, do Art. 27, da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003 as seguintes expressões:

"Art. 27 (...)

(...)

XXIV - (...)

(...)

(...)

n) criação de entreposto de beneficiamento, armazenamento e comercialização do pescado com recursos subsidiados.

o) credenciar embarcações pesqueiras artesanais de prioridade do pescador, pessoa física com capacidade máxima de 10 toneladas de arqueação bruta, com motores até 90 HP, para abastecer através de cartão magnético, com previsão de consumo.

p) pesca amadora;

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade diminuir a influência dos atravessadores (intermediários) no processo pesqueiro artesanal, onde o pescador recebe o menor percentual do valor que é capturado, ficando a maior parte com aqueles que dominam a comercialização. Invertendo-se, dessa forma, a situação atual os pescadores passariam a obter maior renda e os consumidores poderiam ser beneficiados com preços mais justos.

Sendo que o pescador artesanal é o mais necessitado e o que tem maior

dificuldade em habilitar-se ao programa devido às burocracias existentes, não compensando assim, as despesas exigidas no processo.

Sendo de competência do Ministério da Pesca e Aquicultura poderá ser dada uma nova conotação e impulso a esta atividade gerando alternativas de renda e lazer à população pesqueira.

PARLAMENTAR

DEP. DR. NECHAR - PV/SP



CONGRESSO NACIONAL

MPV-437

00013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/08/08	proposição Medida Provisória nº 437 de 2008

autor DEPUTADO FLÁVIO BEZERRA	nº do prontuário

1 ☐ Supressiva	2. ☐ substitutiva	3. ☒ modificativa	4. ☐ aditiva	5. ☐ Substitutivo global

Página	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º A lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.27 Os assuntos que constituem áreas de competência de cada ministério são os seguintes:

.....
“XXIV – Ministério da Pesca e Aquicultura :
.....

§6º Cabe ao Ministério da Pesca e Aquicultura, nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, franqueada a opção de consulta ao IBAMA:

JUSTIFICATIVA

Atribuir os aspectos dos incisos I e II do referido parágrafo a uma competência dividida com o IBAMA significa uma duplicidade de atribuições, o que confunde a figura do Ministério que regulamentará as matérias tratadas naqueles incisos.

Franquear o máximo de autonomia ao MPA é uma forma judiciosa de corrigir as distorções que se apresentam ao novíssimo Ministério da Pesca e Aquicultura.

PARLAMENTAR

MPV-437

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 437, DE 2008

00014

(Do Sr. EDSON DUARTE)

Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

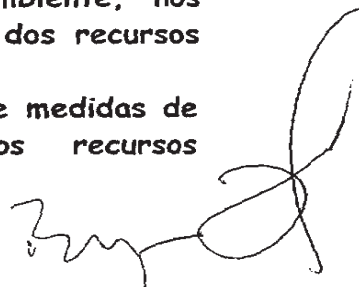
Dê-se ao § 6º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 2003, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 437, de 2008, a seguinte redação:

Art. 1º

"Art. 27
.....
.....

§ 6º Cabe ao Ministério do Meio Ambiente, nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros:

I - fixar as normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos



pesqueiros, com base nos melhores dados científicos existentes, na forma de regulamento;

II - fornecer licença ou permissão para embarcações para a pesca extrativa comercial e artesanal; e

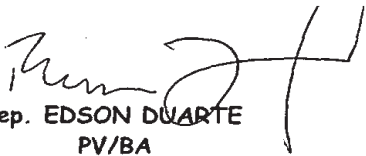
III - subsidiar, assessorar e participar, em interação com os Ministérios das Relações Exteriores e da Pesca e Aquicultura, de negociações e eventos que envolvam o comprometimento de direitos e a interferência em interesses nacionais sobre a pesca e aquicultura.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa visa manter na área ambiental, todo o processo de definição de normas para o uso sustentável dos recursos pesqueiros por parte da pesca extrativa, comercial e artesanal, evitando super-posição de atribuições e conflitos de interesses nessas importantes políticas no âmbito do Governo Federal, dando assim, maior racionalidade e eficiência na execução das atividades ambientais e pesqueiras do País.

Por outro lado, define com clareza os papeis e instrumentos das políticas de fomento e ordenamento da atividade pesqueira.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2008.


Dep. EDSON DUARTE
PV/BA



CONGRESSO NACIONAL

MPV-437

00015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/08/08	proposição Medida Provisória nº 437 de 2008
autor DEPUTADO FLÁVIO BEZERRA	nº do prontuário
1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global	
Página	Parágrafo Inciso Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º A lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.27 Os assuntos que constituem áreas de competência de cada ministério são os seguintes:

"XXIV – Ministério da Pesca e Aquicultura :
PARLAMENTAR

ício do
recursos

JUSTIFICATIVA

Uma vez que o exercício do poder de polícia é de competência da Polícia Ambiental, não se pode deixar de explicitar que tal poder deve ser exercido unicamente dentro das atribuições que competem ao IBAMA, sob pena de conflito de competências, levando em consideração que o Ministério da Pesca e Aquicultura terá o poder de fiscalização das atividades pesqueiras e aquícolas.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV-437

00016

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
06/08/08

proposição
Medida Provisória nº 437 de 2008

autor
DEPUTADO FLÁVIO BEZERRA

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o §14 ao art. 27 da lei 10.683 de 28 de maio de 2003:

Art. 1º A lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.27 Os assuntos que constituem áreas de competência de cada ministério são os seguintes:

“XXIV – Ministério da Pesca e Aquicultura :

§14 Fica determinado que os Centros de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros, a saber – CEPsul, CEPNORTE, CEPENE, CEPESTE, CEPERG, CEPAM e CEPta – ficam subordinados ao Ministério da Aquicultura e Pesca, inclusive no que diz respeito às embarcações destinadas ao estudo e pesquisa pesqueira e aquícola.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória que institui o Ministério da Pesca e Aquicultura não pode deixar de determinar que os Centros de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros e as embarcações destinadas a estudo e pesquisa pesqueira e aquícola passem a subordinar-se ao MPA, uma vez que – doravante – referido Ministério possui autonomia gerencial e normativa.

Deixar que tais importantes ferramentas permaneçam ligadas a outros entes da Administração Pública atribuirá a entidades não-específicas competências que, naturalmente, são da alçada do MPA. Essa é a razão da necessidade da inclusão da Emenda de n.º 05.



CONGRESSO NACIONAL

MPV-437**00017****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 04.08.2008		Proposição Medida Provisória nº 437, de 2008.		
Autor Senador ARTHUR VIRGÍLIO			nº do prontuário	
1	X Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva
5. Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se os artigos 4º e 6º, da Medida Provisória nº 437, de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

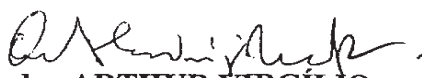
A Medida Provisória n.º 437, de 29 de julho de 2008, autoriza, em seus artigos 4º e 6º, a criação de cargos para atender às supostas necessidades dos órgãos da administração pública federal.

A supressão sugerida faz-se necessária, pois se trata da criação de cargos de confiança que serão livremente nomeados pelo Governo, em um momento que a economia brasileira necessita de um severo corte de despesas correntes para conter o aumento inflacionário.

Além disso, foi bastante divulgado pela mídia que a Administração Pública Federal foi amplamente loteada com partidários do Partido dos Trabalhadores. Eles contribuem para o caixa do partido com um percentual das remunerações que recebem em cargos públicos, devido às suas vinculações partidárias. Isto evidencia a partidarização do Estado brasileiro e a transferência de recursos públicos para os partidos políticos, principalmente em um ano eleitoral, em que os cargos seriam irresponsavelmente usados para o auxílio de candidatos do governo.

Neste sentido, solicitamos a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, 04 de agosto de 2008.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO

MPV-437**00018****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 437, DE 2008**

Altera as Leis nos 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências.

EMENDA N.º

Suprima-se o art. 6º da Medida Provisória n.º 437, de 2008.

JUSTIFICATIVA

Durante o lançamento pelo Governo Federal do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ficou estabelecida como uma das prioridades do programa a imposição de limite para os gastos da União com a folha de pagamento. Em contraste, esta Medida Provisória cria duzentos e sessenta cargos comissionados (cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS), de livre nomeação e exoneração, além de mais trinta e cinco funções comissionadas no âmbito da administração pública federal. Os custos estimados apenas com a criação desses cargos em um ano são de cerca de 14 milhões de reais.

O Governo Federal, nos últimos anos, sempre que possível e, no mais das vezes, por meio de medidas provisórias, vem insistindo em criar cargos em comissão na estrutura do Poder Executivo, em clara oposição ao princípio do concurso público.

Sala das Sessões, em de agosto de 2008.


Deputado FERNANDO CORUJA
PPS/SC



CONGRESSO NACIONAL

MPV-437

00019

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 437/08

Deputado <i>Ronaldo Caiado</i> Autor <i>DEM-60</i>	Nº do prontuário

1 X Supressiva	2. ☐ substitutiva	3. ☐ modificativa	4. ☐ aditiva	5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 6º inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII da Medida Provisória 437 de 2008:

Justificativa

Somente no governo Lula já foram criados mais de 4.600 cargos DAS, o que inegavelmente termina por elevar a pressão sobre os gastos públicos. A criação de cargos no serviço público necessita ser plenamente justificada pelo poder Executivo. A criação de cargos não pode atender a motivos partidários, financeiros e apadrinhamentos de qualquer espécie, que vêm somente desmoralizar nossas instituições políticas e democráticas. Portanto a presente emenda visa preservar minimamente a ética pública na utilização dos recursos federais, provenientes dos impostos pagos por cada cidadão brasileiro. Necessitamos também de controle moral efetivo das despesas públicas.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV-437

00020

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputada Cida Diogo – PT/RJ

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputada Cida Diogo

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura



CONGRESSO NACIONAL

MPV-437

00021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 06/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputado José Genoíno – PT/SP

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1

Artigo: 6º

Parágrafo:

Inciso: III

Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data:** 06/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputado José Genoíno – PT/SP**N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

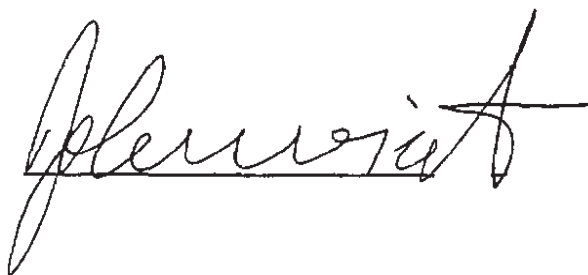
Página: 2**Artigo:** 6º**Parágrafo:****Inciso:** III**Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura

MPV-437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00022****Data:** 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputada Iriny Lopes**N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

.....

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

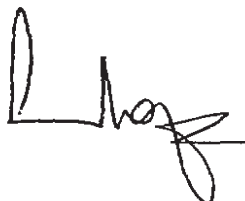
.....”

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data:** 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputada Iriny Lopes**N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****TEXTO/ JUSTIFICATIVA**

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura

MPV-437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00023****Data:** 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputada Marinha Raupp e Elcione Barbalho**N.º Prontuário:** 050/021

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

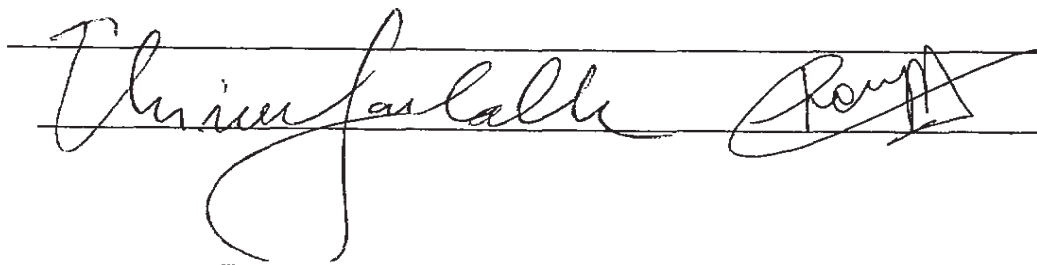
.....
III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;
....."

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data: 05/08/2008****Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008****Autor: Deputada Marinha Raupp e Elcione Barbalho****N.º Prontuário: 050/021**

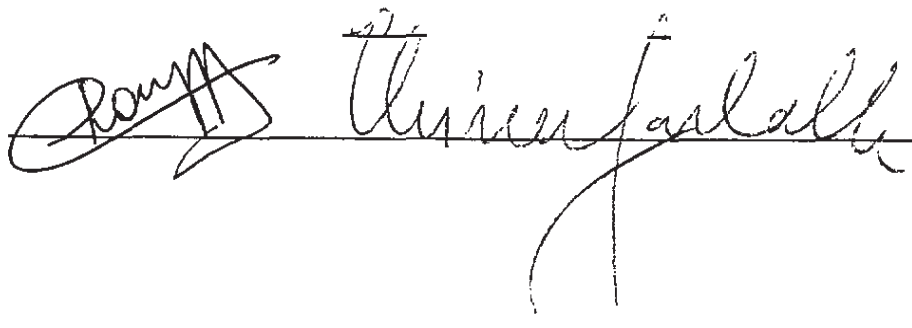
1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****TEXTO/ JUSTIFICATIVA**

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura

MPV-437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00024**

Data: 05/08/2008	Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008			
Autor: Deputada Janete Rocha Pietá	N.º Prontuário:			
1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global				
Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
TEXTO/ JUSTIFICATIVA				

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

.....
III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

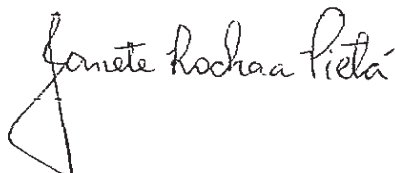
....."

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputada Janete Rocha Pietá**N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura

MPV-437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00025****Data:** 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputada Luiza Erundina**N.º Prontuário:** 371

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****TEXTO/ JUSTIFICATIVA**

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

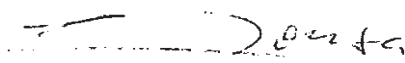
III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data:** 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória nº 437/2008**Autor:** Deputada Luiza Erundina**N.º Prontuário:** 371

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

O valor anual consolidado do impacto orçamentário da criação dos 48 cargos em comissão do Grupo direção e Assessoramento Superiores na Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres será de R\$ 2.288.426,40 (Dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos). As despesas correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação da Emenda em epígrafe.

Assinatura

MPV-437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00026****Data: 05/08/2008****Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008****Autor: Deputado Paulo Rubem Santiago****N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

.....
III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

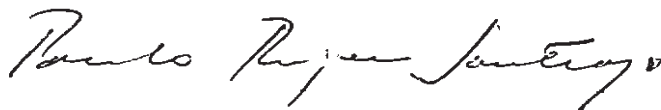
”

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

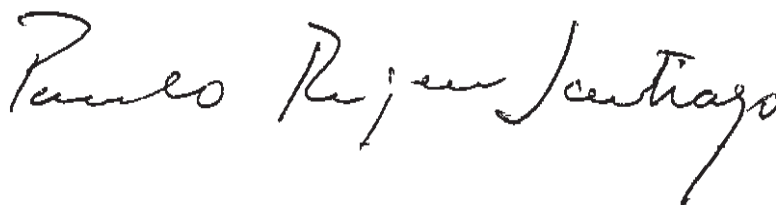
TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura



MPV-437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00027****Data: 06/08/2008****Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008****Autora: Deputada Rita Camata – PMDB/ES****N.º Prontuário: 279**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo: 6.º****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

.....
III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

.....”

Justificativa

Passados mais de cinco anos da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas; dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

A ampliação da atuação da Secretaria representa um impacto direto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las, motivo pelo qual esperamos contar com o apoio para a aprovação da presente emenda.

Assinatura

MPV-437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00028****Data:** 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputada Aline Corrêa**N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

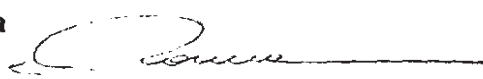
III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputada Aline Corrêa**N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

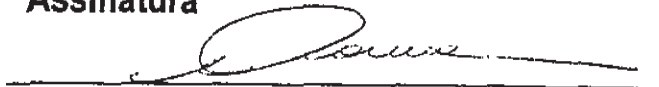
Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura

MPV-437

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00029

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputada Maria Helena

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

.....

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

Justificativa

.....”

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputada Maria Helena**N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****TEXTO/ JUSTIFICATIVA**

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura

MPV-437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00030****Data:** 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputado *Sueli Vidigal***N.º Prontuário:**1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global**Página:****Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

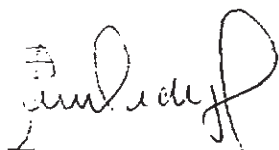
”

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data:** 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputado *Sueli Vidigal***N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

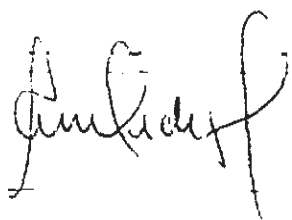
Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura

MPV-437**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00031****Data: 05/08/2008****Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008****Autor: Deputada Ana Arraes****N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****TEXTO/ JUSTIFICATIVA**

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura*Ana Arraes*

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputada Ana Arraes**N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura*Ana Arraes*

MPV-437

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00032

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputada Sandra Rosado

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data:** 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputada Sandra Rosado**N.º Prontuário:**1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global**Página:****Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****TEXTO/ JUSTIFICATIVA**

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura

✓ Sandra Rosado

MPV-437

00033

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputado Darcísio Perondi – PMDB-RS

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alinea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

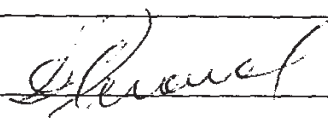
Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputado Darcísio Perondi – PMDB/RS

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

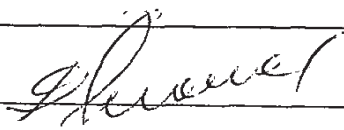
TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura



MPV-437

00034

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputada Alice Portugal – Pcdob/BA

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

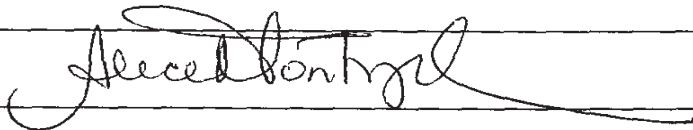
Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data:** 05/08/2008**Proposição:** Medida Provisória N.º 437/2008**Autor:** Deputada Alice Portugal – PcdB/BA**N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

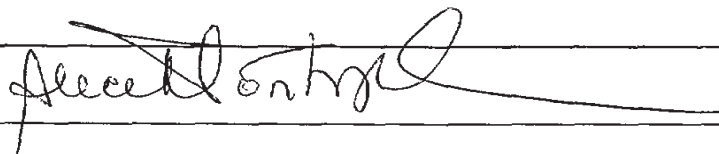
Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura

MPV-437

00035

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputado Eduardo Valverde

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alinea:

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

”

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura



MPV-437

00036

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputada Jô Moraes – Pcdob/MG

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

”

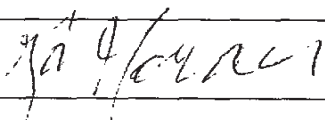
Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputada Jô Moraes – Pcdob/MG

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

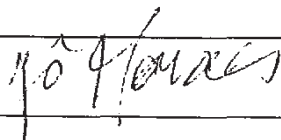
TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura



MPV-437

00037

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputado Dr. Rosinha

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

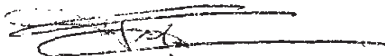
Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputado Dr. Rosinha

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura

MPV-437

00038

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputada Janete Capiberibe

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a MP 437, de 2008, no art. 6º, o inciso III, renumerando-se os demais:

Art. 6º

III – os cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência: doze DAS –4, doze DAS –3, doze DAS –2, doze DAS –1;

Justificativa

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras. Percorrendo uma trajetória transversal em todo o espaço governamental, de modo a estabelecer parcerias com diversas instâncias, inclusive no plano estadual e municipal, a SPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais e sexuais.

Passados mais de cinco anos de sua criação, percebe-se que a atuação da SPM ampliou bastante suas atividades e tem tido um grande número de iniciativas que buscam:

- criar novos paradigmas de intervenção a serem replicados pelos órgãos responsáveis pelas políticas específicas;
- dar concretude à Política e ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, tema sob sua responsabilidade; e
- ofertar à sociedade e aos gestores mais e melhores informações (estatísticas, pesquisas, etc) sobre as desigualdades de gênero e sobre a situação das mulheres no país.

Assinatura

Janete Capiberibe

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/2008

Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008

Autor: Deputada Janete Capiberibe

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

A ampliação da atuação da Secretaria representa um enorme impacto na vida de milhares de mulheres brasileiras. Algumas ações merecem ser destacadas neste sentido, a exemplo, da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07.08.2006); da efetivação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com quase 400 ações; do lançamento e funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180 (Lei nº 10.714, de 13.08.2003), que atende mais de 200 mil mulheres por ano; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O aumento das funções e dos recursos da SPM, porém, não foi acompanhado de uma ampliação da equipe responsável pela execução cotidiana das atividades. A estrutura de pessoal não foi modificada desde a promulgação do Decreto 4.625, de 21 de março de 2003, que criou a Secretaria, o que evidencia uma total incongruência entre as competências do órgão e a sua capacidade de execução dada a insuficiência de recursos humanos para concretizá-las.

O rol de ações desenvolvidas hoje pela Secretaria reflete o seu novo papel enquanto órgão central da política de promoção da igualdade de gênero no país e aponta para a urgente necessidade de ampliação e fortalecimento da articulação interna e de gestão para atender o atual volume de atividades e as novas demandas.

Assinatura

Janete Capiberibe

MPV-437

00039

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 06/08/2008	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 437, de 2008			
AUTOR Deputada REBECCA GARCIA	Nº PRONTUÁRIO			
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 7º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao art. 7º da MP 437/08 a seguinte redação:

“Art. 7º. Até que seja feita a primeira nomeação decorrente da realização de concurso público para constituição de seu quadro de pessoal próprio, **que não poderá exceder o prazo de doze meses, contados da data de conversão desta Medida Provisória em Lei**, o Ministério da Pesca e Aquicultura poderá requisitar servidores de órgãos ou entidades da administração pública federal para o exercício de qualquer cargo em comissão ou função de confiança.”

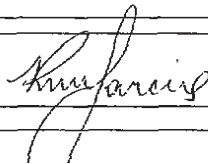
JUSTIFICATIVA

Por tratar-se de uma atividade permanente, seja sob a forma de secretaria ou ministério, o órgão responsável pela política nacional de pesca e aquicultura não pode prescindir de uma estrutura de pessoal própria.

É prevista, na MP 437/08, a realização de concurso público para constituição de quadro de pessoal próprio. Não se estabelece, no entanto, prazo para que isso ocorra, o que abre margem à manutenção de situações provisórias como se definitivas fossem, a exemplo das requisições de servidores de outros órgãos e entidades da administração e da criação de excessivos cargos em comissão para abrigar profissionais estranhos aos quadros do serviço público.

Neste sentido, entendemos oportuno e salutar estabelecer um prazo máximo de um ano para que sejam realizados os concursos e nomeados servidores efetivos para os cargos do quadro de pessoal do Ministério da Pesca e Aquicultura.

ASSINATURA



MPV-437**00040****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 437/08

Autor Deputado Paulo Bornhausen	Nº do prontuário

1 X Supressiva	2. ☐ substitutiva	3. modificativa	4. ☐ aditiva	5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se os artigo 13 e 14 da Medida Provisória 437, de 29 de julho de 2008.

Justificativa

A instituição da cobrança de mais uma taxa de fiscalização é um desrespeito ao cidadão brasileiro, tendo em vista que já vem suportando uma elevada carga tributária. A criação dessa taxa vai atingir toda população que vai arcar com a sua cobrança indiretamente, ou seja, o custo dos alimentos que depende de irrigação vão aumentar consideravelmente, o que provocará mais encargo financeiro para a população. O atuais recordes de arrecadação do Governo dispensam a medida, tendo em vista que o governo gasta mal e não beneficia a população e a contrapartida é irrisória com relação ao peso da carga tributaria.

Ademais, a criação de uma nova taxa deveria ser discutida por via adequada de projeto de lei e não com a utilização de um instrumento excepcional que é a medida provisória.

Estas as razões que nos levaram a apresentar a presente emenda com objetivo de suprimir os artigos que trata da instituição da taxa, para cuja aprovação solicitamos apoio de nossos nobres Pares.

PARLAMENTAR

Paulo Bornhausen

MPV-437

00041

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 06/08/2008	proposição Medida Provisória nº 437/08

autor DEP. EDSON DUARTE	nº do prontuário

1 ☐ Supressiva	2 ☐ Substitutiva	3 ☒ Modificativa	4 ☐ Aditiva	5 ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Modificativa

Dê ao Artigo 13 da Medida Provisória nº 437/2008, a seguinte redação:

Art. 13. A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 4º

XIX - regular, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, a prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, cabendo-lhe, inclusive, a disciplina, em caráter normativo, da prestação desses serviços, bem como a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifa, quando cabíveis.

.....

§ 8º Caberá à CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba, a gestão e auditoria de todos os aspectos dos respectivos contratos de concessão, assim como a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, referida no inciso XIX.

§ 9º No exercício das competências referidas no parágrafo 8º deste artigo, a CODEVASF zelará pela prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, em observância aos princípios da regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, modicidade tarifária e utilização racional dos recursos hídricos." (NR)

Justificativa

A CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba tem como objetivo o aproveitamento dos recursos hídricos e do solo dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, de forma a promover o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Para tanto, a Companhia pode coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também, obras de saneamento básico, eletrificação e transportes.

A fiscalização dos perímetros irrigados é uma prática da Codevasf que tem garantido o bom desempenho dos projetos. É fundamental que este conhecimento técnico continue sendo aplicado pela Companhia.

PARLAMENTAR

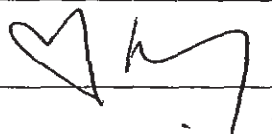
DEPUTADO EDSON DUARTE



MPV-437**00042****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 06/08/2008	proposição Medida Provisória nº 437/08			
autor <i>DEP. JORGE K HOURY</i>	nº do prontuário			
1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Emenda Modificativa Dê ao Artigo 13 da Medida Provisória nº 437/2008, a seguinte redação: Art. 13. A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos: “Art. 4º XIX - regular, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, a prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, cabendo-lhe, inclusive, a disciplina, em caráter normativo, da prestação desses serviços, bem como a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifa, quando cabíveis. § 8º Caberá à CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba, a gestão e auditoria de todos os aspectos dos respectivos contratos de concessão, assim como a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, referida no inciso XIX. § 9º No exercício das competências referidas no parágrafo 8º deste artigo, a CODEVASF zelará pela prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, em observância aos princípios da regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, modicidade tarifária e utilização racional dos recursos hídricos.” (NR) Justificativa A CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba tem como objetivo o aproveitamento dos recursos hídricos e do solo dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, de forma a promover o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Para tanto, a Companhia pode coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também, obras de saneamento básico, eletrificação e transportes. A fiscalização dos perímetros irrigados é uma prática da Codevasf que tem garantido o bom desempenho dos projetos. É fundamental que este conhecimento técnico continue sendo aplicado pela Companhia.				
PARLAMENTAR				

DEPUTADO JORGE KHOURY



MPV-437**00043****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 06/08/2008	proposição Medida Provisória nº 437/08

autor Deputado JORGE KHOURY	nº do prontuário

1 ☒ Supressiva	2. ☐ Substitutiva	3. ☐ Modificativa	4. ☐ Aditiva	5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 14	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda supressiva

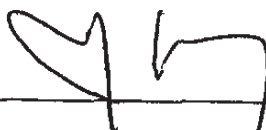
Suprima-se o Artigo 14 da Medida Provisória nº 437/2008.

Justificativa

A criação de uma taxa de fiscalização é desnecessária tendo em vista mudança proposta à MP 437/08, através de Emenda de nossa autoria, atribuindo à CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba, a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação,

PARLAMENTAR

Deputado JORGE
KHOURY



MPV-437**00044****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 06/08/2008	proposição Medida Provisória nº 437/08

autor EDSON DUARTE	nº do prontuário

1 ☒ Supressiva	2. ☐ Substitutiva	3. ☐ Modificativa	4. ☐ Aditiva	5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 14	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

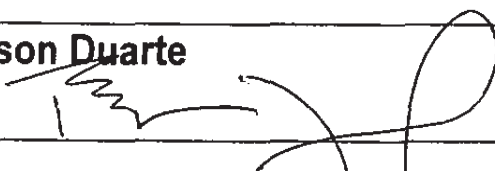
Emenda supressiva

Suprima-se o Artigo 14 da Medida Provisória nº 437/2008.

Justificativa

A criação de uma taxa de fiscalização é desnecessária tendo em vista mudança proposta à MP 437/08, através de Emenda de nossa autoria, atribuindo à CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba, a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação,

PARLAMENTAR

Deputado Edson Duarte

MPV-437**00045****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Data: 05/08/2008****Proposição: Medida Provisória N.º 437/2008****Autor: Deputado Dr. Ubiali****N.º Prontuário:**

1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/1**Artigo: 13****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Suprima-se o artigo 19-A da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, constante no art.13 da MP nº437/2008.

Justificativa

A criação de uma taxa de fiscalização para a realização de uma tarefa obrigatória constante das funções de uma agência reguladora não nos parece razoável, pois dentre as funções precípua da Agência Nacional de Águas encontra-se a função fiscalizatória.

Assinatura

MPV-437**00046****MEDIDA PROVISÓRIA nº 437, de 29 julho de 2008.****(Do Poder Executivo)**

Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio de 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências.

Emenda Aditiva

Acrescente-se à Medida Provisória nº 437, de 29 de julho de 2008, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. A propaganda de medicamento de venda livre conterá as indicações terapêuticas do produto, em conformidade com o registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, sendo vedada a divulgação de mensagem esclarecedora ou retificadora.

§1º A veiculação de mensagens esclarecedoras ou retificadoras é atribuição exclusiva da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

§2º As contra-indicações e reações adversas deverão constar em destaque, obrigatoriamente, na bula do medicamento."

JUSTIFICAÇÃO

O propósito da Emenda Aditiva é adequar as regras sobre publicidade de medicamentos ao Estado Democrático de Direito, definindo com clareza critérios seguros para a distinção entre a responsabilidade da indústria farmacêutica e as atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) no que concerne à propaganda.

A liberdade de imprensa e a publicidade são verdadeiros esteios para a democracia. Ora, tanto as prescrições da Resolução nº 102, de 2000, da ANVISA quanto da Lei nº 9.294, de 1996, já resguardam com segurança o público leigo e os consumidores de medicamentos, em geral, definindo e vedando de forma eficiente tanto a propaganda abusiva quanto a propaganda enganosa. Compete à Anvisa controlar, fiscalizar e acompanhar, sob o prisma da legislação sanitária, a propaganda e publicidade de produtos submetidos ao regime de vigilância sanitária. À publicidade compete promover as indicações terapêuticas do medicamento, de acordo com o seu registro na ANVISA, em conformidade com as normas éticas e legais.

Há uma série de proteções legais capazes de resguardar o público consumidor em relação a eventuais reações adversas ou contra-indicações do medicamento. São salvaguardas ao consumidor de medicamento: a bula (em letras grandes e em linguagem compreensível ao leigo), o acompanhamento médico, a regulamentação da propaganda, as informações prestadas pela Anvisa entre outras.

A presente emenda ampara a publicidade de medicamentos de forma responsável, zelando tanto pela saúde e pelo bem-estar do consumidor quanto pela regulamentação da propaganda adequada ao

regime democrático.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da Emenda Aditiva.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2008.



Deputado NELSON MARQUEZELLI
PTB/SP

MPV-437 →**00047****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 437, DE 2008**

Altera as Leis nos 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências.

EMENDA N.º

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória n.º 437, de 2008:

“Art... O artigo 65 da Lei n.º 10.486, de 4 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 65
.....

§ 2º Aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal estendem-se os mesmos direitos, prerrogativas, vantagens e regime remuneratório dos militares ativos, inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, incluídas as gratificações e quaisquer verbas remuneratórias já concedidas por lei especial bem como as que vierem a ser.

§ 3º Da aplicação do presente artigo não poderá resultar perda nos proventos da inatividade ou nas pensões ou remuneração, devendo eventuais diferenças serem pagas a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI.

§ 4º As despesas decorrentes da aplicação deste artigo correspondente aos militares dos ex-territórios de Amapá, Rondônia e Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal correrão à conta da União, sem gerar encargos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, instituído pelo art. 1º da Lei n.º 10.633, de 27 de dezembro de 2002.”

JUSTIFICATIVA

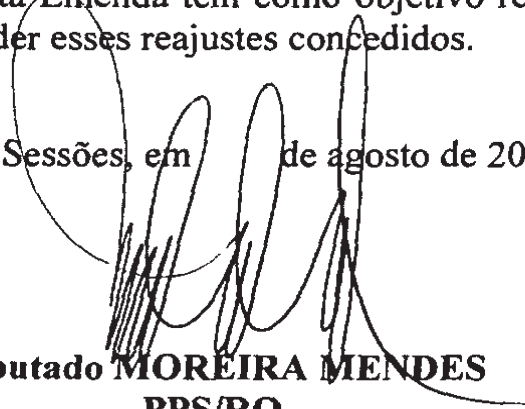
A Lei n.º 10.486, de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos policiais e bombeiros do Distrito Federal estende, de modo claro e incontestável, as mesmas vantagens instituídas por essa lei aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal (art. 65).

Não há, portanto, justificativa plausível à flagrante injustiça cometida com os militares dos ex-Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal ao não serem contemplados com os reajustes dados aos militares do Distrito Federal por leis subsequentes.

Em parte, o reajuste cabível aos militares do antigo Distrito Federal foi já concedido com a alteração efetuada na Medida Provisória 426 pela Câmara dos Deputados. A discriminação, contudo, permanece para os militares dos ex-territórios.

Desse modo, esta Emenda tem como objetivo reconhecer o direito desses militares e estender esses reajustes concedidos.

Sala das Sessões, em _____ de agosto de 2008.


Deputado **MOREIRA MENDES**
PPS/RO

MPV-437**00048****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****data**
06.08.2008**proposição**
Medida Provisória nº 437/2008**autor**
Gorete Pereira**nº do prontuário**
100**1** ☐
Supressiva**2.** ☐
Substitutiva**3.** ☐
Modificativa**4. X** **Aditiva****5.** ☐ **Substitutivo**
global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se onde couber:

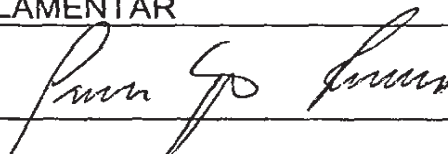
Caberá ao Ministério da Pesca e Aquicultura atuar de forma a incentivar e viabilizar, junto a instituições financeiras públicas, a criação de linhas de créditos especiais destinadas a atender os pescadores artesanais, inclusive os armadores.

JUSTIFICAÇÃO

O setor artesanal pesqueiro se ressentido da falta de linhas de créditos especiais, principalmente via Banco do Brasil e Banco do Nordeste, que financiem e contribuam para o desenvolvimento da atividade e que também beneficiem os armadores.

PARLAMENTAR

GORETE PEREIRA – PR-CE



MPV-437**00049****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****data**
06.08.2008**proposição**
Medida Provisória nº 437-2008**autor**
Gorete Pereira**nº do prontuário**
1001 ☐
Supressiva2. ☐
Substitutiva3. ☐
Modificativa4. X **Aditiva**5. ☐ **Substitutivo**
global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se onde couber:

São consideradas embarcações artesanais aquelas com até 19 toneladas de arqueação bruta construídas de forma artesanal.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa resguardar o benefício previdenciário do pescador artesanal tendo em vista que embarcações deste porte atuam dentro da pesca artesanal com tripulação de segurados especiais.

PARLAMENTAR

GORETE PEREIRA – PR-CE

MPV-437

00050

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 06/08/2008	proposição Medida Provisória nº 437/08			
Edson Duarte autor	nº do prontuário			
1 ☐ Supressiva	2 ☐ Substitutiva	3 ☐ Modificativa	4 ☒ Aditiva	5 ☐ Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Incluir esta emenda aditiva à Medida Provisória 437/08, onde couber:

"Art. Fica criado o Conselho Gestor da CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba, com atuação junto às suas Superintendências.

Parágrafo único - O Conselho gestor será composto por representantes das Superintendências, governo estadual, prefeituras localizadas na área administrativa, entidades de classe e movimentos sociais que atuam na área de competência da CODEVASF."

Justificativa

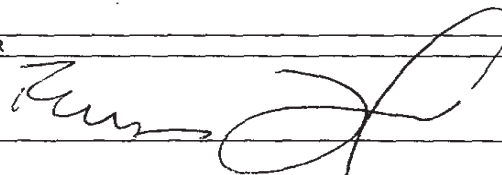
A CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba tem como objetivo o aproveitamento dos recursos hídricos e do solo dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, de forma a promover o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Para tanto, a Companhia pode coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infra-estrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também, obras de saneamento básico, eletrificação e transportes.

No cumprimento de seus objetivos e implantação de seus programas e projetos, a CODEVASF mantém Superintendências Regionais no Estados. Entendemos que, para uma atuação mais eficiente, a comunicação entre a empresa, os diversos níveis de governo e as entidades envolvidas nas ações empreendidas pela Companhia deva ocorrer de forma mais intensa.

Assim, sugerimos a formação de um colegiado, que pode se organizar sob a forma de um Conselho Gestor, com atuação junto às Superintendências. Tal Conselho seria composto por representantes da Superintendência, do governo estadual, prefeituras localizadas na respectiva área administrativa, representantes das sociedade civil e movimentos sociais que atuam na região. Consideramos que tal medida significa um avanço político-administrativo importante capaz de aproximar a Companhia da sociedade, além de vir ao encontro de um modelo ideal de desenvolvimento sustentável.

PARLAMENTAR

DEPUTADO EDSON DUARTE



MPV-437

00051

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 06/08/2008	proposição Medida Provisória nº 437/08

DEP. Edson Duarte	autor	nº do prontuário

1 ☐ Supressiva	2 ☐ Substitutiva	3 ☐ Modificativa	4 ☒ Aditiva	5 ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Incluir esta emenda aditiva à Medida Provisória 437/08, onde couber:

"Art. Os superintendentes regionais da CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba serão indicados pelo presidente da Companhia a partir de lista triplíce elaborada por eleição democrática dos servidores de cada Superintendência."

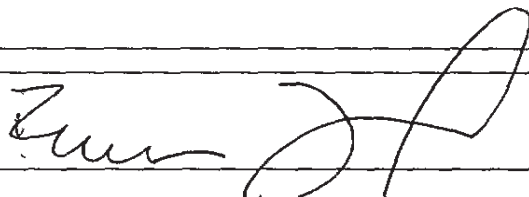
Justificativa

A CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba tem como objetivo o aproveitamento dos recursos hídricos e do solo dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, de forma a promover o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Para tanto, a Companhia pode coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infra-estrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também, obras de saneamento básico, eletrificação e transportes.

No cumprimento de seus objetivos e implantação de seus programas e projetos, a CODEVASF mantém Superintendências Regionais. Entendemos que, para uma atuação mais eficiente, a escolha do superintendente regional deve partir do seu efetivo de servidores. O grupo designaria uma lista de três nomes, escolhidos democraticamente através de eleições, e caberia ao presidente da Companhia a opção por um desses nomes. Deste modo, feita a escolha através de um processo político democrático, contemplaríamos o viés técnico, com a colocação de servidor indicado pelo seu corpo de servidores.

PARLAMENTAR

DEPUTADO EDSON DUARTE



MPV-437**00052****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****data**
06.08.2008**proposição**
Medida Provisória nº 437/2008**autor**
Gorete Pereira**nº do prontuário**
100**1** ☐
Supressiva**2.** ☐
Substitutiva**3.** ☐
Modificativa**4. X Aditiva****5.** ☐
Substitutivo
global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

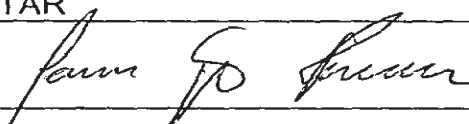
Inclua-se onde couber:

O artigo 1º da Lei nº 11.699/2008 será acrescido do seguinte parágrafo:

Entende-se como trabalhador do setor artesanal pesqueiro os pescadores, marisqueiros, catadores de algas, piscicultores que trabalham em regime de parceria e/ou familiar e artesãos de apetrechos de pesca e construtores de pequenas embarcações.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa restabelecer o texto aprovado no Congresso Nacional para garantir a isonomia entre os trabalhadores do setor artesanal pesqueiro tendo em vista tratar-se de profissionais assemelhados e que atuam sob as mesmas condições de trabalho.

PARLAMENTAR**GORETE PEREIRA – PR-CE**

MPV-437

00053

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 06/08/2008	proposição Medida Provisória nº 437/08
autor DEP. JORGE K HOURY	nº do prontuário
1 ☐ Supressiva 2. ☒ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Incluir esta emenda aditiva à Medida Provisória 437/08, onde couber:

"Art. Os superintendentes regionais da CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba serão indicados pelo presidente da Companhia a partir de lista triplice elaborada por eleição democrática dos servidores de cada Superintendência."

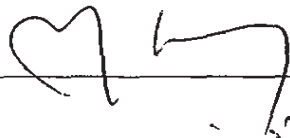
Justificativa

A CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba tem como objetivo o aproveitamento dos recursos hídricos e do solo dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, de forma a promover o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Para tanto, a Companhia pode coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infra-estrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também, obras de saneamento básico, eletrificação e transportes.

No cumprimento de seus objetivos e implantação de seus programas e projetos, a CODEVASF mantém Superintendências Regionais. Entendemos que, para uma atuação mais eficiente, a escolha do superintendente regional deve partir do seu efetivo de servidores. O grupo designaria uma lista de três nomes, escolhidos democraticamente através de eleições, e caberia ao presidente da Companhia a opção por um desses nomes. Deste modo, feita a escolha através de um processo político democrático, contemplaríamos o viés técnico, com a colocação de servidor indicado pelo seu corpo de servidores.

PARLAMENTAR

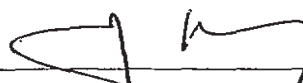
DEPUTADO JORGE K HOURY



MPV-437**00054****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 06/08/2008	proposição Medida Provisória nº 437/08			
autor <i>DEP. JORGE KHOURY</i>	nº do prontuário			
1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Incluir esta emenda aditiva à Medida Provisória 437/08, onde couber: <i>"Art. Fica criado o Conselho Gestor da CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba, com atuação junto às suas Superintendências.</i> <i>Parágrafo único - O Conselho gestor será composto por representantes das Superintendências, governo estadual, prefeituras localizadas na área administrativa, entidades de classe e movimentos sociais que atuam na área de competência da CODEVASF."</i> Justificativa A CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba tem como objetivo o aproveitamento dos recursos hídricos e do solo dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, de forma a promover o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Para tanto, a Companhia pode coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infra-estrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também, obras de saneamento básico, eletrificação e transportes. No cumprimento de seus objetivos e implantação de seus programas e projetos, a CODEVASF mantém Superintendências Regionais no Estados. Entendemos que, para uma atuação mais eficiente, a comunicação entre a empresa, os diversos níveis de governo e as entidades envolvidas nas ações empreendidas pela Companhia deva ocorrer de forma mais intensa. Assim, sugerimos a formação de um colegiado, que pode se organizar sob a forma de um Conselho Gestor, com atuação junto às Superintendências. Tal Conselho seria composto por representantes da Superintendência, do governo estadual, prefeituras localizadas na respectiva área administrativa, representantes das sociedade civil e movimentos sociais que atuam na região. Consideramos que tal medida significa um avanço político-administrativo importante capaz de aproximar a Companhia da sociedade, além de vir ao encontro de um modelo ideal de desenvolvimento sustentável.				
PARLAMENTAR				

DEPUTADO JORGE KHOURY



**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia 7 do mês de agosto do ano de dois mil e oito, quinta-feira, às quatorze horas, na sala número 09, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 437**, adotada no dia 29 de julho de 2008 e publicada em 30 de julho de 2008, que "Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências .", sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2008.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia sete do mês de agosto de dois mil e oito, quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 438**, adotada em 1º de agosto de 2008 e publicada no dia 04 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras", sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2008.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL****COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
(Ato do Diretor-Geral nº 846/2000)****TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
Nº 1/2008**

Aos sete dias do mês de agosto do ano de 2008, a Secretaria de Arquivo do Senado Federal, de acordo com o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº 1/2008 e Listagens de Eliminação de Documentos nº 1, da Primeira Secretaria; nº 1, da Diretoria Geral; nº 4, da Secretaria de Administração Financeira; nº 1 da Secretaria de Assistência Médica e Social; e nº 1 da Secretaria de Arquivo, aprovadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, baseada na Tabela de Temporalidade de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional, publicada no Diário do Senado Federal, de 15 de agosto de 2001, procedeu a eliminação de 420 caixas de arquivo (19, 14, 320, 4 e 63 caixas de arquivo, respectivamente dos setores acima mencionados), o equivalente a 75,6 metros lineares de documentos relativos às listagens acima referidas, referentes ao período compreendido entre 1947 e 2005.

Brasília, 7 de agosto de 2008.



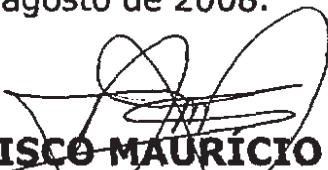
FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ
*Presidente da Comissão Permanente de Avaliação
de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional*

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
(Ato do Diretor-Geral nº 846/2000)

TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
Nº 2/2008

Aos sete dias do mês de agosto do ano de 2008, a Secretaria de Arquivo do Senado Federal, de acordo com o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº 2/2008 e Listagens de Eliminação de Documentos nº 1, do Instituto Legislativo Brasileiro e, nº 4, da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde - SIS, aprovadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, baseada na Tabela de Temporalidade de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional, publicada no Diário do Senado Federal, de 15 de agosto de 2001, procedeu à eliminação de 294 caixas de arquivo (22 e 272 caixas de arquivo, respectivamente), o equivalente a 52,92 metros lineares de documentos relativos às listagens acima referidas, referentes ao período compreendido entre 1977 a 2005.

Brasília, 7 de agosto de 2008.



FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ
*Presidente da Comissão Permanente de Avaliação
de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional*

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁵⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹⁴⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,12)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
VAGO ⁽¹³⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
14. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
15. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
16. Nos termos do art. 81, § 2º, do Regimento Interno, o Senador Efraim Morais foi designado membro titular do DEM em substituição ao Senador Raimundo Colombo, que se encontra licenciado (OF. Nº 070/08-GLDEM).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Leitura: 02/07/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
Maioria (PMDB)	
	1.
PTB	
	1.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁵⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(6,10)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).

11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁸⁾

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹³⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,10)	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽¹⁶⁾
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹²⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁴⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁵⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹¹⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
10. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
11. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
12. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
14. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
15. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
16. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁵⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena (Of. 40/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹¹⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹¹⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁸⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁸⁾
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁵⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,8)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Carlos Dunga ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁵⁾	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB N° 151/2008.

7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. N° 088/2008/GLPTB).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO**PROCURADORIA PARLAMENTAR****(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 23/05/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008.
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
11. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
12. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.
13. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
14. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
15. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 25/03/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO
18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)
Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 09.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>
MARCONDES GADELHA PSB-PB	HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



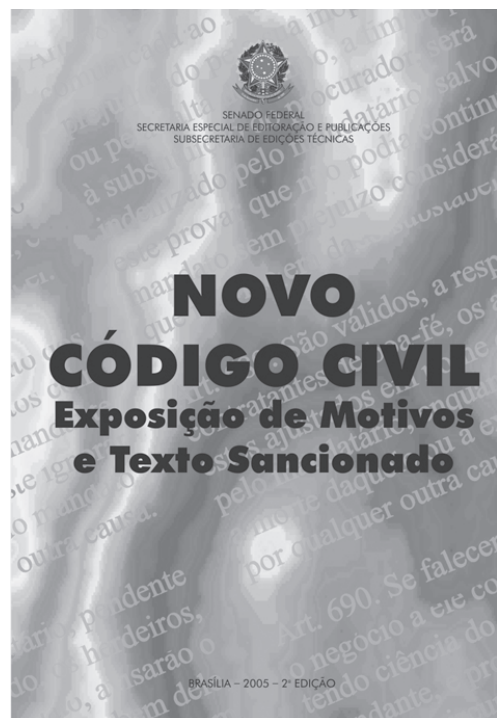
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 352 PÁGINAS